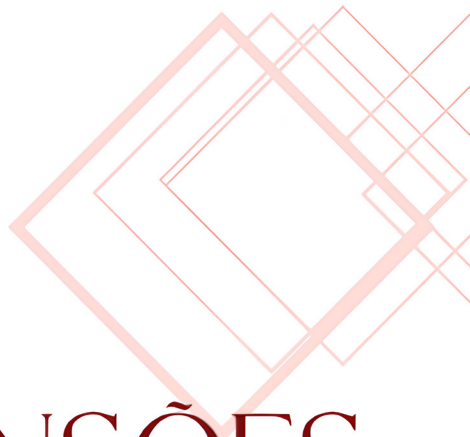




DIMENSÕES

REVISTA DE HISTÓRIA DA UFES

DOSSIÊ: O BRASIL NO PÓS-DITADURA: AS REPERCUSSÕES DO GOLPE E DA DITADURA NO TEMPO PRESENTE (1985-2024)



DIMENSÕES

Revista de História da Ufes



DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

EXPEDIENTE

Editor

Pedro Ernesto Fagundes (UFES)

Assistente-Editorial

Erika Fanticelli de Oliveira (UFES)

Coordenadores

Angélica Müller (UFF) e Pedro Ernesto Fagundes (UFES)

Conselho Consultivo

Alessandra Carvalho (UERJ), Amarildo Mendes Lemos (IFES), Américo Oscar Guichard Freire (FGV), Angélica Müller (UFF), Braz Batista Vas (UFT), Camila Bueno Grejo (UFES), Camila Cristina Silva (Uniprojeção), Cintia Christiele Braga Dantas (FACELI), Davi Elias Rangel dos Santos (SEDU), Jefferson Ferreira Alvarenga (SEDU), Jória Motta Scolforo (APEES), Josemar Machado (UFES), Maira Cristina Grigoletto (UFES), Marcelo Durão Rodrigues da Cunha (IFES), Marina Maria de Lira Rocha (UNIRIO), Mônica Tenaglia (UFPA), Reinaldo Lindolfo Löhn (UDESC), Renata Torres Schittino (UFF), Rosane Kaminski (UFPR), Tatyana de Amaral Maia (UERJ), Samantha Viz Quadrat (UFF), Ueber José de Oliveira (UFES) e Vitor Izeckshn (UFRJ).

Editoração, revisão técnica e projeto gráfico

Lucas Onorato Braga (UFES) | Identidade Editorial

Revisão

De responsabilidade exclusiva dos autores.

Realização

Programa de Pós-Graduação em História Social das relações políticas da
Universidade Federal do Espírito Santo

Contato

Av. Fernando Ferrari, 514, CCHN - Campus de Goiabeiras, Vitória, ES. CEP: 29075-910

Tel.: 55 27 4009-2507

<https://periodicos.ufes.br/dimensoes>

E-mail: revistadimensoes@ufes.br



DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Dimensões - Revista de História da UFES. Vitória:
Programa de Pós-Graduação em História. Volume 53,
dezembro, 2024, 366 p.

Semestral
ISSN 2179-8869

1.História - Periódicos

CDU 93/99

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Dossiê

O Brasil no pós-ditadura: as repercussões do golpe e da ditadura no Tempo Presente (1985-2024)

- 8 **Apresentação**
Angélica Müller e Pedro Ernesto Fagundes
- 13 **As esquerdas no pós-ditadura, a democracia brasileira e o tempo presente**
Fernando Perlatto
- 44 **O Relatório da Comissão Nacional da Verdade e a historiografia sobre a Ditadura Militar: uma reflexão a partir dos textos “Contexto Histórico das graves violações” e “Civis que colaboram com a Ditadura”**
Natália Aparecida Godoy da Silva
- 74 **Cidadania como Nação: José Guilherme Merquior e a construção liberal-democrática no Pós-Ditadura (1985 - 1987)**
João Victor Fidelis Belluzzo
- 104 **Consenso e desenvolvimento: a ditadura militar no Espírito Santo nos escritos de Élcio Álvares**
Guilherme Gouvêa Soares Torres
- 126 **Salvar o tempo: as mãos anônimas reveladas pelo BNMDigit@1 que dão a ver o irresoluto da história da ditadura**
Ana Carolina Lima Santos e Deivid Carlos de Oliveira
- 149 **E quando passarem à limpo: a relação entre a Comissão Nacional da Verdade brasileira e a temática da infância**
Caroline Rios Costa
- 175 **Permanências autoritárias no tempo presente brasileiro: a transição pactuada e o bolsonarismo**
Ariel Chexes Batista
- 206 **Crianças e adolescentes nos relatórios da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (Brasil – 1990)**
Sílvia Maria Fávero Arend
- 232 **Children and adolescents in the reports of the Human Rights Commission of the Chamber of Deputies (Brazil – 1990)**
Sílvia Maria Fávero Arend e Cheri Williams



DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Artigos Livres

- 257 **Para interromper o curso do mundo: estado de exceção e história em Walter Benjamin**
Renato Bueno Franco
- 286 **A produção, difusão e recepção de ideias sobre a Guerra do Paraguai/Guerra Guasu pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul**
Ana Paula Squinelo e Jérry Roberto Marin
- 322 **Plínio Salgado para Presidente! Os integralistas do estado do Rio de Janeiro na campanha presidencial brasileira de 1937**
Pedro Ernesto Fagundes

Resenhas

- 351 **Histórias conectadas, histórias comparadas: tempo presente, ditaduras e repressão no Brasil e na Argentina**
Lara Lucena Zacchi
- 359 **“A transição inacabada: violência de estado e direitos humanos na redemocratização”**
Victor de Oliveira Pinto Coelho

DOSSIÊ

**O Brasil no pós-ditadura: as repercus-
sões do golpe e da ditadura no Tempo
Presente (1985-2024)**



DIMENSÕES
Revista de História da Ufes

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Apresentação

Em 2014, nas cerimônias sobre os 50 anos do golpe de 1964, dificilmente alguém falaria (e alguém acreditaria) que, dez anos depois - nós, historiadores - celebraríamos essa nova década com gosto de fel na boca. Rememorado com grandes eventos, publicações importantes e ampla divulgação na mídia, o marco dos 50 anos se integrou a um vigoroso trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV). A entrega do seu Relatório Final (2014), já era prenúncio do que viria na próxima década.

Compreendido entre a lei de criação da CNV, em novembro de 2011, e a entrega de seu Relatório Final, em dezembro de 2014, o “momento CNV”¹ oportunizou um aumento considerável da documentação existente e também uma ampliação das temáticas e pesquisas sobre o período da ditadura brasileira. Por outro lado, a conjuntura política, econômica e social, estimulou pesquisadores a buscarem os rastros do

1 O “momento CNV” compreende o período que se estende desde a criação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e daquela que criou a Comissão Nacional da Verdade (Lei nº 12.528/2011), em 2011, até a entrega do Relatório Final da CNV, em dezembro de 2014. Neste “momento” estão sendo compreendidos o conjunto de ações, personagens e movimentos, incluindo as atividades de todas as outras comissões que foram criadas no período, que trabalharam em prol da justiça transicional do nosso país. MÜLLER, Angélica. Prefácio. In: FAGUNDES, Pedro Ernesto et al. (orgs.). *Brasil e as disputas do tempo presente: da ditadura militar às Comissões da verdade*. Coleção Passado Recente. Serra: Identidade editorial, 2024. p. 7-8.



período ditatorial no presente. A crise instalada após o golpe institucional de 2016, que depôs a presidente Dilma Rousseff, orquestrado pelo Congresso, Judiciário, militares e com apoio da mídia, levou, como afirmam as historiadoras Angélica Müller e Francine Iegelski, a abertura de um novo capítulo para pensarmos a História do Brasil República, “uma vez que o golpe de 2016 aparece também como o desfecho de um processo, marcado por tensões e lutas políticas, que começou em 1985, com o processo de redemocratização do país depois dos duros anos da ditadura militar”².

A despeito de todas as disputas sobre o passado ditatorial e o nosso presente, que muitas vezes nos parecem onipresentes, os desdobramentos deste contexto recente suscitaram uma transformação historiográfica na área de História, especialmente em torno dos estudos sobre a história do tempo presente brasileiro.

O meio acadêmico, que já possuía uma produção multidisciplinar consistente sobre a ditadura militar, não se furtou a colaborar na contextualização desta nova conjuntura. As contradições presentes no tempo da Nova República têm exigido a ação pública do historiador – sua responsabilidade crítica, ética e social – e sua forma de fazer História: o que tem evidenciado a necessidades de os pesquisadores da temática assumirem seu lugar no presente, sendo capazes de analisar contextos históricos mais recentes, com fortes impactos na vida contemporânea. Nosso presente, marcado por permanências e discontinuidades de um passado autoritário, encontra-se cada vez mais polifônico no que diz respeito às narrativas desse pretérito.

2 MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine. O Brasil e o tempo presente. In: FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucília A. N. (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da Nova República*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2028. p. 22.



Ao longo das últimas décadas, parecia ter se estabilizado a ideia de que a democracia estava consolidada no país. Contudo, o retorno dos militares à cena pública e as recentes crises políticas ampliaram a polarização dos debates públicos. Tal discussão serviu para legitimar a retórica autoritária e saudosista sobre a ditadura, especialmente entre segmentos civis e das Forças Armadas.

10 Com a chegada da efeméride dos 60 anos do golpe civil-militar de 1964, este Dossiê busca abrir espaço para as inúmeras reflexões que vêm sendo produzidas sobre os impactos desse período na sociedade brasileira no pós-ditadura (1985-2024). Embora tenha sido marcada por uma ampla movimentação social e por garantias à sociedade brasileira, a transição política neste país pós-1985, que culminou na Constituição de 1988, foi controlada pelas elites políticas civis e, em última análise, pelos militares. Portanto, cabe aos historiadores que estudam o tempo presente analisar as diferentes camadas, limites e contradições deste período de redemocratização e como isso tem se processado na Nova República.

A ascensão eleitoral da extrema direita, fenômeno transnacional, também impactou o tempo recente brasileiro. As discussões sobre os legados autoritários estiveram no centro do debate público, sobretudo durante os anos do Governo Bolsonaro (2019-2022), momento no qual testemunhamos o fortalecimento da presença militar, depois de décadas, nos principais postos do Poder Executivo.

A escalada extremista se intensificou após a derrota eleitoral da candidatura à reeleição de Jair Bolsonaro, em novembro de 2022. Esse cenário de ebulição política teve como ápice os atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília, Capital Federal. Contudo, os



planos golpistas dos setores bolsonaristas – civis e militares – recentemente relatados pela Polícia Federal, em novembro de 2024, surgem como “tristes lembranças” das consequências e resultados de uma prática, até então “esquecida” na rotina democrática da Nova República: a intervenção militar.

Com suas lembranças e esquecimentos, os 60 anos do golpe de 1964 fizeram reemergir novas ameaças ao Estado Democrático de Direito. É importante frisar que todos esses acontecimentos ocorrem em paralelo aos eventos, publicações e discussões sobre os 60 anos do golpe. Portanto, esse quadro reforça a pertinência deste Dossiê e evidencia uma das premissas dos pesquisadores da temática: o papel social.

A presença dos “fantasmas de 64” reforça a necessidade de intensificarmos os debates na cena pública brasileira sobre temas como: democracia, golpes, autoritarismo e a presença dos militares na política. Essa mesma efeméride trouxe à tona novos temas que se popularizaram nos últimos anos, entre eles: negacionismo histórico, disputas pelo passado e as discussões sobre a presença da ditadura em todo o país.

Nesse sentido, os organizadores deste Dossiê, ao promover uma reflexão sobre fatos ligados a este evento histórico de tamanha envergadura, têm plena convicção de que, na atual conjuntura brasileira – em que a palavra “golpe” voltou às primeiras páginas das mídias – os historiadores da história do tempo presente têm um grande desafio e um papel a desempenhar.

No Dossiê *O Brasil no pós-ditadura: as repercussões do golpe e da ditadura no Tempo Presente (1985-2024)* estão reunidos diversos artigos que destacam a multiplicidade deste momento historiográfico: como as es-



querdas se rearticularam na Nova República; o papel desempenhado por intelectuais neste momento; a preocupação com o ensino da história da ditadura; as expressões da extrema direita; a historiografia regional sobre a ditadura; e as dimensões e potencialidades das pesquisas sobre os trabalhos das Comissões da Verdade.

Angélica Müller (UFF)

Pedro Ernesto Fagundes (UFES)

Organizadores

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

As esquerdas no pós-ditadura, a democracia brasileira e o tempo presente

The left in the post-dictatorship, Brazilian democracy and the present time

Fernando Perlatto¹

Resumo: O presente artigo adota uma perspectiva histórica de mais longa duração para refletir sobre as esquerdas brasileiras no pós-ditadura, período ainda pouco analisado pela historiografia. Sugere-se a hipótese segundo a qual, a despeito da experiência da derrota após o golpe de 1964 e a ditadura instaurada no país, os partidos políticos e os movimentos sociais progressistas tiveram papel relevante nas lutas pela redemocratização e na construção da democracia brasileira no tempo presente. Para sustentar o argumento proposto, em diálogo com a bibliografia especializada, procura-se analisar a trajetória das esquerdas no Brasil em diferentes momentos históricos pós-ditadura, destacando os processos de fragmentação partidária e de pluralização dos movimentos sociais. Além disso, busca-se propor que, apesar de derrotas importantes, as forças progressistas contribuíram, do ponto de vista institucional, para a formulação de políticas públicas inovadoras e inclusivas e, do ponto de vista social, para a renovação do repertório da política e da esfera pública brasileira, com novos sujeitos, temas e agendas.

Palavras-Chave: esquerdas; pós-ditadura; democracia.

Abstract: This article adopts a long-term historical perspective to reflect upon the Brazilian left wing in the post-dictatorship period, which is still insufficiently analyzed by historiography. It advances the hypothesis that, despite the defeat after the 1964 coup and the dictatorship established in the country, political parties and progressive social movements played a significant role in the struggles for re-democratization and the construction of Brazilian democracy in the present time. To support this argument and in dialogue with the specialized bibliography, we analyze the trajectory of the left wing in Brazil at different historical moments after the dictatorship, highlighting the processes of party fragmentation and pluralization of social movements. We also propose that, despite having faced important defeats, the progressive forces contributed to the formulation of innovative and inclusive public policies from an institutional point of view and to the renewal of the repertoire of Brazilian politics and public sphere with new agents, topics, and agendas from a social point of view.

Keywords: left wing; post-dictatorship; democracy.

1 Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. É graduado em História pela UFJF, com Mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e Doutorado em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), com estágio doutoral no Institute for Public Knowledge, da New York University (IPK-NYU). É Bolsista de Produtividade do CNPQ - Nível 2. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4301-0826>. E-mail: perlatto.fernando@ufjf.br



A produção historiográfica sobre o golpe de 1964 e a ditadura que então se seguiu tem crescido substantivamente ao longo dos últimos anos. As efemérides, em especial, têm sido momentos propícios para a publicação de livros, artigos, organização de dossiês em periódicos e seminários acadêmicos (FICO, 2017). Se é possível identificar divergências nas interpretações historiográficas sobre as razões do golpe, os atores envolvidos no processo e as características que o regime assumiu, é consenso na produção acadêmica que as forças que mais sofreram as consequências de 1964 foram as esquerdas.² De uma parte, os partidos progressistas da ordem de 1946 – em especial, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) – foram os mais atingidos no período posterior ao golpe, com perseguições, cassações de mandatos e o exílio de suas principais lideranças políticas – como João Goulart, Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes –, mas também com a proibição do funcionamento dessas legendas, com a decretação do Ato Institucional Número 2, de 1965, que estabeleceu o bipartidarismo no Brasil. De outra parte, militantes dos movimentos sociais progressistas – como aqueles associados às Ligas Camponesas, à União Nacional dos Estudantes (UNE) e ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) – foram brutalmente reprimidos após o golpe de 1964, assim como aqueles que buscaram construir as resistências a partir de movimentos culturais e de organizações de luta armada, que se

2 O conceito de “esquerdas” e “progressistas” neste artigo é utilizado para se referir a partidos políticos e movimentos sociais, que, a despeito de suas particularidades, estão orientados para: (1) a defesa do papel do Estado na regulação do livre-mercado; (2) a promoção da redistribuição de renda e dos direitos sociais; (3) a execução de políticas afirmativas de reconhecimento das “minorias”; (4) a promoção de espaços de participação popular para além dos instrumentos da democracia representativa; (5) a preocupação com questões vinculadas à sustentabilidade e às mudanças climáticas. Apesar das proximidades, as esquerdas e as forças progressistas podem variar em seu radicalismo, com algumas defendendo *reformas* e outras pautando *rupturas* com o Estado burguês. Estas definições foram elaboradas em diálogo com trabalhos de Bobbio (1995) e Giddens (1996).



expandiram nos anos 1960 (RIDENTI, 2014; NAPOLITANO, 2014).

Ao longo dos anos 1980 e 1990, na sequência da redemocratização do país, os estudos sobre as esquerdas tiveram um *boom* na historiografia, motivados, sobretudo, pelo interesse na compreensão das resistências que ocorreram durante a ditadura. Ainda que o foco privilegiado tenham sido as pesquisas dedicadas às organizações da luta armada, diversos trabalhos foram publicados, interessados na compreensão das trajetórias dos principais partidos da esquerda brasileira e de suas lideranças políticas, mas também no entendimento de organizações ligadas aos movimentos sindical, estudantil e de luta pela reforma agrária e democratização da terra.³ Na primeira década dos anos 2000, muito influenciados pela originalidade da experiência da chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, os estudos também tiveram um crescimento relevante, com trabalhos importantes sendo publicados sobre o tema. Os volumes das coletâneas organizadas por Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira, *As Esquerdas no Brasil* e *História do Marxismo no Brasil*, editadas por João Quartim de Moraes, Daniel Aarão Reis, Marcos Del Roio e Marcelo Ridenti, assim como a existência do Grupo de Trabalho sobre Partidos e Movimentos Sociais de Esquerda nos congressos da Associação Nacional de História (ANPUH) e da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) são exemplares dessa atenção sobre as forças progressistas na história republicana brasileira.

A despeito da permanência do interesse sobre os partidos políticos e os movimentos sociais de esquerda, os últimos anos testemunharam uma “virada historiográfica” relevante, com o deslocamento da

³ Para um panorama desses estudos, ver, entre outros, os artigos publicados no Volume 3 da coletânea “As Esquerdas no Brasil”, intitulado *Revolução e Democracia* (REIS; FERREIRA, 2007).



atenção dos pesquisadores para os estudos das direitas, sobretudo das extremas-direitas. A conjuntura política que o Brasil vivenciou, marcada pelo fortalecimento de lideranças e de organizações vinculadas a esse campo político, teve impacto direto sobre a produção historiográfica. Em tempos recentes, diversos trabalhos foram publicados sobre o tema, assim como organizados grupos de pesquisa e eventos para debater essa temática.⁴ Diante desse cenário, ainda que pesquisas sobre as esquerdas permaneçam sendo realizadas – com trabalhos importantes sendo elaborados nos programas de pós-graduação no Brasil, que têm, inclusive, chamado a atenção para as especificidades regionais dos partidos e movimentos sociais progressistas –, torna-se necessária uma reflexão de mais largo alcance sobre as trajetórias dos partidos, das lideranças e das organizações ligadas a esse campo político, cobrindo, sobretudo, o período do pós-ditadura e o tempo presente⁵, período ainda pouco analisado pela historiografia.

O presente artigo se insere nessa agenda de reflexão. Em diálogo com a bibliografia especializada, busca-se refletir sobre as tendências das esquerdas no Brasil no pós-ditadura, em uma perspectiva histórica de mais longa duração. Nesse sentido, o que se pretende destacar é que, mesmo com os impactos do golpe de 1964 e das repressões ocorridas durante o regime militar, as forças de esquerda souberam se renovar no período pós-ditadura, construindo partidos políticos, movimentos sociais e organizações na sociedade civil, que, não obstante seus limi-

4 Entre as publicações historiográficas recentes sobre o tema, ver, por exemplo, MOTTA et. all (2019); GONÇALVES & NETO (2020); TEIXEIRA DA SILVA et. all. (2023).

5 Ainda que reconhecendo as especificidades da bibliografia relacionadas ao conceito de “tempo presente”, cujo termo não se circunscreve a uma dimensão somente cronológica, este artigo mobiliza o conceito para abordar a história mais contemporânea do país, considerando o período pós-redemocratização. Para uma discussão sobre o tema, ver, entre outros: FERREIRA (2018) e MÜLLER & IEGELSKI (2022).



tes e contradições, demonstraram vitalidade. Sem quaisquer pretensões apologéticas, o que se busca enfatizar, portanto, é que, apesar da *experiência da derrota* na ditadura – para dialogar com Perry Anderson (2004) em sua análise sobre o marxismo ocidental –, as esquerdas brasileiras – em suas diferentes tradições comunista, socialista e social-democrata –, do ponto de vista institucional e social, tiveram papel relevante para a construção da democracia brasileira no pós-ditadura, contribuindo tanto para a proposição de políticas públicas e iniciativas institucionais inclusivas e participativas, quanto para a renovação do repertório da política e da esfera pública brasileira, com novos sujeitos, temas e agendas.

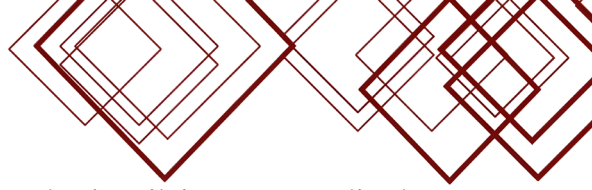
Para construir essa reflexão histórica de mais longa duração sobre as esquerdas no pós-ditadura, buscaremos analisar o cenário partidário das esquerdas, que passou por um processo de *fragmentação* relevante nas últimas três décadas, apesar da construção gradativa de uma hegemonia no campo pelo PT. Se no período da ditadura, os setores progressistas concentraram as lutas institucionais em torno do MDB, no pós-redemocratização, novos partidos foram se constituindo, que renovaram o quadro partidário no Brasil e modificaram a cena institucional, tanto atuando nas oposições, quanto nos governos municipais, estaduais e federal, com a proposição de iniciativas institucionais e políticas públicas inclusivas e participativas. Já do ponto de vista social, no que concerne aos movimentos sociais progressistas, o que se viu no período pós-ditadura foi uma maior *pluralização* das pautas, dos repertórios e das estratégias de organização e de mobilização. Se no período anterior ao golpe de 1964, as reivindicações dos coletivos progressistas estiveram mais centradas na questão do trabalho e da democratização da terra, no período pós-ditadura, ainda que essas preocupações permanecessem relevantes, elas foram gradativamente sendo ampliadas



para contemplar outras pautas, mobilizadas por novos sujeitos sociais na esfera pública, a partir de diferentes repertórios e formas de lutas.

18

Para analisar esses processos de fragmentação partidária e de pluralização dos movimentos sociais ligados às esquerdas no Brasil pós-ditadura, abordaremos três momentos históricos. Em primeiro lugar, focaremos no período do pós-redemocratização, marcado pela atuação das forças progressista na Constituinte de 1987-1988, pela disputa pela hegemonia partidária no campo das esquerdas entre o PT e o Partido Trabalhista Brasileiro (PDT), bem como pelas resistências construídas às reformas propostas pelos governos de Fernando Collor de Mello (PRN) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Na segunda parte, analisaremos o momento que se seguiu à chegada do PT ao governo federal, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência da República em 2002, período marcado pela implementação de políticas públicas progressistas, mas também por uma maior fragmentação partidária no campo das esquerdas, como resultado dos limites e contradições dos mandatos petistas. Por fim, centraremos a atenção sobre o contexto de recrudescimento da crise política no Brasil, a partir de 2013, que levou ao desmonte da estrutura partidária construída no pós-redemocratização, ao fortalecimento da extrema-direita e ao fim da Era PT, com o impeachment de Dilma Rousseff e a chegada ao poder de Michel Temer (PMDB) e Jair Bolsonaro (PSL). Paralelamente a esta história institucional, o artigo busca também chamar a atenção para o processo de fortalecimento de movimentos sociais progressistas, que, a despeito das experiências de derrotas, trouxeram, no pós-redemocratização, novos repertórios e pautas para a agenda política e a esfera pública, além de novas formas de organização e de mobilização, que problematizaram e ampliaram os cânones tradicionais das agendas das esquerdas.



A redemocratização e as esquerdas brasileiras no pós-ditadura

O contexto de redemocratização do Brasil pode ser inserido nos marcos daquilo que o cientista político Samuel Huntington (1994) chamou de “terceira onda da democratização”. Na sequência da Revolução dos Cravos, em Portugal, em 1974, ocorreu uma expansão da democracia por diferentes países da América Latina, da África e do Leste Europeu, colocando fim a uma sequência de experiências autoritárias. Ao longo dos anos 1970, o Brasil iniciou um processo gradual de democratização política, que se acelerou ao longo da década de 1980, marcado, por um lado, pela conservação de elementos do passado - em decorrência da transição pactuada, “lenta, gradual e segura”, conduzida “pelo alto” pelas elites políticas militares -, mas, por outro, por mudanças substantivas, que marcariam a redemocratização do país, impulsionadas por novos sujeitos sociais que ganhavam espaço na cena política brasileira (TEIXEIRA DA SILVA, 2019). Nesse sentido, ainda que a transição brasileira possa ser compreendida como um “híbrido” de um processo “transicional” e “transacional” - por ter sido caracterizada por uma longa duração e baseada na negociação -, ela foi também impulsionada por elementos importantes de transformação (REIS, 2014).

O período pós-ditadura no Brasil foi marcado pelo recrudescimento dos movimentos sociais progressistas e dos partidos de esquerda. Não obstante a força política mantida pelas legendas conservadoras na década de 1980, oriundas, sobretudo da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – que se converteu no Partido Democrático Social (PDS), que, posteriormente, se desdobrou em outras legendas⁶ –, e dos segmentos civis mais à direita – que se

⁶ Para uma discussão sobre as forças partidárias no pós-ditadura, ver, entre outros: FREIRE (2014).



colocaram contra a redemocratização ou que buscavam conferir a ela um sentido mais lento –, as esquerdas se mobilizaram e tiveram papel importante ao longo desse período. A reorganização dos movimentos sociais no contexto pós-redemocratização – atestada, por exemplo, nas greves do ABC paulista no final dos anos 1970 e na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, na formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1984, na força das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e na reorganização de diversos setores da sociedade civil ao longo desse período, quando “novos personagens entraram em cena” (SADER, 1988) – contribuiu substantivamente para esse cenário. Apesar do contexto internacional em sentido contrário, marcado pelo fortalecimento do neoliberalismo e pela crise do keynesianismo, essa presença progressista na cena política colaborou para que a Constituinte de 1987-1988, embora com maioria parlamentar conservadora, liderada pelo chamado “Centrão”, formulasse um texto como a Constituição de 1988, com perfil majoritariamente progressista. Este documento apontava para a construção de um Estado de Bem-Estar Social e a afirmação da pauta dos direitos civis, políticos e sociais (PILATTI, 2008; VISCARDI; PERLATTO, 2018).⁷

⁷ Ainda que muitos movimentos sociais progressistas e partidos de esquerda tenham se colocado em uma perspectiva crítica à Constituição de 1988 – a exemplo do PT, que se recusou a votar contra o texto final da Constituinte, em razão três fatores principais: “a intensa defesa do direito de propriedade, que dificultava a reforma agrária; a representação distorcida dos estados no Congresso, com sub-representação das unidades federativas maiores, onde o PT era mais forte (...); e o direito das Forças Armadas de intervir em questões de ordem interna” (ROCHA DE BARROS, 2022, p.138) –, eles contribuíram para avançar em pautas fundamentais para a ampliação da cidadania. Conforme destacado por Cláudia Viscardi e Fernando Perlatto (2018, p.452, grifos dos autores), “(...) a Carta Constitucional se direciona normativamente não apenas para a afirmação da *igualdade*, ao instituir políticas universalistas como o Sistema Único de Saúde (SUS), mas também da *diversidade*, ao apontar para novos caminhos no sentido de trazer para a agenda pública políticas orientadas para o combate ao machismo, à homofobia e ao preconceito racial”.



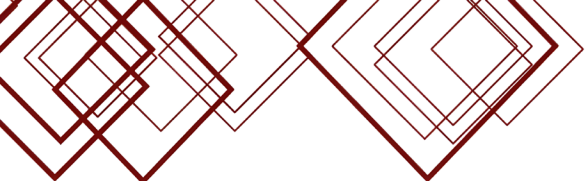
As décadas de 1980 e 1990 foram atravessadas por disputas pela hegemonia no campo partidário das esquerdas. A luta institucional progressista, concentrada durante o regime militar no MDB⁸, passou por um processo de reorganização no pós-ditadura, levando a um cenário de fragmentação no momento da abertura política. No âmbito do MDB permaneceram setores mais progressistas que tiveram papel importante nos embates pela redemocratização e na elaboração da Carta de 1988, muitos dos quais – como Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e José Serra – romperam com o partido para a criação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 1988.⁹ O Partido Comunista Brasileiro (PCB), que já vinha passando por fissuras internas desde o período anterior ao golpe de 1964 – quando muitos setores decidiram romper com a legenda, apostando na estratégia da luta armada – continuou se dividindo no processo de redemocratização, a exemplo da criação do Partido Popular Socialista (PPS), perdendo muito da força que tinha tido no período anterior, inclusive pela própria crise enfrentada pela URSS.¹⁰ Novos partidos foram constituídos neste contexto mobilizando agendas progressistas, quer seja reivindicando legendas existentes no período anterior ao AI-2, de 1965 – a exemplo do Partido

21

8 Para uma discussão sobre a trajetória do MDB e o papel desempenhado por alguns dos setores mais progressistas a ele vinculados, sobretudo a partir da década de 1970, ver, entre outros: MOTTA (1997).

9 Embora tenha nascido mais à esquerda, identificado com a tradição social-democrata, o PSDB foi gradativamente se deslocando para a centro-direita do espectro político. Sobre o processo de institucionalização do PSDB, ver, entre outros: ROMA (2002).

10 Para uma análise da trajetória do PCB no contexto da transição, ver, entre outros: REZENDE DE CARVALHO (2007). Uma das legendas oriundas do PCB, fundada antes mesmo do golpe de 1964, e que terá papel importante no período pós-redemocratização será o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), com forte inscrição nos movimentos sociais, em especial no movimento estudantil, na UNE, com a União Juventude Socialista (UJS). Sobre o PCdoB, ver: SALES (2020).



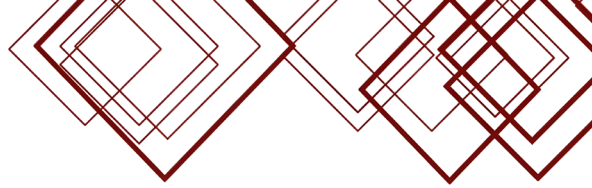
Socialista Brasileiro (PSB), refundado em 1985 –, quer seja trazendo questões novas para o debate público brasileiro, como a questão ambiental, como foi o caso do Partido Verde (PV).

22

A despeito da importância desses partidos, ao longo dos anos 1980 e 1990 a disputa pela hegemonia política no campo das esquerdas se deu entre duas legendas, o PDT e o PT. O PDT foi fundado em 1979 sob a liderança política de Leonel Brizola como uma legenda que se colocava como herdeira direta do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Getúlio Vargas e João Goulart. Diante da impossibilidade de herdar a sigla PTB – em decorrência de disputas com a sobrinha de Getúlio Vargas, Ivete Vargas –, Brizola e outras lideranças políticas, como Darcy Ribeiro, constituíram um partido com forte inscrição no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, que defendia um “novo trabalhismo”, associado à agenda nacional-desenvolvimentista varguista e à defesa de um socialismo democrático, se vinculando diretamente à Internacional Socialista (IS). Ao longo dos anos 1980, o PDT foi se consolidando como um dos principais pólos articuladores da esquerda no país, obtendo vitórias institucionais importantes, com destaque para a eleição de Brizola, em 1982, para o governo do estado do Rio de Janeiro, ampliando, também, sua representação na Câmara dos Deputados e no Senado.¹¹

Já o PT foi fundado em 1980, tendo como principal liderança Luís Inácio Lula da Silva, sindicalista de destaque das grandes greves do ABC paulista do final dos anos 1970. Sua base central de sustentação política vinha do movimento sindical, de membros das CEBs e de intelectuais críticos ao chamado “populismo” varguista.

11 Para uma discussão sobre a fundação do PDT, ver: SENTO-SÉ (2007). Para uma análise sobre a trajetória de Leonel Brizola, ver, entre outros: FREIRE; FERREIRA (2016).

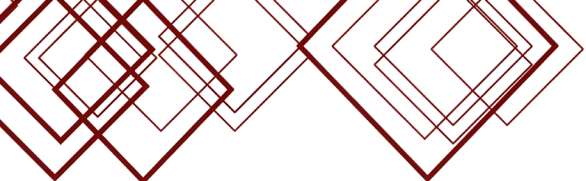


Ao longo dos anos 1980, o partido foi gradativamente ganhando força, elegendo vereadores e prefeitos, com destaque para a eleição de Luiza Erundina para a prefeitura de São Paulo, em 1989. O partido se colocou, desde o início de sua trajetória, em oposição à tradição trabalhista – representada pelo PDT –, mas também à tradição comunista, defendendo um projeto socialista renovado. Constituindo-se como um partido de tendências, o PT foi, gradativamente, se fortalecendo no decorrer da década de 1980, enquanto passava por disputas internas importantes, que seguirão nos 1990, relacionadas, sobretudo, às discussões sobre o caráter socialista ou social-democrata do partido e as estratégias eleitorais a serem adotadas – que levaram, inclusive, a divisões, com a formação de novas legendas políticas, como o Partido da Causa Operária (PCO) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).¹²

Ao longo desse período, a disputa entre PDT e PT se acirraria cada vez mais, tendo como marco decisivo a eleição presidencial de 1989, quando Lula passou, por margem apertada, à frente de Brizola, ao segundo turno para a disputa contra Fernando Collor de Mello, pertencente ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN).¹³ Apesar do apoio de Brizola, o candidato do PT acabou derrotado e as disputas entre as duas legendas se acirraram nos anos seguintes, com diferenças relevantes nas estratégias que os dois partidos adotaram para o enfrentamento ao governo eleito, inclusive no processo do impeachment, que levou à presidência seu vice, Itamar Franco (RO-

12 Sobre o PT, ver, entre outros: MENEGUELLO (1989); SECCO (2011); ROCHA DE BARROS (2022).

13 A eleição presidencial de 1989, além de PT e PDT, contou com a participação de outros candidatos pertencentes a partidos à de esquerda ou de políticos, que à época, mobilizavam agendas próximas às pautas progressistas, a exemplo, de Ulysses Guimarães (PMDB), Roberto Freire (PPS), Mário Covas (PSDB) e Fernando Gabeira (PV). Sobre a eleição presidencial de 1989, ver: FREIRE; CARVALHO (2018).



CHA DE BARROS, 2022, p.179). Além dos partidos políticos, os movimentos sociais progressistas – em especial, o movimento estudantil, com destaque para a UNE, que já havia desempenhado um papel relevante nas lutas pela redemocratização do país (MÜLLER, 2014) – participaram ativamente das mobilizações coletivas ocorridas ao longo de 1992 em torno da palavra de ordem “Fora Collor”, que pressionaram o Congresso Nacional e levaram ao afastamento do presidente da República (SALLUM JR., 2015).

24

Na eleição presidencial de 1994, PT e PDT ainda estiveram em candidaturas diferentes – quando Fernando Henrique Cardoso (PSDB), beneficiando-se do sucesso do Plano Real, foi eleito para o governo federal –, mas, em 1998, se coligaram, com Brizola sendo candidato a vice de Lula.¹⁴ Apesar de uma nova derrota para o candidato tucano, esse momento marcou, em certo sentido, a consolidação da hegemonia do PT no campo das esquerdas.¹⁵ Ainda que se reivindicando dentro de um campo político da centro-esquerda – orientado pela lógica da chamada “Terceira Via” (GIDDENS, 2005), que aproximou governantes como Bill Clinton, nos Estados Unidos e Tony Blair, na Grã-Bretanha –, os governos de Fernando Henrique Cardoso, pautados pela lógica da modernização econômica do país e pelo objetivo de “enterrar a Era Vargas”, marcaram a intensificação do processo de inserção do Brasil na globalização neoliberal. As

14 Na eleição presidencial de 1998, outros partidos políticos de esquerda ou candidatos que mobilizavam pautas progressistas participaram das disputas. Além da chapa Lula-Brizola, Ciro Gomes lançou sua candidatura pelo PPS, Alfredo Sirkis pelo PV e José Maria de Almeida pelo PSTU.

15 Celso Rocha de Barros sugere a hipótese de que um dos principais fatores que explica a conquista da hegemonia do PT no campo das esquerdas está ligada ao fato de que “o PDT não conseguiu se organizar fora dos estados onde o velho trabalhismo de Vargas havia sido historicamente forte” (ROCHA DE BARROS, 2022, p.155). Ao longo dos anos 1980 e 1990, “os petistas tiveram mais paciência e disciplina para construir seu partido nacionalmente do que os trabalhistas” (Idem).



reformas implementadas ao longo desse período, sobretudo aquelas relacionadas ao mundo do trabalho, tiveram amplo impacto sobre os sindicatos, base principal de organização do PT (CARDOSO, 1999).¹⁶

Não obstante o cenário politicamente adverso dos anos 1990, as forças progressistas e os partidos de esquerda – em especial o PT – tiveram avanços importantes. No campo institucional, o chamado “modo petista de governar” em cidades como Porto Alegre e Belo Horizonte proporcionou a elaboração de experiências de gestão inovadoras e inclusivas – a exemplo do Orçamento Participativo –, que, além dos impactos locais no sentido de ampliar a participação popular na elaboração de políticas públicas, contribuíram para inserir o tema da democracia participativa como central para a preocupação de muitos dos partidos (WAMPLER; AVRITZER, 2010). Além disso, no próprio governo Fernando Henrique Cardoso, em decorrência da pressão dos movimentos sociais, algumas agendas progressistas avançaram, a exemplo daquelas vinculadas aos direitos humanos, como a criação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, em 1995, e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, em 2001. No cenário social, a conjuntura dos anos 1990 foi marcada pelo fortalecimento das lutas pela democratização da terra e contra a violência no campo, levadas adiante pelo MST – a exemplo dos protestos contra o Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996 –, e também pela construção de estratégias de resistência aos avanços do neoliberalismo, não apenas em âmbito nacional – como evidenciado

25

¹⁶ As reformas neoliberais ocorridas nesse período, orientadas para o estabelecimento de um “Estado mínimo”, contribuíram para que o PT fizesse um deslocamento político importante, passando, cada vez mais, a valorizar aspectos centrais do nacional-desenvolvimentismo varguista, do qual fora crítico desde a sua fundação. Para uma discussão sobre esses deslocamentos políticos do PT, ver, entre outros: PERLATTO (2019).



pela greve dos petroleiros, em 1995 –, mas também em uma dimensão internacionalista, a partir da organização de um espaço como o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, a partir de 2001, como forma de se contrapor ao Fórum de Davos e formular alternativas à globalização hegemônica (GOHN, 2019).

As esquerdas brasileiras e a Era PT

26 As vitórias de Lula nas eleições presidenciais de 2002 e 2006 – quando derrotou, respectivamente, José Serra (PSDB) e Geraldo Alckmin (PSDB) – e as eleições posteriores de Dilma Rousseff – que venceu em 2010 José Serra (PSDB) e em 2014 Aécio Neves (PSDB) – modificaram substancialmente a presença das esquerdas no Brasil.¹⁷ Em 2002, pela primeira vez, desde a redemocratização, um partido como o PT, que se reivindicava abertamente pertencente a este campo político, chegava à presidência da República, permanecendo durante treze anos no poder. Ao longo deste período, o PT implementou políticas sociais progressistas, orientadas por um “reformismo gradual”, nos termos de André Singer (2012). Essas iniciativas – a exemplo do Programa Bolsa Família, do aumento do salário mínimo, da formalização do emprego e da expansão do crédito – possibilitaram o combate à pobreza e uma maior inclusão social. Além disso, fez enfrentamentos políticos importantes, como a implementação da política de cotas nas universidades federais e

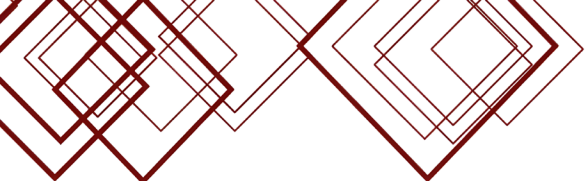
¹⁷ Nas eleições presidenciais de 2002, 2006, 2010 e 2014, outros partidos de esquerda ou políticos que mobilizavam pautas progressistas se candidataram, como Ciro Gomes (PPS), Anthony Garotinho (PSB), Ruy Costa Pimenta (PCO) e José Maria de Almeida (PSTU), em 2002; Heloísa Helena (PSOL) e Cristovam Buarque (PDT), em 2006; Marina Silva (PV), Plínio de Arruda Sampaio (PSOL), José Maria de Almeida (PSTU), Ivan Pinheiro (PCB) e Rui Costa Pimenta (PCO), em 2010; Marina Silva (PSB), Luciana Genro (PSOL), Eduardo Jorge (PV), José Maria de Almeida (PSTU), Mauro Iasi (PCB) e Rui Costa Pimenta (PCO), em 2014.



a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2012, que buscou investigar as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura. Mas também, nesse período, o partido adotou posições políticas conservadoras, que impossibilitaram um enfrentamento mais estrutural à desigualdade social do país. Os limites e as contradições das iniciativas do PT frente ao governo federal resultaram em novas divisões no campo das esquerdas, destacando-se, no âmbito institucional, a fundação, em 2004, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e a saída de Marina Silva do governo Lula e seu rompimento com o PT, em 2008. No campo social, destaca-se o surgimento de novas organizações que procuravam disputar nos movimentos sociais a hegemonia no campo progressista conquistada pelo PT.¹⁸

Os anos dos governos do PT na presidência da República também foram marcados por uma reconfiguração da geopolítica global, que possibilitou a construção de redes e articulações políticas com outros países progressistas, em especial na América Latina. Entre o final da década de 1990 e início do século XXI, diferentes governos que foram eleitos na região, na chamada “onda rosa” – como Néstor Kirchner e Cristina Kirchner (Argentina), Michelle Bachelet (Chile), Tabaré Vázquez e José Mujica (Uruguai), Hugo Chávez (Venezuela), Evo Morales (Bolívia), Rafael Correa (Equador), Fernando Lugo (Paraguai) –, não obstante suas particularidades, caracterizaram-se pela implementação de políticas sociais amplas, que, embora, em alguns casos, conservassem a ortodoxia econômica dos governos anteriores, problematizavam os pilares do neoliberalismo

18 No campo sindical, por exemplo, ocorreu o surgimento de organizações que buscaram romper com a CUT, a exemplo da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) e Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Sobre este tema, ver: GALVÃO (2009).

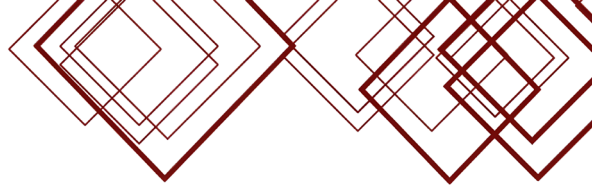


(LIMA, 2008). Além disso, no que concerne à política externa, os governos petistas buscaram construir acordos comerciais e políticos com países da América do Sul – como o MERCOSUL e a UNASUL – e com outras nações do chamado “Sul global” – a exemplo da criação dos BRICS, em 2019, que, originalmente, reunia Brasil, Rússia, China e Índia –, voltados para uma integração mais ampla, de modo a possibilitar uma inserção mais soberana no cenário internacional (SADER, 2009).

28

Entre 2003 e 2016, anos em que o PT esteve à frente da presidência da República, o Brasil testemunhou uma reconfiguração importante dos movimentos sociais, com o fortalecimento de organizações como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e a emergência de diversos coletivos e “esferas públicas subalternas” progressistas que, mobilizando novos repertórios e formas de organização mais horizontalizadas, passaram a pautar com mais força na esfera pública agendas relacionadas às lutas feminista, antirracista, indígena e antiLGBTQIA+fobia.¹⁹ Ainda que muitas dessas pautas já estivessem anteriormente presentes na cena social brasileira (ARAUJO, 2000), foi a partir desse período que muitas delas passaram a ser mais ouvidas e ganhar maior relevância e protagonismo na esfera pública, potencializadas, inclusive, por políticas públicas implementadas pelos governos petistas. Para dialogar com as formulações do clássico debate entre Nancy Fraser e Axel Honneth (2003), as agendas do *reconhecimento* passaram a ocupar espaço cada vez mais importante nas demandas do campo progressista, provocando, inclusive, algumas disputas entre setores da esquerda, que acreditavam terem sido secundarizadas as reivindicações relacionadas às

¹⁹ Para a discussão sobre os movimentos sociais organizados que ganharam maior espaço nesse contexto, ver: GOHN (2019). Para uma discussão sobre as “esferas públicas subalternas”, ver: PERLATTO (2018).



pautas da *redistribuição*.

O período das gestões petistas à frente do governo federal coincidiu com mudanças relevantes de enorme impacto no mundo. De um lado, em 2008 e 2009, a maior crise econômica do capitalismo desde 1929, impactou profundamente a cena política, inclusive levando muitos analistas a perceberem um “retorno do Estado”, diante da crise vivida pelo neoliberalismo (CALHOUN; DERLUGUIAN, 2011). De outro lado, esse contexto testemunhou a emergência de um ciclo global de protestos, que, iniciado com a Primavera Árabe, em 2010, se espalhou como pólvora pelo mundo, com movimentos que tomaram as ruas em 2011, no Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, e os “Indignados”, na Espanha (DELLA PORTA, 2015). Esse momento de intensa mobilização social, no qual se configuraram, nos termos de Manuel Castells (2013) “redes de indignação e esperança”, contribuiu para o surgimento de novos partidos políticos – a exemplo do Syriza, em 2013, na Grécia, e o Podemos, na Espanha – e para a projeção de políticos comprometidos com agendas voltadas para a problematização do sistema político então vigente e a exclusão social, como Bernie Sanders, do Partido Democrata, nos Estados Unidos, e Jeremy Corbyn, do Partido Trabalhista, na Grã-Bretanha. O sucesso editorial de uma obra como a do intelectual francês Thomas Piketty, *O Capital no Século XXI*, publicada originalmente em 2013 e traduzido para o Brasil em 2014, diz muito sobre o clima de uma época no qual o tema da desigualdade social e a reflexão sobre o papel do Estado na economia passou a ganhar maior espaço no debate público (PIKETTY, 2014).



As esquerdas brasileiras, a crise política e o tempo presente

30

A partir de meados da década de 2010, o cenário político no mundo e no Brasil começou a se alterar gradativamente, com impactos diretos sobre os partidos e os movimentos sociais progressistas. No plano global, este período assistiu à eleição de lideranças políticas associadas à extrema-direita, como Viktor Orbán, na Hungria, Andrzej Duda, na Polônia e Donald Trump, nos Estados Unidos, além do crescimento do apoio a figuras como Nigel Farage, na Grã-Bretanha – que impulsionou, com o apoio de lideranças do Partido Conservador, como Boris Johnson, o Brexit, saída do Reino Unido na União Europeia, em 2016 –, Matteo Salvini, da Liga do Norte, Giuseppe Grillo, do Movimento 5 Estrelas, e Giorgia Meloni, do Partido Irmãos de Itália. Além disso, houve o crescimento da votação em partidos de extrema-direita, com pautas abertamente xenófobas e racistas, como o Vox, na Espanha, o Partido da Liberdade, na Áustria e AfD, na Alemanha (LOWY, 2015). Já na América Latina, a “onda rosa” perdeu seu ímpeto, com a eleição de políticos vinculados ao campo da direita, a exemplo de Mauricio Macri, na Argentina, Sebastián Piñera, no Chile, e Pedro Pablo Kuczynski, no Peru. Mais recentemente, a região assistiu ao fortalecimento de lideranças políticas de extrema-direita, como Javier Milei, na Argentina.

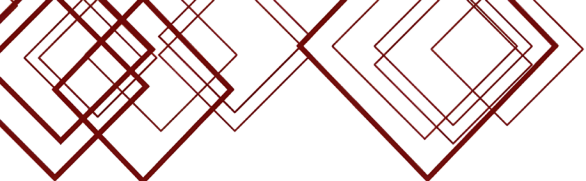
Esses movimentos globais representaram uma *reação* ou um movimento de *backlash*, para dialogar com Susan Faludi (1991), aos avanços e às demandas dos partidos e movimentos progressistas no período anterior. Se de um lado, ocorreu o fortalecimento de discursos contra o chamado “politicamente correto” – em oposição às agendas do reconhecimento –, de outro, se deu a expansão da agenda neoliberal, com ataques diretos às demandas por redistribuição de renda, em um movimento que Nancy Fraser (2019) denominou



como “neoliberalismo reacionário”, que ainda convive com o “neoliberalismo progressista”. Além disso, esses grupos e lideranças políticas de extrema-direita têm direcionado seus ataques às instituições democráticas liberais. Conforme destacado por diferentes analistas, uma vez conquistado o poder, eles procuram destruir a democracia “por dentro”, valendo-se de instrumentos legais e aparentemente constitucionais para fins antidemocráticos, voltados para fortalecer o poder Executivo, em detrimento dos poderes Legislativo e Judiciário, para promover o enfraquecimento da imprensa e a perseguição a opositores políticos, minando, gradativamente, as instituições da democracia liberal (LEVITSKY; ZIBLAT, 2018; PRZEWORSKI, 2019). E na hipótese de não serem eleitos, buscam deslegitimar as instituições democráticas, insuflando rebeliões contra o sistema, como foi o caso nos Estados Unidos, com Donald Trump e a invasão do Capitólio, ocorrida em 06 de janeiro de 2021.

31

No caso do Brasil, em particular, o cenário começou a se modificar com mais intensidade, a partir de 2013. No mês de junho daquele ano, diversas manifestações tomaram as ruas do país, a princípio portando pautas progressistas – como a agenda do transporte público, mobilizada pelo Movimento Passe Livre (MPL), em São Paulo –, com a presença forte de grupos mais próximos de um repertório associado ao ativismo da esquerda autonomista, mas também de movimentos e partidos progressistas mais tradicionais, portadores do repertório socialista. Porém, aos poucos, esses setores foram sendo deslocados por ativistas portadores de repertórios mais conservadores, liderados por grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem pra Rua e o Revoltados On Line, que portavam símbolos nacionais e gritavam palavras de ordem contra o sistema político, sobretudo com foco direcionado aos governos do PT (ALONSO,

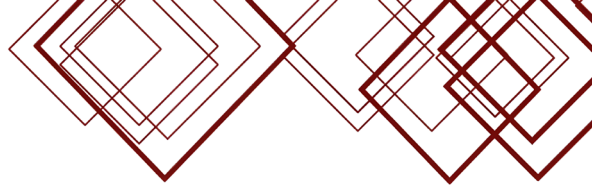


2023). Em um período no qual o país assistia à realização de grandes eventos esportivos – como a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016) – e testemunhava os avanços das denúncias relacionadas à Operação Lava Jato, iniciada em 2014, as direitas, e setores de extrema-direita, intensificaram os protestos de rua, protagonizando grandes manifestações em 2015 e 2016, que defendiam o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (ROCHA, 2021).

32

Foi nesse contexto, no qual as forças progressistas, se viam mais acudadas e que grupos de extrema-direita começavam a ganhar maior destaque na esfera pública brasileira – inclusive com a ampliação de sua presença nos poderes legislativos, em especial na Câmara Federal (CODATO et. all, 2015) – que ocorreu o processo de destituição de Dilma da presidência da República. A despeito das resistências protagonizadas pelos setores progressistas – a partir de mobilizações organizadas pela “Frente Povo Sem Medo” e pela “Frente Brasil Popular” –, que portavam o discurso de “Não vai ter golpe”, o processo de impeachment contra Dilma foi efetivamente concluído em 2016 (SINGER, 2018; LIMONGI, 2023). Durante o governo de seu vice, Michel Temer (PMDB), apesar de todas as adversidades, as forças progressistas mantiveram a mobilização nas ruas, com manifestações que traziam a palavra de ordem “Fora Temer”, diante dos avanços da agenda neoliberal – com projetos como a PEC do Teto de Gastos (2016) e a Reforma Trabalhista (2017) – e de iniciativas que contribuíram para uma maior presença dos militares na política, que se intensificaria nos anos seguintes.

Porém, não obstante a importância dessas resistências, o cenário político para as esquerdas se tornou ainda mais complicado após a prisão de Lula, em abril de 2018, que o impediu de se can-

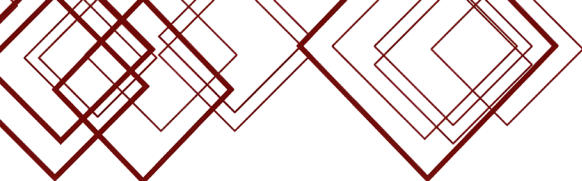


didatar na eleição seguinte, sendo substituído por Fernando Haddad (PT), que tinha como vice Manuela D'Ávila (PCdoB). A chapa que reunia duas jovens lideranças ligadas a partidos de esquerda não conseguiu deter a onda conservadora, que tomou o país a partir de 2013, e que possibilitou a eleição à presidência da República de Jair Bolsonaro (PSL), em outubro daquele mesmo ano.²⁰ Um político saudosista da experiência de 1964 chegava ao poder em um momento no qual “o Brasil dobrou à direita” (NICOLAU, 2020), com a ampliação da representação de grupos de direita e de extrema-direita nos poderes Executivo e Legislativo, e no qual o sistema partidário construído desde os anos 1990 – baseado na disputa nacional entre PT e PSDB, com a mediação do MDB – passava por um processo de desintegração e desmonte (AVRITZER, 2019; NOBRE, 2022).

O governo de Jair Bolsonaro se constituiu como um momento de derrotas importantes para as esquerdas. Para além da radicalização do projeto neoliberal para a economia defendido pelo Ministro da Fazenda, Paulo Guedes, dos projetos conservadores propostos ou levados adiante pelo poder Executivo e pelos Legislativos – a exemplo de ações contra o que denominavam de “ideologia de gênero”, de medidas restritivas ao aborto e dos ataques às agendas dos direitos humanos, como a extinção da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos –, segmentos associados a grupos conservadores e a pautas de extrema-direita se sentiram mais legitimados para perseguirem setores progressistas.²¹ Porém, apesar do avanço do conservadoris-

20 Na eleição presidencial de 2018, outros partidos de esquerda ou políticos que mobilizavam pautas progressistas se candidataram, como Ciro Gomes (PDT), Marina Silva (REDE) e Guilherme Boulos (PSOL).

21 Para um panorama da discussão sobre os impactos do governo Bolsonaro e do “bolsonarismo” para a democracia, ver os artigos de historiadores e cientistas sociais que compõem a coletânea *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje* (Companhia das Letras, 2019).



34

mo, em um contexto adverso, marcado pela pandemia da COVID-19 e o negacionismo do governo Bolsonaro, as esquerdas conseguiram resistir em diferentes frentes. Isso ocorreu tanto do ponto de vista institucional – a partir da atuação de bancadas progressistas nos legislativos de todo o país, que buscaram barrar o avanço de agendas conservadoras –, quanto social, a exemplo de ações como o “Tsunami da Educação” – que consistiu em várias manifestações ocorridas em 2019 como forma de protesto contra os cortes na educação – e de vários atos, que ganharam as ruas em 2021 contra o autoritarismo do governo Bolsonaro. Além de ações dos partidos e dos movimentos sociais progressistas – que compunham frentes diversas, como “Povo Sem Medo”, “Brasil Popular”, “Coalizão Negra por Direitos”, “Instituto Marielle Franco”, a “Articulação dos Povos Indígenas pelo Brasil”, e “Central de Movimentos Populares” –, outras associações se organizaram ao longo daquele período com o objetivo de lutar pela preservação das instituições democráticas, a exemplo da “Comissão Arns” e do “Pacto pela Democracia”. Essas diferentes redes foram fundamentais não apenas para a construção de espaços de resistência, mas para que Bolsonaro pudesse ser derrotado por Lula, candidato do PT, nas eleições de 2022.²²

Conclusão

A experiência da derrota em 1964 marcou profundamente as esquerdas brasileiras. A deposição ilegal de um presidente progressista democraticamente eleito e os processos que se seguiram de

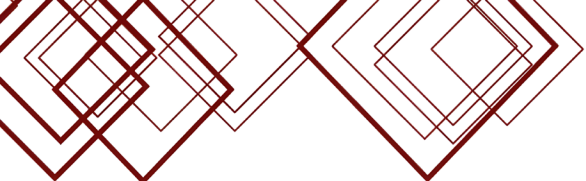
²² Na eleição presidencial de 2022, outros partidos de esquerda ou políticos que mobilizavam pautas progressistas se candidataram, como Ciro Gomes (PDT), Léo Péricles (Unidade Popular), Sofia Manzano (PCB) e Vera (PSTU). Nesta eleição, ocorreu um deslocamento eleitoral importante com o apoio do PSOL à candidatura de Lula.



repressão e de perseguição contra os partidos políticos e os movimentos sociais tiveram consequências relevantes para as esquerdas durante o período da ditadura, que se dividiu entre as estratégias das lutas armadas e institucional, no âmbito do MDB. Durante a transição e a primeira década da democracia no Brasil, em uma conjuntura adversa, as esquerdas sofreram novas derrotas e passaram por processos importantes de fragmentação. Não obstante isso, conseguiram resistir aos projetos conservadores e neoliberais daquele período, pressionando pela implementação de agendas progressistas importantes na Constituição de 1988 e inovando em iniciativas institucionais e políticas públicas inclusivas, quando tiveram a oportunidade de assumirem cargos nos legislativos e a condição de governo. O cenário aberto pela eleição de Lula em 2002 alterou o cenário para as esquerdas. Ainda que a correlação de forças permanecesse desfavorável para as forças progressistas, a conjuntura iniciada nos governos do PT – apesar de seus limites e contradições – possibilitou a implementação de políticas públicas progressistas, além de uma maior pluralização dos movimentos sociais, que passaram a ocupar a esfera pública com novos sujeitos, repertórios e pautas, que modificaram substantivamente a cena política brasileira.

35

Na última década, contudo, as esquerdas vivenciaram novamente a experiência da derrota. A conjuntura política que se seguiu às manifestações de junho de 2013 – que assistiu ao fortalecimento de grupos de extrema-direita, ao processo de impeachment sofrido pela presidenta Dilma Rousseff e a prisão de Lula, seguida da chegada ao governo federal de Michel Temer e de Jair Bolsonaro – configurou um cenário desolador para as forças progressistas. Para além do crescimento das direitas em âmbito institucional – vencendo eleições municipais e estaduais, e ocupando um espaço ainda mais



relevante no Congresso Nacional –, houve também uma maior legitimação para que discursos conservadores e reacionários pudessem avançar na esfera pública e na sociedade civil. Contudo, apesar do contexto desfavorável, as esquerdas conseguiram resistir e construir espaços de mobilização de organização. A eleição de Lula em 2022, derrotando Jair Bolsonaro, abriu um novo cenário para as esquerdas, ainda que a conjuntura política permaneça adversa.

36

A vitória de Lula ocorreu em um cenário político complexo e só foi possível a partir da organização de uma frente ampla, que mobilizou setores da centro-direita, como Geraldo Alckmin, candidato a vice, que se filiou ao PSB. Sua vitória se deu por uma pequena margem de votos, evidenciando a força de Bolsonaro e do bolsonarismo na sociedade brasileira. Desde que assumiu o governo, o presidente tem buscado implementar agendas progressistas – a exemplo da criação do Ministério dos Povos Indígenas –, mas, além de ter que se equilibrar diante das pressões pela manutenção de uma política mais neoliberal na economia, se viu obrigado a que enfrentar logo no início do mandato a tentativa de um golpe, com a invasão do Congresso Nacional, em 08 de janeiro de 2023. Além disso, Lula e as forças progressistas se encontram diante de desafios conjunturais de difícil resolução, relacionados, por exemplo, às dificuldades para lidar com um Congresso Nacional majoritariamente conservador – controlado pelo chamado “Centrão” –, cujos poderes se fortaleceram sobremaneira ao longo dos últimos anos, em uma lógica que problematiza o “presidencialismo de coalizão” (ABRANCHES, 2018), que orientava as relações entre Executivo e Legislativo, e no qual os partidos de esquerda possuem representação reduzida.

Para além da necessidade de uma renovação, que aponte para um cenário do “pós-Lula” como principal liderança do campo pro-

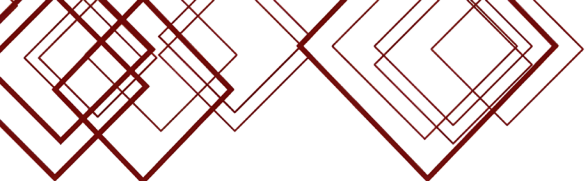


gressista, um dos maiores desafios para as esquerdas brasileiras na atual conjuntura permanece ligado à preservação da democracia e ao enfrentamento das extremas-direitas. Ainda que as instituições democráticas tenham resistido à tentativa de golpe, os enfrentamentos relacionados à crise democrática permanecem relevantes, sobretudo em um contexto internacional marcado pelo fortalecimento da extrema-direita. No caso do Brasil, em particular, esses desafios devem ser pensados de modo historicizado, tendo-se em vista as experiências golpistas de 1937, 1964 e 2018, que, a despeito de suas particularidades e diferenças, impactaram sobretudo os movimentos sociais progressistas e os partidos políticos de esquerda, como o PCB, o PTB e o PT. Nesse sentido, as esquerdas no país se encontram diante da necessidade de construir frentes amplas capazes de proteger as instituições democráticas – o que, nem sempre, é possível diante do apoio que setores liberais têm dado a forças autoritárias em diferentes momentos da história brasileira – e, ao mesmo tempo, avançarem em propostas de médio e longo prazo, que contribuam com os processos de democratização política e social do país.

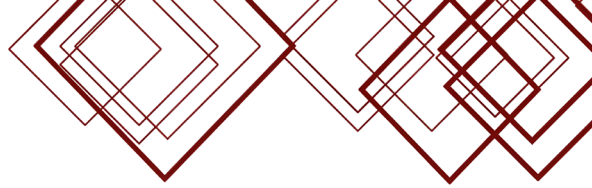
37

Referências

- ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ALONSO, Angela. *Treze: A política de rua de Lula a Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo, Boitempo, 2014.



- ARAÚJO, Maria Paula. *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.
- CALHOUN, Craig; DERLUGUIAN, Georgi. *The Deepening Crisis: Governance Challenges after Neoliberalism*. Social Science Research Council, New York University, 2011.
- CARDOSO, Adalberto. *Sindicatos, Trabalhadores e A Coqueluche Neoliberal: A Era Vargas Acabou?*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CODATO, Adriano et all. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião et. all (Orgs.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 115-143.
- DELLA PORTA, Donatela. *Social Movements in Times of Austerity: Bringing Capitalism Back Into Protest Analysis*. Cambridge, 2015.
- FALUDI, Susan. *Backlash: The Undeclared War Against Women*. New York: Crown Publishers, 1991.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, v. 10, p. 80-108, 2018.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo e Argumento*, v. 09, p. 05-74, 2017.
- FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition: a Political-Philosophical Exchange*. London: Verso, 2003.



- FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- FREIRE, Américo. A via partidária da transição política brasileira. *Varia História*, v. 30, p. 287-308, 2014.
- FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Orgs.) *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- FREIRE, Américo; CARVALHO, Alessandra. As eleições de 1989 e a democracia brasileira: atores, processos e prognósticos. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 119-161.
- GALVÃO, Andréia. “A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula”. *Outubro* (São Paulo), v. 18, p. 175-197, 2009.
- GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- _____. *A terceira via. Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo*. 9ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.
- GONÇALVES, Leandro P.; NETO, Odilon Caldeira. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATI, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.
- LIMA, Maria Regina Soares de (Org.). *Desempenho de Governos Progressistas no Cone Sul: agendas alternativas ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro,



Editora IUPERJ, 2008.

- LIMONGI, Fernando. *Operação Impeachment: Dilma Rouseff e o Brasil da Lava Jato*. São Paulo: Todavia, 2023.
- LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 124, p. 652-664, 2015.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT: A formação de um partido, 1979-1982*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e Sociedade. A trajetória do MDB*. Ouro Preto: UFOP, 1997.
- MOTTA, RODRIGO Patto Sá et. all (Orgs.). *Pensar as direitas na América Latina*. São Paulo: Alameda, 2019.
- MÜLLER, Angélica. No caminho à democracia: o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes. *Dimensões: Revista de História da UFES*, v. 32, p. 128-147, 2014.
- 40 MÜLLER, Angélica & IEGELSKI, Francine. História do tempo presente: mutações e reflexões. In: MULLER, A.; IEGELSKI, F. (Org.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV, 2022, p. 9-26.
- NAPOLITANO, Marco. Esquerdas, política e cultura no Brasil (1950-1970): um balanço historiográfico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.58, p. 35, 2014.
- NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. São Paulo: Zahar, 2020.
- NOBRE, Marcos. *Limites da democracia: de Junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2022.
- PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro, Zahar, 2019.
- PERLATTO, Fernando. *Esferas públicas no Brasil: teoria social, públicos subalternos e democracia*. Curitiba: Appris Editora, 2018.
- _____. Estado e sociedade no Brasil, do petismo ao lulismo: corporati-



- vismo, concertação e participação. In: Luciano Aronne de Abreu; Marco Aurélio Vannucchi. (Org.). *Corporativismos ibéricos e latino-americanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019, p. 371-393.
- PIKETTY, Thomas. *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014
- PILATTI, Adriano. *A Constituinte de 1987-1988. Progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2008.
- REIS, Daniel Aarão. A constituição cidadã e os legados da ditadura. *Locus*, v. 24, p. 277-297, 2018.
- REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- REZENDE DE CARVALHO, Maria Alice. Breve História do ‘Comunismo Democrático’ no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 261-281.
- RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão et all. (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 30-47.
- ROCHA, Camila. *Menos Marx, Mais Mises. O liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2021.
- ROCHA DE BARROS, Celso. *PT, Uma História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, 17(49), pp. 71-92, 2002.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- SADER, Emir. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*.



São Paulo, Boitempo, 2009.

SALES, Jean Rodrigues. *Entre a revolução e a institucionalização: uma história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)*. São Paulo: Edusp, 2020.

SALLUM Jr. Brasília. *O impeachment de Fernando Collor. Sociologia de uma crise*. São Paulo: Editora 34, 2015.

SECCO, Lincoln. *História do PT: 1978-2010*. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

SENTO-SÉ, J. T. L. Um Encontro em Lisboa. O Novo Trabalhismo do PDT. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *Revolução e Democracia (1964...)*. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 429-450.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

42

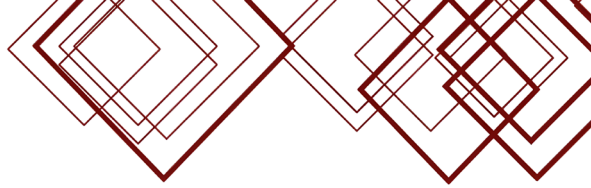
_____. *O lulismo em crise: o quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Crise da Ditadura Militar e o Processo de Abertura Política (1974-1985). In: Ferreira, Jorge; Neves Delgado, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, v. 04, p. 313-357.

TEIXEIRA DA SILVA, F. C. et all (Orgs.). *Novo Dicionário Crítico do Pensamento das Direitas*. Recife: EDUPE, 2023.

VISCARDI, Cláudia; PERLATTO, Fernando. Cidadania no tempo presente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano. O Tempo da Nova República*. Volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 447-477.

WAMPLER, BRIAN; AVRITZER, Leonardo. Públicos participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático. In: NOBRE, Marcos; COELHO, Vera (Orgs). *Participação e delibera-*



ção: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo São Paulo: Editora 34, 2004, p.210-238.

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

O Relatório da Comissão Nacional da Verdade e a historiografia sobre a Ditadura Militar: uma reflexão a partir dos textos “Contexto Histórico das graves violações” e “Civis que colaboram com a Ditadura”

The Report of the National Truth Commission and historiography on the Military Dictatorship: a reflection based on the texts “Historical Context of serious violations” and “Civilians who collaborated with the dictatorship”

Natália Aparecida Godoy da Silva¹

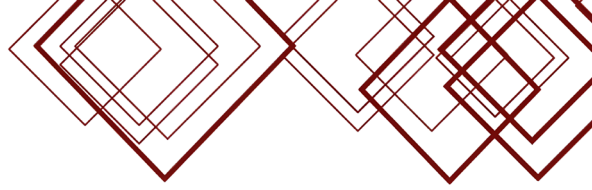
Resumo: O presente texto pretende examinar o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, com ênfase em sua narrativa sobre as bases sociais de apoio ao golpe de 1964 e a ditadura militar e em torno dos legados autoritários daquele período. Serão analisados os textos “Contexto histórico das graves violações entre 1946 e 1988” e “Civis que colaboraram com a ditadura”, que integram o relatório da CNV. O trabalho busca examinar a narrativa de ambos os textos e as relações com a historiografia e, para isso, se realizará um breve apanhado da produção historiográfica sobre os temas em questão, em diálogo com a análise dos dois textos do informe.

Palavras-chave: ditadura militar, justiça transicional, Comissão Nacional da Verdade.

Abstract: This text aims to examine the work of the National Truth Commission, with an emphasis on its narrative about the social bases of support for the 1964 coup and the military dictatorship and around the authoritarian legacies of that period. The texts “Historical context of serious violations between 1946 and 1988” and “Civilians who collaborated with the dictatorship”, which are part of the CNV report, will be analyzed. The paper seeks to examine the narrative of both texts and their relationship with historiography. To this end, a brief overview of historiographical production on the themes in question will be carried out, in dialogue with the analysis of the two texts in the report.

Keywords: military dictatorship, transitional justice, National Truth Commission.

¹ Doutoranda em História Social pela UFF; Bolsista CAPES de doutorado; pesquisadora no “Observatório do Tempo Presente”; Integrante do Projeto NACE-CNV-Brasil; Mestra em História pela UFJF. O presente artigo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. As reflexões do artigo foram apresentadas no seminário “1964-2024: a ditadura brasileira em perspectiva histórica e comparada”, ocorrido em março de 2024, no Instituto de Relações Internacionais da USP, em São Paulo, SP. Por isso, também destacamos o apoio do PPGH-UFF por meio da Comissão Gestora do PROEX-PPGH-UFF e da CAPES. E-mail: nataliajfm@gmail.com. ORCID ID: 0000-0001-8188-5338.



Introdução

O terceiro mandato presencial de Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2023, têm sido acompanhado de expectativas sobre o futuro da justiça de transição no Brasil. Esta sofreu um significativo processo de desmonte nos últimos anos, também marcados por políticas e discursos negacionistas e de apologia ao passado ditatorial (Benetti *et al*, 2020). Ademais, também se aguarda a implementação das recomendações da Comissão Nacional da Verdade, organismo estatal que atuou entre 2012 e 2014 na investigação das violações aos direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar.

Esta comissão, assim como suas semelhantes locais, regionais, setoriais e universitárias, produziram conclusões e recomendações fundamentais para a continuidade do processo de justiça transicional no país, disponíveis em seus relatórios investigativos. Porém, as orientações destes documentos não foram seguidas nos últimos anos, atravessados por uma guinada autoritária na política e no debate público sobre a ditadura. Tal conjuntura evidencia a centralidade do tema das comissões da verdade e da ditadura militar para o debate público no tempo presente (Müller, 2020; Pereira, 2015).

45

Neste processo é preciso lembrar que a “saída” da ditadura militar no Brasil se singulariza por seu caráter lento e negociado entre militares e elites políticas. A *abertura*, tal como foi denominada, começou em 1974, sendo conduzida pelo general Ernesto Geisel. Este escolheu João Baptista Figueiredo como seu sucessor, visando garantir o controle do processo. O mandato deste se iniciou em 1979 e foi marcado pela suspensão dos atos institucionais e pela permanência da constituição de 1967 (Aarão Reis, 2021b).

Durante o processo de abertura, os movimentos em defesa da



46

Anistia ganharam força, envolvendo familiares de mortos e desaparecidos, exilados, organizações em prol da Anistia, dentre outros atores (Greco, 2009). A pauta da anistia também foi incorporada pelo governo Geisel e, em agosto de 1979, ela foi sancionada por Figueiredo, por meio do Decreto-Lei n.º 6.683, após debates do projeto de lei no Congresso Nacional (Fagundes, 2014; Aarão Reis, 2021b). A lei beneficiou todos os civis e militares envolvidos em atos como repressão, censura, tortura, dentre outras violações aos direitos humanos e também favoreceu opositores políticos, além de ter permitido o retorno dos exilados (Aarão Reis, 2021b; Fico, 2010). Porém, o decreto não abarcou os militantes de esquerda que foram condenados por ações de resistência como sequestro, assalto e atentados pessoais, as quais eram taxadas como “terroristas” pelos militares, embora o terrorismo não constasse nas leis de segurança da época (Fico, 2010). O historiador Carlos Fico propõe a hipótese de que esta decisão pode ser lida como uma estratégia do governo para evitar questionamentos às disposições da lei de Anistia, ao “desviar a atenção do artigo que buscava afastar o problema do revanchismo” (Fico, 2010, p.321). A liberação destes ocorreu por meio de recursos jurídicos como redução de penas ou indultos (Napolitano, 2014).

A busca de informações sobre a violência política e em torno do paradeiro de mortos e desaparecidos políticos ocorreu por meio de esforços de familiares destes e ativistas dos direitos humanos. Estes desdobraram-se na publicação de *Brasil: Nunca Mais*, em 1985 (Arquidiocese de São Paulo, 1985) e também instigaram o estabelecimento de medidas de reparação pelo Estado. Em 1995, foi instalada a Comissão Especial de Reconhecimento de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e, em 2002, criou-se a Comissão de Anistia. Tais iniciativas se dedicaram ao reconhecimento dos mortos e desaparecidos políticos



e determinaram o pagamento de indenizações a familiares destes, fixando, assim, a reparação pecuniária para as vítimas da ditadura. Elas também estimularam o debate sobre aquele período (Hollanda, 2013).

A eleição de Lula, ex-presos político, para o cargo de presidente da República, os trabalhos da CEMDP e da Comissão de Anistia também despertaram discussões na primeira década dos anos 2000. Além disso, a anistia aos perpetradores definida na Lei de Anistia foi questionada sem sucesso em uma ação apresentada ao STF pela Ordem dos Advogados do Brasil, em 2008 e também por meio de parecer da Corte Interamericana dos Direitos Humanos, em 2010 (Hollanda; Perlatto, 2017; Joffily, 2018). Em meio a este cenário, a criação de uma comissão da verdade foi recomendada em 2008, durante o terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos. A proposta também almejava extinguir leis herdadas do período ditatorial (Quinalha, 2013).

47

O projeto repercutiu negativamente entre setores internos ao governo e militares, que dentre as críticas, acusavam o texto de revanchista (Hollanda; Perlatto, 2017). Para solucionar tais desagradados, foram realizadas modificações nas disposições do PNDH 3 sobre a justiça transicional, entre as quais, a extinção de expressões como “regime de 1964-1985”, “responsabilização criminal sobre casos que envolvam atos relativos ao regime de 1964 - 1985”. Ademais, o plano deveria se deter sobre o recorte que abrange as duas últimas constituições democráticas, ou seja, 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, período mobilizado, inclusive, no artigo oitavo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Quinalha, 2013, p.195).

As alterações foram inseridas no anteprojeto de lei para a criação da Comissão da Verdade, que foi desenvolvido em 2010, ainda durante o governo Lula. No ano seguinte, o texto foi aprovado no Congresso e

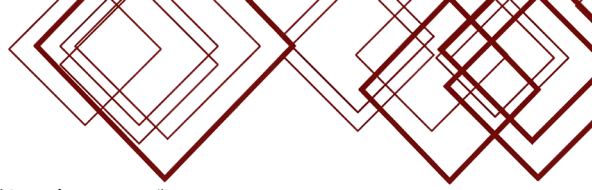


no Senado e sancionado pela presidenta Dilma Rousseff, por meio do Decreto-lei n.º 12.528 (Brasil, 2011). Na mesma ocasião, foi aprovada a Lei de Acesso às Informações Públicas (Decreto-lei n.º 12.527), que permitiu o acesso aos documentos produzidos pela ditadura (Brasil, 2014a).

48

O objetivo central da CNV seria “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos” que ocorreram entre 1946 e 1988, a “fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” uma referência aos pactos políticos do processo transicional. Ainda sobre este aspecto, destaca-se que a Comissão deveria atuar em acordo com as disposições da Lei de Anistia. (Brasil, 2011). O organismo foi composto por sete membros, que foram selecionados pela presidenta Dilma Rousseff: os advogados José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Rosa Maria Cardoso da Cunha, Claudio Fonteles, Gilson Dipp, Paulo Sérgio Pinheiro, cientista político e Maria Rita Kehl, psicanalista (Brasil, 2014a). Grande parte dos escolhidos tem relação com o campo dos direitos humanos e é jurista, destoando da exigência de formação diversificada, solicitada no decreto mencionado (Hollanda, 2013).

As atividades ocorreram entre 16 de maio de 2012 a 14 de dezembro de 2014. Ao final deste prazo, a Comissão apresentou um relatório, dividido em três volumes, dedicados a expor os resultados das investigações, recomendações para o fortalecimento da democracia brasileira e um perfil das vítimas da repressão política (Brasil, 2014a; b; c). No primeiro volume do documento, também se destaca o capítulo “A autoria das graves violações de direitos humanos”, que busca identificar e nomear os responsáveis por tais violações (Brasil, 2014a), contribuindo para se problematizar a suposta igualdade entre os crimes praticados pelos perpetradores e as ações dos opositores políticos, ideia



consagrada pela Lei de Anistia (Pereira, 2015).

Para o trabalho da CNV, a colaboração de comissões e comitês da verdade em estados, universidades e setores da sociedade civil foi essencial. Alguns desses organismos foram criados após a apresentação do relatório final do organismo nacional, destacando a relevância do debate sobre justiça transicional (Hollanda, 2018). Estas comissões também contribuíram para o aumento significativo de pesquisas e publicações sobre a ditadura militar e as comissões da verdade, em variadas disciplinas, entre as quais, a história². Dentre as problemáticas envolvendo as comissões, podem-se citar a trajetória da justiça de transição brasileira e a inserção da CNV nesse processo (Hollanda, 2013; Holanda; Perlatto, 2017; Quinalha, 2013); os trabalhos das comissões locais e setoriais da verdade (Müller; Fagundes, 2013; 2014; Hollanda, 2018); os debates instigados pelas comissões, sobretudo a CNV, em jornais, mídias digitais e no âmbito legislativo (Bauer, 2015; 2017; Holanda; Perlatto, 2017; Perlatto, 2019; Perreira, 2015); os desdobramentos do trabalho da Comissão Nacional da Verdade após o encerramento de suas atividades (Teles; Quinalha, 2020; Westhrop, 2016); as relações entre CNV, o avanço da extrema-direita e o negacionismo em torno da ditadura militar (Aarão Reis, 2021a; Fagundes, 2022; Teles; Quinalha, 2020), dentre outros. Além disso, as interações da CNV com a memória e a historiografia e as disputas internas em torno de temas e sujeitos a serem examinados têm sido objeto de reflexão (Bauer, 2017; Kallás, 2017; Pedretti, 2017).

49

2 Outros elementos também permitem explicar o crescimento das pesquisas acadêmicas sobre a ditadura militar, tais como, a conjuntura de descomemoração dos 50 anos do golpe em 2014, o incentivo governamental à pesquisa científica, durante os governos petistas, a onda de negacionismos e revisionismos em torno daquele período, dentre outros fatores. Ver: Fagundes, 2022; Ferreira, 2018; Fico, 2017; Motta, 2020.



O reconhecimento de que o contexto de atuação da CNV e de suas parcerias locais e setoriais da verdade coincidiu com um momento de expressivo desenvolvimento da produção historiográfica³ sobre a ditadura militar também têm contribuído para o questionamento das contribuições da historiografia e dos historiadores para este organismo (Bauer, 2017; Müller, 2020; Quadrat, 2020; Silva, 2020). Embora esta historiografia tenha uma diversidade de temas, é possível reconhecer um crescente esforço por compreender questões, como, as bases sociais de apoio ao golpe de 1964, as distintas relações estabelecidas entre a ditadura e empresários⁴, instituições, personalidades públicas e setores das classes médias e populares⁵ e as incidências das tradições autoritárias brasileiras no tempo presente⁶.

50

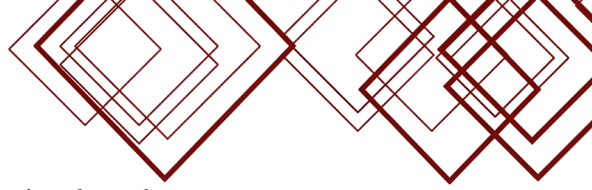
Estas temáticas foram objeto de exame no relatório da CNV, sobretudo nos textos “Contexto histórico das graves violações entre 1946 e 1988” (Brasil, 2014a) e “Civis que colaboraram com a ditadura militar” (Brasil, 2014b), presentes respectivamente no primeiro e segundo volumes do relatório do organismo. Neste sentido, o presente trabalho

3 Acerca da historiografia sobre a ditadura militar, ver: Fico, 2017; Motta, 2020.

4 Campos, 2014; Dreifuss, 1981; Melo, 2014; Simões, 1985.

5 O apoio de setores populares e médios ao golpe de 1964, expressados, sobretudo, nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade e na Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) foi analisado por Solange Simões (1985), Aline Presot (2004; 2010) e Janaína Cordeiro (2009). Os consensos sociais durante o governo Médici foram examinados por Cordeiro (2015). No que diz respeito ao apoio de setores populares, destaca-se a pesquisa de Alonso, 2015. Ademais, diversos trabalhos se empenharam em mostrar as relações estabelecidas entre instituições, personalidades públicas e os valores autoritários no golpe e na ditadura, como Kushnir, 2004; Grinberg, 2009; Rollemberg, 2008; 2010; Rollemberg; Quadrat, 2010, evidenciando uma dinâmica que vai além do apoio e da resistência. Uma revisão crítica sobre como a historiografia tem trabalhado estas questões pode ser encontrada em Aarão Reis, 2021b.

6 É necessário também considerar os trabalhos que buscam problematizar as tradições autoritárias, sendo eles, as reflexões de Fausto, 2001; Gomes, 2011; Schwarcz, 2019; Starling, 2019 e Aarão Reis, 2021a. Embora não se concentrem no período da ditadura militar, eles oferecem ferramentas para se problematizar o autoritarismo brasileiro na longa duração.

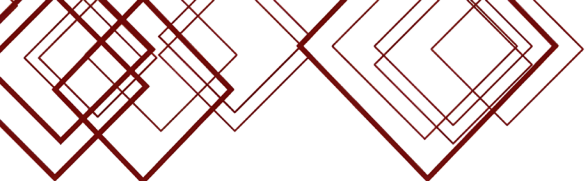


se interessa por examinar a narrativa de ambos os textos e propõe que o apoio de setores sociais ao golpe de 1964 e a ditadura militar, as relações entre esta e a sociedade e os legados autoritários daquele período foram abordados nos dois textos do relatório com intensidades variadas, a partir de diálogos com a memória e a historiografia.

A historiografia e a memória sobre a Ditadura Militar

Os primeiros estudos sobre a ditadura militar foram contemporâneos à ela. Posteriormente, a abertura política e o fim da censura ampliaram as possibilidades de análises, sendo possível reconhecer produções acadêmicas e também de cunho memorialístico, biográfico, autobiográfico e jornalístico (Fico, 2004; Joffly, 2018). Naquela conjuntura, também ocorreu a formação de certas memórias sobre aquele período, entre as quais, a leitura da resistência. A noção de uma sociedade que suportou a ditadura durante seus vinte anos foi ganhando espaço (Aarão Reis, 2014).

Entre os grupos que se apropriaram da memória da resistência estão liberais, que apoiaram o golpe de 1964 e começaram a se afastar gradativamente do regime nas décadas seguintes. Nos anos 1970, “o campo liberal passou a criticar sistematicamente a censura à livre expressão, o arbítrio discricionário no campo legal e o estatismo (na economia)” (Napolitano, 2015, p.17). A leitura da resistência foi acionada para justificar tal afastamento, se utilizando, entretanto, de discursos e valores comuns entre integrantes e simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (Napolitano, 2013; 2015; Rollemberg, 2006). A memória em torno da resistência misturou “elementos simbólicos da esquerda, efetivamente derrotada nos processos políticos, e da expiação parcial feita por setores liberais que ajudaram a implantar o regime”



(Napolitano, 2015, p.19).

O baixo número de arquivos sobre a ditadura identificados e disponíveis para consulta naquele contexto e as desconfianças de historiadores em relação ao estudo da história do tempo presente permitem compreender porque inicialmente a ditadura militar não foi objeto prioritário de análise no campo da história. As primeiras pesquisas foram, assim, de autoria de cientistas políticos e sociólogos (Fico, 2004; 2017; Motta, 2020). Enquanto as produções memorialísticas e biográficas contribuíram para a formação de determinadas representações sobre aquele período, as acadêmicas concentraram-se na elaboração de modelos interpretativos ou na compreensão da ditadura militar a partir de leituras marxistas. Estes estudos lançaram tendências de debates e temas para posteriores pesquisas (Fico, 2004; Joffily, 2018).

52

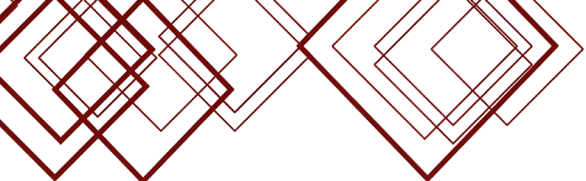
Ainda nos primeiros trabalhos, é visível a preocupação por compreender as bases sociais de apoio ao golpe de 1964, principalmente entre empresários (Dreifuss, 1981), partidos políticos, altos setores da Igreja Católica, grande imprensa (Arquidiocese De São Paulo, 1985) e movimentos femininos conservadores (Simões, 1985). Contribuição fundamental para este debate veio da tese “1964, a conquista do Estado”, publicada pelo cientista político e historiador René Dreifuss, em 1981. Construindo uma análise marxista, Dreifuss mostrou que empresários nacionais e estrangeiros se reuniram em grupos de representação de classe, como o IPES e o IBAD, para pensar em formas de assegurar seus interesses e do bloco multinacional e associado na política. Nestas entidades, foi possível conseguir o apoio de empresários, Forças Armadas e políticos com perfil conservador, por meio de discursos e propagandas que alertavam sobre o suposto risco de comunização do país pelas mãos de João Goulart (Dreifuss, 1981; Joffily, 2018).



Segundo o historiador, tais propagandas foram essenciais na criação de um clima conspiratório também entre as classes médias e populares, que teriam sido “massa de manobra” destas elites econômicas. O golpe de 1964 teria sido um “movimento civil-militar”, do qual participaram empresários, militares, políticos, governadores, advogados, entre outros profissionais liberais e segmentos da sociedade, além do governo dos EUA (Dreifuss, 1981, p.361; Fico 2004, p.51). Segundo Dreifuss, nos anos iniciais da ditadura, é possível reconhecer a presença de empresários “ipesianos” em espaços do governo e na elaboração de políticas econômicas e reformas administrativas, evidenciando a efetivação dos anseios desta classe (Dreifuss, 1981; Joffily, 2018).

Em “Brasil Nunca Mais”, obra dedicada a denunciar as violações dos direitos humanos durante a ditadura militar, o papel da propaganda anticomunista também é abordado, mas se destaca a participação de outros atores no cenário de conspiração pré-64, como o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e a Igreja Católica, sobretudo sua alta hierarquia. Observou-se que a atuação desta última foi “amparada pela grande imprensa” e que teria instigado as “Marchas da família com Deus pela Liberdade” (Arquidiocese De São Paulo, 1985, p. 59; Joffily, 2018, p. 211). A pesquisa de Simone de Deus Simões chamou atenção para a atuação de movimentos femininos conservadores na organização de tais marchas, que se tornaram instrumentos de convocação popular para a luta política (Simões, 1985; Presot, 2010).

Estes trabalhos integram variadas correntes analíticas e trouxeram contribuições para a reflexão sobre a natureza do golpe e da ditadura militar, temas cujos estudos se intensificaram a partir dos 40 anos do golpe, em 2004. Esta década presenciou um crescimento significativo de pesquisas e do debate público sobre aquele período, incluindo entre



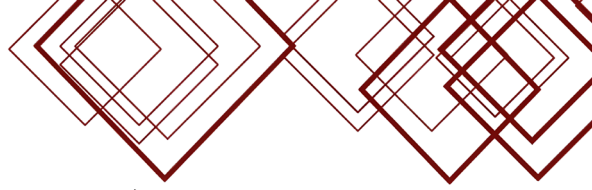
historiadores (Fico, 2004; Joffly, 2018).

O caráter civil-militar do golpe de 1964 foi objeto de exame nos anos 2000, como pode ser vistos nos trabalhos de Jacob Gorender (2004) e Carlos Fico (2001; 2004). Os autores chamaram atenção para o expressivo apoio social ao golpe de 1964, inclusive entre setores da classe média. Carlos Fico também reconheceu a anuência de políticos civis ao movimento golpista, propondo que o golpe teria sido civil-militar, enquanto a ditadura foi militar (Fico, 2004). As pesquisas de Aline Presot e Janaína Martins Cordeiro evidenciaram a adesão de setores das classes média e popular a movimentos católicos conservadores, como as Marchas da Família com Deus pela Liberdade (Presot, 2014; 2010) e a CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) (Cordeiro, 2009).

54

A discussão sobre o apoio social à ditadura militar também começou a se inserir na historiografia naquele contexto. O historiador Daniel Aarão Reis (2000; 2004) propôs que a longevidade da ditadura possa ser explicada por suas bases de sustentação entre diversos segmentos da sociedade e pelas marcas autoritárias carregadas por esta. Em trabalhos posteriores, o historiador propôs o termo ditadura “civil-militar”, com o intuito de ampliar tais problematizações sobre ditadura e sociedade (Aarão Reis, 2012; 2021b).

Tais proposições orientaram as pesquisas de diversos historiadores que procuraram reconhecer diferentes posições assumidas por instituições e setores da sociedade durante a ditadura, tais como, apoios, consensos, atitudes que não podem ser identificadas como apoio ou resistência, dentre outras. Sem ignorar as particularidades analíticas destes trabalhos, identifica-se também um esforço em problematizar a memória da resistência e os valores autoritários que marcam a sociedade brasileira (Cordeiro, 2015; Kushnir, 2004; Grinberg, 2009; Quadrat;



Rolleberg, 2010; Rolleberg, 2008; 2010).

É necessário também destacar uma série de interpretações pautadas em leituras marxistas, que pontuam que a chave analítica do apoio e atitudes correlatas limita o entendimento do viés de classe da ditadura militar. Este pode ser evidenciado nos ganhos obtidos por diversos setores empresariais durante aquele regime, na participação de empresários no financiamento da repressão e as incidências destas medidas sobre os trabalhadores. Tais proposições utilizam as reflexões de Dreifuss e em alguns casos, propõem adjetivar a ditadura por “empresarial-militar”. Entre os pesquisadores que trabalham com estas perspectivas, destacam-se, Demian Melo, Virgínia Fontes e Renato Lemos, dentre outros, que têm orientado diversas pesquisas preocupadas em responder às questões propostas (Melo, 2012; 2014).⁷

Além disso, há historiadores vinculados a outras perspectivas analíticas, que embora reconheçam o caráter civil-militar do golpe e as bases sociais de apoio à ditadura, propõem que a ditadura foi militar, uma vez que o controle esteve com as Forças Armadas durante aquele período (Fico, 2014; Napolitano, 2014).

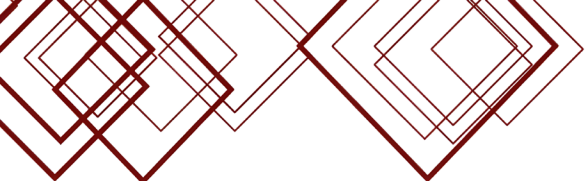
55

A despeito da amplitude e avanços da produção historiográfica sobre a ditadura militar, algumas questões carecem de investigações, tais como, as relações entre pessoas “comuns” e a ditadura⁸, os legados daquele período para a história do tempo presente e as tradições autoritárias da sociedade brasileira (Aarão Reis, 2021b).⁹ Nesse processo de debates públicos, se insere o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, que se relacionou com a historiografia e outras representações.

7 Um balanço sobre as perspectivas marxistas de análise do golpe e da ditadura pode ser encontrado em Campos, 2018; Melo, 2014.

8 Acerca deste tema, ver: Alonso, 2015.

9 Sobre o autoritarismo brasileiro, indica-se os já citados trabalhos de: Fausto, 2001; Gomes, 2011; Schwarcz, 2019; Starling, 2019 e Aarão Reis, 2021a.



O Relatório da Comissão Nacional da Verdade

Para compreender a narrativa da Comissão, convém recuperar as diferenças centrais entre a organização dos volumes de seu relatório. O primeiro volume dedica-se a abordar a construção da ditadura, as estruturas da repressão e o funcionamento destas, as conclusões das investigações e recomendações. O documento assume, assim, papel central na apresentação dos trabalhos da CNV (Brasil, 2014a).

56 O segundo tomo se divide em nove capítulos e disserta sobre a violência dirigida a segmentos sociais específicos, como militares de esquerda, trabalhadores, povos originários, camponeses, cristãos, estudantes e professores universitários, LGBTQIA+ e as temáticas da colaboração de civis com o golpe de 1964 e com a ditadura e a resistência a este regime (Brasil, 2014b). Grande parte destes temas não recebeu um tratamento sistemático no primeiro volume. Além disso, camponeses, povos originários e trabalhadores não foram abordados no último fascículo, que reúne perfis dos 433 mortos e desaparecidos políticos que conseguiram ser reconhecidos pela Comissão (Brasil, 2014c). Tais biografias, em sua maioria, registram a morte e o desaparecimento daqueles cujas experiências foram narradas no primeiro volume, sendo eles, opositores políticos e militantes da luta armada, sobretudo (Kallás, 2017).

O primeiro fascículo se pauta em uma perspectiva descritiva, sem explorar lacunas, contradições e interpretações analíticas. Estas não eram a preocupação central da CNV e sim a construção de uma narrativa factual sobre a violência de Estado durante a ditadura militar, conforme apresentado no primeiro volume do informe:

Priorizamos enfoque calcado na descrição dos fatos relativos às graves violações de direitos humanos do período investiga-



do, com especial atenção ao regime ditatorial que se prolongou de 1964 a 1985. Evitamos aproximações de caráter analítico, convencidos de que a apresentação da *realidade fática*, por si, na sua absoluta crueza, se impõe como instrumento hábil para a efetivação do direito à memória e à verdade histórica (Brasil, 2014a, p.15).

Os desdobramentos dessa perspectiva descritiva podem ser reconhecidos no capítulo “Contexto histórico das graves violações aos direitos humanos” (1946-1988). No parágrafo introdutório, o período entre 1946 e 1964 é definido como uma democracia, sem problematizar os limites desta caracterização para tal contexto (Bauer, 2017). Menciona-se a atuação da polícia política herdada do Estado Novo durante aquele período, relacionando-a ao mandonismo, às marcas herdadas da escravidão e à influência das políticas de repressão estrangeiras. Não se define o Estado Novo como uma ditadura:

57

Entre 1946 e 1964, o Brasil viveu um período de democracia frágil, instável, hesitante [...]. Os anos entre 1946 a 1964 foram, certamente, bem melhores do que os da ditadura que os sucederam. Esses anos carregam, entretanto, o peso de uma polícia política gestada pelo Estado Novo – deformada pela crença de que os que detêm o poder tudo podem e por práticas violentas que absorveram o pior de nossa tradição escravocrata e das lições de agentes da repressão estrangeiros, especialmente da Central Intelligence Agency [Agência Central de Inteligência] (CIA) (Brasil, 2014a, p; 86).

Ao narrar o golpe de 1964, o documento não aborda as bases civis de apoio a este evento. Seus antecedentes são mostrados a partir de uma narrativa conservadora, que afirma que o governo Jango teria sido marcado “por uma série de conflitos e crises políticas sociais, estancadas pela emergência do novo regime” (Brasil, 2014a, p.95; Bauer, 2017, p.192).



No tópico dedicado aos anos ditatoriais, não são destacados elementos que poderiam contribuir para a compreensão da sustentação social àquele regime. Os focos do texto são a aprovação dos atos institucionais, as sucessões presidenciais e a repressão. Ao se falar do governo Médici, argumenta-se que a sua política econômica provocava um crescimento expressivo “mas que favorecia, sobretudo, o grande capital, sem grande consideração sobre seus efeitos na distribuição da renda ou no bem-estar da grande maioria da população trabalhadora”, (Brasil, 2014a, p.104), evidenciando assim, as consequências da ditadura para um segmento expressivo da sociedade. Mas, não se apresentam detalhes sobre esta política econômica.

58

A narrativa termina no ano de 1985, dialogando, assim, com a leitura do fim da ditadura a partir da posse de um civil eleito indiretamente (Bauer, 2017). São apontadas duas heranças daquele período: problemas econômicos, expressos na recessão, inflação e na dívida externa e aquilo que o texto define como “relações civis-militares na cena pública”, atribuindo estas últimas ao “longo período de dominância dos militares sobre os civis” e à “fatores relacionados às características do que a literatura política chama de ‘transição de regime’”, sem se explicar como ocorrem tais relações (Brasil, 2014a, p.109).

Neste sentido, a sustentação social ao golpe e a ditadura militar, as relações entre esta e a sociedade e os seus legados não foram objeto central de análise do capítulo em questão, embora tenham ocorrido menções ao último tópico. Os focos de exame são os militares e suas ações, conforme justificado por Pedro Dallari, membro da CNV:

[...] E eu me opus, e fui acompanhado pelos meus pares, àquela ideia de dizer que a ditadura é civil-militar. Porque isso já é intenção de querer explicar. Eu disse: “olha, se houve apoio dos civis, deve ter havido, porque eu não conheço nenhum mo-



vimento revolucionário, social ou político no mundo em que isso não ocorra”. Agora, é irrelevante para nós. O que é relevante é que esses fatos ocorreram sob as ordens de militares em cadeias de comando militares e com presidentes militares (Dallari, 2016, p.310).

A colaboração civil com o golpe e a ditadura militar recebeu espaço em um dos textos que ocupa o segundo volume do relatório. A construção do capítulo “Civis que colaboraram com a ditadura” foi supervisionada pela comissionada Rosa Maria Cardoso e as pesquisas e a redação foram feitas pelos historiadores: Demian Bezerra de Melo, Renato Lemos, Marcos Arruda, Luiz Mário Behnken, Elaine Bortone, Pedro Campos, João Roberto Lopes, Martina Spohr, Rejane Hoeveler, Marco Pestana e João Braga Arêas.

Grande parte destes pesquisadores desenvolveram pesquisas de pós-graduação ou são professores em universidades localizadas no Estado do Rio de Janeiro, com destaque para a UFRJ, UFF, IUPERJ e UFRRJ. Ademais, a maioria deles constroem suas reflexões a partir de leituras marxistas, com ênfase no papel do Estado e suas relações com os poderes econômico e político e as consequências destas para grupos sociais específicos, tais como, a classe trabalhadora. No texto em questão, tal leitura se abriu em uma ampla análise sobre a participação de empresários no financiamento e construção do golpe de 1964 e das estruturas de repressão.

O documento destaca a diversificada base civil que deu suporte àquele golpe, que envolveu empresários, governadores, grupos da Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Também se mencionou o planejamento entre o governador mineiro Magalhães Pinto e militares de uma intervenção militar



dos Estados Unidos, caso João Goulart mostrasse relutância ao golpe, o que foi chamado de “Operação Brother Sam”. Tal plano permite explicar a posição de Goulart em evitar resistência, embora não tenha sido um fator decisivo na concretização daquele evento (Fico, 2008; Brasil, 2014b).

Segundo o texto, determinados atores foram essenciais na efetivação do golpe, como parte dos militares, que apoiaram os golpistas, a imprensa, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, que concederam legitimidade ao movimento. Entretanto, nos anos que antecederam o golpe, empresários brasileiros e estrangeiros, reunidos em associações como o IPÊS e o IBAD, teriam sido personagens essenciais na criação de um clima favorável àquele movimento:

60 Conforme se apurou, na conspiração que culminou na deposição do presidente João Goulart, o papel do grande setor privado nacional e estrangeiro foi decisivo, por meio da mobilização das associações de classe há muito existentes e das novas entidades da sociedade civil, criadas naquele contexto. Entre as últimas, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), de forma articulada, conformaram a iniciativa mais importante de associativismo, visando à subversão da ordem republicana e à elaboração das diretrizes seguidas pelo novo regime implantado no país a partir de abril de 1964. [...]. (Brasil, 2014b, p.316).

A partir desta tese, o documento narra a construção de ambos os institutos, seus objetivos e as vinculações estabelecidas entre estas entidades, militares, empresários brasileiros e estrangeiros, jornalistas, advogados e o governo dos EUA. Ademais, se destaca o suporte moral e financeiro concedido pelo IPÊS à formação de associações femininas católicas e conservadoras, entre as quais, a CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia), que contavam com financiamento norte-americano (Brasil, 2014b).



Tais ações anticomunistas “expressaram a opinião de parte da sociedade brasileira que chancelou a sedição, a deposição do governo Goulart e os primeiros passos da ditadura” e foram usadas pela direita autoritária para justificar, posteriormente, o golpe (Brasil, 2014b, p.319). Entretanto, não se menciona mais detalhadamente quais setores integrariam o segmento da sociedade favorável aquele evento, concentrando a reflexão sobre os empresários e grupos ligados a eles.

O texto também observou a ocorrência de outros focos civis e militares golpistas considerados “sem grande articulação”, vinculados ao pensamento anticomunista de origem religiosa e a grupos conservadores, tais como, a Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Neste trecho, destaca-se o papel desta na construção das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, citando, em nota de fim de página, as pesquisas de Solange de Deus Simões (1985) e Aline Presot (2004).

61

Na abordagem sobre o apoio à ditadura militar, o foco permanece sobre os empresários, ao apontar a presença destes em cargos estratégicos, como ministérios, instituições e administração, durante o mandato de Castelo Branco. Com isso, foi possível que grupos participassem de mudanças nas estruturas do Estado, de modo a garantir seus interesses. Tais alterações podem ser apreendidas em políticas como o arrocho salarial, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e no âmbito administrativo, que contribuíram para o aumento dos bancos de investimentos e conglomerados industriais-financeiros. A partir desta análise, o texto reitera que os trabalhadores foram o segmento social mais atingido negativamente por tais reformas (Brasil, 2014b).

As relações entre empresários e ditadura também se desdobram no financiamento de instrumentos destinados à repressão por es-



tes profissionais, na presença de empresários nas sessões de tortura e no uso de empresas, carros e propriedades particulares para a violência, morte de perseguidos políticos e ocultação de restos mortais. Segundo a pesquisa, a Operação Bandeirantes (OBAN) constitui um dos registros mais evidentes da cumplicidade empresarial com aquele regime (Brasil, 2014b). A OBAN foi criada no fim dos anos 1960, em São Paulo, sendo sua construção e atividades financiadas por banqueiros, multinacionais, grupos jornalísticos e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) (Brasil, 2014b; Kushinir, 2004). O texto também aponta a permanência do poder econômico de empresas fortalecidas durante a ditadura militar na atualidade, sobretudo no ramo da construção civil (Brasil, 2014b).

62

Ao contrário da narrativa apresentada no primeiro volume do relatório da Comissão Nacional da Verdade, o texto em exame procurou mostrar o apoio de diversos segmentos sociais ao golpe de 1964 e, com isso, problematizar a leitura de que este movimento teria sido eminentemente militar. A atuação de empresários, sobretudo aqueles reunidos no IPÊS e no IBAD foi objeto de análise metódica, contribuindo para a compreensão das relações estabelecidas entre empresariado e autoritarismo e a permanência da atuação de alguns grupos no tempo presente. Na construção desta narrativa, é possível observar diálogos com a produção historiográfica sobre a ditadura militar, entre os quais, as já citadas reflexões de René Armand Dreifuss (1981).

O documento não explorou o apoio da classe média e de setores populares ao golpe, o que poderia fornecer elementos para se compreender que as classes médias viam nas reformas de base propostas por João Goulart uma ameaça aos seus privilégios e posições (Fico, 2004, 2014). Pode-se propor que em um cenário de expectativas sobre os desdobramentos do trabalho da CNV, o registro em seu relatório da



participação de empresários no golpe e na ditadura oferece contribuições importantes para futuros debates sobre a responsabilidade judicial deste grupo nas graves violações aos direitos humanos. A necessidade de se continuar com as investigações sobre os empresários e acerca da repressão sobre os trabalhadores foi ressaltada, inclusive, no item “conclusões e recomendações”, do primeiro volume do relatório (Brasil, 2014a).

Neste sentido, ainda que ambos os textos analisados foquem no contexto da ditadura militar e em temas específicos- os militares, no primeiro caso e os empresários e o Estado, no segundo-, eles trazem contribuições para pensar as consequências da ditadura para a sociedade brasileira. Outro aspecto precisa ser sublinhado: a presença de historiadores na escrita dos capítulos e os diálogos estabelecidos com a historiografia. No primeiro volume, os autores do textos não são identificados, embora se reconheça que diversos profissionais, incluindo historiadores foram convidados ou contratados para trabalhar em pesquisas e redação de materiais que subsidiaram os três tomos do relatório (Brasil, 2014a; Silva, 2020). Em alguns casos, estes materiais não foram incorporados de forma integral nos textos finais dos volumes I e III do relatório sobretudo (Silva, 2020). No segundo tomo, os autores são identificados, além de serem, em grande parte, especialistas nos temas dos capítulos e atuarem de forma direta na construção destes materiais, conforme evidenciado no documento em exame.

Estas diferenças abrem espaço para refletir sobre as contribuições do conhecimento histórico para o campo da justiça transicional e os vínculos entre ética e escrita da história. Para o historiador belga Berber Bevernage (2014), os historiadores podem atuar na justiça de transição na problematização dos usos e abusos do discurso histórico, o que implica em chamar atenção para as permanências do autoritaris-



mo para o tempo presente. Em linha semelhante, o historiador Enzo Traverso (2012) enfatiza que a presença de historiadores na justiça de transicional permite “clarificar um contexto e relembrar factos que se arriscavam a ficar ausentes tantos das actas do processo como da reflexão que a acompanhou no seio da opinião pública.” (Traverso, 2012, p.106).

Considerações finais

64 Ao longo deste trabalho, procuramos mostrar como as temáticas da ditadura militar e a justiça de transição têm ensejado discussões na cena pública e acadêmica. A guinada autoritária enfrentada pelo Brasil na última década aponta a fragilidade das instituições democráticas, que convivem, inclusive, com tradições autoritárias de direita. Nesse sentido, emergem perguntas sobre o autoritarismo que marca a sociedade brasileira, como este se manifestou no cotidiano da ditadura militar e suas marcas sob o tempo presente. Este trabalho desejou contribuir para tais reflexões, ao procurar examinar o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, com ênfase em sua narrativa sobre as bases sociais de apoio ao golpe de 1964 e à ditadura, as relações entre sociedade e autoritarismo e os legados deste regime.

Observou-se que as temáticas propostas foram analisadas com intensidade variadas em ambos os textos examinados. No texto do primeiro volume, estes temas não assumiram papel central na narrativa, que se voltou para a compreensão dos antecedentes do golpe de 1964 a partir de uma narrativa linear, descritiva, com ênfase no papel dos militares neste evento. No capítulo presente no tomo seguinte, o apoio civil ao golpe de 1964 e a ditadura militar, sobretudo de empresários, foi objeto central de análise. Os legados da ditadura militar para o tempo



presente e as diferentes relações entre sociedade e ditadura militar não foram priorizados nas análises de ambos os capítulos, embora em determinados momentos tenham havido menções. Neste sentido, em um contexto de negacionismo em torno da ditadura militar, os capítulos analisados trazem contribuições para a compreensão daquele período e de suas consequências para a sociedade brasileira, com ênfase no papel dos militares e empresários.

A reflexão sobre os legados da ditadura militar e as relações entre sociedade e autoritarismo se faz importante de ser pontuada. Não se trata de desconsiderar a resistência, a violência ou de emitir julgamentos sobre atitudes sociais, mas de complexificar o debate sobre aquele período. Ademais, ao se apontar a necessidade de pensar o autoritarismo em uma perspectiva mais ampla, não se quer desconsiderar as especificidades da ditadura, bem como construir uma análise determinista, na qual o autoritarismo é a chave mestra para explicar as conjunturas de ascensão da direita na história republicana brasileira. Outros elementos de curto e médio prazo precisam ser considerados, de modo a não perder de vista a presença da política na escrita da história (Aarão Reis, 2021b).

65

Referências

Fontes

Legislação e Relatório

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*: Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014a. 976 p. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*: Mortos e desapare-



cidos políticos/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014c. 1996 p. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/imagens/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf. Acesso em 13 jul.2021.

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: textos temáticos/* Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014b. 416p. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/imagens/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL, Decreto-lei n.º 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p.5, 18 nov.2011. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/32404802/dou-edicao-extra-secao-1-18-11-2011-pg-5>. Acesso em 13 mar. 2021.

66

Bibliografia consultada

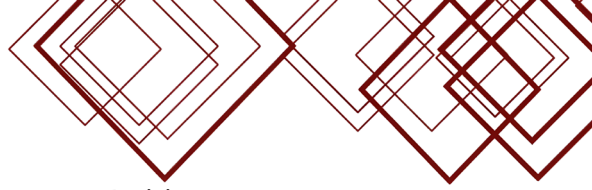
AARÃO REIS, Daniel. Ditadura Civil-militar. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 de março de 2012. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/a-ditadura-civil-militar-438355.html>. Acesso em 04 maio 2021.

AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1968*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

AARÃO REIS, Daniel. Ditadura e tradições autoritárias no Brasil: por uma revisão crítica permanente. *In: ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins. Por uma Revisão Crítica: Ditadura e Sociedade no Brasil*. Saggá editora, 2021b.

AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

AARÃO REIS, Daniel. *O bolsonarismo: uma concepção autoritária*



- em formação. *Instituto Humanitas*, Unisinos, mar. 2021a.
- AARÃO REIS; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964–2004). Bauru: Edusc, 2004.
- ALONSO, Gustavo Alves Alonso. *Cowboys do asfalto*. Rio de Janeiro, Record, 2015.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado?* História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- BAUER, Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. *Anos 90*, v. 22, n. 42, p. 115–152, dez 2015.
- BENETTI, Pedro Rolo; CATEB, Caio; Franco, Paula; Osmo, Carla. As políticas de memória, verdade, justiça e reparação no primeiro ano do governo Bolsonaro: entre a negação e o desmonte. *Mural Internacional*, vol. 11, 2020, p.2-20.
- BEVERNAGE, Berber. Transitional justice and historiography: challenges, dilemmas and possibilities. *Macquarie Law Journal*, Sidney, v. 13, p. 7-24, 2014.
- CAMPOS, P. H.P. Empresariado e ditadura no Brasil: o estado atual da questão e o caso dos empreiteiros de obras públicas. *Transversos: Revista de História*. Rio de Janeiro, n. 12, abr. 2018, p. 336-358.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *“Estranhas Catedrais”*: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2014.
- CORDEIRO, Janaína Martins. A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro, FGV,



2015.

- CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento*. A Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- DALLARI, Pedro. Entrevista conduzida por Cristina Buarque de Hollanda. *Estudos Políticos*, v. 6, n. 2, p. 298-316, Setembro 2016.
- DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. A extrema direita brasileira e as disputas pelo passado no contexto das Comissões da Verdade (2011-2021). *Lasotopie*, v. 2, p. 1-17, 2022.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. As mobilizações pela anistia ampla, geral e irrestrita na visão da repressão política. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, v. 27, p. 268-279, 2014.
- 68 FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). *Tempo e Argumento*, v. 5, n. 10, p. 295-316, 18 dez. 2013.
- FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário: (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 □ 108, jan.-mar. 2018.
- FICO, Carlos. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, Brasília, Ministério da Justiça, n.4, p.318-333, jul./dez. 2010.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FICO, Carlos. *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e his-*



- torigráficas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan.- abr. 2017.
- FICO, Carlos. *O golpe de 1964*. Momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, p.29-60, 2004.
- GOMES, Angela de Castro. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG; Quadrat (Orgs.), *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso, consentimento no século XX*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011, p.35-70.
- GORENDER, Jacob. A sociedade cindida. *Teoria e Debate*, n. 57, mar. abr.2004.
- GRECO, Heloísa Amélia. *Anistia anamnese vs. anistia amnésia: a dimensão trágica da luta pela anistia*. In: SANTOS, Cecília MacDowel I; TELES, Édson; TELES, Janaína de Almeida (org.). *Desarquiando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, v. 2. São Paulo: Hucitec, 2009
- GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório*. Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional/ARENA, 1965-1979. Rio de Janeiro, Mauad/FAPERJ, 2009.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. Direitos Humanos e democracia. A experiência das comissões da verdade no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.33, n.96, p.2-18, 2018.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. Sobre as políticas de justiça e reparação no Brasil. *Insight Inteligência*. Rio de Janeiro, v. 61, p. 100-111,



abr-jun. 2013.

HOLLANDA, Cristina Buarque de; PERLATTO, Fernando. Entre a reconciliação e a justiça: a Lei da Anistia diante das Comissões da Verdade. In: ARAÚJO, M. P; PINTO, A. C (Org.). *Democratização, memória e justiça de transição nos países lusófonos*. Pernambuco: Editora Universitária de Pernambuco (EDUPE), 2017, v.1, p.16-30.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 □ 251, jan.-mar. 2018.

KALLÁS, Ana Lima. A repressão aos trabalhadores na ditadura a partir das contribuições da história social do trabalho: uma leitura do relatório final da CNV. *Tempos Históricos*, Paraná, v.21, n.2, p.525-557. jun.- dez.2017.

70

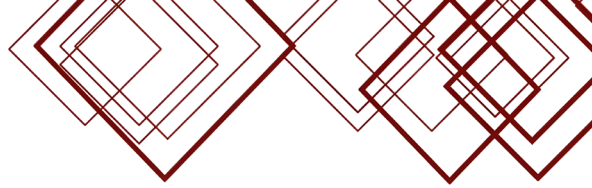
KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda, jornalistas e censores: do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Boitempo, 2004.

MELO, Demian Bezerra de. (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, Paraná, v.13, n.27, jul. Dez. 2012.

MOTTA, RODRIGO P.S. El campo de investigaciones sobre la historia reciente em Brasil, de su formación al estado actual. In: ALLIER, Eugenia; VILCHIS, Cesar; OVALLE, Camilo (Org.). *En la cresta de la ola*. Debates y definiciones em torno a la historia del tiempo presente. 1ed.México: UNAM/BonillaEditores, 2020, e-book kindle.

MÜLLER, Angélica. La Commission nationale de vérité (CNV) et les



- universités au Brésil: les historiens pris dans la justice transitionnelle. In: GOIRAND, C.; _____. *Documenter les violences*. Mémoire et usages publics du passé dans la justice transitionnelle. 1. ed. Paris: Iheal, 2020.
- MÜLLER, Angélica; FAGUNDES, Pedro Ernesto. O trabalho das comissões da verdade universitárias: rastreando vestígios da repressão nos campi durante a ditadura militar. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.66, n.4, 2014. p. 44-47.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n.15, p. 9-44, nov. 2015.
- PEDRETTI, Lucas. Silêncios que gritam: apontamentos sobre os limites da Comissão Nacional da Verdade a partir de seu acervo. *Revista do Arquivo*, São Paulo, ano 2, n. 5, p. 62-76, out.2017.
- PEREIRA, Matheus. Nova Direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 31, p. 863-902, 2015.
- PERLATTO, Fernando. Variações do mesmo tema sem sair do tom: imprensa, Comissão Nacional da Verdade e a Lei da Anistia. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 27, p. 78 – 100, maio - ago.2019.
- PRESOT, Aline Alves. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010, vol.2.
- PRESOT, Aline Alves. *As marchas da família, com Deus, pela liberdade e o*



golpe de 1964. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

QUADRAT, Samatha. The Historian's Role, Public History, and the National Truth Commission in Brazil. *International Public History*, v. 3, p. 1-7, 2020.

QUINALHA, Renan. Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade e a “teoria dos dois demônios”. *Revista Jurídica da Presidência*. Brasília, v. 15, n. 105, p. 181 a 204, Fev./Mai. 2013.

ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S.V. (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v.2.

72

ROLLEMBERG, Denise. As Trincheiras da Memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964□1974). In: _____; QUADRAT, Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *O golpe de 1964 e o regime militar*. Novas Perspectivas. São Carlos: Edufscar, 2006.

ROLLEMBERG, Denise. Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964□1974). In: AARÃO REIS, Daniel; ROLLAND, Denis. (Orgs.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 57□96.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. 2ª Ed., Lisboa, Edições Unipop, 2012.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Companhia das Letras, São Paulo, 2019.



- SILVA, Natália Aparecida Godoy da. *A Atuação dos Historiadores na Comissão Nacional da Verdade: Limites, Contribuições e Disputas pela Representação do Passado Recente*. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Ciências Humanas: Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.
- SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: As mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- STARLING, Heloisa Murgel. O passado que não passou. In: ABRANCHES, Sérgio; ALII. *Democracia em Risco? 22 ensaios sobre o Brasil de hoje*. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.[e-book].
- TELES, E; QUINALHA, R. (org.). *Espectros da ditadura*. Da Comissão da Verdade ao bolsonarismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- WESTHROP, Amy Jo (et. al). *As Recomendações da Comissão Nacional da Verdade: Balanços sobre a sua implementação dois anos depois*. Rio de Janeiro: ISER, 2016.

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Cidadania como Nação: José Guilherme Merquior e a construção liberal-democrática no Pós-Ditadura (1985 - 1987)

Citizenship as a Nation: José Guilherme Merquior and the liberal-democratic construction in the post-dictatorship (1985-1987)

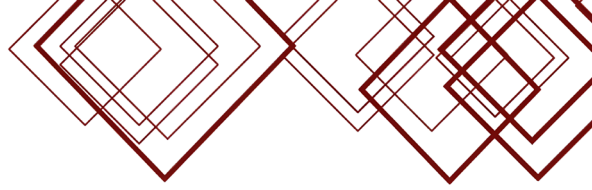
João Victor Fidelis Belluzzo¹

Resumo: Lembrada majoritariamente por seus fenômenos políticos e econômicos, a década de 1980 no Brasil é pouco abordada do ponto de vista de suas disputas intelectuais. Isto posto, o presente estudo objetiva uma análise acerca do processo de construção da *nação* nos escritos políticos do sociólogo José Guilherme Merquior entre os anos de 1985 e 1987. Para sua realização, adotou-se como referencial teórico o Contextualismo Linguístico, amparando-se nas teorias elaboradas por Quentin Skinner. Dentre as conclusões, sustentamos que a ideia de *nação* é redefinida para a vivência da cidadania, induzindo um processo de construção democrática que supere o paradigma autoritário e redimensione as políticas públicas para a questão social por meio da aplicação do Liberalismo Social.

Palavras-chave: José Guilherme Merquior; Nação; Liberalismo Social.

Abstract: Remembered mainly for its political and economic phenomena, the 1980s in Brazil is little addressed from the point of view of its intellectual debates. Thus, the following article aims an analysis about the process of nation building on the political articles of the sociologist José Guilherme Merquior between the years of 1985 and 1987. For that, the Linguistic Contextualism, supported by the theories elaborated by Quentin Skinner was adopted as theoretical reference. Among the conclusions, it's understood that the idea of *nation* is redefined for the living of citizenship, inducing a process of democratic construction that overcomes the authoritarian paradigm and resizes the policies to the social dimension through the adoption of social liberalism.

Key-words: José Guilherme Merquior, Nation, Social Liberalism



Introdução

A década de 1980 é lembrada por grande parte da literatura a partir de suas reformulações políticas e econômicas. Enquanto a conjuntura internacional assistia a superação da ordem bipolar característica da Guerra Fria, o Brasil vivenciava o processo de distensão política e uma crescente hiperinflação, episódios atualmente consolidados na memória da chamada *década perdida*. Entretanto, as disputas entre as ideias são constantemente marginalizadas pela História Intelectual brasileira, bem como os seus atores, perdendo de vista os intensos debates acerca dos distintos projetos de Estado e nação que estavam em conflito naquele “canteiro de obras” do século XX..

Durante muito tempo dedicada ao estudo dos cânones da *intelligentsia* nacional, a história intelectual brasileira vem sofrendo reformulações, fazendo-se um campo fértil para a pesquisa de debates e personagens outrora marginalizados. Desde a sua institucionalização acadêmica na década de 50, o campo incorporou novas abordagens metodológicas e temáticas, sendo compreendido cada vez mais em seu sentido *lato*, isto é, como “o conjunto de ideologias de que nossa cultura política é composta” (LYNCH, 2016, p. 75).

75

Diante disso, surge a oportunidade de estudarmos novos personagens no debate intelectual brasileiro, como é o caso do diplomata José Guilherme Merquior (1941 - 1991). Considerado pelo filósofo Carlos Nelson Coutinho como “o mais importante pensador liberal do Brasil” (COUTINHO apud LEAL, 2019, p.16), Merquior foi um intelectual atuante em distintas áreas das Ciências Sociais - Sociologia, Filosofia, Crítica Literária e Relações Internacionais - bagagem que nos permite tratá-lo como um polímata. Rememorado sobretudo por ser o redator do discurso de posse de Fernando Collor, sua produção intelectual

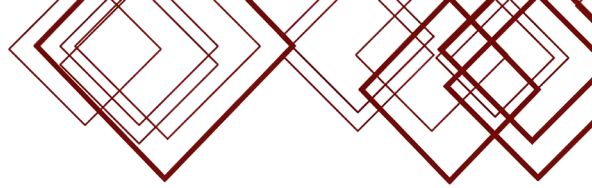


tualno momento da redemocratização é pouco lembrada. Essa escassez leva a um esquecimento de uma pluralidade de linguagens políticas em disputa, considerando os inúmeros debates sobre as reformulações no Estado (*state-building*) e na nação (*nation building*) que surgiram após o fim da Ditadura Militar.

Desse modo, visando o preenchimento dessa lacuna, o presente estudo busca responder ao seguinte questionamento: de que maneira a ideia de *nação* opera na obra de Merquior como indutor de um projeto político entre 1985 e 1987?

76 Marginalizado na história das ideias ao longo dos anos 90 e início dos 2000, Merquior se tornou objeto de estudos de maneira crescente a partir de 2010. Nesse período, surgiram importantes contribuições para o estudo de seu pensamento político, a exemplo do artigo de Guilherme Stolle Paixão e Casarões (2015), que nos auxilia na compreensão das intervenções do intelectual nos anos finais da década e suas relações com Fernando Collor. Destacam-se também os trabalhos de Kaio Felipe Santos (2018), abordando o liberalismo social no início dos anos 80; Fabiano Leal (2019), que divulgou fontes outrora marginalizadas; e Pierre Malbouisson (2022), realizador de uma história comparada que visou tratar o patrimonialismo nas obras de Merquior, Simon Schwartzman e Raymundo Faoro.

Para este estudo, optou-se por uma análise metodológica que nos permitisse compreender as ideias como um mecanismo de intervenção na realidade. Sobre isso, José Murilo de Carvalho (2000) observa que a história intelectual no Brasil restringia-se a estudar as ideias de maneira isolada ou como reflexo de um substrato socioeconômico. Como alternativa, nos amparamos no Contextualismo Linguístico, focando não apenas no contexto econômico e político, mas também no intelectual e



linguístico. Através de uma análise historicista, investigamos as linguagens políticas abordando-as como *atos de fala*, isto é, como categorias linguísticas dotadas de intencionalidade e expressas de modo a realizar determinada ação concreta e particular à seu contexto. Para isto, evitamos tratar os conceitos de maneira universal, buscando a intenção dos autores ao proferi-los, como Quentin Skinner (2001, p.103, tradução nossa) defende ao dizer que “não devemos pensar isoladamente acerca do significado das palavras. Ao invés disso, devemos focar em seus usos em jogos de linguagem específicos e dentro de formas particulares de vida”.

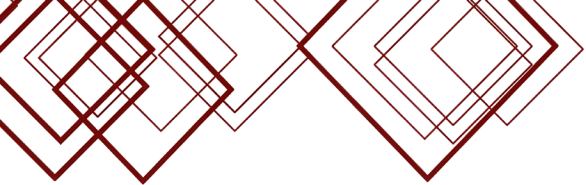
Destarte, sustentamos que a investigação do pensamento político e social de José Guilherme Merquior no início do processo de redemocratização traz notáveis contribuições para o pensamento político brasileiro. Além de ampliar o espaço ocupado pelo intelectual na história das ideias, retira o véu do esquecimento sobre diversas linguagens políticas antes marginalizadas pelos estudos dedicados à *década perdida*.

77

A entrada de Merquior no debate político brasileiro

Nascido de uma família pertencente à alta classe média carioca, José Guilherme Merquior começou a ganhar relevância intelectual a partir da década de 1960. Naquele momento, recém formado em Direito e no Instituto Rio Branco, suas produções se voltavam ao campo da literatura e da crítica cultural. Com uma escrita marcada por uma notável erudição, publicou obras como *Poesia do Brasil* (1963), em conjunto com Manuel Bandeira, e *Razão do Poema* (1965).

No mesmo período, desenvolveu um perfil político direcionado aos autores de esquerda. Em 1969, por exemplo, publicou a obra *Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*, pioneira no estudo da Escola



de Frankfurt, unindo reflexões sobre Teoria Crítica e Psicanálise (CAMARGO, 2014). Ainda, tomando apreço teórico pelo filósofo búlgaro Gyorgy Lukács, traçou contatos que lhe renderam participação nos círculos intelectuais marxistas do Rio de Janeiro, tornando-se amigo de autores como Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder (BIANCHI, 2023)².

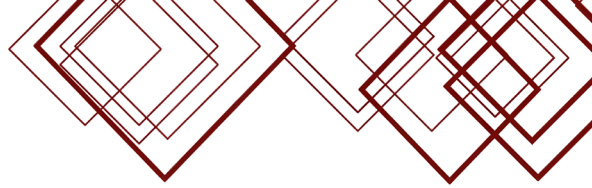
78

Em consonância com a atividade de escrita e discussão filosófica, Merquior não deixou de atuar nos meios diplomáticos, o que contribuiu para a sua maturação ideológica³. Em 1975, viajou para Londres com o objetivo de atuar como conselheiro do então embaixador pelo Brasil, o economista Roberto Campos (1917 - 2001). Por influência deste, a escrita do intelectual se viu cada vez mais envolvida com discussões estritamente políticas. Através de Campos, traçou contatos com pensadores como Raymond Aron, Isaiah Berlin e Ernest Gellner, tendo este último lhe orientado em seu doutorado na London School of Economics. Ao longo desse período, o seu apreço pelo pensamento marxista e frankfurtiano foi substituído pelo estudo do liberalismo, como o próprio autor relatou ao afirmar que seu “(...) trajeto ideológico foi passivamente errático até desaguar, nos anos oitenta, na prosa quarrentona de um liberal neo-iluminista” (MERQUIOR, 1990, p.1).

O retorno de Merquior ao Brasil se deu no início da década de 80. Em agosto de 1981, enquanto exercia o ofício diplomático em Mon-

2 No entanto, a atividade intelectual associada às esquerdas fez com que fosse investigado em um Inquérito Policial Militar (IPM) durante o governo de Castelo Branco (PEREIRA, 2001).

3 Desde 1963, Merquior passou por cargos em Paris, Bonn, Montevidéu, dentre outros lugares. Naquele momento, segundo Sonia Maria de Carvalho (2018), a opção em preferir uma carreira diplomática à acadêmica pode se justificar pela tradição de indivíduos provenientes das classes mais abastadas da sociedade possuírem uma longa carreira no exterior quando associados aos cargos do Ministério das Relações Exteriores. Dentre os grandes exemplos da época, encontravam-se Vinícius de Moraes, João Guimarães Rosa e João Cabral de Melo Neto.



tevidéu, o intelectual recebeu o convite de integrar a equipe de conselheiros do então ministro da Casa Civil de João Figueiredo, Leitão de Abreu, com o objetivo de refinar os seus discursos.

No momento de sua chegada, o contexto político estava profundamente marcado tanto por temas associados às disputas da Guerra Fria, quanto pela dinâmica interna da Ditadura Militar, que se encaminhava para o seu fim. Desde 1974, o país vivenciava um processo de distensão política fundamentado no projeto *Geisel - Golbery* (CODATO, 2005)⁴. Já o contexto intelectual do país renascia em uma trajetória crescente. Como mostra Antonio Paim (2014), desde a década de 70, há um aumento da atividade editorial nacional, ocasionando a tradução de diversas obras até então desconhecidas no Brasil, possibilitando um maior vínculo dos autores com ideias que circulavam no exterior. No campo liberal, a abertura editorial levou a uma cisão entre liberais sociais, abertos à união entre o liberalismo econômico e a questão social, e os liberais conservadores, isto é, aqueles que mantinham o seu ceticismo perante a intervenção estatal na construção de um Estado de Bem Estar Social, temendo fortalecer uma estrutura patrimonialista. Dentro da literatura de esquerda, ganhou destaque os adeptos do *eurocomunismo*, vertente que defendia uma posição alternativa ao dogmatismo stalinista proveniente da III Internacional. Diante das novas ideias, diversos tópicos se tornaram objeto de debate, a exemplo dos autoritarismos da América Latina, da crise de legitimidade dos militares, bem como as relações entre o regime democrático e o sistema socialista (CHAUÍ, 2007).

Ainda, não se pode perder de vista os debates econômicos. A

4 Segundo Codato (2005), esse projeto, gestado por Golbery Couto e Silva, visava flexibilizar e institucionalizar o regime militar, o que incluía medidas como a volta do multipartidarismo, a suspensão gradual da censura e eleições estaduais diretas.



disputa por modelos capitalistas ou socialistas se mostrava evidente diante das dificuldades do cenário econômico externo, marcado pelo Segundo Choque do Petróleo (1979), pela crescente crise do Socialismo Real, bem como pelas dificuldades internas ao cenário brasileiro, caracterizado por uma crescente dívida externa, pela saturação do modelo desenvolvimentista, assim como por uma alta taxa inflacionária (HERMANN, 2005). Para o cientista político Brasília Sallum Júnior (2003), a crise do Estado colocou em xeque as relações do Brasil com a ordem capitalista mundial, superável apenas com o rearranjo das forças que sustentaram o crescimento econômico nas décadas anteriores aos anos 80.

80

Ao retornar para o Brasil, Merquior adentrou ao debate acerca do rearranjo das estruturas estatais. Por meio da publicação de artigos em periódicos como *Tempo Brasileiro*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, utilizou conceitos-chave adquiridos de Aron e Gellner, contribuindo para a proposta de projetos que visavam uma nova hegemonia política e intelectual em substituição ao Estado autocrático e desenvolvimentista do período militar.

Para Merquior, o debate político brasileiro era marcado pela difusão de uma imagem intrinsecamente pejorativa do Estado. Ele observava que tanto intelectuais liberais quanto socialistas recaíam em uma distorção conceitual, a qual denominou de *estadofobia*. Esta consistia na crítica ao aparato estatal de modo que a existência deste fosse a causa de uma exploração cuja solução consistia na dissolução - parcial ou total - de sua estrutura institucional (BELLUZZO, 2023). Tais críticas eram vistas pelo autor como resultado de influências *neoanarquistas* à esquerda, e provenientes de leituras feitas do economista austríaco Friedrich August von Hayek à direita (MERQUIOR, 2020).



Como alternativa, Merquior propôs um novo diagnóstico e uma nova corrente ideológica com a intenção de solucionar as problemáticas do Estado brasileiro sem recair em *estadofobias*: o Liberalismo Social. Para o autor, o erro dos intelectuais estava em condenar o Estado em si, e não as apropriações feitas de sua estrutura, que considerava como capturadas por um neopatrimonialismo⁵, como está em

Ao contrário do que pretende a vulgata neoliberal e comunitarista, o problema político brasileiro não é nenhuma hipertrofia do estado. É, isso sim, a persistência de formas patrimonialistas desse estado. O mal não é o estado em si, porém certas formas de apropriação do estado. Na perspectiva social liberal, o importante é seguir o sábio conselho de Norberto Bobbio e fazer com que o estado moderno não seja nem um simples guarda de trânsito, como querem os neoliberais, nem um general, como preferem os dirigistas à outrance. (MERQUIOR, 2020, p.113).

81

Como mencionado no trecho acima, o Liberalismo Social surgiu como possibilidade de superação da patologia *estadofóbica*. Pautada em intelectuais como Raymond Aron e Norberto Bobbio, a posição *merquiorana* pregava a implementação da *síntese democrático liberal*, isto é, um paradigma que unia direitos civis, políticos e sociais, contudo, sem perder de vista a importância da economia de mercado frente à saturação do desenvolvimentismo e do *antiliberismo* de setores à esquerda⁶. Para

5 Segundo Pierre Malbouisson (2022), as críticas merquioranas à baixa dinamicidade da economia brasileira, bem como a denúncia ao fenômeno patrimonialista se assemelham aos diagnósticos traçados por Raymundo Faoro e Simon Schwartzmann, tendo este último influenciado diretamente a leitura histórica do autor a partir de sua obra.

6 No vocabulário *merquiorano*, o termo *liberismo* adquire um significado que remete à dimensão econômica do liberalismo, não consistindo, porém na totalidade deste. Apropriando-se da noção criada pelo italiano Benedetto Croce, Merquior designava os liberais conservadores de sua época como *neolibelistas*, por suas crenças que focalizavam demasiadamente a liberdade econômica em detrimento das demais. Da mesma forma, criticou setores da esquerda que rejeitavam por completo a dimensão



o cientista político Kaio Felipe Santos (2020), essa síntese pretendia substituir o *hedonismo utilitário* dos neoliberais por um liberalismo democrático capaz de responder aos desafios políticos e sociais das últimas décadas.

Destarte, os escritos produzidos por Merquior ao longo dos primeiros anos após o seu retorno ao Brasil se dedicaram à divulgação da alternativa social liberal em meio a disputas quanto ao processo de *state building*. Entretanto, a partir de 1985, na iminência do início da gestão de Tancredo Neves, a sua produção redimensionou o foco do Estado para a nação, dedicando-se ao processo de *nation building*. Diante desse cenário, cabe compreender como o autor associou a transição para a Nova República ao surgimento de uma nova nação, bem como adaptou a sua argumentação social liberal perante os desafios e necessidades desse novo fenômeno na história política brasileira.

82

Qual o Brasil de Tancredo?

“Como imaginar o Brasil da Nova República?”. Assim Merquior iniciou as suas reflexões acerca do primeiro governo civil após o ciclo autoritário de 21 anos. Às vésperas do posse de Tancredo Neves, a *Folha de S.Paulo* redigiu o Folhetim Especial “O Brasil de Tancredo”, publicado no dia 10 de março de 1985. A partir de artigos escritos por renomados membros da intelectualidade brasileira, como Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti e Raymundo Faoro, o periódico realizou um debate a respeito das expectativas desses na iminência da posse do *peemedebista*. Contudo, antes de adentrarmos à análise do texto de Merquior, é necessário compreender como se deu a transição

liberista da sociedade moderna, isto é, a economia de mercado (BELLUZZO, 2023; SANTOS, 2015).



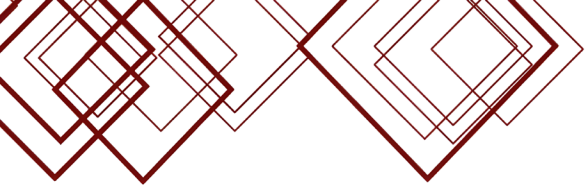
do governo de João Figueiredo ao de Tancredo, bem como as expectativas alimentadas pela sociedade, de modo a esclarecer as considerações e críticas realizadas pelo intelectual e os demais pensadores.

Desde 1984, a sociedade brasileira vivenciava um período de grande otimismo perante o seu futuro. Como afirmou Lavínia Barros de Castro (2005), o imaginário da população era alimentado pela ideia de que a substituição da autocracia pela democracia viria acompanhada da superação da inflação e por uma melhor distribuição de renda⁷. Assim, o caminho da abertura política se preparava para atingir um novo patamar: a escolha presidencial de 1985. Entretanto, com a derrota da Emenda Dante de Oliveira, responsável por instituir o voto direto para presidente, o processo eleitoral se estruturou de maneira indireta. Destarte, a indicação do primeiro presidente da Quarta República ficou a cargo do Colégio Eleitoral, levando setores populares e intelectuais a um sentimento de frustração.

83

Diante das opções disponíveis, houve uma disputa entre o projeto militar, encabeçado por Paulo Maluf (PDS), e o civil, liderado por Tancredo Neves (PMDB). Como descreveu Francisco Carlos Teixeira da Silva (2003), a partir do chamado Acordo de Minas, desenhou-se uma estratégia negociada entre o PMDB e a ala dissidente do PDS (denominada Frente Liberal), formalizando a Aliança Democrática. Consequentemente, a chapa composta por Tancredo e seu vice, José Sarney, saiu vitoriosa das eleições. Como reflexo do caráter conciliatório do político mineiro, o seu governo se organizou de maneira heterogênea, composto sobretudo por membros do PMDB e PFL. Ainda, contou

⁷ Neste contexto, como afirmou Silva (2003), o processo de abertura já não seguia os caminhos planejados pelo projeto Geisel - Golbery. A crescente mobilização popular. Esse novo contexto permite a compreensão dos motivos da democracia ser um componente central nas expectativas da população, bem como dos intelectuais examinados a seguir.



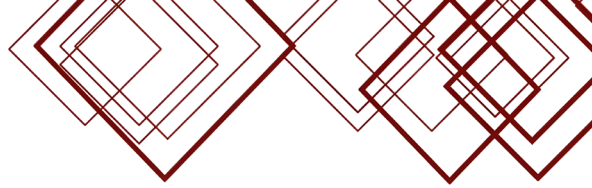
com uma equipe econômica formada por economistas partidários de tradições de pensamento divergentes, a exemplo da ortodoxia de Francisco Dornelles, no Ministério da Fazenda, e da heterodoxia keynesiana de João Sayad, no Ministério do Planejamento (SKIDMORE, 1999).

No momento de publicação do Folhetim, cinco dias antes da data de posse do novo presidente, a sociedade civil não possuía conhecimento da fragilidade da saúde de Tancredo. Segundo Thomas Skidmore (1999), o político mineiro buscou ocultar a sua condição para que evitasse, em um possível afastamento, que o então presidente João Figueiredo se recusasse a passar a autoridade para Sarney, que havia rompido com o PDS para concorrer como oposição. Para o historiador, Tancredo “(...) estava determinado a não ceder até o dia 15 de março, quando assumiria o governo, o poder teria passado para a Aliança Democrática e a ‘Nova República’ teria nascido” (SKIDMORE, 1999, p. 497).

84

Com um texto dotado do sugestivo título *Nova República: o horizonte social-liberal*, Merquior se mostrou otimista quanto ao novo governo, e em como esse poderia abrir novas possibilidades para o desenvolvimento de uma sociedade moderna no Brasil. Para isso, contudo, a Nova República deveria enfrentar determinados desafios no âmbito político, associados ao modelo de Estado, bem como à conduta dos governantes e governados.

Em relação ao primeiro ponto, caberia a superação do modelo de Estado visto pelo intelectual como sendo “opressivo e omissivo” (MERQUIOR, 1985, p.79). Aparentemente contraditórios, a compatibilidade dos termos se resolvia a partir da imagem de um aparato opressivo que remetia a dois aspectos: ao excesso de intervenção governamental nos setores econômicos e pela baixa penetração das leis na esfera so-



cial. Por outro lado, era visto como omissivo quando se referia ao plano social, isto é, em relação às deficiências educacionais e de saúde. Portanto, como uma continuidade dos debates referentes à redefinição das funções do Estado, Merquior prosseguiu com a defesa de um modelo social-liberal, buscando compatibilizar uma economia de mercado com a intervenção estatal na aplicação dos direitos sociais.

As carências associadas aos governantes são menos trabalhadas no texto em questão. Para Merquior, havia a necessidade de se institucionalizar uma “ética de governar” (MERQUIOR, 1985, p.79), superando as “ideologias salvacionistas” (p.79), que, em sua percepção, distorciam a política brasileira. Apesar de escassas, percebemos que as considerações do autor respondiam diretamente a fenômenos vinculados ao período militar. Deve-se mencionar que, ao referir-se às ideologias salvacionistas, o autor criticava dois movimentos em específico. Por um lado, as guerrilhas messiânicas, e de outro, o “abastardamento do conceito de segurança nacional” (p.79). Tais críticas devem ser interpretadas na esteira de um processo de conflito entre movimentos alternativos de resistência e a institucionalização do aparato repressivo que se desenrolava desde os anos 60, a exemplo da reformulação da Lei de Segurança Nacional em setembro de 1969, impondo penas mais duras aos atos considerados subversivos pelo regime e fazendo dos militares protagonistas dos negócios do Estado, enquanto os civis se reduziram a meros coadjuvantes (FILHO, 2003; NAPOLITANO, 2014).

Já em relação às carências dos governados, o autor destacou a importância de se assegurar e fortalecer os valores democráticos na transição política. Para isso, enfatizou a noção de *liberdade* para sublinhar o vínculo inextricável entre liberdade política e civil⁸. Em um con-

⁸ Na obra em questão, Merquior estabeleceu uma tipologia das diversas formas de



texto com muitos resquícios da autocracia militar, o intelectual afirmou que “sem autonomia, não há segurança” (MERQUIOR, 1985, p.79), isto é, os horizontes da Nova República não deveriam focalizar apenas os direitos civis, pois, sem os direitos políticos os primeiros seriam frágeis. Nesse sentido, o termo *autonomia* no vocabulário *merquiorano* deve ser compreendido como a capacidade de se escolher os governantes e possuir uma cidadania ativa.

86

A dominância da liberdade política sob a civil representa uma redefinição do uso do próprio conceito ao rejeitar uma acepção puramente *negativa*⁹. No momento de publicação do periódico, a visão da *liberdade* como ausência de coerção do Estado sobre o indivíduo ganhava força entre os autores neoconservadores e seus entusiastas nacionais, de modo a associar o intervencionismo característico do Estado desenvolvimentista à perda das liberdades individuais¹⁰. Segundo Milton Tosto (2005), em oposição a essa visão, Merquior buscou superar o economicismo e a ausência do componente democrático presentes no pensamento liberal brasileiro, quando afirma que o “(...) autoritarismo brasileiro de livre mercado é uma consequência da falta de compreensão da democracia pelo liberalismo” (TOSTO, 2005, p. 107, tradução

liberdade, sendo elas: liberdade-segurança, liberdade - expressão, liberdade política e liberdade de oportunidades.

9 Nas categorias do filósofo Isaiah Berlin, *liberdade negativa* remete à ausência da coerção estatal e social sobre o indivíduo. Por outro lado, *liberdade positiva* faz referência às dimensões participativas do cidadão, remetendo ao entendimento da liberdade proveniente do mundo grego (BELLUZZO, 2023).

10 Desde a década de 1960, em substituição ao caráter progressista do *Welfare State*, o mundo anglo-saxão vivenciou a ascensão do movimento neoconservador. Este era composto, dentre outros fatores, pela retomada de um pensamento econômico liberal crítico às políticas coletivistas, enxergadas como obstáculos à individualidade e à democracia. Esse pensamento foi impulsionado nos anos 80 a partir das eleições de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. (NETO, 2010). Apesar de distinções, esse modelo econômico se tornou uma pauta de defesa de intelectuais liberais conservadores brasileiros, como Roberto Campos e José Osvaldo de Meira Penna.

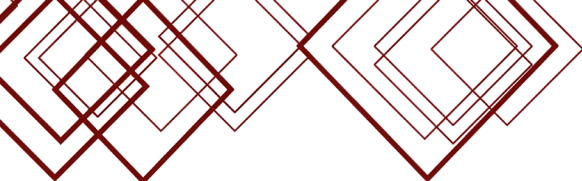


nossa). Destarte, ao tratar a *liberdade* como um leque conceitual cujo uma de suas dimensões consiste na autonomia política dos cidadãos, Merquior abriu uma possibilidade de reinterpretar o liberalismo sob o ponto de vista social e político, deixando de se interessar unicamente com o tema da abertura econômica.

Partindo dessa redefinição conceitual, a liberdade política se associa à ideia de *nação*, ocupando uma posição central no processo de *nation building* pós-ditadura, conforme pensado por Merquior. Para isso, é preciso compreender que o autor, ao se debruçar sobre essa questão, trabalhou com o conceito de *nação* apropriando-se da terminologia da obra “Problemas Políticos Brasileiros” (1975), de Afonso Arinos¹¹. A partir desta, o intelectual retomou a dicotomia Império/Nação para analisar a transição que o Brasil passava. Segundo Arinos, a noção de Império representava a ideia de que o país vivenciava processos políticos guiados por forças exógenas, e não por sua própria sociedade (LEAL, 2019). Aderindo à terminologia, Merquior defendeu que o Brasil se mostrava sob um domínio colonial por seu próprio povo - um Império interno - diante de grupos políticos que dominavam o país. Em contrapartida, rompendo com a tradicional acepção culturalista, a ideia de Nação referia-se a “dimensão participatória no Estado Nacional desenvolvido” (MERQUIOR, 2019, p. 111), ou seja, à cidadania da sociedade como um todo¹².

11 O artigo publicado na Folha não foi a primeira vez em que Merquior se apropriou da terminologia de Arinos. No texto Sociedade Civil: mito e realidade, publicado originalmente no periódico O Estado de S. Paulo em 15 de agosto de 1982, e posteriormente compilada na obra O Argumento Liberal (1982), Merquior já chamava a atenção para a dimensão democrática da nação, ao dizer que “politicamente, nação é o estado cujos súditos são autênticos cidadãos, a república em que a soberania popular não é a letra morta, e sim algo amplamente ativado pela representação democrática” (MERQUIOR, 2019, p. 111).

12 Como o autor já havia discorrido na obra As ideias e as formas (1981), o uso que faz do termo *pertence* à tradição francesa, identificado com a “vontade política



Baseando-se na dicotomia entre o “Império” e a “Nação”, Merquior depositou na Nova República a tarefa de concretizar a transição de uma categoria a outra. Essa expectativa não deve ser vista apenas como uma construção filosófica do autor, mas como um *ato de fala* capaz de induzir mudanças na sociedade, então caracterizada por déficits sociais e democráticos, sendo necessário a superação desses para que o Brasil se livrasse das heranças do período militar. Neste ponto, compreende-se no pensamento *merquiorano* a existência de um vínculo entre a Nova República, a expansão da liberdade política e a construção de uma nova nação, ao dizer que

(...) o estabelecimento de um horizonte de pactos sociais responsáveis enraíza na prática o valor da liberdade política, o rendimento socializado das transações democráticas, que pressupõem a vida da cidadania e de suas emanações no plano da representação. A constituinte será, nesse ponto, um verdadeiro rito de passagem - uma solene iniciação à democracia como hábito social (MERQUIOR, 1985, p.79)

Portanto, ao redefinir as noções de *liberdade* e *nação*, o texto de Merquior atuou no contexto intelectual e linguístico da Nova República induzindo modificações que possibilitaram a defesa de uma concepção de país alternativa àquelas discutidas no momento. Assim, ao associar o processo de *nation building* à construção da cidadania, o intelectual legitimou a aplicação do Liberalismo Social como uma corrente ideológica capaz de superar os desafios da Nova República em oposição a outras vertentes liberais. No entanto, para compreender como o governo de Tancredo simbolizou a adequação social liberal para Merquior, é crucial compreender a natureza desta transição política, bem como

consciente de uma dada população” (MERQUIOR, 1981, p.279). Em contraposição, estaria a compreensão germânica do conceito, entendida a partir da junção de aspectos identitários, como a cultura e a língua.



os instrumentos que o intelectual considerava necessários para que o Império alcançasse a Nação.

Reformismo ou continuísmo - qual a natureza da redemocratização?

As discussões acerca de uma abertura política gradual se faziam presentes desde meados da década de 70. Em um contexto marcado por processos de redemocratização em países como Portugal, Espanha e Grécia, a estrutura política brasileira começou a ser flexibilizada a partir de 1974 por meio do Governo Geisel. No início de 1985, o debate se intensificou devido aos discursos de Tancredo Neves que, em mais de uma ocasião, referenciou o modelo negociado de redemocratização vivenciado pela Espanha, a partir do Pacto de Moncloa, como uma inspiração para o Brasil. No mesmo contexto, como apontou Elizabeth Cancelli (2021), *think tanks* internacionais fortaleceram uma concepção de transição democrática que garantisse um processo de modernização em conjunto com incorporação de setores sociais na política e uma nova percepção da política externa dos Estados Unidos¹³. No entanto, em meio à propensão *lenta, gradual e segura* da abertura, intelectuais e políticos denunciaram o que entendiam ser um processo *continuista*, isto é, que mantivesse estruturas do período militar (NAPOLITANO, 2014; PAIM, 2014). Dessa forma, cabe observarmos como Merquior pensou

89

13 Os esforços positivos e normativos de cientistas sociais e policy makers em prol dos estudos da transição política podem ser encontrados nos trabalhos desenvolvidos pelo *Woodrow Wilson Center for Scholars*. Cancelli (2021) aponta como exemplo da atuação da instituição a publicação da coletânea *Prospects for Democracy; Transitions from a Authoritarian Rule*. A Proposal of The Wilson Center em 1986. Composta por artigos de pesquisadores como Kenneth Maxwell, Fernando Henrique Cardoso e Laurence Whitehead, a obra se concentra no papel dos atores políticos em adotar medidas “realistas” a fim de se estabelecer uma estabilidade política por meio da conciliação com setores da oposição moderada ao longo do processo de redemocratização.



a condução da abertura política e, conseqüentemente, os instrumentos necessários para se levar adiante o processo de *nation building* no Brasil.

90

Diante das expectativas do intelectual quanto ao caráter modernizante e social-liberal do governo de Tancredo, entrou em cena uma frequente expressão no vocabulário da redemocratização: os pactos sociais. Para o autor, a expressão designava um processo contínuo de acordos e reformas entre os diversos setores da sociedade de modo a construir um determinado projeto político (BELLUZZO, 2023). Assim, a Nova República deveria executar esse processo visando as escolhas políticas da sociedade brasileira (*choix de société*, na expressão utilizada pelo polímata), as quais identificava a partir de dois elementos: uma sociedade pluralista em conjunto com uma economia de mercado (MERQUIOR, 1985). Diante disso, interpretamos o pluralismo social como uma justificativa para uma transição democrática conciliatória e composta por um amplo processo reformista¹⁴. Para isso, o gradualismo se torna o meio necessário para que os pactos sociais sejam realizados progressivamente, caracterizando o dinâmico processo legislativo das democracias pluralistas modernas. Em conjunto, a ênfase na economia de mercado adquire um sentido associado à eficiência, reiterando o pensamento *merquiorano* como participante das correntes liberais críticas ao intervencionismo do Estado desenvolvimentista vigente desde 1930.

Ainda, a difusão das escolhas políticas apontadas pelo polímata caminhavam simultaneamente a um ideal de modernidade. Em

¹⁴ Consideramos a importância do pluralismo social como uma continuidade do pensamento político *merquiorano* desenvolvido no início da década de 80. Como expressa na obra *As Ideias e as Formas* (1981), a impossibilidade de eliminação dos conflitos sociais gerados pela sociedade industrial moderna levou o intelectual à defesa de um regime democrático que garanta a igualdade política e que seja amparado por uma estrutura institucional liberal, capaz de assegurar as *regras do jogo* que compatibilize o pluralismo social e as liberdades políticas (BELLUZZO, 2023; BIANCHI, 2023).



contraposição à modernização autoritáriada ditadura civil-militar, que priorizava um crescimento econômico alheio à participação política e melhoria material da população, o intelectual compreendia a Nova República como um período que propusesse “(...) conjugar o renascimento da política com uma inadiável prioridade ao social (...)” (MERQUIOR, 1985, p.79). Dessa forma, diante da aplicação do Liberalismo Social, a sociedade brasileira romperia com o paradigma conservador vigente no período anterior de sua história e seria inserida à modernidade. Segundo o intelectual:

Ou bem chegamos ao fim do século dando uma tradução prática à consciência de que um país em desenvolvimento é uma sociedade em integração – uma comunidade em que distâncias sociais do tipo absoluto tendem a ser cada vez menos legítimas e toleráveis – ou teríamos completado uma modernização capenga, desumana e, em boa parte, inepta; pois é pura e simples inércia o desperdício de talento potencial que até aqui nos permitimos, ao deixar sem proteínas e sem instrução o alentado número de desassistidos na nossa imensa população jovem. A moderna república liberal é a sociedade jovem do sucesso e do acesso. Temos alcançado níveis notáveis em matéria de sucesso; mas ainda precisamos realizar muito mais em matéria de acesso. (MERQUIOR, 1985, p. 79)

91

Para que esse caminho em direção à modernidade fosse trilhado, a figura de Tancredo era imprescindível. Em contraposição às perspectivas *estadoltras* autoritárias e às *estadofobias*, o político mineiro era visto por Merquior como alguém dotado de um responsável “senso histórico-filosófico do papel do Estado” (MERQUIOR, 1985, p.79), capaz de simbolizar o elemento da autoridade legítima na reconstrução democrática brasileira. Essa perspectiva se torna evidente quando o intelectual afirmou que “ a grande e sóbria esperança da Nova República é que com Tancredo, nosso príncipe civil, a nação interiorize de vez a vivência da democracia. Qualquer coisa a quem disso seria indigna do



Brasil moderno” (MERQUIOR, 1985, p.79). Assim, compreendemos que, por meio de reformas que implementassem pactos sociais responsáveis por instituir a cidadania, o processo de *nation building* seria continuado. Esse processo culminaria em sua concretização a partir da criação de uma nova Constituição, destinada a enraizar os valores da sociedade brasileira moderna e a superar a imagem autoritária da carta de 1967, substituindo seu caráter autocrático pelo liberal-democrático.

92

Entretanto, enquanto Merquior depositava suas esperanças na institucionalidade de Tancredo, outros intelectuais denunciavam o caráter conservador do político mineiro. Um dos casos mais notáveis consiste no filósofo José Arthur Giannotti (1930 - 2021). Em sua interpretação, o ímpeto pragmático e conciliador fez com que Tancredo e o PMDB perdessem suas identidades, aderindo a um conservadorismo político¹⁵. Como resultado dessa ausência identitária, a formação de uma equipe econômica sem uma linha coerente corria o risco de representar uma continuidade da “gangorra Delfim-Simonsen” (GIANNOTTI, 1985, p.78). Em vista disso, Giannotti defendia que não haveria espaço para a concretização de um pacto social sólido. Ainda, diferente de Merquior, que depositava na Constituinte a consolidação da *nation building*, Giannotti acreditava que o processo representava a oportunidade para um debate pela sociedade civil a fim de rejeitar o “consenso autoritário” (p.78) e da “política pela política” (p.78), ou seja, o caráter continuísta das alianças feitas por Tancredo.

Desse modo, em meio à debates que ora depositavam esperanças

15 A fraqueza e perda de identidade dos partidos políticos era um diagnóstico corrente na opinião pública de então. De acordo com Skidmore (1996), as agremiações políticas eram vistas como indisciplinadas e, por diversas vezes, capturadas por personalidades fortes. O então senador Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, se referiu ao PMDB em algumas ocasiões como um *partido - ônibus*, isto é, uma agremiação que abriga políticos de pensamentos distintos, com o único objetivo de atrair eleitores (CARDOSO, 1985)

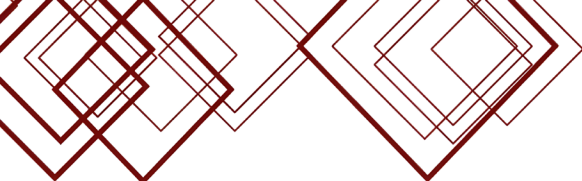


no pragmatismo de Tancredo, ora criticavam o seu caráter conservador, Merquior se filiou ao primeiro grupo. Sustentamos que o esforço pela compatibilização da Nova República com o ideal social-liberal por parte do autor representou o desejo por um processo de ruptura com a autocracia, superando a sua modernização autoritária. No entanto, em oposição à correlação entre um reformismo gradual e o *continuismo* autoritário, sugerimos que a defesa do intelectual pelo gradualismo institucional deve ser compreendida não como um desejo por continuidades, mas como uma adequação ao pluralismo social característico das complexas sociedades modernas. Nesse sentido, concordamos com a afirmação do professor João Cezar de Castro Rocha, quando este descreveu o credo liberal de Merquior por meio da fórmula “democracia como valor universal; racionalismo como estrutura de pensamento; pluralismo como método intelectual; economia de mercado, porém com a presença do Estado como força de equilíbrio das desigualdades”(ROCHA apud ALMEIDA, 2015, p. 2015). Destarte, em Merquior, o reformismo liberal se torna o caminho possível para o fortalecimento do componente democrático e, conseqüentemente, para a transição do Império à Nação.

93

Era Sarney: as frustrações de uma nação em construção

Em meio ao clima de otimismo e incertezas perante o início do governo de Tancredo Neves, a sociedade brasileira sofreu um novo golpe, impactando as suas esperanças para o futuro. No dia 14 de março de 1985, a menos de 24 horas para a posse do novo presidente, o político mineiro precisou ser internado para se submeter a uma cirurgia. Logo, quem deveria subir a rampa era o vice-presidente, José Sarney, encarregando-se de exercer um governo interino. Advindo dos setores



militares, Sarney possuía uma baixa popularidade entre diversos setores políticos e populares, o que alimentou a percepção de que a redemocratização não passaria de um *continuismo* do período militar. Nesse sentido, é essencial compreender como José Guilherme Merquior buscou adaptar o seu processo de *nation building* às novas circunstâncias políticas da redemocratização brasileira.

94

De início, compreendemos o afastamento de Tancredo como um obstáculo ao processo de *nation building* como pensado por Merquior. No entanto, apesar das suas otimistas expectativas quanto ao governo do político mineiro estarem prejudicadas, a entrada de Sarney lhe possibilitou uma oportunidade de intervir de maneira mais direta na política brasileira. Segundo José Mario Pereira (2001, p.193), o “(...) desejo de interferir no debate social brasileiro levou Merquior a escrever, em diversas ocasiões, a políticos com quem tinha relações de amizade”. Na ocasião, o intelectual possuía certa proximidade com o então presidente interino, tendo em vista que ambos eram membros da Academia Brasileira de Letras. Isto posto, uma importante fonte que nos auxilia na compreensão das reações do intelectual diante do governo de Sarney consiste em uma carta enviada pelo polímata ao político no dia 15 de abril de 1985.

O objetivo da carta era auxiliar o colega da ABL no desenvolvimento de uma legitimidade política para que pudesse levar à frente o processo de construção democrática. Em oposição ao esperançoso artigo publicado no Folhetim no mês anterior, as palavras de Merquior representaram uma mudança de percepção em relação ao caráter conciliatório dogoverno, e em como este poderia ser interpretado pela população, como está em:

A meu ver, seu governo será um bombom: o recheio é caste-

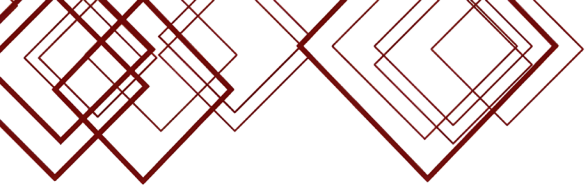


lista (Sarney, Leônidas), mas o envelope de chocolate será a Aliança Democrática, com dominante PMDB. A alternativa: governar também com o PDS, me parece ir, se a dose for muito alta, contra a aspiração de mudança que anima o país, e, portanto, poderia impopularizar. O que, evidentemente, não proíbe o aproveitamento de um ou outro nome nacional do PDS. Se V. lá está, para que saíria? O único resultado prática de uma eventual preferência pelo PFL seria entregar o maior partido ao herói de Homero. (MERQUIOR apud PEREIRA, 2001, p. 393)

Diante desse diagnóstico, percebe-se uma aproximação da compreensão *merquiorana* em relação às opiniões que associavam a composição do novo governo a um regime *continuista*. Com a intenção de sinalizar o oposto para a sociedade, Merquior empreendeu uma série de conselhos para que Sarney evitasse o desgaste de sua popularidade, dificultando a construção nacional e democrática da Quarta República. Dentre esses, como um meio de se distanciar do PDS, o estabelecimento de contatos com personalidades estratégicas do PMDB viria a ser de grande ajuda, como está em

95

Quando o que seria conveniente contê-lo, em sua condição de alternativa latente para seu poder presidencial, aliciando para tanto boa parte do PMDB. Como? Reforçando a ligação Sarney-Lyra. Fazendo talvez Fernando Henrique ministro (do Exterior? Da própria Casa Civil?) E, sobretudo, fazendo desde já certos gestos simpáticos à esquerda, embora - *ca va sans dire* - sem comprometer a linha moderada, social-liberal que presidiu o nascimento da nova repúbli-



ca. Uma “apertura a sinistra”, sem exagero.
(MERQUIOR apud PEREIRA, 2001, .393)

Em conjunto, outra estratégia sugerida pelo intelectual consistia no fortalecimento da popularidade de Sarney frente a setores da esquerda. Para isso, um dos meios considerados consistiu no reatamento da diplomacia brasileira com Cuba, com quem havia rompido as relações desde o governo Castelo Branco (1964-1967). Para o intelectual, o momento de reaproximação era favorável pois, além dos ganhos econômicos advindos do comércio com o país caribenho, evitaria a imagem de que, no futuro, a aproximação brasileira se desse a reboque de uma reconciliação com os Estados Unidos (MERQUIOR apud PEREIRA, 1986).

96

Por fim, o combate à inflação em conjunto com o atendimento às demandas sociais era visto como um ponto chave para a sustentação do novo governo. Tendo em vista as diversas menções ao combate à inflação por Tancredo Neves, o prosseguimento de Sarney nesse objetivo sinalizaria que o seu governo estaria disposto a romper com as heranças econômicas do período militar. Visando tais objetivos, Merquior sugeriu como uma medida imediata: a aprovação do Programa de Emergência Contra a Fome e o Desemprego, elaborado pela Comissão para o Plano de Ação do Governo (COPAG) para amenizar problemas sociais e garantir uma maior igualdade econômica. No entanto, a execução do plano deveria vir acompanhada pelo cuidado de não disparar a inflação, vista pelo intelectual como “(...) o mais cruel dos impostos [pois] atinge principalmente a pequena classe média e as camadas populares” (MERQUIOR apud PEREIRA, 2001, p.394).

Contudo, as circunstâncias não foram favoráveis para o sucesso

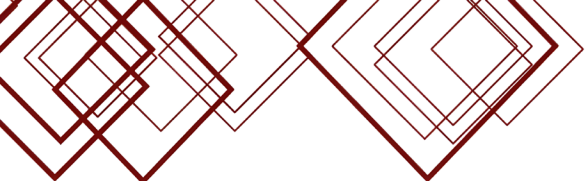


do plano, tampouco para o controle da inflação. Como apontou Skidmore (1988), diversos problemas orçamentários prejudicaram a aprovação de suas diretrizes, tendo poucos pontos sido postos em prática. Da mesma forma, as taxas inflacionárias se elevaram rapidamente. Como solução, em fevereiro de 1986, foi aprovada a primeira grande tentativa de conter a inflação: o Plano Cruzado. Constituído por medidas que incluíam um congelamento de preços, uma nova política salarial e uma reforma monetária, o plano obteve relativo sucesso inicial, entretanto, se mostrou um fracasso ao desencadear consequências negativas, como a escassez de produtos nos mercados, o surgimento de filas e o fenômeno do ágio (CASTRO, 2016).

No ano seguinte, o tema da construção da nação voltaria a ser desenvolvido nos textos *merquioranos*. Entretanto, antes restrita ao estabelecimento da cidadania, interpretamos que o autor começou a abordá-la a partir da análise da interação entre a sociedade e os acontecimentos públicos, fazendo disso um “termômetro” para se avaliar o grau de nacionalidade brasileira. Em entrevista concedida para a Folha de S. Paulo em 12 de dezembro de 1986, Merquior foi questionado sobre os resultados do Plano Cruzado. Apesar das consequências problemáticas do plano, ele via com bons olhos o que este representou para a “consciência nacional” do brasileiro. Em sua visão, ao consolidar o combate à inflação, o projeto possibilitou o desenvolvimento da educação econômica da sociedade, até então restrita aos especialistas e à alta classe média. Segundo o intelectual

97

O governo conseguiu, e não é pouco, o lançamento de um processo de educação econômica do povo brasileiro, que nos põe no nível de qualquer democracia industrial avançada, onde as questões econômico-financeiras de uma maneira geral dominam a pauta política. (MERQUIOR apud COSTA, 1986)



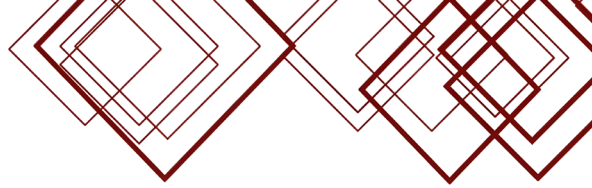
No entanto, apesar de manter uma certa esperança em relação ao governo Sarney, os meses seguintes representaram um desencanto por parte de Merquior quanto ao futuro do Brasil. Se a dimensão social era um elemento importante no processo de *nation building* aos moldes do Liberalismo Social, a piora na distribuição de renda levou o intelectual à escrita de artigos com teor mais crítico às dimensões política e intelectual brasileira.

98

Em 1987, no artigo *Brazil's New Republic: The Social Liberal Path*, o intelectual reiterou o reformismo social liberal na luta contra a pobreza no Brasil. Inspirando-se nos escritos de Hélio Jaguaribe, defendeu um plano de reformas abrangendo reforma agrária, seguro desemprego, política educacional e um sistema de controle de natalidade voluntário¹⁶. Este projeto visou responder às correntes tentativas de lidar com a pobreza, sintetizadas pelo intelectual a partir de diagnósticos *conservadores*, tratando a pobreza como um sintoma natural do crescimento econômico, e *revolucionários*, abordando-a como uma patologia endêmica ao capitalismo. Dessa maneira, a sua proposta estabelecia uma “*via média* entre o estatismo antiquado da esquerda e a estodofobia excessiva da nova direita” (MERQUIOR apud SANTOS, p.143). Traçando um paralelo entre os diagnósticos e a conjuntura partidária da época, podemos associar a visão conservadora ao PDS, que Merquior via como semelhante ao *thatcherismo* e às *reaganomics*. Em contraste, a segunda visão manifestava-se no radicalismo de caráter anticapitalista do PT e no socialismo moderado do PDT. (MERQUIOR, 1987). Em síntese, para Merquior,

(...) a Nova República não aceita a ideia conservadora de que as

16 Na defesa dessa proposta, Merquior se utilizou de sua leitura acerca da obra “Brasil, 2000: *para um novo pacto social*” (1986), escrita por Hélio Jaguaribe a pedido do governo Sarney.



melhorias sociais virão como um subproduto do crescimento econômico; mas também não compartilha da despreocupação dos teóricos radicais em sustentar o crescimento em nome de uma prematura e precária distribuição de renda (...) (MERQUIOR, 1987, p.272, tradução nossa).

O início da Era Sarney representou um processo de desencanto por parte de Merquior em relação à construção da nova nação brasileira. Embora o Plano Cruzado tenha promovido uma mentalidade anti-inflacionária, os primeiros anos da Nova República não conseguiram priorizar a dimensão social, dificultando a concretização de uma sociedade participativa e democrática. Sustentamos que Merquior, apesar de não se opor totalmente ao governo Sarney, desejava que este seguisse uma via reformista, mantendo a sua aliança com o PFL, e afastando-se de partidos que representassem projetos opostos ao *nation building* social liberal, como o PT e o PDT, à esquerda, e o PDS, à direita.

99

Considerações finais

No decorrer deste estudo, observou-se que José Guilherme Merquior compreendeu o processo de redemocratização como um momento de construção de uma nova *nação*. Em relação a esta, o autor promoveu uma redefinição de seu significado, substituindo a sua tradicional acepção culturalista por outra, fundamentada em dimensões políticas e sociais. Sendo assim, o desenvolvimento da *nation building* pós-ditadura é visto pelo intelectual como um processo gradual de construção democrática, objetivando expandir a cidadania nas esferas participativas da sociedade civil, levando à superação do caráter autoritário da Ditadura Militar e, assim, realizando a transição do Império à Nação.



Como modelo ideológico a ser adotado pela transição para a Nova República, Merquior propôs o Liberalismo Social. Unindo Estado e mercado, a sua defesa se legitima a partir do vocabulário utilizado. Partindo do estudo dos conceitos presentes nas fontes analisadas, interpretou-se uma dependência entre as noções de *nação* e de *liberdade*, sendo esta compreendida de modo amplo ao incluir em seu conteúdo as ideias de cidadania e direitos sociais.

Desse modo, este estudo reitera que a argumentação *merquiorana* pode ser interpretada como uma tentativa de interferir no contexto linguístico do período. Conseqüentemente, a sua intervenção posiciona o autor no cenário de disputas ideológicas entre os distintos grupos que buscavam construir uma nova hegemonia intelectual no Brasil.

100

Referências

- ALMEIDA, Marco Rodrigo. A Direita Diplomática. Folha de São Paulo, 23 de Agosto de 2015.
- BELLUZZO, João Victor Fidelis. A Opção Social-Liberal: os direitos sociais nos escritos de José Guilherme Merquior. Dissertação.. Franca, 2023.
- CAMARGO, Sílvia. Os primeiros anos da “Escola de Frankfurt” no Brasil. Lua Nova, São Paulo, p. 105-133, 2014.
- CANCELLI, Elizabeth. Brasil: políticas de transição e de reconciliação, estratégia de Guerra Fria. Revista de História, São Paulo, n. 180, p. 1–32, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.167231. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/167231>.. Acesso em: 12 dez. 2024.
- CARDOSO, Fernando Henrique. A ventura da mudança. Folhetim, p.5. 1985.



- CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Revista Topoi*, pp. 123-152, 2000.
- CARVALHO, Sonia Maria de. Merquior – Um liberal nos bosques de Academus. Dissertação (Mestrado em Literatura, Cultura e Contemporaneidade) – Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2018.
- CASTRO, Lavínia Barros de. Esperança, Frustração e Aprendizado: a História da Nova República (1985-1989). In: F. GIAMBIAGI, A. VILELA, L. B. CASTRO, & J. HERMANN, *Economia Brasileira Contemporânea: (1945-2015)* (pp. 97-131). Campus, 2016.
- CHAUÍ, Marilena. O pensamento político e a redemocratização. *Lua Nova*, p.173-228, 2007. CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia Política*, pp. 165-175, 2005.
- COSTA, Caio Túlio. Merquior, o anarquista cultural. Folhetim, 12 de Dezembro de 1986. ECHEVERRIA, Regina. Sarney: a biografia. Leya, 2011.
- FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. Em J. FERREIRA (Org), *O Brasil Republicano: o tempo da Nova República - vol. 5: Da transição democrática à crise política de 2016* (pp. 27-73). Civilização Brasileira, 2018.
- FILHO, Nilson Borges. A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares. Em J. FERREIRA (Org), *O Brasil Republicano: vol. 4: O Tempo da Ditadura* (pp. 13-42). Civilização Brasileira, 2003.
- GIANNOTTI, José Arthur. Política pela política. Folhetim, p.78. 1985.
- HERMANN, Jennifer. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O IIPND e a Crise da Dívida Externa



(1974-1984). Em *Economia Brasileira Contemporânea: (1945-2015)*, 2005.

LEAL, Fabiano. *Vida das ideias: Estado, mercado e democracia no pensamento de José Guilherme Merquior* (dissertação), Universidade Salgado de Oliveira, 2019.

LYNCH, Christian. *Cartografia do Pensamento Político Brasileiro: conceito, história, abordagens*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p.75-119, 2016.

MALBOUISSON, Pierre Simões Paes. *Razão na Penumbra: Liberalismo no Pensamento Político Brasileiro* (dissertação). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2022.

MERQUIOR, José Guilherme. *A natureza do processo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. *As idéias e as formas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

102 _____ . *Brazil's New Republic: the Social-Liberal Path*. *Bulletin of Latin American Research*, vol. 6, no. 2, 1987.

_____. *Crítica 1964-1989: ensaios sobre arte e literatura*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

_____. *O Argumento Liberal. É Realizações*, 2020.

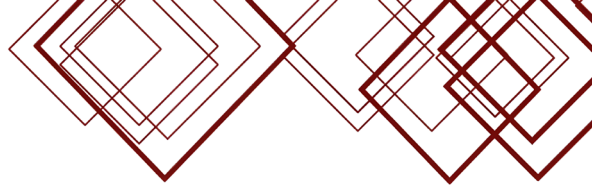
NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. Contexto, 2014.

NETO, Roberto Moll. *Reaganation: a nação e o nacionalismo (neo) conservador nos Estados Unidos (1981-1988)*. Dissertação (265 p.). Departamento de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PAIM, Antonio. *História do Liberalismo Brasileiro*. LVM Editora, 2018.

PEREIRA, José Mário. *O Fenômeno Merquior*. In: A. d. SILVA, Itamaraty *Na Cultura Brasileira*. Editora Francisco Alves, 2003.

SALLUM JÚNIOR, Brasília. *Metamorfoses do Estado brasileiro no*



final do século XX. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 35-55, jun, 2003.

- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 - 1985. In: Jorge FERREIRA, & Luciana DELGADO, *O Brasil Republicano: o tempo do regime autoritário* (pp. 361-414). Civilização Brasileira, 2019.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil. De Castelo A Tancredo. 1964-1985*. Paz e Terra, 1999.
- SKINNER, Quentin. *Visions on politics*. London: Cambridge University Press, 2001.
- TOSTO, Milton. *The Meaning of Liberalism in Brazil*. Lexington Books, 2005.

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Consenso e desenvolvimento: a ditadura militar no Espírito Santo nos escritos de Élcio Álvares

Consensus and development: the military dictatorship in Espírito Santo in the writings of Élcio Álvares

Guilherme Gouvêa Soares Torres¹

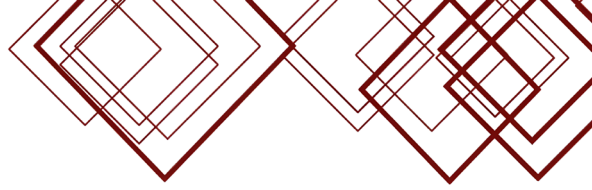
Resumo: O presente trabalho visa analisar o período da ditadura militar no estado do Espírito Santo a partir das memórias do ex-governador do Espírito Santo Élcio Álvares (1975-1979) sobre este período (1964-1985). A fonte trabalhada é o livro autobiográfico “Memórias do Meu Tempo” (2012) escrito pelo político capixaba falecido em 2016. O cerne da leitura é o período ditatorial, mais especificamente durante o mandato do autor. Entendemos que consenso e desenvolvimento são dois aspectos importantes e que se relacionam, na medida em que o regime ditatorial teve apoios na sociedade civil espírito-santense (incluindo o ex-governador) e que o estabelecimento dos chamados Grandes Projetos de Impacto (GP’s), de viés desenvolvimentista, contribuiu para reforçar este suporte. Partindo da ideia desenvolvida por Pierre Bourdieu (2006) da “ilusão biográfica”, elaboramos a hipótese de que a escrita biográfica busca criar sentidos nos eventos narrados, construindo uma “história de vida”. Esta, por sua vez, veicula uma determinada mensagem com base no encadeamento dos fatos. Desta feita, buscaremos demonstrar: como Élcio Álvares constrói uma memória marcada pelo destaque à realização de obras de infraestrutura e por uma leitura edificante da sua própria trajetória e como essa construção reflete uma visão positiva acerca do período ditatorial.

Palavras chave: Memória; ditadura militar; Espírito Santo

Abstract: This paper aims to analyze the period of the military dictatorship in the state of Espírito Santo from the memoirs of the former governor of Espírito Santo Élcio Álvares (1975-1979) about this period (1964-1985). The source used is the autobiographical book “Memórias do Meu Tempo” (Memories of My Time) (2012) written by the Espírito Santo politician who died in 2016. The core of the reading is the dictatorial period, more specifically during the author’s mandate. We believe that consensus and development are two important and related aspects, in that the dictatorial regime had support in Espírito Santo’s civil society (including the former governor) and that the establishment of the so-called Great Impact Projects (GP’s), with a developmentalist bias, helped to reinforce this support. Based on the idea developed by Pierre Bourdieu (2006) of the “biographical illusion”, we hypothesized that biographical writing seeks to create meanings in the events narrated, constructing a “life story”. This, in turn, conveys a certain message based on the chain of events. In this way, we will try to demonstrate how Élcio Álvares constructs a memory marked by the emphasis on infrastructure works and by an edifying reading of his own trajectory, and how this construction reflects a positive view of the dictatorial period.

Keywords: Memory, military dictatorship, Espírito Santo.

¹ Graduado e mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), atualmente cursa doutorado na mesma instituição, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). É membro do Laboratório de Estudos de História do Tempo Presente (LabTempo). ORCID ID: 0009-0006-5965-4633
E-mail: guilhermegstorres@gmail.com



Introdução

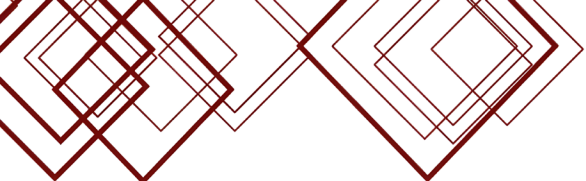
Nas décadas finais do século XX, os traumas dos totalitarismos e dos autoritarismos, as experiências da Guerra Fria, a descolonização na África e na Ásia, as revoluções políticas e comportamentais, dentre tantos outros eventos, chamam a atenção dos historiadores e suscitaram novas reflexões, influenciando até mesmo a forma de se pensar a disciplina. O “retorno ao político” foi fruto de uma conjugação entre realidade e percepção, ou seja, como interage o historiador diante das questões do próprio tempo e como elas interferem na forma de se fazer a disciplina (Rémond, 2003).

Dentre os aspectos marcantes desse momento, podemos indicar que o surgimento do campo da história do tempo presente é um reflexo desse contexto. De acordo com Agnes Chaveau e Philippe Tétart (1999), a história do tempo presente coloca em evidência a relação entre o historiador e seu tempo: quais são os jogos de influência entre os climas ideológicos e os contextos históricos? Por sua vez, Jean-Pierre Rioux indica que a relação com o tempo e com a memória durante o século XX apontaram a necessidade do registro e do trato histórico (1999).

105

A leitura de Rioux se aproxima com a de Henry Rousso (2017), que indica a renovação do campo de estudos sobre a memória e a importância de questões sensíveis para a memória coletiva e a influência para a escrita da história. Rousso cita como exemplo de passado sensível a França de Vichy, seu objeto de estudo.

No Brasil, a História do Tempo Presente se afirmou como um campo ainda durante os anos 1980, com a publicação de obras relevantes sobre a ditadura militar, como “1964: A conquista do Estado” (1981), de René Armand Dreifuss e “Estado e Oposição no Brasil”



(1985), de Maria Helena Moreira Alves. Todavia, nesse momento houve a predominância da publicação de obras memorialísticas sobre a ditadura, como “O que é isso, companheiro?” (1979), de Fernando Gabeira, e “Os carbonários: memórias da guerrilha perdida” (1980), de Alfredo Sirkis, assim como a minissérie “Anos Rebeldes” (1992).

Outro ponto a se destacar sobre esse período é o de que, no contexto de liberalização e redemocratização, alguns setores da sociedade - como, por exemplo, a grande imprensa - assumiram uma leitura acerca do regime calcada no repúdio à violência e na adesão a valores como democracia e cidadania, ainda que de maneira difusa (Moraes, 2006; Napolitano, 2017).

106

Durante os anos 1990 e 2000, os estudos sobre o período entre 1964 e 1985 também se diversificaram, em um movimento semelhante aos trabalhos sobre o Estado Novo. Porém, outro fator contribuiu para esse incremento: a implementação de políticas de memória durante os dois primeiros mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e os governos de Dilma Rousseff (2011-2016). Tais ações contribuíram para enriquecer o debate acerca da ditadura e os seus legados para o regime democrático posterior. Além disso, a expansão dos programas de pós-graduação em história, sobretudo durante os anos 2000, contribuiu para a diversificação de abordagens e temas da historiografia, como por exemplo questões sociais, culturais, econômicas e de gênero, assim como o enfoque voltado à história regional.

A emergência da história do tempo presente evidencia a relação com a memória e como os usos do passado são colocados no presente, de modo a legitimar ações e projetos políticos. Um exemplo diz respeito aos “lugares de memória”, conforme aponta Pierre Nora (1993) e que revelam uma maneira de se construir significados acerca do pas-



sado através de patrimônios e monumentos. Enzo Traverso (2007), ao tratar desta questão, indica o risco de mitificação e de apagamento de outras memórias.

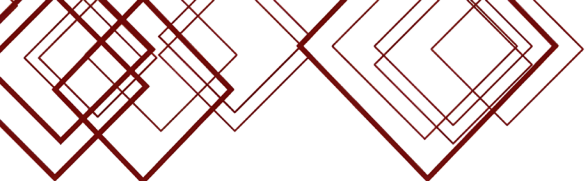
Dentre os registros da memória, a autobiografia demarca um sentido às experiências vividas. Como aponta Pierre Bourdieu (2006), narrativas de histórias de vida buscam construir determinadas coerências e consistências a partir do encadeamento dos fatos e os significados a eles atribuídos.

Desta maneira, ao propor a abordagem de um determinado período – o da ditadura militar, entre 1964 e 1985 – a partir de uma autobiografia, algumas questões são colocadas. A primeira delas diz respeito aos sentidos atribuídos pelo autor à sua experiência de vida. A segunda, por sua vez, ao modo como o personagem narrado se situa no processo histórico estudado. A terceira, por fim, aos elementos destacados do período histórico pelo autobiografado.

107

Com base nessas reflexões, o objetivo do trabalho é compreender a formação de memórias sobre o período da ditadura militar no Espírito Santo, tendo como objeto o livro “Memórias do meu tempo” (2012), de Élcio Álvares. Governador entre 1975 e 1979, durante a execução dos chamados “Grandes Projetos de Impacto” (GP’s). De acordo com Fagundes e Ângelo (2014), a realização desses projetos teve importância central na constituição de uma memória positiva sobre esse contexto.

Dessa maneira, a organização do trabalho se dará da seguinte forma: primeiramente, um breve balanço da historiografia capixaba sobre o Estado durante a ditadura, dando enfoque a questões como a construção do consenso na relação com as elites. Em segundo lugar, a fonte será trabalhada, considerando os aspectos que marcam a constru-



ção da biografia do autor. Em nossa leitura, percebemos a presença de elementos edificantes na construção da narrativa, incluindo menções a questões religiosas. Buscaremos demonstrar que esse tipo de elaboração visa construir uma memória positiva sobre a própria trajetória e também sobre o período da ditadura militar. Por fim, nas considerações finais, serão apontadas as conclusões do trabalho.

A historiografia capixaba: entre passado e presente

A historiografia capixaba conheceu diversos momentos de enquadramento do passado ao sabor de conjunturas e circunstâncias. A escrita da história se entrelaçou a questões do presente, influenciando na construção de imaginários sociais, bem como consolidando agendas e projetos políticos.

108

Conforme demonstra Rafael Cerqueira do Nascimento (2018), estabeleceu-se durante o século XX o que se denominou “narrativa histórica da superação do atraso”, caracterizada por um mito de origem: o alijamento do estado (antes capitania e província) frente ao restante do Brasil, desde o período colonial. Desta maneira, a condição do Espírito Santo seria a de um perene atraso que se perpetua de diversas formas.

A consolidação dessa leitura histórica da formação do Espírito Santo está relacionada aos projetos das elites capixabas durante o século XX e que visavam superar uma propalada condição retardatária frente a outros estados brasileiros, sobretudo durante os anos 1960 e 1970, quando da implementação dos GP's no Espírito Santo. Nesse sentido, o meio indicado pelas elites econômicas urbanas foi a necessidade do estabelecimento de um projeto econômico industrial visando superar os desequilíbrios e insuficiências da economia capixaba, cuja base era o café.



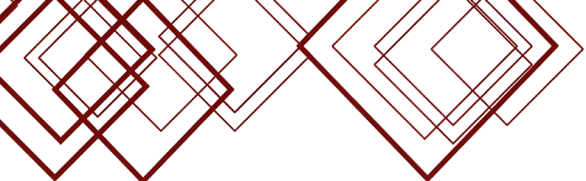
Tal avaliação do cenário social e econômico, para além de contribuir para o estabelecimento de uma agenda política, conformou uma leitura histórica que teve como objetivo legitimar a atuação das elites, que visava superar uma condição de que até então se perpetuava no estado. Como demonstra o autor, estabeleceu-se um enquadramento do passado que influenciou a constituição de uma agenda intelectual marcada pela ideia de atraso, que, por sua vez, seria superado no presente pela execução dos grandes projetos.

De acordo com Ueber José de Oliveira (2013), os GP's dizem respeito a uma série de ações implementadas pelas elites urbano-industriais que disputavam o poder político no período. Importa destacar que tais projetos guardavam sintonias com a política de “modernização autoritária” (Sá Motta, 2014) conduzida durante o período ditatorial. Desta feita, formou-se o chamado “consenso de necessidades”, fruto de uma “confluência de agências desenvolvimentistas” (Oliveira, 2013).

109

Durante o período ditatorial, houve um processo de modernização, de caráter desenvolvimentista, visando promover ações voltadas à industrialização e à infraestrutura. Tais projetos foram conduzidos por segmentos das Forças Armadas e da burocracia tecnocrata civil que estavam alinhados com tal ideal de política econômica. O termo “modernização autoritária” (Sá Motta, 2014) faz referência, portanto, aos objetivos de incremento à industrialização brasileira e à sua estrutura, assim como ao aspecto autoritário do regime de 1964.

Vale ressaltar que, no contexto de implementação dos projetos, os usos do passado presentes nessa narrativa foram importantes para legitimar a atuação das elites, em um momento autoritário e repressivo. Esse ponto é importante pois indica um elemento de consenso por parte do regime ditatorial e que, conforme indicam autores tais como



Fagundes e Ângelo (2014), compuseram leituras positivas sobre o período, que foram feitas posteriormente.

A execução desses projetos representa um elemento central de consenso, considerando as convergências de interesses das elites capixabas e a condução da política econômica do regime militar. Dessa maneira, a sintonia foi fundamental para o apoio civil à ditadura, constituído de mão dupla, através da acomodação de grupos que outrora se encontravam alinhados na estrutura multipartidária estabelecida durante o período entre 1945 e 1964.

110

Dessa maneira, observa-se um entrelaçamento entre agenda intelectual e política. Como demonstra Rafael Cerqueira (2018), durante os anos 1980 a narrativa histórica de superação do atraso influenciou também obras acadêmicas. O autor indica que durante as décadas de 1950 e 1960, a narrativa se encontrava presente em obras memorialísticas como o livro “História do Espírito Santo” de José Teixeira de Oliveira (1951). Posteriormente, essa leitura também esteve presente em obras acadêmicas como as produções de Gabriel Bittencourt.

O momento importante de crítica à narrativa histórica de superação do atraso foi a fundação do Programa de Pós Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) no ano de 2002, o que contribuiu para a diversificação das abordagens e para os debates sobre a história do Espírito Santo.

Desta maneira, serão analisadas obras historiográficas capixabas sobre as articulações das elites capixabas antes e após o golpe civil-militar de 1964. A partir dessa leitura, serão levantadas as hipóteses que nortearão o trabalho, com base na abordagem da fonte.



“Memórias do meu tempo”: a ditadura no Espírito Santo sob a ótica de Élcio Álvares

Conforme foi indicado anteriormente, o objetivo do trabalho é analisar o período da ditadura militar no estado do Espírito Santo a partir das memórias do ex-governador do Espírito Santo Élcio Álvares (1975-1979). Será feito um recorte sobre este período, de modo a compreender, à luz da historiografia sobre o período e das categorias de análise, o modo como a ditadura impactou o estado durante aquele contexto.

No que diz respeito à fonte abordada, uma autobiografia, é importante ressaltar como esse tipo de escrita visa construir determinados sentidos a partir da vivência de seu autor. De acordo com Pierre Bourdieu (2006), essa construção representa um esforço em atribuir coerência e consistência em relação aos fatos e processos narrados e é denominada pelo estudioso francês como “A ilusão biográfica”. Essa compreensão é importante, na medida em que buscaremos compreender os significados elaborados pelo político em seus escritos.

111

A autobiografia abordada tem o título “Memórias do meu tempo” (2012), em que o autor busca “a escrever buscando reminiscências e lembranças guardadas com carinho no armário da memória” e “registrar com veracidade os episódios ocorridos ao longo da minha vida” (p. 13). As frases colocadas logo no início do trabalho demonstram o caráter subjetivo da memória, ao contrário da história, que busca tratar o passado de forma crítica, visando a objetividade (Traverso, 2007). Desta maneira, Élcio Álvares coloca em evidência o envolvimento afetivo ao apontar o objetivo com a escrita do livro. Essa dimensão é central ao considerar os períodos históricos tratados, sobretudo o da ditadura militar, objeto deste artigo. Como buscaremos demonstrar nos

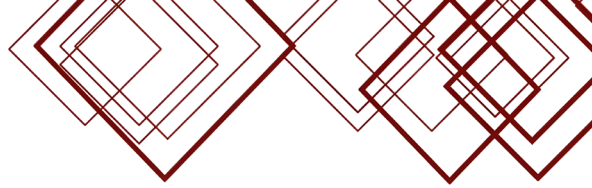


excertos do texto, o autor lança mão de elementos que buscam edificar as suas ações e de aliados políticos, até mesmo de temáticas religiosas. Entendemos que esse tipo de artifício contribui para representar uma memória positiva acerca do período entre 1964 e 1985, na medida em que parte da trajetória do político se deu nesses anos e que este foi filiado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e esteve na base de apoio ao regime ditatorial².

O cerne de nossa análise se encontra em seis capítulos, entre as páginas 69 e 134, que abordam o período em que o autor foi governador do Espírito Santo (1975-1978). Também são trabalhados três capítulos anteriores, entre as páginas 35 e 68, em que a sua trajetória política anterior à chegada ao governo do Estado é narrada. Essa leitura é feita com o intuito de compreender como o ex-governador narra o período de sua vida transcorrido a partir de 1964, quando ocorreu o golpe civil-militar.

O autor descreve o início de sua vida política após anos de atuação como advogado. Sua primeira candidatura se deu no ano de 1966, quando pleiteou uma vaga de deputado federal. Vale ressaltar que durante os anos 1950 e 1960, o cenário político capixaba era marcado por disputas entre elites agrupadas em dois segmentos: por um lado, os políticos do Partido Social Democrático (PSD), cujas principais lideranças eram os ex-governadores Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves, além de Atílio Vivacqua. Por outro, havia a aliança denominada “Coligação Democrática”, com a presença de várias agremiações parti-

² Outorgado em 1965, o Ato Institucional nº2 foi responsável por extinguir os partidos políticos existentes e abrir espaço para o bipartidarismo. O cenário multipartidário estabelecido após 1946 foi reorganizado em dois: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que congregou políticos que apoiavam a ditadura e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reuniu a oposição parlamentar ao regime. Essa organização vigorou até a Lei dos Partidos Políticos de 1979. Cf. Aarão Reis, 2000; Fico, 2004.



dárias³ e que tinha como principal liderança o ex-governador Francisco Lacerda de Aguiar (Oliveira, 2014). Após o golpe civil-militar (1964), o multipartidarismo é mantido até o ano de 1965, quando da outorga do Ato Institucional nº2 (AI-2) que, dentre outras medidas, extinguiu os partidos políticos existentes até então. Estes foram reorganizados na ARENA e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Nesse novo cenário, a organização partidária pré-1964 foi rearticulada e as disputas políticas acomodadas nas duas agremiações (Oliveira, 2018).

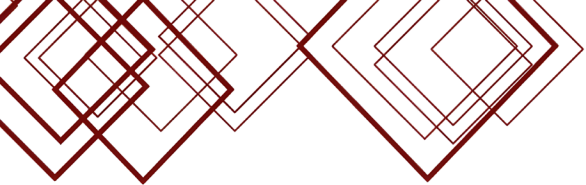
Foi nesse contexto que no ano de 1966, Élcio Álvares disputou eleições pela primeira vez, visando uma vaga de deputado federal. Esse momento, porém, levou à uma experiência considerada amarga, que foi a derrota e o exercício da suplência da ARENA.

Na contagem geral, consegui estabelecer diferença de cerca de mil votos para Floriano Rubim, apenas à espera do mapa final de Barra de São Francisco. Finalmente veio o resultado. Computados os sufrágios registrados nos boletins eleitorais perdi a eleição por cerca de 150 votos, pois Floriano obtivera em Barra de São Francisco bom resultado, enquanto eu, que ali trabalhei dedicadamente, não passei dos duzentos votos, apesar do esforço do colega e amigo, advogado Nacyr Amm.

Restava-me o consolo de ser o primeiro suplente da Aliança Renovadora Nacional – ARENA. (Álvares, 2012, p. 46)

Encerrado o pleito, fui procurado pelo Deputado Vicente Silveira, que não se conformava com minha derrota. Queria recorrer, examinar as falhas do processo eleitoral, principalmente no município de Barra de São Francisco, enfim demonstrava uma irresignação que chegava a me contagiar. Contudo, se a política é fascinante e maravilhosa, por outro lado oferece meandros aparentemente inexplicáveis. O então Governador Christiano Dias Lopes Filho não desejava que eu alcançasse a

3 A formação da “Coligação Democrática” indica um aspecto *sui generis* do alinhamento partidário no Espírito Santo no contexto da chamada República Democrática (1945-1964). Nessa composição, conviviam partidos que no plano nacional eram opositores, como por exemplo o Partido Trabalhista Brasileira (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN), além de agremiações como o Partido Democrático Cristão (PDC) e o Partido Social Progressista (PSP).



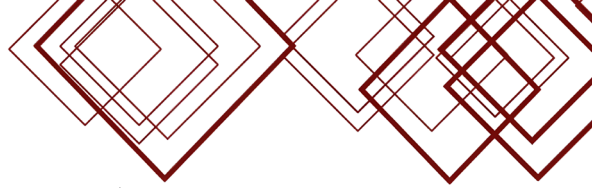
Câmara Federal, pretendendo para mim o imobilismo da primeira suplência (Álvares, 2012, p. 46).

A referência é importante por indicar como as disputas partidárias e a formação de alianças se mantiveram no contexto do bipartidarismo. O período da ditadura foi marcado pela existência de um espaço institucional de ação política, com todos os limites estabelecidos pela ação repressiva desde 1964 (Aarão Reis, 2000; Fico, 2004). Na fonte abordada, elas são abordadas dentro de uma leitura edificante a respeito da sua vida e de sua atuação política que se deu diante de muitos desafios. A descrição de pessoas com quem Élcio Álvares possuía proximidade influencia na leitura feita sobre a sua trajetória. Ao ressaltar valores e aspectos positivos da personalidade daqueles com quem caminhava junto, é uma forma de representar de maneira positiva a própria carreira.

114

No decorrer da narrativa, são tratadas as disputas que levaram à formação do “Cupim de Aço”, grupo dissidente formado dentro da ARENA composto por setores que haviam pertencido ao Partido Social Democrático (PSD) e à União Democrática Nacional (UDN) e que disputou o diretório estadual da agremiação com o grupo vigente, do qual participava o governador Christiano Dias Lopes (Oliveira, 2018). Tais disputas estiveram relacionadas à sucessão no governo do Espírito Santo e são explicadas pelo autor:

Decorridos meses, a situação política estava configurada e encontrava-me em oposição ao Governo Christiano Dias Lopes Filho. Impelido pelo amor próprio continuei a manter contatos políticos, iniciando praticamente nova caminhada, agora com maior experiência. Fato político ajudou-me e foi decisivo para intensificar a maratona eleitoral. Alguns Deputados Estaduais reclamavam do governo, começando a adotar linha de oposição. Dentre eles, Vicente Silveira, representante do município de Iúna. Nome inscrito na história política do Estado, sagaz,



experiente, dono de inteligência política privilegiada e sempre buscando frases pitorescas, começou a urdir o movimento oposicionista chamado “Cupim de Aço”

O “Cupim de Aço” iniciou com adesões de vários Deputados eleitos, Vereadores e Prefeitos municipais. Vicente, hábil e disposto, viajava e fazia contatos, fortalecendo a oposição. Desde o primeiro instante pressenti o “Cupim de Aço” como suporte válido para nova candidatura a Deputado Federal, visto que o propósito do grupo era igual ao meu, ou seja, fazer oposição ao Governo estadual. Mesmo advogando, dei preferência à política e pude celebrar alianças valiosas, além de angariar amigos e novos companheiros (Álvares, 2012, p. 52 e 53).

A composição do grupo indica o estabelecimento de uma dinâmica política no contexto do regime autoritário, o que em certa medida permite uma compreensão mais aprofundada acerca do autoritarismo brasileiro. Para além do embate entre situação e oposição, a formação destas alianças e a conformação de tais disputas em meio ao partido de sustentação à ditadura indicam a permanência de embates anteriores ao período da ditadura. Outro ponto a se destacar é o estabelecimento de um cenário político em que há a exclusão de setores da esquerda considerados “radicais” ou “revolucionários” e a aceitação dos projetos sociais e políticos em disputa, sem romper com a lógica do regime ditatorial.

Esse tipo de arranjo é parte da construção do consenso. A acomodação de interesses na cena política limitada pelas cassações e perseguições do regime ditatorial abre o caminho para o apoio pelas elites civis, bem como o reconhecimento destas à nova ordem política, conferindo-lhe legitimidade (Rollemberg e Quadrat, 2010). Como exemplo, é possível perceber as poucas menções ao golpe civil-militar de 1964 ou a outros fatos do período. Há uma citação a respeito da outorga do AI-5 no ano de 1968, porém manifestando preocupação com a realização das eleições, já que se encontrava em campanha política



naquele momento⁴. A ausência de questionamentos ao teor do Ato Institucional pode indicar tanto o consentimento quanto a indiferença acerca de uma iniciativa autoritária tomada pela ditadura.

Na distante localidade de Santana, em Conceição da Barra, o rádio transmitiu a notícia. O Presidente Costa e Silva tinha assinado o Ato Institucional nº 5 – AI-5, fechando o Congresso Nacional. Olhei para Irene, ainda cansada da noite mal dormida e perguntei:

- O que vamos fazer agora?

Irene, refeita, foi incisiva: - Continuar a campanha. Um dia eles abrem o Congresso e aí vão nos encontrar bem adiantados em nosso trabalho.

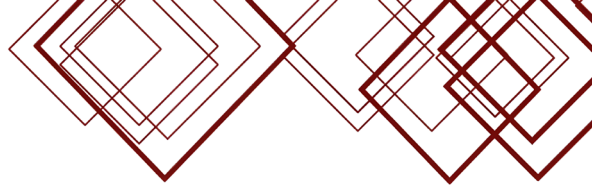
Numa tarde quente, no Tribunal Regional Eleitoral, sob a Presidência do Desembargador Carlos Aboudib, foi sorteado meu novo número como candidato a Deputado Federal, isso porque o Congresso tinha sido reaberto e o processo político recomeçava a fluir normalmente. As três pedras escolhidas por uma criança indicaram: 1, 2, 3. *Evidentemente, Deus estava ao meu lado* (grifo nosso). (Álvares, 2012, p. 55)

116

Chama a atenção, para além do modo como o autor representa o fato, a frase “Evidentemente, Deus estava ao meu lado” na escolha do número com o qual disputou as eleições de 1970. Há uma certa apreensão acerca da medida, porém não tem a ver com os impactos repressivos desta. A resposta dada por Irene, esposa de Elcio, indica uma resposta frente ao que poderia representar um desafio pessoal. O sorteio do número, por sua vez, seria um sinal “evidente” de que o político seguia o rumo certo.

Importante ressaltar, como já citado anteriormente, o caráter edificante da escrita. O trecho grifado acima é um exemplo de como elementos religiosos aparecem no texto, assim como os valores de aliados

⁴ Outorgado em dezembro de 1968, o Ato Institucional nº5 (AI-5) expandiu os poderes repressivos do regime ditatorial, com a suspensão do *habeas corpus*, possibilidade de decretação de confisco, dentre outras ações (cf. Fico, 2004)



em sua trajetória. Essa descrição influencia na leitura feita sobre a sua vida política. Ao ressaltar valores e aspectos positivos da personalidade daqueles com quem caminhava junto, é uma forma de representar de maneira positiva a própria carreira.

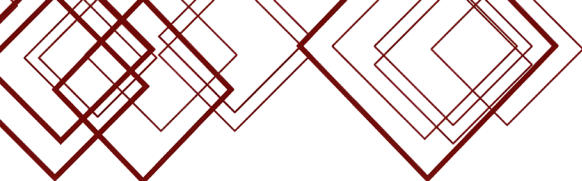
No início da narrativa sobre o período em que esteve à frente do governo, são abordadas noções que o autor coloca como responsabilidades de um governante e tem a ver tanto com uma ideia relacionada a valores e comportamentos quanto acerca dos desafios que um político assume quando exerce determinados papéis.

No começo tudo é agradável e os votos de felicitações nos impulsionam, mas no decorrer dos meses a responsabilidade começa a pesar e os amigos já se afastam até mesmo por questões simplesmente burocráticas e os inimigos não tardam, pois governar é arte de conciliar, sendo impossível contentar gregos e troianos.

O governante nunca deve ser um solitário, nem buscar refúgio na angústia e no desespero. É importante discernir os verdadeiros amigos, não os amigos do poder, e se fortalecer cada vez mais para que todos respeitem a coisa pública (Alvares, 2012, p. 90-91).

117

As noções de valores e comportamentos aparecem dados no texto como forma de ressaltar a postura pessoal do autor como governante. O conteúdo do trecho traz essas questões mais como elementos de conduta do que fazendo parte do cotidiano de um político. Conforme foi demonstrado em outros fragmentos citados no trabalho, a política é um meio intrinsecamente caracterizado pela disputa. Porém, o autor dispõe de uma leitura acerca de posturas e comportamentos marcada por um apelo moral, o que pode estar relacionado à sua formação religiosa. A partir disso, busca, inclusive, trazer um ensinamento acerca das questões que propõe.



Essa análise edificante perpassa de modo geral a construção da narrativa. O elemento religioso aparece em outros momentos, como abaixo:

Com fé em Deus e muita obstinação percebemos que somente nos restava um caminho: enfrentar o problema com otimismo e trabalho. A palavra de ordem aos Secretários foi de estímulo e confiança, nada de lamúrias. Sabia que o desenvolvimento do Estado iria custar caro, apesar de igualmente saber que determinadas medidas tomadas no governo anterior, no ano derradeiro da administração, foram rudemente impactantes para o equilíbrio financeiro do Estado (Alvares, 2012, p. 94)

118

Esses elementos são postos dentro de uma leitura positiva a respeito das ações de Elcio Alvares como governador do estado. Os problemas políticos são colocados como desafios a serem superados, para os quais o apoio divino é fundamental. Algumas das contradições inerentes à vida pública são retratadas dentro dessa ótica, de modo a reforçar a narração edificante sobre o autor.

Outro ponto importante dessa construção positiva diz respeito à obra social do mandato Elcio Alvares. É dedicado um capítulo específico a essa questão, denominado “Política social - Boa Vista, projeto pioneiro”. Assim como nos outros capítulos, neste são indicados três tópicos que apontam para as temáticas abordadas. No caso desta parte do livro, são: “O despejo e o drama das famílias do Salamim”, “Lotes urbanizados, revolução na política habitacional” e “UVV, o sonho realizado do professor Aly da Silva” (Alvares, 2012, p. 101)

Com emoção, quero registrar fato que tocou profundamente minha sensibilidade de homem público, à época Governador do Estado. Em Vila Velha, à margem da Rodovia Carlos Lindenberg, principal - acesso entre o município e Vitória, estabeleceu-se, através de invasão de terras, uma favela denominada Salamim.



Ali moravam 137 famílias em barracos precários, ilegalmente construídos em terrenos invadidos. A Justiça, acatando petição do advogado Américo Bernardes da Silveira, ex- Prefeito de Vila Velha, determinou o despejo dos moradores de Salamim, o que se deu em 3 de fevereiro de 1976, com a cobertura de uma guarnição da Polícia Militar, que garantia a execução da sentença judicial, através da demolição dos barracos, gerando polêmico noticiário na imprensa local. Essa foi a experiência social mais importante que tive como Governador do Estado. Juntamente com o presidente da COHAB-ES, Josmar Tótar, vi criaturas inteiramente marginalizadas dentro do processo da vida, lamentando o inesperado desabrigo. Em meio a elas, uma criança paralítica, no leito da miséria, assistida em regime de revezamento pelos vizinhos que nem tinham o que comer, transformava-se em síntese negativa da comunidade atônita, que não sabia o próprio destino.

Nesse trecho, a questão social e a ação do governo frente ao problema foram também tratadas pelo prisma moral. As ações do poder público são representadas a partir desse aspecto e isso se reflete nas adjetivações feitas pelo autor, como indicado no trecho abaixo.

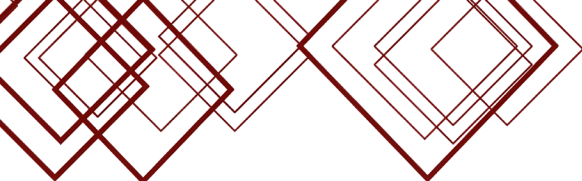
119

Se, por um lado, a decisão judicial era correta, no âmbito das relações humanas estava criado problema social de suma gravidade. Onde alojar, de hora para outra, 137 famílias desabrigadas e quase todas elas desprovidas de recursos imediatos?

No desespero em que se encontravam, os moradores de Salamim haviam recorrido à minha mulher Irene, presidente da UCIS – Unidade Comunitária de Integração Social, que os conduziu num clima de dor e lágrimas ao meu gabinete.

Fiz então explanação franca de minha posição de Governador que, tendo entre suas obrigações a de proteger a propriedade particular, também não podia esquivar-me ao dever de examinar a situação de famílias pobres e honestas que apenas buscavam segurança mínima: o teto para viver e criar seus filhos.

Mostrei-lhes que o Governador não os deixaria ao desabrigo e determinaria à COHAB-ES o desenvolvimento de programa de lotes urbanizados, que lhes seriam vendidos em prestações estimadas em 42 cruzeiros mensais (Alvares, 2012, p. 104).



Há de se destacar no trecho alguns aspectos. O primeiro é o papel pessoal do governador como um mediador de problemas e executor das soluções, ainda mais em uma questão na qual, de acordo com o autor, ambas as demandas eram justas. O segundo diz respeito à elaboração de uma imagem comovente da situação, reforçada pela menção ao clima de dor e lágrimas” e à situação de desabrigo de pessoas pobres e honestas que apenas buscavam segurança mínima: o teto para viver e criar seus filhos”.

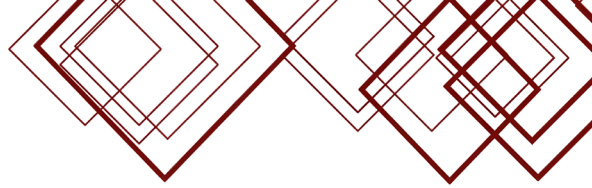
120

Esse caráter segue na abordagem do projeto habitacional conduzido em seu governo. Sobre esse aspecto, é interessante a utilização do termo “revolução” para descrever tal política. Esta palavra foi usada pelo autor no decorrer do texto para fazer referência ao período ditatorial. Ao mencionar o senador Petrônio Portela (ARENA/PI), o ex-governador cita que o político “...sonhou grande e muitos garantem que alimentava a secreta esperança de ser o primeiro civil Presidente da República após a Revolução” (Álvares, 2012, p. 73). Desta maneira, o autor utiliza um termo ao sentido atribuído pelos próprios militares ao golpe civil-militar de 1964, na medida em que se ambicionava que a tomada de poder fosse algo “revolucionário” ao romper com a política do governo de João Goulart (Fico, 2004).

A visão positiva sobre a ditadura também se reflete na abordagem da visita de Ernesto Geisel ao Espírito Santo no ano de 1976.

A alegria do Presidente era manifesta. Acenava sorridente para o povo capixaba que naquele instante, pelo carinho e hospitalidade, ganhava um grande amigo.

Geisel comoveu-se. O semblante era da mais pura emoção. Ao seu lado, vivi talvez o maior momento da vida pública. Sorrindo, também queria dizer a todos capixabas que ali estavam, que eles ajudaram muito com aquela acolhida, tão fraterna, espontânea e entusiástica (Alvares, 2012, p. 112).



A viagem a uma unidade da federação é um momento que faz parte da rotina de um Presidente da República, porém Elcio Alvares pontua a sua narração com emoções, seja elas próprias, seja do general-presidente ou ainda por parte da população.

Nesse cenário, são indicadas realizações que contribuíram para o desenvolvimento dos GP's, além do apoio a outras iniciativas:

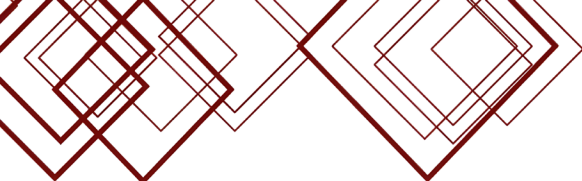
Num dos salões, com paciência manteve contato com as lideranças políticas, recebendo dos Deputados o título de cidadão espiritosantense, outorgado à unanimidade pelos representantes da ARENA e do MDB, integrantes da Assembleia Legislativa. Foi agraciado com a mais alta distinção da comenda Jerônimo Monteiro. Ouviu lideranças estudantis e sindicais. Quase às 11h30m, com o programa bastante atrasado pelas manifestações populares, ingressou no salão nobre do Palácio Anchieta, onde assinou 21 convênios e atos orçados em cerca de CR\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) - uma fortuna para a época.

Além desses atos, o Presidente implantou definitivamente a Companhia Siderúrgica de Tubarão, investimento estimado na ocasião em 2 bilhões e 200 milhões de dólares. Foi o momento decisivo para a concretização da CST. Foi assinado pelo Presidente Ernesto Geisel, Ministro Severo Gomes, General Alfredo Américo e por mim, um pergaminho alusivo ao evento, que me foi oferecido pelos subscritores e que se encontra até hoje em meu poder.

Nascia, assim, com todos os revestimentos legais, a CST (Alvares, 2012, p. 113).

121

Desta feita, é possível relacionar à memória positiva elaborada por Elcio Alvares acerca do próprio governo àquela acerca do período ditatorial no estado. No decorrer da biografia, as menções ao contexto do regime autoritário são feitas sem que haja citações à violência repressiva. Como demonstraram Pedro Ernesto Fagundes e Vitor Amorim de Ângelo (2014), a memória dos GP's é disposta como parte positiva do período entre 1964 e 1985 e que foram importantes para o desen-



volvimento do Espírito Santo, em uma leitura que coloca a repressão como face negativa desse processo e não como parte constitutiva do sistema.

Conclusão

Esse trabalho foi realizado tendo como fonte o livro de memórias de Élcio Alvares, cujo mandato como governador do Espírito Santo transcorreu entre 1975 e 1979, durante a ditadura militar. A obra foi abordada considerando o registro das impressões do autor, sem uma preocupação factual. Desta maneira, a memória é tratada como um elemento vivo, uma representação do passado marcada pela subjetividade e pelos interesses do autor no presente. Na autobiografia do político capixaba, transparece no texto uma preocupação em elaborar uma imagem positiva acerca de sua trajetória política. São colocados seus valores em um relato edificante dos fatos e de seus comportamentos na vida política.

O período da ditadura militar é abordado, já que a carreira do autor se inicia durante estes anos. Sua atuação se deu nos marcos estabelecidos pelo regime, de modo que, no decorrer do texto, fica claro o apoio e a visão positiva acerca daqueles anos. Para isso, silencia acerca da repressão e da violência e dá relevo a ações como os GP's e outras obras de infraestrutura reforçam esse caráter na construção destas memórias.

No decorrer do trabalho, apontamos também usos do passado que atravessaram a historiografia capixaba durante o século XX. O entrelaçamento entre agenda intelectual e política é materializado na “narrativa histórica de superação do atraso”, como demonstrado por Rafael Cerqueira (2018). O autor indica, inclusive, que a realização dos



GP's durante a ditadura foi abordada dentro desse arcabouço, na medida em que representavam ações voltadas a superar o atraso histórico do Espírito Santo.

Portanto, entendemos que a construção da biografia de Elcio Alvares se dá nos marcos dessa construção positiva sobre a ditadura. Sua história de vida é elaborada através de uma perspectiva linear e edificante e seu papel no apoio ao regime ditatorial é demarcado por tais valores. Entendemos também que “consenso” e “desenvolvimento” são dois aspectos que se relacionam, na medida em que a participação civil foi justificada pelo apoio a ações desenvolvimentistas do período. A obra estudada demonstra na perspectiva individual este apoio e como é justificada posteriormente, seja nas razões apontadas, seja na elaboração do texto.

123

Referências

- AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- ALVARES, Elcio. **Memórias do meu tempo**. Vila Velha: Edição do autor, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191
- CHAVEAU, Agnès. TÉTART, Philippe. Questões para a História do presente. In: CHAVEAU, Agnès. TÉTART, Philippe (orgs.). **Questões para a História do presente**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999, pp. 07-38
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. DE ANGELO, Vitor Amorim. Grandes projetos, grandes esquecimentos: o Espírito Santo entre a



modernização conservadora e a repressão política. In.: (orgs.). **O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964 - 1985)**. Vitória: Editora GM, 2014.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004

MORAES, Mário Sérgio. **O ocaso da ditadura: o caso Herzog**. São Paulo: Barcarolla, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Cultura política e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014

MULLER, Angélica. IEGELSKI, Francine. O Brasil e o tempo presente. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 13-26

124

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos**. v. 43, p. 346-366, 2017.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. **Narrativa histórica de superação do atraso: um desafio historiográfico do Espírito Santo**. Serra: Editora Milfontes, 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, v.10, pp. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Ueber Jose de. Regime militar, elites regionais e a confluência de agendas desenvolvimentistas: a ascensão e o Governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos, no Espírito Santo (1971-1975). **Dimensões: Revista de História da UFES**, v. 30, p. 385-421, 2013.



- OLIVEIRA, Ueber Jose de. A fórmula para o caos: o golpe de 64 e a conspiração contra o Governador Francisco Lacerda de Aguiar , no Estado do Espírito Santo (1964-1966). **Revista Crítica Histórica**, v. 10, p. 84-108, 2014.
- OLIVEIRA, Ueber Jose de. **Elites capixabas no Golpe de 1964: o bipartidarismo e a convergência de agendas desenvolvimentistas (1964-1982)**. 1. ed. Serra-ES: Editora Milfontes, 2018. v. 1. 376p .
- RÉMOND, René. Uma história presente. In: _____ (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAVEAU, Agnès. TÉTART, Philippe (orgs.). **Questões para a História do presente**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999, pp. 39-50
- ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**. A história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017
- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. Apresentação – Memória, História e Autoritarismos. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 12. V. 1
- TRAVERSO, Enzo. **El pasado. Instrucciones de uso**. Historia, memoria, política. Marcial Pons: Madrid, 2007

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Salvar o tempo: as mãos anônimas reveladas pelo BNMDigit@l que dão a ver o irresoluto da história da ditadura

Saving time: the anonymous hands revealed by BNMDigit@l that show the irresolute history of the dictatorship

Ana Carolina Lima Santos¹

Deivid Carlos de Oliveira²

Resumo: O presente trabalho propõe examinar 12 imagens disponibilizadas pelo *Brasil: Nunca Mais Digit@l* (BNMDigit@l). Intitulada *Mãos anônimas*, a série é composta por cópias de documentos de processos contra presos políticos movidos pela ditadura civil-militar produzidas por colaboradores de advogados da resistência que, na tentativa de dar sobrevida a esses documentos, por acaso registraram suas próprias mãos. Duas estratégias metodológicas são utilizadas: a análise descritiva de aspectos contextuais e formais das imagens e a discussão teórico-conceitual sobre as sobrevivências (do arquivo, da memória e do tempo). Assim, as imagens são tomadas como indícios do descuido e da urgência de sua feitura, sintomas do potencial denunciativo e da fragilidade do material, bem como vislumbres perceptivos de um acerto de contas jamais realizado.

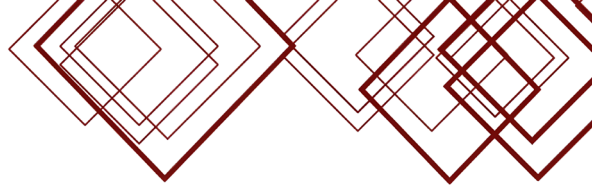
Palavras-chave: Ditadura civil-militar brasileira; *Brasil: Nunca Mais Digit@l*; imagens sobreviventes.

Abstract: This work proposes to examine 12 images made available by *Brasil: Nunca Mais Digit@l* (BNMDigit@l). Entitled *Anonymous hands*, this series compiles copies of documents from lawsuits filed against political during the civil-military dictatorship made by collaborators of resistance lawyers who, in an attempt to ensure its subsistence, accidentally recorded their own hands. Two methodological strategies are used: descriptive analysis of contextual and formal aspects of the images and theoretical-conceptual discussion on survivals (of the archive, memory and time). Thus, the images are identified as evidence of the carelessness and urgency of their creation, symptoms of the denunciatory potential and the fragility of the material, as well as perceptive glimpses of a never-before-realized reckoning.

Keywords: Brazilian civil-military dictatorship; *Brasil: Nunca Mais Digit@l*; surviving images.

1 Professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto. É doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestra em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia e graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Sergipe. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-6973-6401>. E-mail: outracarol@gmail.com.

2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, com bolsa CAPES. É mestre em Comunicação e graduado em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7810-2619>. E-mail: deivid.comunica@gmail.com.

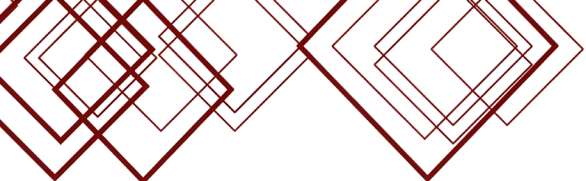


Introdução

Passadas quase quatro décadas da suposta normalidade institucional instaurada pela Constituição de 1988, os acontecimentos da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), sobretudo a repressão então comandada pelo Estado, seguem pairando sobre a vida política e social do país. Às vezes desconhecidas/ignoradas por desinteresse ou alheamento, às vezes deliberadamente negadas para legitimar visões revisionistas do passado, a verdade e a memória acerca desse período autoritário nunca foram enfrentadas de maneira efetiva. Por isso, esforços variados têm sido empreendidos em sentido contrário, com iniciativas para garantir o dever de justiça e dignificar a memória das pessoas que foram perseguidas, presas, torturadas e/ou mortas durante o regime militar, evidenciando-as como vítimas.

O projeto *Brasil: nunca mais (BNM)*, executado entre agosto de 1979 e março de 1985, ou seja, ainda no contexto ditatorial, é pioneiro nesse propósito. Com a compilação e a investigação dos crimes ditatoriais a partir de documentos oficiais, o *BNM* buscou elucidar arbitrariedades cometidas de forma sistemática por quem estava no poder. É descrito como a pesquisa mais ampla acerca da tortura política no Brasil, para a qual foi reunido e examinado um total de 850 mil fotocópias de processos judiciais – agrupados sigilosamente e em caráter de urgência – durante os anos de operação (Brasil: nunca mais, 2024). Para além da sua importância para a recuperação e a reconstrução históricas, a documentação reunida pela iniciativa tem um valor fenomenológico, isto é, é capaz de constituir-se como experiência que se impõe apesar de tudo (Didi-Huberman, 2012, 2020).

É considerando tal possibilidade que este artigo se volta a um material que deriva desse esforço inicial: a série *Mãos anônimas*, produ-



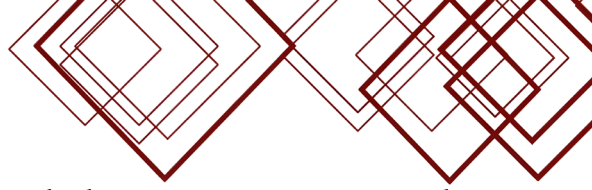
zida e publicada pelo *Brasil: Nunca Mais Digit@l (BNMDigit@l)*, versão *on-line* do projeto. A série é formada por 12 das muitas cópias feitas nas décadas de 1970 e 1980 cuja visualização aparece em parte bloqueada pelas mãos dos sujeitos, que, na pressa de dar conta do maior número de processos em um menor tempo possível, deixaram rastros de si mesmos nas xerografias. Como resultado, é visibilizado nas reproduções o ato que está implícito em toda e qualquer ação de xerocopiar papéis: a atividade humana que a principia. Nesse caso específico, essas inserções nas fotocópias revelam não só a banalidade do gesto, mas, de modo mais potente, as perspectivas de sobrevivências do arquivo, da memória e do tempo.

128

O exame dessas sobrevivências é precisamente o intento deste trabalho. Utilizando de metodologia a análise descritiva de aspectos contextuais e formais (plásticos, icônicos e linguísticos) das imagens (Joly, 1996) e a discussão teórico-conceitual sobre traços anacrônicos (Didi-Huberman, 2012, 2018, 2020; Magrin, 2023), defende-se o argumento de que a série pode ser apreendida como um vestígio responsável por fazer encontrar, em uma mesma gramatura, três temporalidades distintas: do passado, pela salvaguarda das memórias ditatoriais; do presente, pela resistência desses rastros em face de um possível desaparecimento; e do futuro, pela atualização e vigilância de uma história ainda à espera de reparação.

Primeira temporalidade: do passado, as memórias ditatoriais resguardadas

O Brasil tem hoje, em comparação com os demais países latino-americanos, o maior conjunto documental sobre a ditadura civil-militar (Joffily, 2012). Fragmentos do vasto material produzido pelos próprios



militares, legalistas e obcecados pela documentação, estão agrupados no Arquivo Nacional, graças ao recolhimento do acervo dos extintos Conselho de Segurança Nacional, Comissão Geral de Investigações e Serviço Nacional de Informações, além de ministérios e empresas estatais, medida viabilizada por meio de decreto sancionado em 2005 por Dilma Rousseff, então chefe da Casa Civil. Nos cinco primeiros anos, reuniu-se aí cerca de 16,5 milhões de páginas de documentos. Em 2019, compreendia 18 milhões de páginas, além de peças de outras naturezas, como audiovisuais, todas digitalizadas (Memórias Reveladas, 2024). Os materiais encontram-se protegidos e liberados ao acesso de qualquer indivíduo, observando o que prevê a Política Nacional dos Arquivos Públicos e Privados e a Lei de Acesso à Informação, aprovadas em 1991 e 2011, durante os governos de Collor e Dilma, respectivamente.

Contudo, a publicidade garantida a esse grande volume de documentos falha em revelar parte da face mais dura da repressão devido à inexistência daquilo que foi ocultado pelo Centro de Informações do Exército, pelo Centro de Informações da Marinha, pelo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica e pelas dez unidades do Destacamento de Operação de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna, mais conhecido como Doi-Codi (Joffily, 2012). Desde 1993, em resposta a solicitações feitas pelo poder civil, as Forças Armadas têm se recusado a abrir seus documentos sobre o período, alegando que foram todos destruídos em operações rotineiras de limpeza dos arquivos, a despeito das regras rígidas que orientam tais procedimentos e ainda que, nesse ínterim, tenham surgido provas de que eles existem e continuam a ser atualizados (Figueiredo, 2015).

Curiosamente, é em um material que já era disseminado desde o final da ditadura que outra parte expressiva da crueldade do regime ditatorial se dá a ver, de dentro. Trata-se da documentação salvaguarda-



da pelo projeto *Brasil: nunca mais* (BNM). Em 1979, com a promulgação da Lei de Anistia, um grupo de advogados que peticionavam o perdão de presos políticos enxergou na possibilidade de acesso permitida aos processos julgados pelo Superior Tribunal Militar (STM) uma chance de impedir o possível desaparecimento desse material – preocupação que o porvir mostrou ser pertinente. Aproveitando-se da prerrogativa de retirá-los do STM por 24 horas, passaram a copiar o máximo de documentos que assim conseguiam, dez horas por dia, sete dias na semana. No total, foram 710 processos xerocados, gerando 850 mil cópias em papel. Posteriormente enviados de ônibus e de avião a São Paulo, foram microfilmados em 543 rolos, com duplicatas enviadas ao exterior. Os microfilmes que ficaram no país foram analisados por advogados, historiadores e sociólogos, entre outros especialistas (*Brasil: nunca mais*, 2024).

130

Esse esforço resultou em um relatório de mais de cinco mil páginas, batizado de projeto A, detalhando atrocidades a partir de documentos produzidos pelos perpetradores (*Brasil: nunca mais*, 1985), subvertidos como vestígios sobreviventes (Magrin, 2023). Resumido em um livro de 312 páginas, ganhou notoriedade. A publicação teve mais de 40 edições, das quais 20 circularam nos dois primeiros anos, quando permaneceu por 91 semanas seguidas na lista de mais vendidas no Brasil, tornando-se a obra de não-ficção mais comercializada do país (*Brasil: nunca mais*, 2024). Visando uma difusão ainda mais massiva, em 2011, os documentos do projeto começaram a ser digitalizados. O site *BNMDigit@l* foi ao ar em 2013, oportunizando a consulta aos relatórios e processos, que podem ser pesquisados através de um programa de busca indexada. Há também sumários elaborados pelo Ministério Público Federal a fim de otimizar o exame da documentação, em que estão elencadas informações relevantes de cada um dos processos,



como organização, partido ou setor social atingido, sujeito acusado, motivo e fundamento da acusação, data dos trâmites etc.

Nas três versões (relatório, livro e site), o *BNM* “recupera a história das torturas, dos assassinatos de presos políticos, das perseguições policiais e dos julgamentos tendenciosos, a partir dos próprios documentos oficiais que procuravam legalizar a repressão [...] [em] um testemunho irrefutável”, como reivindica (Brasil: nunca mais, 1985, p. 24). Na avaliação da Comissão Nacional da Verdade, configura “a maior iniciativa da sociedade brasileira na denúncia das graves violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura militar” (Brasil, 2014, p. 24), tendo sido capaz de “obter um registro incontestável das arbitrariedades praticadas pela repressão política [...], provas irrefutáveis de que ao menos 1.843 pessoas foram submetidas a tortura” (Brasil, 2014, p. 349).

131

Para que isso se concretizasse, muitas pessoas estiveram envolvidas. Segundo consta no *BNMDigit@l* (Brasil: nunca mais, 2024), uma das mentoras do projeto foi a advogada Eny Raimundo Moreira. Ela logo conseguiu apoio do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, que deram forma à iniciativa por meio da coordenação do Reverendo Jaime Wright, da Igreja Presbiteriana do Brasil, e de Dom Paulo Evaristo Arns, à época arcebispo do estado; além do financiamento obtido com o secretário-geral do Conselho, Philip Potter, com auxílio de Charles Roy Haper Jr. A cópia dos processos, em Brasília, foi liderada por Luiz Eduardo Greenhalgh, que tinha à disposição três máquinas xerox alocadas em uma sala comercial, operadas por uma equipe que não tinha ciência das motivações da tarefa. Em São Paulo, a microfilmagem e a análise da documentação eram encabeçadas por Luiz Eduardo Greenhalgh, comandando um grupo que chegou a ter 35 profissionais.



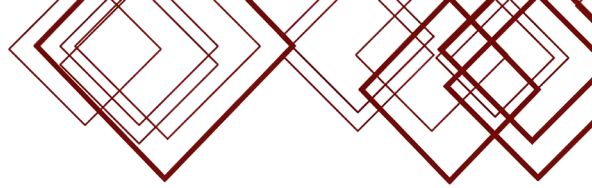
Na escrita do livro, engajaram-se os jornalistas Ricardo Kotscho e Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Betto), supervisionados por Paulo de Tarso Vannuchi. O site, destinado à organização e difusão do acervo em ambiente virtual, tornou-se possível pela doação de Dom Paulo da totalidade da documentação do projeto à Universidade Estadual de Campinas. A digitalização e disponibilização, por sua vez, passaram pelo empenho do Armazém Memória, com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e da Tecnologia e do Instituto Paulo Freire.

132

A esses nomes, mais conhecidos, somaram-se aqueles listados no site como partícipes do *BNM*: Célia Sodré Dória (Madre Cristina), Sonia Hipólito, Leda Corazza, Ana Maria Camargo, Carlos Lichtszejn, Raul Carvalho, Cândido Pinto de Melo, Vanya Santana e Mario Simas. Outros tantos, porém, seguem anônimos. É em respeito a esses, mais em específico aos encarregados de fotocopiar o material que daria origem ao *BNM*, que foi produzido o *Mãos anônimas*.

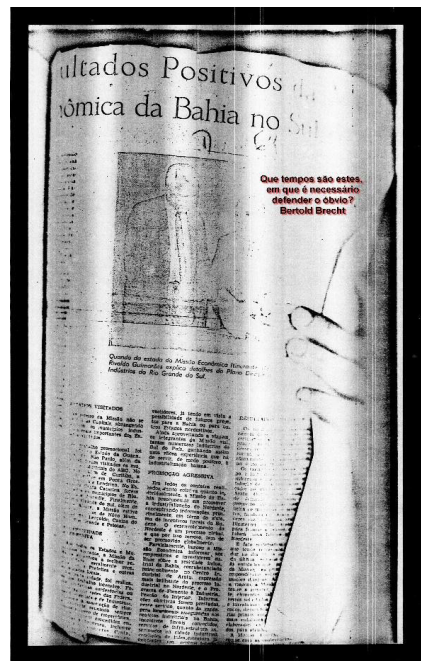
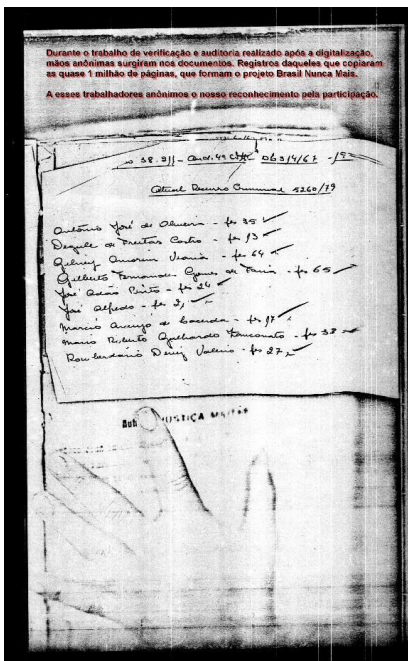
Segunda temporalidade: do presente, vestígios de uma memória que resiste

O *Mãos anônimas* é um trabalho composto por 12 imagens nas quais aparecem, junto aos documentos, as mãos dos indivíduos que xerocaram os processos que tramitaram no STM durante a ditadura civil-militar, em específico entre abril de 1964 e março de 1979, base documental do *Brasil: Nunca Mais (BNM)*. É apresentado como uma “homenagem aos trabalhadores anônimos que fizeram as cópias de todas as 900 mil páginas dos 710 processos do Superior Tribunal Militar” (Brasil: nunca mais, 2024, on-line). Apesar do destaque dado aos documentos, na série a primazia não é mais deles, cujos conteúdos, mesmo



quando legíveis, cedem protagonismo para as mãos parcialmente escondidas, registradas de modo inadvertido. Em alguns casos, são vistas quase por completo (figura 1). Em outros, apenas pedaços de alguns dedos podem ser percebidos (figura 2). As mãos estão ali pelo mesmo motivo: seguram a documentação durante o ato de reproduzi-la.

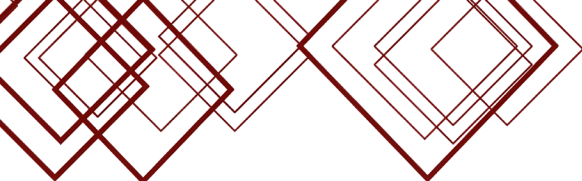
Figuras 1 e 2 - Imagens da série Mãos anônimas.



133

Fonte: BRASIL: NUNCA MAIS, 2024, on-line.

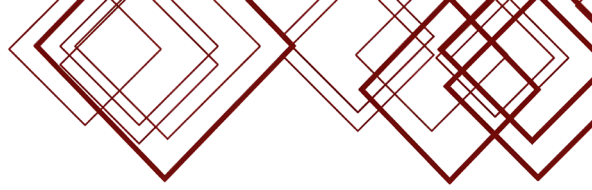
No entanto, sua presença parece implicar certo descuido no ofício. Essa sensação se intensifica pela constatação de que todos os documentos estão tortos e/ou amassados. Sobre o presumido desleixo,



deve-se lembrar que quem operava as copiadoras não estava a par das razões por trás daquela incumbência. A atividade, para eles, era apenas maçante, parte de uma rotina exaustiva de tantas horas e dias de trabalho. Igualmente, não se pode deixar de ponderar, como traço adicional, mais significativo, que se gravou ali uma marca da corrida contra o tempo, contra a potencial destruição do arquivo. Era preciso xerocar de forma rápida o maior número de páginas. A pressa na atividade, sabida por aqueles que a executavam, com ou sem discernimento da razão, transparecia nas mãos negligentemente captadas junto às páginas torcidas e/ou amarrotadas. O reconhecimento no presente acerca dessa condição de existência permite devolver à imagem sua natureza de acontecimento (Didi-Huberman, 2020), o que faz os registros das mãos migrarem do estatuto de despropósito ao de vestígio importante da história.

134

As imagens já eram, a princípio, vestígio do legalismo do regime militar. Os documentos originais, isto é, os processos julgados pelo STM, somente existiam para dar ares de legalidade às prisões arbitrárias, como mais um dos diversos mecanismos de legitimação da repressão que caracterizou a ditadura. Constata-se o rigor burocrático, em papéis timbrados, carimbados, datados, assinados. Seu aparecimento durante o período era explicado pela intenção de preservação de dados sobre ações executadas pelos militares, as importantes tanto quanto as rotineiras. Isso se dava sem temores da conversão em prova jurídica acerca das arbitrariedades que testemunhavam. No passar dos anos, com a proximidade da reabertura democrática, o cenário mudou. Por isso, a notação das mãos conforma as imagens em outra camada, como vestígio da documentação sob ameaça, tendendo ao desaparecimento. Figuram, nesse sentido, como sinal da urgência. Era imperativo, com o iminente fim do regime militar, resguardar a integridade daquele mate-



rial.

É fato que a passagem à democracia foi sustentada, sobretudo por meio da Lei da Anistia, por uma conciliação e pacificação pragmáticas (Mezarobba, 2010), pactuadas com base em um projeto de esquecimento. Para esquecer, tornava-se fundamental silenciar, sobretudo em relação às práticas de violência cometidas pelo Estado e à estrutura e procedimentos necessários a isso (Starling, 2015). Esses “segredinhos sujos” (Payne, 2009, p. 186, tradução livre³) tornavam-se insustentáveis se patentes na documentação do período, o que designava ser fundamental destruí-la ou escondê-la. E essa liquidação/ocultação não era encargo apenas dos militares, mas também dos civis, que ao menos tinham de se manter coniventes (Figueiredo, 2015). A inscrição das mãos, entretanto, comunica a parcialidade desse pacto. Houve, afinal, quem se arriscasse para poupar os documentos de um destino obscuro. As mãos indiciam, se não os seus donos, alheios à missão, todos que deliberadamente comprometeram-se com o *BNM*.

135

Em tal perspectiva, as mãos dão pistas ainda sobre o afazer memorialístico. Contra a amnésia, circunscrevem a memória da criação da memória na medida em que atestam o momento mesmo em que, em um gesto de subversão, perpetuam os subsídios para a retenção e reapropriação futura do que estava prestes a ficar inacessível. Assumem, portanto, “a forma de um vestígio sobrevivente, de um resto a considerar, de um fragmento arrancado ao esquecimento” (Magrin, 2023, p. 58, tradução livre⁴). Note-se: não são apenas os documentos que assim se ajustam, mas principalmente as mãos que os empunham, encaradas como amparo também à rememoração agora factível. Ademais da ho-

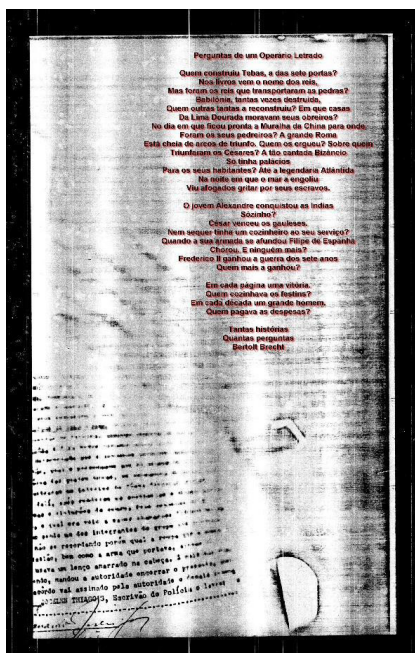
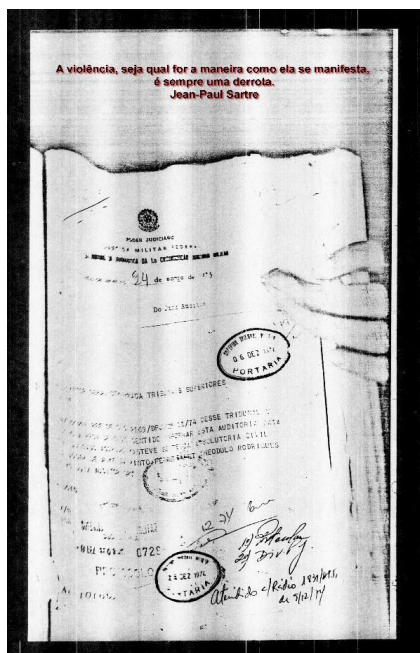
3 No original: “sucio pequeño secreto”.

4 No original: “la forma de huella superviviente, de resto a considerar, de fragmento arrebatado al olvido”.



menagem às pessoas que xerocaram o material ou a outros enredados no projeto, o *Mãos anônimas* celebra a potência mnemônica afiançada pelo *BNM*, seu devir histórico.

Figuras 3 e 4 - Imagens da série *Mãos anônimas*.



Fonte: Brasil: nunca mais, 2024, on-line.

Outro aspecto proeminente é que a rememoração expectada então, embora lute contra o esquecimento, não o recusa. Se toda e qualquer recordação depende do olvido (Ricoeur, 2007; Huyssen, 2014), o descuido percebido nas cópias reforça essa correlação. As mãos capturadas encobrendo partes dos documentos bem como as

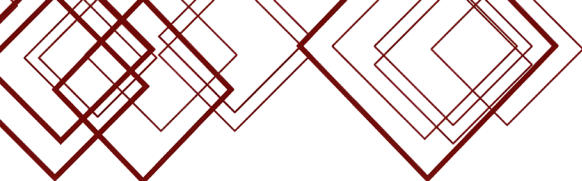


páginas tortas e/ou amassadas se impõem como um obstáculo. Há também outros borrões e apagamentos típicos à debilidade do tipo de reprodução escolhido (figura 3), o que faz das imagens rastros imprecisos. Memória e desmemória convivem nesse testemunho do passado, assinalado pela debilidade de traços incertos (Santos, 2023), que, como tal, “inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente” (Gagnebin, 2006, p. 44). Atenta-se, pois, para a falta de legibilidade da maioria dos documentos (figura 4). São apenas 12 entre 850 mil cópias, isto é, quantia irrisória para a vultuosidade do material, responsável por fornecer valiosas informações sobre a violência ditatorial, mas suficiente para advertir, na resistência, sobre o perigo do desaparecimento.

137

Terceira temporalidade: do futuro, uma memória que hesita sem solução

A ameaça à integridade desses arquivos, como dito, está posta não pela desatenção no momento de sua duplicação, mas pela pressa que mediava a atividade. Ao obstruir o visível, as mãos que aparecem junto aos documentos da ditadura civil-militar notabilizam as suas condições de feitura. A urgência da série de 12 imagens, ademais daquilo que reverbera em termos jurídicos e históricos, contribui com o debate sobre as memórias ditatoriais não por aquilo que dá a ver e, sim, pela sua própria materialidade renegociada, a que se atribui um risco iminente de aniquilamento ou sonegação. Para além da homenagem feita às pessoas que contribuíram para a salvaguarda dos processos do STM, centraliza ao debate aqueles que cuidaram da manutenção do arquivo e que trabalharam para a sua entrega ao porvir, a outros remetentes



desconhecidos.

138

O protagonismo desses sujeitos, tomado forma nessa coleção por meio da montagem adotada, que privilegia os agentes por trás das fotocópias e que alude ampliadamente a todos que tomaram parte no *Brasil: Nunca Mais (BNM)*, resulta na atualização do debate acerca da violência praticada pelo Estado durante a ditadura e da responsabilidade em relação a sua rememoração. Se o conteúdo dos arquivos, no auge de sua publicização, auxiliou no levantamento de dados, na recolha de depoimentos e registros das perseguições, na coleta de informações sobre os métodos e tipologia das torturas e no recrutamento de insumos para a construção do relatório, do livro e do site; com a nova triagem, feita para a série, esses documentos que estavam de escanteio passaram a angariar outros significados. As mãos, mescladas aos papéis, não são mais um fator limitante à leiturabilidade do material, nem somente um testemunho do horror gestado pelo governo da época. São, outrossim, um sintoma do potencial denunciativo e da fragilidade que rege esse tipo de material, que pode ser manuseado por diferentes atores, com intenções diversas. No caso, mesmo não possuindo identificação precisa e revelando pouco acerca das pessoas por trás de cada cópia (copiadores e demais colaboradores que a gestaram enquanto proposta), por ele sabe-se que essas mãos zelavam pela sobrevivência dos documentos, ao contrário daquelas que não aparecem representadas de forma literal, mas que detinham a matriz original dos processos.

Apesar de estarem do lado da conservação do arquivo, de atuarem inadvertidamente para a sua preservação e de terem sido peças fundamentais na construção dessa memória, as ações das pessoas que receberam as homenagens não aludem a um heroísmo do ato, mas, ao contrário, pontuam o acanhamento da atividade, bastante protocolar, até sem sentido. Pode-se perguntar: *para que xerocar tantas páginas? quem*



irá lê-las? por quê? Mesmo que sem resposta para essas indagações, a percepção de que são indício do descuido e da urgência da feitura (ou seja, de um passado) tanto quanto sintoma do potencial denunciativo e da fragilidade do material (isto é, trazendo-o ao presente) parece indicar que decifrar essas questões implica reconhecer uma tensão entre tempos que também aponta ao futuro, em um vislumbre perceptivo.

Ao se impor contra o possível desaparecimento, as imagens reunidas no *Mãos anônimas* evocam a tentativa de, com a esquivia de responsabilização dos militares que se processou no fim da ditadura e que persevera na democracia que então se instala, impedir a detenção/adiamento do acerto de contas com o passado que não passa. As mãos, por outro lado, presentificam aquele pretérito, conservando a presença em ato, na reprodução. E com isso fazem lembrar que, transcorridos 45 anos desde o momento em que os documentos/mãos foram capturados/as, a reparação dos crimes cometidos pelos militares não se realizou. A justiça de transição, ainda não plenamente realizada no Brasil, ignorou uma saída do autoritarismo pautada para além do estabelecimento de institucionalidade política, ao desconsiderar a importância da investigação, da reconstrução da verdade e da memória sobre a repressão do período ditatorial, da identificação e da punição dos envolvidos e da plena compensação às vítimas (Mezarobba, 2010), como talvez tenha sido desejado outrora.

Se, como ensina Didi-Huberman (2012, p. 216), toda imagem “é uma impressão, um rastro, um traço visual do tempo que quis tocar, mas também de outros tempos suplementares – fatalmente anacrônicos, heterogêneos entre eles – que não pode, como arte da memória, não pode aglutinar”, a sobrevivência persistente desse material sinaliza, ademais do que ficou para trás, aquilo que permaneceu e que do porvir insiste irresoluto. A vontade frustrada se insere de maneira anacrônica

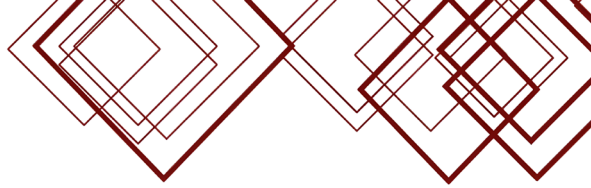


nessas imagens, visibilizadas pelas mãos que antes resguardaram documentos e fizeram resistir certa reminiscência. Nessa chave de leitura, as mãos evidenciadas na série revelam que a participação dos trabalhadores no material produzido não deve ser entendida como um mero efeito das condições em que ele foi fabricado (com descuido e urgência), tampouco somente como um gesto de heroísmo das pessoas que se voluntariaram a fazer com que outros olhos tivessem acesso às atrocidades registradas em papel (em seu potencial denunciativo e fragilidade). Ela é, ainda, parte integrante da vida e sobrevida desse arquivo, que se complexifica desde a sua publicação.

140

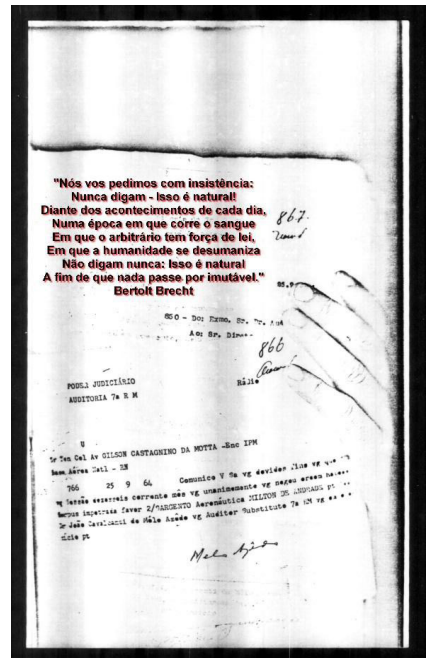
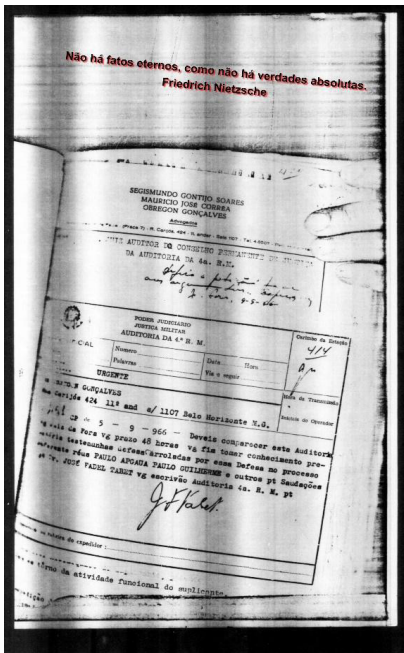
Entre 1979, quando as fotocópias foram tiradas, e 2013, quando a série foi criada, bem como entre 2013 e 2024, quando outra vez se olha para essas imagens, outros acontecimentos anacronicamente se inseriram nas imagens, fazendo nelas surgirem nuances não imaginadas a priori. São pontos posteriores dessa história que merecem ser tematizados: a atuação da Comissão Nacional da Verdade entre 2012 e 2014, com sua capacidade de instigar um retorno às memórias ditatoriais ao espaço público (Sanglard; Tristão, 2014); o impedimento da presidenta Dilma Rousseff concluído em 2016, em que a restituição das memórias da ditadura foi impulsionada pelo entendimento de que outra vez se tratava de um golpe, apesar de outra natureza (Yarochewsky, 2016), e à ascensão à presidência de Jair Bolsonaro entre 2019 e 2022, com seus gestos de aproximação e de exaltação à ditadura, inclusive com presença expressiva de militares na administração federal (Nozaki, 2021). Juntos, eles evidenciam uma história não-conformada, aberta, que pende entre o apreço e o desprezo pela justiça transicional.

É provável que seja por isso que a série do *BNMDigit@I* investe na inserção de citações coloridas em dez das 12 imagens, que aparecem em tipografia preta, sem serifa e sombreada de vermelho. Por um lado,



elas reanimam as imagens em preto e branco, pois outorga a esses documentos uma face mais contemporânea, podendo aproximá-los de demandas do agora. Isso porque a eleição das mensagens, com uma carga política bastante delineada, surge como uma forma de remediar o visível, oferecendo uma saída para qualquer problema de legibilidade, qualquer dificuldade de entendimento de sua essência imagética.

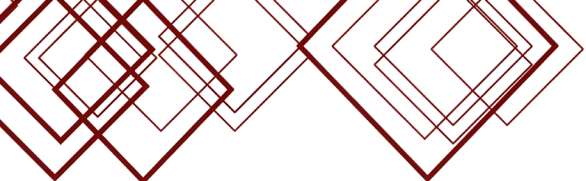
Figuras 5 e 6 - Imagens da série Mãos anônimas.



141

Fonte: BRASIL: NUNCA MAIS, 2024, on-line.

Dentre as frases escolhidas para legendar as cópias estão citações de Bertolt Brecht (*Perguntas de um operário que lê*), Friedrich Nietzsche

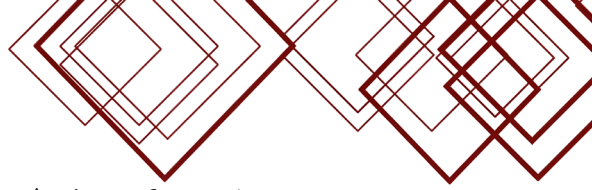


(*Humano, demasiado humano*), Jean-Paul Sartre (*Situações III*), Michel Foucault (*História da sexualidade II*), Paulo Freire (*Pedagogia da indignação*) e Paulo Leminski (*Não fosse isso e era menos / não fosse tanto e era quase e Carrego o peso da lua*). Em geral, os recortes falam da necessidade de promoção de transformações no âmbito social. Essas mudanças viriam, seguindo a indicação para a qual os trechos apontam, por meio da luta pelo estabelecimento da verdade, pela defesa dos direitos da pessoa humana e pela renovação da sociedade por meio da educação.

142

Em um dos destaques, por exemplo, cujo documento se trata de uma intimação direcionada a Paulo Apgaua Paulo Guilherme, acusado de subversão na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a frase escolhida para encabeçar o arquivo é de Friedrich Nietzsche. Ela diz: “Não há fatos eternos, como não há verdades absolutas” (figura 5). Analisando o contexto da passagem, ela se refere à impossibilidade de se estabelecer uma verdade unificada dos fatos, à medida em que o tempo assegura que tudo aquilo que é tomado como real é passível de ser alterado. Portanto, mesmo não possuindo uma relação direta com o texto da notificação judicial, a epígrafe parece questionar as informações apresentadas pela auditoria da 4ª Região Militar; o que sublinha a vontade do *BNMDigit@l* em circunscrever esses achados em uma discussão mais politizada.

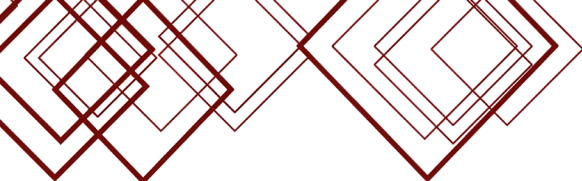
Em outra passagem, de Bertolt Brecht, esse objetivo é novamente assentado. “Nós vos pedimos com insistência: / Nunca digam – Isso é natural! / Diante dos acontecimentos de cada dia, / Numa época em que corre o sangue / Em que o arbitrário tem força de lei, / Em que a humanidade se desumaniza / Não digam nunca: Isso é natural / A fim de que nada passe por imutável” (figura 6). Nesse excerto, há uma incitação clara ao não-comodismo da população, pois a naturalização da violência e a banalização dos motivos que deveriam gerar revolta



poderiam trazer ao povo consequências nefastas. Ao que parece, para evitar esse tipo de interpretação, a linha editorial que prevaleceu na escolha do trecho, e dos outros nove que o acompanham, foi a seleção de escritos que estimulassem o combate do autoritarismo próprio de governos tirânicos. Por isso, a opção de adicionar um pequeno fragmento de textos de filósofos, poetas, dramaturgos e educadores, com uma inclinação ideológica mais progressista, sugere a conscientização dos espectadores dos perigos enfrentados por aquele arquivo em si, em especial no que concerne às tentativas de apagamento e possível esquecimento.

Por outro lado, a inserção dessas mensagens confere às imagens uma espécie de consciência crítica didatizada que força as imagens a mostrarem demais (além do que se vê – descuido, urgência, potencial denunciativo e fragilidade) ou a representarem alguém de si mesmas (ilustrando um texto com o qual passa a dialogar). Com isso, hipertrofiavam as imagens, nelas querendo tudo ver, ou as esvaziavam, desconsiderando sua vocação inicial para torná-las ilustrativas – atitudes que, para Didi-Huberman (2020), significa pedir muito ou pouco das imagens. No anseio de contemporizar, as intervenções desviam o foco das mãos que, por si só, já encarnavam um enorme viés político. O reforço verbal, ao invés de intensificar a sua pretensão reivindicatória, tornando-as minimamente legíveis; dela se desvia.

Isso quer dizer que, por mais que houvesse um certo desejo do arquivo de ser lido por lentes mais contemporâneas, de retornar à superfície, ele ressurgiu com uma carga política programada, fruto, quicá, da vontade dos organizadores de entulhar algum conteúdo novo nos documentos, como forma de justificar e de aferir valor ao que se é apresentado. Como pouco se vê – além da presença materializada dos voluntários, que não apenas lidam com materiais de arquivo, mas



tornam-se arquivo no meio desse processo –, a inclusão dessas ideias impregna nas imagens um didatismo empobrecedor. Elas oferecem algo para ser visto, espectralizado, absorvido, reflexionado; entretanto, esse complemento simplifica a história desses borrões e deformações em papel, tornando-os um mero exemplo de abstração filosófica.

Considerações finais

144 O que se nota, ao observar a relação criada na série pelo *Brasil: Nunca Mais Digit@l* (*BNMDigit@l*) com a inserção da verbalidade nas fotocópias dos processos judiciais da ditadura civil-militar, é concomitantemente a potência e a fragilidade do material. A verdade é que, sozinho, ele é incapaz de avançar. Luis Ignacio García e Ana Longoni (2013, p. 5, tradução livre⁵, grifos do original), discorrendo sobre o contexto argentino, afirmam que nas memórias sobre a ditadura “*não faltam imagens, mas olhos* que as vejam, que as deem um marco de inteligibilidade e as inscrevam no debate público”. Apontam, com isso, a necessidade de tomá-las excedendo seus marcos visuais em uma atitude capaz de impregnar o real espaço de sentido. O mesmo, defende-se aqui, é preciso se processar com *Mãos anônimas*. Não à toa, o que este artigo fez, da análise descritiva à discussão teórico-conceitual, constituiu-se, também, enquanto uma tentativa de torná-lo inteligível.

Propiciou-se, nessa perspectiva, uma contemplação das imagens do *BNMDigit@l* que as imbuam de múltiplas temporalidades, de um esforço narrativo-imaginativo para evocar o que aconteceu antes e o que há/haveria de acontecer. Somente quando o tempo emerge, salvo, a série pode tensionar uma história que acabou sem, contudo, nunca

5 No original: “*no faltan imágenes sino ojos* que las vean, que les den un marco de inteligibilidad y las inscriban en el debate público”.



cessar. E isso, considerando certo modo de entender as imagens, implica considerar um saber que não se esgota. Ao tomar o atlas warburgiano como um método epistêmico para sua lida, Didi-Huberman (2018, p. 284, grifos do original) pondera que há algo de inesgotável nessa empreitada que se deve “a essa capacidade de *deslocar o olhar* que fez que Warburg um verdadeiro ‘vidente dos tempos’ um verdadeiro *remontador de tempos perdidos* (perdidos, mas eficientes até em nossa mais íntima contemporaneidade)”. *Mãos anônimas*, como percebida por esta pesquisa, impele um deslocamento para ver, sendo assim, uma ditadura que já se “perdeu”, mas que segue eficiente em um país no qual a transição para a democracia pressupôs uma anistia sustentada por um projeto de amnésia, como esquecimento comandado de maneira abusiva (Gagnebin, 2010).

Por isso, o que a série faz descortinar, mais a fundo, é que se os crimes da ditadura pairam sem solução, eles também seguem influenciando sobre a realidade brasileira. A atuação violenta do Estado como pra-xe, a regularidade de arbítrios realizados por autoridades policiais, os constantes ataques aos direitos humanos, a normalidade da exaltação de lideranças políticas autoritárias, o crescimento da extrema direita e a ruptura com certos princípios democráticos constatados nos anos recentes formam parte da herança ditatorial, decorrente de um passado jamais enfrentado efetivamente. Como resquício do que ocorreu entre 1964 e 1985, esse legado ultrapassa os tempos findos e se infiltra no presente e no futuro da nação como o irresoluto da história ditatorial.

145

Referências

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Comissão Nacional da Verdade**: relatório. Brasília, DF: CNV, 2014. v. 1. Disponível em:



<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 3 mar. 2024.

BRASIL: NUNCA MAIS. Disponível em: <https://bnmdigital.mpf.mp.br>. Acesso em: 5 mar. 2024.

BRASIL: NUNCA MAIS. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. São Paulo: Editora 34, 2020.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Atlas ou o gaio saber inquieto**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. **Pós**, Belo Horizonte, v. 2, n.4, p. 206-219, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15454>. Acesso em 21 mai. 2024.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

146

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

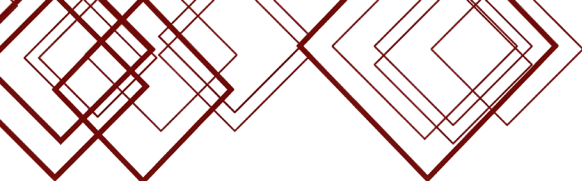
GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 35, 2006.

GARCÍA, Luis Ignacio; LONGONI, Ana. Imágenes invisibles: acerca de las fotos de desaparecidos. In: BLEJMAR, Jordana; FORTUNY, Natalia; GARCÍA, Luis Ignacio (orgs.). **Instantáneas de la memoria: fotografía y dictadura en Argentina y América Latina**. Buenos Aires: Librería, 2013.

HUYSSSEN, Andreas. Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. **Culturas do passado-presente: modernismo, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto/Museu de Arte do Rio, 2014.



- JOFFILY, Mariana. Direito à informação e direito à vida privada: os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 129-148, jan.-jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/3766>. Acesso em: 5. mar. 2024.
- JOLY, Martine. Introdução à análise da imagem. Campinas: Papirus, 1996.
- MAGRIN, Natalia. Del archivo policial al archivo de la memoria: notas sobre un pasaje y sus derivas. **deSignis**, Rosario, n. 39, p. 55-66, jul.-dez. 2023. Disponível em: <https://www.designisfels.net/capitulo/i39-05-del-archivo-policial-al-archivo-de-la-memoria-notas-sobre-un-pasaje-y-sus-derivas>. Acesso em 5 mar. 2024.
- MEMÓRIAS REVELADAS. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas>. Acesso em: 5 mar. 2024.
- MEZAROBBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. **Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 7-25, 2010. Disponível em: sur.conectas.org/entre-reparacoes-meias-verdades-e-impunidade. Acesso em 6 mar. 2024.
- NOZAKI, William. A militarização da administração pública no Brasil: projeto de nação ou projeto de poder? **Caderno da Reforma Administrativa**, Brasília, v. 4, n. 20, p. 7-25, mai. 2021. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/observabr/wp-content/uploads/sites/9/2021/05/Cadernos-Reforma-Administrativa-20-V4.pdf>. Acessado em 21 mai. 2024.
- PAYNE, Leigh. Silencio. In: **Testimonios perturbadores: ni verdade ni reconciliación en las confesiones de violencia de Estado**. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2009.



RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANGLARD, Fernanda Nalon; TRISTÃO, Marise Baeso. Relatos da ditadura: memórias divulgadas pela imprensa brasileira a partir dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 51-65, jan-jun. 2014. Disponível em: periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2014v11n1p51. Acesso em 21 mai. 2024.

SANTOS, Ana Carolina Lima. Figuras da memória ditatorial: borrões e apagamentos para (des)lembrar o passado. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 25, n. 47, p. 264-278, jul.-jan. 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/73179>. Acesso em: 21 mai. 2024.

148

STARLING, Heloisa Maria Murgel. Silêncios da ditadura. **Revista Maracanan**, [S. l.], n. 12, p. 37-46, jul. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/17393>. Acesso em: 6 mar. 2024.

YAROCHEWSKY, Leonardo Isaac. Impeachment ou golpe? **Boitempo**, São Paulo, 30 ago. 2016. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br/v3/noticias/visualizar/4702>. Acesso em: 21 mai. 2020.

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

E quando passarem à limpo¹: a relação entre a Comissão Nacional da Verdade brasileira e a temática da infância

And when they come clean: the relationship between the Brazilian National Truth Commission and the issue of childhood

Caroline Rios Costa²

Resumo: Em 1985, acabava oficialmente uma ditadura militar que vigorou no Brasil por mais de vinte anos, e após, se iniciou um processo de justiça de transição para lidar com a mudança de um regime ditatorial-autoritário para a retomada da democracia. Um mecanismo previsto dentro da literatura internacional sobre justiça transicional, e que foi fortemente demandada por setores de movimentos de direitos humanos, familiares, e ex-atingidos, é o de comissões da verdade. Sancionada em 2011 e iniciada em 2012, a Comissão Nacional da Verdade se propôs a investigar as graves violações cometidas entre 1946 e 1988, com especial foco nos anos ditatoriais. Neste artigo, o recorte pretendido é pensar a conjuntura de sua formação e desenho institucional, além de analisar como a temática da infância foi abordada dentro do relatório final da CNV. Como fonte, será utilizada o relatório final da CNV.

149

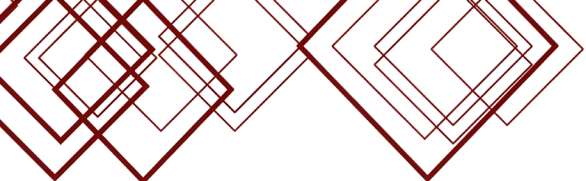
Palavras-chave: Comissão Nacional da Verdade; Justiça de transição, Infância.

Abstract: In 1985, a military dictatorship that had been in force in Brazil for more than twenty years officially came to an end, and after that, a process of transitional justice began to deal with the change from a dictatorial-authoritarian regime to a return to democracy. One mechanism envisaged within the international literature on transitional justice, and which has been strongly demanded by sectors of human rights movements, family members, and former victims, is that of truth commissions. Sanctioned in 2011 and launched in 2012, the National Truth Commission set out to investigate the serious violations committed between 1946 and 1988, with a special focus on the dictatorship years. The purpose of this article is to look at the context of its formation and institutional design, as well as to analyze how the issue of childhood was addressed in the CNV's final report. The CNV's final report will be used as a source.

Keywords: National Truth Commission; Transitional justice; Childhood.

1 Trecho da música “Aos nossos filhos”, lançada em 1978 e interpretada por Ivan Lins.

2 Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Título da pesquisa de doutorado em andamento: “A gente quer viver uma nação” - as experiências de comissões estaduais da verdade no Brasil; financiada pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-8108-5063>. Email: carolrioscosta@gmail.com.



Introdução

Oficialmente finalizada em 1985, a ditadura militar vigente por longos 21 anos deixou um largo entulho autoritário e questões não resolvidas para a nascente democracia brasileira. Só após quase 30 anos de seu fim, e de um processo contínuo de justiça de transição em funcionamento nos anos anteriores, é finalmente anunciado em 2010 o projeto de abertura de uma comissão da verdade para investigar os crimes ocorridos durante o regime militar.

150 Antes dessa data, havia uma demanda pública pela instauração de uma comissão ou outro mecanismo equivalente que desse conta da investigação necessária, até aquele momento feita principalmente por grupos de ex-presos políticos, familiares de mortos e desaparecidos e movimentos sociais ligados à memória daqueles anos. Além disso, havia também documentos oficiais, e organizações nacionais e internacionais que indicavam o mesmo, como o texto do Plano Nacional de Direitos Humanos – 3, de 2009, e a sentença final da Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA) no caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) *vs.* Brasil, em 2010³.

Com a aprovação do projeto de lei e a abertura de seus trabalhos em 2012, finalmente nascia a Comissão Nacional da Verdade no Brasil. Composta por comissários indicados pela presidência da república, além de uma rede de pesquisadores e associados, sua duração foi de quase dois anos e meio e seu foco as graves violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro entre 1946 e 1988, mas com recorte especial para o período de 1964-1985.

3 Sentença disponível em https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf.



Um dos esforços empreendidos pela comissão foi inserir em seu escopo de pesquisa as violações cometidas contra grupos sociais específicos, como trabalhadores, camponeses, mulheres, indígenas, comunidade LGBTQIA+⁴ e outros, alguns deste advindos através da demanda destes sujeitos por serem incluídos. Um destes grupos é o de pessoas que eram crianças e adolescentes durante a ditadura e que foram afetadas pelo regime. Como há uma variedade de interpretações sobre o que é considerado como atingido durante aqueles anos, ainda mais quando aplicado às crianças, utilizaremos a definição encontrada pelas intelectuais Patricia Castillo e Alejandra Celis:

[...] crianças-filhas da resistência. Esta categoria incluirá todas as crianças [...] que por razões familiares, territoriais, de educação ou de filiação a uma igreja, se viram imersos na luta contra a ditadura e por imersos nos referimos à condição de estar submersos em um campo, campo cuja delimitação estava em mãos dos adultos que participavam da dita resistência e que, mesmo que quisessem, não teriam podido deixar ser filhos fora dessa incumbência. Crianças na qualidade de testemunhos, de vítimas, de companheiros, de objeto das intervenções ou de causa das organizações. Essas crianças-filhas, às vezes invisíveis mas presentes; às vezes mudos e ensurdecidos, resgatando as sobras do bom do mundo adulto para sobreviver, crescer e algum dia ter um papel mais ativo na mesma luta. (2013, p. 120. Tradução livre)⁵

151

4 A sigla usada neste texto é a versão atual mais comum nos debates públicos. Contudo, no relatório da CNV, a sigla utilizada pela comissão era “LGBT” e o título do capítulo referente ao tema é “Ditadura e homossexualidades”.

5 “[...] niños-hijos de la resistencia”. Esta categoría incluirá a todos los niños [...] que por razones familiares, territoriales, de educación o de adscripción a una iglesia, se vieron inmersos en la lucha contra la dictadura y por inmersos nos referimos a la condición de estar sumergido en un campo, campo cuya delimitación estaba en manos de los adultos que participaban en dicha resistencia y que, aun queriendo, no habrían podido dejar a sus hijos fuera de esa incumbencia. Niños en calidad de testigos, de víctimas, de compañeros, de objeto de las intervenciones o de causa de las organizaciones. Esos niños-hijos, a veces invisibles pero presentes; a veces mudos y ensurdecidos, rescatando los retazos de lo bueno del mundo adulto para sobrevivir, crecer y algún día tener un rol más activo en la misma lucha.”



Assim, a proposta deste artigo é fazer uma breve análise sobre a Comissão Nacional da Verdade como um mecanismo de justiça de transição, o seu relatório final, como se deu a aparição do tema da infância e como ela foi abordada ao longo das pesquisas empreendidas e da escrita do texto final, tensionando os limites de possibilidades

Os embates por trás da CNV

Após a instauração do golpe em 1964, o acirramento do regime no final dos anos 1960 e começo dos anos 1970 com os chamados “anos de chumbo”, e a consolidação de uma política repressiva, autoritária e violenta, o país passaria por uma nova fase dentro deste contexto.

152

O anúncio da abertura “lenta, segura e gradual” em 1974 pelo general Ernesto Geisel concluiu os “anos de chumbo” e iniciou essa “nova fase”, mas não parou a violência empregada pelas forças repressivas. Mais de dez anos depois, em 1985, o Brasil finalmente retornou o posto de presidente da república à um civil. Terminada a ditadura, e concluída a transição política de um regime para outro, começaria aqui um processo de justiça de transição que deveria lidar com o entulho autoritário e as violações cometidas nos anos anteriores. O primeiro grande momento que marcou o início da justiça de transição brasileira foi a promulgação de uma nova carta constitucional, a chamada Constituição Cidadã de 1988.

As políticas de memória e reparação dentro de um contexto de justiça de transição nos anos 1990 foram bastante insipientes, e fortemente influenciadas pela atuação de familiares e sobreviventes dos anos anteriores. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi sancionada a Lei de Mortos e Desaparecidos Políticos, que reconhe-



cia a participação do Estado na morte ou desaparecimento de 136 militantes políticos, e para além disso, também criava a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), como comentada anteriormente. Novos avanços só seriam feitos na década seguinte, sob a gestão de outro presidente, que assim como FHC, também havia sido perseguido pelo regime.

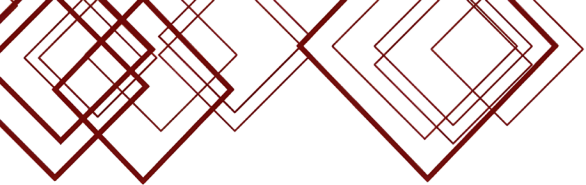
Ao longo dos anos 2000, diversos projetos de memória e reparação sobre os anos ditatoriais no Brasil foram criados, perpassando diferentes âmbitos e espaços, como o campo jurídico, a participação acadêmica das universidades, a criação de projetos de cunho psicológico, um esforço arquivístico e patrimonial e a convocação da sociedade civil para estes projetos⁶. Em 2009, foi aprovado o Plano Nacional de Direitos Humanos 3 – PNDH-3, que apesar de não ser um mecanismo direto de justiça de transição ou estar relacionado aos anos da ditadura, tem um ponto muito importante. No texto anexo de sua diretriz n° 23, é exposta a intenção de criação de uma comissão da verdade no Brasil, demandando

153

Designar grupo de trabalho composto por representantes da Casa Civil, do Ministério da Justiça, do Ministério da Defesa e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, para elaborar, até abril de 2010, projeto de lei que institua Comissão Nacional da Verdade, composta de forma plural e suprapartidária, com mandato e prazo definidos, para examinar as violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política no período mencionado. (BRASIL, 2009)

No final de seu mandato em 2010, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva, com a intenção de aprofundar os processos em curso e

6 Foram eles: Comissão de Anistia e avanço das concessões de anistiados políticos, Caravanas da Anistia, Direito à Memória e à Verdade, Memórias Reveladas, Memorial da Anistia, Marcas da Memória e Clínicas do Testemunho.



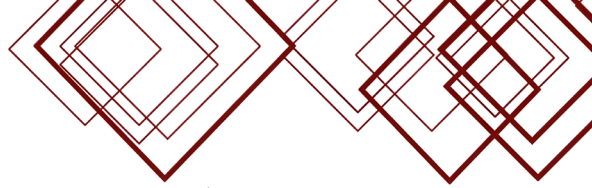
em concordância com o PNDH-3, anunciou o plano de instalação de uma Comissão da Verdade e a convocação do grupo de trabalho responsável pela escritura do anteprojeto de lei, para investigar o papel do Estado em crimes e violações cometidos. Sua sucessora, Dilma Rousseff, foi a responsável por levar o plano a cabo e oficializar a abertura de uma comissão da verdade brasileira. Primeira mulher no cargo, ex-militante e presa política do regime, a figura de Dilma foi de fundamental e sintomática importância para sua realização. É crucial destacar que, ao longo de todo esse período e políticas de memória, justiça, reparação e de justiça de transição, a atuação de movimentos sociais, grupos de familiares e ex-presos políticos foi indispensável para a implementação de tais projetos, além de inúmeras vezes contar com a participação dos mesmos ao longo dos trabalhos.

154

Em novembro de 2011, foram sancionadas duas leis, de números 12.527 e 12.528⁷, que, respectivamente, regularizavam as normas sobre os arquivos no Brasil, também chamada de Lei de Acesso à Informação, e criava a Comissão Nacional da Verdade. Com esta dupla de leis, o Brasil se uniu a vários outros países do Cone Sul que decidiram criar uma lei referente à “liberdade de informação” (BRITO, 2013) e uma comissão para investigar os abusos cometidos durante períodos ditatoriais e/ou autoritários em seus passados recentes.

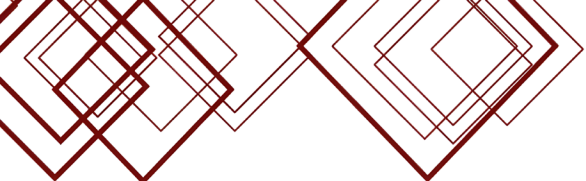
Em seu relatório final, é possível conhecer quais eram seus objetivos:

⁷ É necessário apontar que houve uma forte tensão entre a presidência, o parlamento e as forças militares, especialmente com o Ministério da Defesa. Desde o anúncio da intenção de criação de uma comissão da verdade até sua aprovação, e mesmo após, houve disputas entre os ministros Paulo Vanucchi, dos Direitos Humanos, a favor da comissão, e Nelson Jobim, da Defesa, e concessões e limitações no texto da lei precisaram ser feitas. Para mais, ver <https://bit.ly/3vEINS2>, https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/01/100112_ e <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3012200907.htm>.



- I – esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionadas no caput do artigo 1º;
- II – promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior;
- III – identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos mencionadas no caput do artigo 1º, suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;
- IV – encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do artigo 1º da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995;
- V – colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos, observadas as disposições das Leis nºs 6.683, de 28 de agosto de 1979, 9.140, de 1995, e 10.559, de 13 de novembro de 2002;
- VI – recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional;
- VII – promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução histórica dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações. (BRASIL, 2014a, p. 42)

Inicialmente, a CNV era composta por sete membros, escolhidos pela presidência em virtude de suas atuações públicas e reconhecimento em suas áreas de atuação profissional, sendo eles: Claudio Lemos Fonteles, Gilson Langaro Dipp, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Maria Cardoso da Cunha. Porém, durante seu funcionamento dois nomes deixaram de fazer parte do time, já que a vaga de Claudio Lemos Fonteles passou a ser ocupada por Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, enquanto que após a saída de Gilson Langaro Dipp, não foi designado um novo ocupante. Além destes, a CNV possuía um grande time de pesquisadores



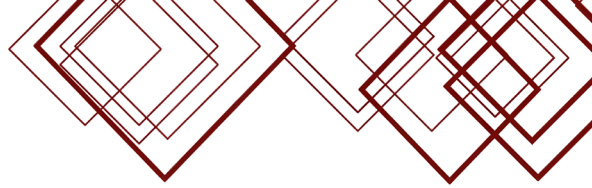
(divididos entre seniores, juniores e “intermediários”), colaboradores, consultores, estagiários, núcleo pericial, grupos de pesquisadores externos (UFMG e MEC/UNESCO) e acordos de cooperação técnica com comissões estaduais, municipais, universitárias e institucionais. Sua abertura data de 16 de maio de 2012 e funcionou por pouco mais de dois anos e meio, sendo finalizada no dia 10 de dezembro de 2014, e seu relatório final apresentado em uma cerimônia oficial no dia 16 do mesmo mês. A coordenação geral era decidida através de votação do colegiado e tinha duração de três meses, podendo permanecer por mais de um “mandato”.

156

Os trabalhos de pesquisa e investigação foram organizados e separados em grupos de trabalho (GT's), elegendo os seguintes eixos temáticos: ditadura e gênero; Araguaia; contextualização, fundamentos e razões do golpe civil-militar de 1964; ditadura e sistema de Justiça; ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical; estrutura de repressão; mortos e desaparecidos políticos; graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas; Operação Condor; papel das igrejas durante a ditadura; perseguições a militares; violações de direitos humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil; e o Estado ditatorial-militar. Um fator interessante a ser pensado sobre sua formação é que boa parte dos comissários eram juristas, elemento que influenciou não só no formato, como também na escolha dos temas abordados e como os eixos temáticos foram encaminhados.

É importante destacar a aprovação da lei 12.527/11, a chamada Lei de Acesso à Informação⁸, sem a qual os trabalhos da comissão não seriam os mesmos. A lei permitiu uma maior transparência administrativa, já que uma série de documentos desconhecidos ou fora

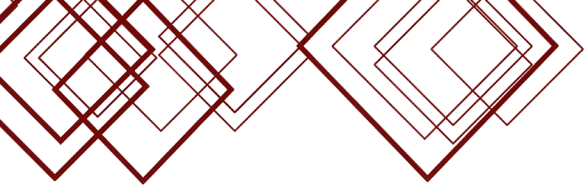
⁸ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm.



de domínio público agora poderiam ter o acesso requerido e permitiu o tratamento da base de arquivos já existente sob o domínio do Arquivo Nacional. Além disso, também foi responsável por modificar a duração dos prazos de sigilo de documentos oficiais ou que pudessem ser considerados de interesse público, inclusive aqueles relacionados às violações de direitos humanos, reduzindo-os e impedindo a renovação do sigilo (exceto para ultrassecretos).

Junto a isso, um outro fator determinante para o recolhimento de informações e investigações realizadas foi a adição de entrevistas de indivíduos que fossem considerados como relevantes para o desvendar dos casos. Segundo o próprio texto da lei, deixava clara a “[...] prerrogativa de ‘convocar, para entrevistas ou testemunhos, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados’ [...]” (BRASIL, 2014a, p. 55). O dispositivo que permitia a incorporação de depoimentos já estava previsto na lei 12.528/11, mas a sua aceitação como parte do método de trabalho das equipes foi fundamental. Assim, tanto ex-militantes, familiares e membros de organizações civis quanto ex-funcionários do aparato repressivo foram convocados, ou se apresentaram voluntariamente, durante seu período de duração e suas falas, concedidas de forma privada ou coletiva, foram coletadas, contabilizando um total de 1.116 depoimentos, destes 483 feitos em audiências públicas e 633 de forma reservada (BRASIL, 2014a).

Embora uma parte significativa do produto final existente, e também do que foi e segue sendo utilizado publicamente, seja sobre os anos ditatoriais, o recorte temporal escolhido é o de 1946-1988, abrangendo todo o intervalo entre as duas últimas constituições democráticas do país. A escolha deste recorte não foi uma decisão interna da comissão, mas sim deriva do recorte existente no artigo 8º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que se refere à



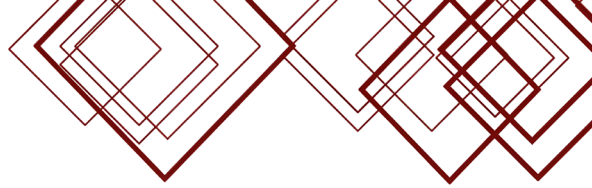
Lei de Anistia de 1979⁹. O objetivo pretendido com tal era entender as articulações políticas anteriores ao golpe, seja à direita ou à esquerda, e os mecanismos que possibilitaram a estrutura repressiva existente entre 1964 e 1985. O fato de seu recorte temporal abranger mais de 40 anos da história brasileira fez com que a comissão aqui instalada fosse uma das com maior intervalo temporal de estudo entre as comissões da verdade existente no mundo.

A materialidade do relatório e o tema da infância

158

Seu relatório final é composto por 3 volumes independentes, sendo o primeiro a apresentação da comissão e discussão dos temas dos grupos de trabalho, com um capítulo específico para cada um. Já o segundo livro é composto por uma análise das violações aos direitos humanos cometidas contra grupos ou setores específicos da sociedade, tais como trabalhadores, camponeses e indígenas. Para finalizar, o terceiro volume é dedicado aos mortos e desaparecidos políticos identificados pelas pesquisas, contendo uma pequena biografia e explicação com as informações existentes sobre sua morte e/ou desaparecimento. Com um total de quase 3.400 páginas em seu relatório, além milhares de documentos, entrevistas, vídeos e materiais coletados durante seus dois anos e meio de funcionamento, a CNV criou um novo marco não só nas políticas de justiça de transição e de memória existentes, como também ditou uma nova narrativa para a “história oficial” contada durante o fim do regime nos anos 1980. Ao contar uma nova história sobre o passado recente brasileiro, e sua ampla divulgação virtual de fácil

⁹ O artigo foi escrito em 1988 e significava uma expansão do recorte temporal da Lei de Anistia. Seu texto diz: “é concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição [5 de outubro de 1988], foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares [...]”.



acesso¹⁰, a intenção era deixar um legado para a sociedade brasileira com uma maior participação das pessoas comuns, preocupada com a memória, a verdade e a reparação sobre o que aconteceu. O relatório foi celebrado e acolhido, mas também foi alvo de críticas, visto que “Ao final de seu mandato, o produto de suas atividades seria celebrado no que diz respeito aos aportes para a atribuição de responsabilidades pelos crimes, mas recebido com frustração no que toca ao esclarecimento de mortes e desaparecimentos.” (OSMO, 2019, p. 213), como exposto por Carla Osmo.

Como dito em seus objetivos, a comissão se limitaria a investigar os casos de graves violações aos direitos humanos, tais como tortura, prisões, assassinatos, desaparecimentos forçados e outros. Com isso, por mais que houvesse uma quantidade quase sem fim de violações a serem analisadas, este recorte acabou por limitar a abrangência a um tipo reduzido de violências que de fato ocorreram. Além das inúmeras violências que ficaram de fora, isso também representou que alguns grupos sociais perdessem espaço. É possível notar isso através da fala de Rafael Marinho, que participou como pesquisador da CNV:

159

[...] devido ao conceito e ao rol de graves violações de direitos humanos operado pela CNV, bastante restrito e orientado quase exclusivamente para a luta política de grupos políticos urbanos (ou assim compreendidos), não eram contempladas nem o reconhecimento dos atos de exceção, nem as violências praticadas [...] (apud FERNANDES, 2018, p. 17)

A questão central das demandas e exigências em torno de comissões da verdade está no chamado direito à verdade. Sua criação se

10 Além da publicação dos três volumes do Relatório Final em versão digital, há também o site oficial da CNV, as contas no Facebook, Twitter, Youtube, TwitCasting e a disponibilização ao acervo documental e imagético através do projeto “Memórias Reveladas” no site do Arquivo Nacional.

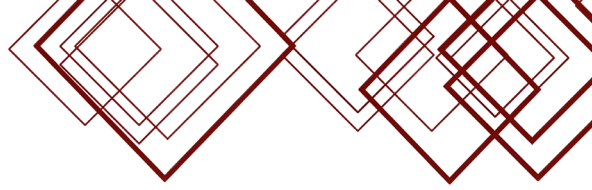


dá como uma forma e uma resposta à necessidade que a verdade dos sobreviventes e atingidos, que em muitos casos passam por processos de silenciamento e negação por parte do Estado, venha a público. Não só para que as histórias deles sejam conhecidas, o direito à verdade também é requisitado para que familiares de mortos e desaparecidos políticos saibam o que aconteceu com seus parentes e possam passar pelo processo de luto, como também rearticular suas experiências no plano coletivo e elaborar os traumas vividos. Para a ONU,

160

Não se trata apenas do direito individual que possui cada vítima ou seus familiares de saber o que aconteceu, enquanto direito à verdade. O direito de saber é também um direito coletivo que encontra sua origem na história para evitar que no futuro as violações se reproduzam. Ele tem por contrapartida, a cargo do Estado, o “dever de memória”, a fim de se precaver contra essas distorções da história que recebem o nome de reacionismo e negacionismo; com efeito, o conhecimento, por um povo, da história da sua opressão faz parte de seu patrimônio e, como tal, deve ser preservado. (apud OSMO, 2019, p. 202)

Assim, mais uma vez o papel do testemunho, e principalmente daquele feito por quem foi alvo, direto ou indireto, da violência de Estado ganha um protagonismo ainda maior. Nesse cenário, mesmo que nem sempre vistos como atingidos de fato ou no mesmo nível que seus parentes adultos, os filhos, netos, sobrinhos e toda uma geração de crianças nascidas durante ou após o regime, se tornaram personagens importantes, já que eles são também familiares. Em muitos casos, devido à incapacidade em função da idade, ou mesmo de morte, são essas pessoas que passam a atuar enquanto familiares e requerentes do aprofundamento das políticas de memória, verdade e justiça. É por isso que, segundo Caroline Bauer, “Entre o momento em que os crimes foram cometidos e de sua publicização em comissões da verdade ou de seu julgamento, nesse interstício o passado é construído a partir de



testemunhos.” (2017, p. 130).

Mesmo que não haja muitos registros de época sobre ações repressivas que envolveram crianças, é impossível negar que isto de fato aconteceu e que o Estado sabia como lidar. Mesmo que o país não tivesse uma diretriz central ou normas burocratizadas, tais como outros países do Cone Sul¹¹, o fato é que crianças foram presas e sequestradas com seus pais, foram testemunhas de torturas, e sofreram abordagens violentas.

Em função do recorte de quais crimes a CNV investigaria, a “hierarquização” entre cidade, periferia, zona rural e áreas indígenas permaneceu, e como isso se dá com algo que já não era um assunto “óbvio”, há uma clara diferença dos casos conhecidos. Mesmo que não seja algo facilmente perceptível, essa distinção se dá também no próprio relatório. Um exemplo é o fato de que a maioria dos relatos presentes no documento se passaram nas cidades, enquanto há apenas um caso de grave violação envolvendo crianças quando é feito o recorte para povos indígenas, que ocupa apenas uma linha e diz “Além das mortes por sarampo, quatro crianças xavante sumiram na missão.” (BRASIL, 2014b, p. 218)¹².

161

11 Durante a ditadura militar argentina de 1976, foi produzido um guia intitulado “*Instrucciones sobre procedimiento a seguir con menores de edad hijos de dirigentes políticos o gremiales cuando sus progenitores se encuentran detenidos o desaparecidos*”, que dizia sobre como a repressão deveria lidar com menores de idade ligados à militantes políticos de esquerda. A Argentina era um dos países membros da chamada Operação Condor, que previa uma cooperação político militar entre os aparatos repressivos das ditaduras dos países membros, do qual o Brasil também fazia parte. Sobre crianças e Operação Condor, ver BRASIL. **Direito à Memória e à Verdade: história de meninas e meninos marcados pela ditadura**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. P. 90-101.

12 O caso ocorreu com a tribo Xavante Marãiwatséde, localizada no estado de Mato Grosso, em 1966. Para saber mais sobre isto, ver o capítulo “Índios Marãiwatséde” no livro REINA, Eduardo. **Cativeiro sem fim: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar brasileira**. P. 173-194.



Seguindo essa linha, a aparição de casos envolvendo crianças e adolescentes se deu de forma solta e, em alguns casos, com pouco aprofundamento. A adolescência aparece um pouco mais que a primeira fase, já que há casos de jovens menores de idade que militavam, por escolha pessoal, em organizações políticas, no movimento estudantil, na luta armada ou escolheram o caminho da resistência assim como seus pais e familiares. Com isso, eles acabam sendo vistos mais “facilmente” como atingidos diretos por estarem formalmente engajados, com um número considerável de menores de idade presos, torturados e mesmo mortos ou desaparecidos¹³.

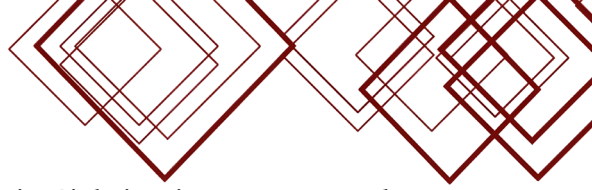
162

Uma explicação possível para isso é o fato de que, se for observar a divisão de GT's e capítulos, houve um interesse maior em questões estruturais do regime e de seu aparato, do que a análise de grupos específicos. Dos grupos e setores que ganharam um recorte especial, a maioria se localiza no volume 2 do relatório final, reservado para os “eixos temáticos”. Uma segunda hipótese, também ligada à primeira, é que como a comissão era formada majoritariamente por juristas, houve uma predominância de quais aspectos ganhariam destaque. Além disso, havia também uma discussão entre os próprios comissários sobre como deveria ser o andamento das atividades, publicização dos materiais e resultados coletados, posições mais “progressistas” sobre os temas a serem estudados e outras questões¹⁴.

Por não haver um recorte específico para tratar da infância dentro dos eixos definidos pela CNV, coube ao GT “Ditadura e gênero”,

13 A título de curiosidade, o mais jovem desaparecido político da ditadura brasileira é Marco Antônio Dias Baptista, visto pela última vez em maio de 1970, aos 15 anos. Ele era ligado ao movimento secundarista e membro da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

14 Cf. <https://outline.com/KFKXU4> e <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-verdade-da-comissao/>.



ligado ao comissário Paulo Sérgio Pinheiro, incorporar grande parte do que se tem sobre isso no relatório final. O motivo se deu pelo fato que, ao fazer o recorte de gênero, o grupo lidou com assuntos como maternidade, aborto e relações familiares. O texto introdutório do capítulo 10, correspondente ao tema, deixa evidente este caminho, quando explicita tal ligação:

Também constituem objeto deste capítulo as violações aos direitos de crianças e adolescentes, atingidos pela incidência da repressão sobre suas unidades familiares, que os separou de seus pais ou os levou a enfrentar situações econômicas e sociais adversas, em consequência da perseguição política, e marcou de forma indelével suas vidas, inclusive com a transmissão intergeracional dos traumas do horror experimentado. (BRASIL, 2014a, p. 401)

Não só a incorporação deste recorte foi feita pelo GT, como também a coleta de depoimentos destas pessoas e de investigação de seus casos. Ao longo do capítulo, é indicado que se “[...] ouviu testemunhos envolvendo 41 crianças e adolescentes que foram sequestrados, estiveram confinados em prisões com os pais, em juizados de menores e orfanatos, ou mesmo submetidos à tortura.” (BRASIL, 2014a, p. 410). Ou seja, a forma escolhida pela CNV para abordar a infância foi essencialmente através de um recorte de gênero, fortemente ligado à figura feminina e a questão da maternidade. É importante dizer que, ao longo do texto, não há distinção entre as pessoas que eram crianças das que eram adolescentes; ambos foram atingidos, mas no caso do segundo grupo, já havia a possibilidade de decisão e engajamento político próprio, diferente do primeiro grupo. A fala sobre os filhos até surge em depoimentos de homens em alguns momentos, mas há claramente um peso desigual sobre sua aparição entre homens e mulheres. Por mais que algumas questões, como gravidez, aborto e amamentação pu-



dessem não aparecer diretamente nos relatos masculinos, pelo fato de serem experiências femininas¹⁵, o tópico da família e do cuidado apareceram mais como uma “coisa de mulher”, e o reforço do lugar social da mulher enquanto mãe e responsável pelo cuidado.

De maneira focada, a infância ocupou apenas algumas páginas do capítulo 10, no último subcapítulo, intitulado “E) A violência contra crianças e adolescentes, o legado traumático e sua transmissão”. Nesta parte, o item de número 49 nos indica o que será debatido a seguir:

Um dos aspectos menos conhecidos do horror exercitado pela ditadura militar transparece nos relatos de crianças e adolescentes que, mesmo sem oferecer nenhum risco à dita “segurança nacional”, foram monitorados, perseguidos, presenciaram os pais sendo baleados, cresceram dentro de uma prisão ou foram surpreendidos com ações violentas dentro da própria casa em que viviam [...] (BRASIL, 2014a, p. 427)

164

Em uma organização com uma mistura entre breves textos escritos pelos comissários e trechos de entrevistas concedidas, os excertos serviram como uma exemplificação ou realidade concreta do texto introdutório. Alguns dos aspectos observados nestes relatos são a convivência com a prisão ou locais de aprisionamento, por vezes com experiências em que eles próprios também passam a ser os presos, a difícil relação com o exílio e o Brasil que deixaram para trás, o condicionamento ao esquecimento, cenas de assassinato e a imaterialidade do luto em casos de desaparecimento forçado.

Vale destacar que ao longo do subitem E, quase metade dos trechos de depoimentos são de adultos, todos eles de mães. Das partes que realmente foram concedidas por filhos e netos, não há distinção

15 Não se tem registro de homens trans grávidos, em fase puerpérea ou amamentação vítima de tortura ou violência específica sob estes fatores durante os anos de ditadura.



entre crianças e adolescentes, como já dito. Assim, das poucas sete páginas que o tema possui no relatório final, em parte dela a fala ainda foi feita por adultos e familiares, tomando-se um relato de terceiros sobre o que ocorreu. Também se faz válido apontar que nem todos os depoimentos que aparecem no documento foram coletados pela comissão nacional, já que alguns foram feitos por comissões estaduais ou mesmo retirados de obras pré-existentes¹⁶.

Fora deste capítulo, o tema é simplesmente pincelado aqui e ali, geralmente com frases curtas e/ou através de relatos de pais, parentes e adultos militantes já naquela época. Se levarmos em conta o acervo do projeto Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional, onde se encontram todos os documentos e materiais levantados e utilizados pela comissão, é possível ter uma quantidade maior de fontes. Lá, estão localizados os depoimentos completos dos pais, mas principalmente, o dos filhos que foram convocados ou se apresentaram entre 2012 e 2014. Em alguns casos, as transcrições dão uma impressão de estarem “misturadas”, já que há falas dos filhos nos depoimentos dos pais, e o inverso também acontece, além de alguns pais e filhos darem suas entrevistas em conjunto. Por não haver tantos documentos de época sobre eles, foi neste momento que suas falas ganharam uma posição de destaque para elucidar o que ocorreu.

165

A dificuldade de uma análise aprofundada sobre a infância dentro do material da CNV é um problema que vem junto com o próprio documento. Ao fazer uma abordagem circunstancial, breve, e por vezes até rasa, com uma linha aqui, uma informação acolá, uma nota de rodapé, o acúmulo feito sobre o assunto foi pouco e sem grandes chances de articulações. Por vezes, o próprio tratamento dado pela comissão

16 Um dos trechos é o que Priscila Almeida Cunha Arantes concedeu ao documentário “15 filhos”, de 1996.



aparenta uma superficialidade ou mesmo um modo descritivo. O fato de a infância estar presente no relatório é extremamente significativo e de suma importância, mas que, assim como uma série de outros pontos, deixa uma margem de crítica maior a como foi feito do que o ganho que de fato o assunto poderia ter.

166

Apesar dos anos iniciais da vida não serem um assunto de maior importância para a CNV, isso não quer dizer que não apareça, e que o que foi apontado não seja extremamente importante e significativo. Se considerarmos que até pouco tempo antes, praticamente não havia a inclusão do tema em políticas de memória ou reparação¹⁷, o movimento feito pela CNV é fundamental. No tocante à infância, o grande ganho material não estava no relatório final, mas sim nos arquivos e testemunhos completos disponíveis para consulta. A pouca aparição do tema pode ser pela razão de que “[...] a questão da infância não é envolvida porque as vítimas que eram crianças quando os abusos ocorreram são agora adultos.” (BRASIL, 2011, p. 3).

Nesse esforço de alçar destaque às vozes de personagens não tão conhecidos, pluralizaram-se as imagens possíveis de quem atuou e experienciou situações durante a ditadura. Ao trazer novas narrativas, foi apresentado ao país parte de uma história pouco conhecida e pouco contada. Por isso, segundo os intelectuais Carlos Augusto Silva e Roberta Reis, em relação aos depoimentos incorporados no documento, “A memória é construída como algo novo e diferente da historiografia, pois oriunda da voz inaudita das vítimas.” (SILVA, REIS, 2017, p. 53).

17 Em 2009, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República publicou o livro “Direito à memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura” como parte do projeto de mesmo nome. Pedidos de reconhecimento de anistiado político à filhos e netos foram concedidos já nos anos 2000. Cf. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-02/comissao-de-anistia-garante-direitos-filhos-e-netos-de-perseguidos-politicos>.

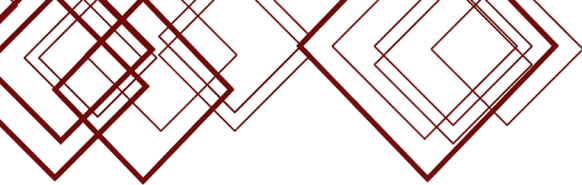


A maior questão colocada quanto aos testemunhos, principalmente aqueles feitos tantos anos depois do ocorrido, é justamente o tempo entre o momento em que ocorreu e o momento em que é ele é narrado e rememorado. Quando há um olhar para as crianças ou para a infância, isso ganha uma camada extra, já que a compreensão do que se passa, a retenção de tais acontecimentos, e a construção da memória se dá de forma diferente se comparada aos adultos. As estruturas mais básicas de individualidade e a subjetividade ainda estão em formação nesses anos iniciais, o que leva a uma elaboração particular. Além disso, há também o caso de que por se tratar de experiências difíceis, e possivelmente traumáticas, a interpretação feita é ainda mais subjetiva. Como não há documentação sobre elas, é necessário que falem sobre o que viveram, e nisso, se sobressaltam estes pontos e alguns outros, como mostra a própria fonte:

167

Na narrativa dessas crianças e adolescentes, duas constantes: o medo, indiscernível para aqueles que eram jovens demais e, à época, com escassos recursos para assimilar o trauma como tal; e o silêncio, particularmente entre pais e filhos, perante a dificuldade daqueles que sofreram perseguição política em falar abertamente dos traumas sofridos. Dessa forma, é inquestionável que gerações foram caladas e ainda não conseguiram se fazer ouvir. (BRASIL, 2014a, p. 430)

Sobre essa distância temporal, há também outros elementos a serem considerados. Em virtude do silêncio presente em suas famílias, uma dificuldade em lidar com acontecimentos do passado, a idade necessária para entender de maneira abrangente o que ocorreu, uma impressão de ausência de escuta do outro lado ou mesmo outros fatores, muitas dessas pessoas demoraram a fazer seus relatos, e assim, se inserirem na dinâmica geral das memórias dos anos ditatoriais. Por mais que seus pais ou parentes pudessem já ter falado por ou sobre eles



antes, não é a mesma coisa de contarem suas próprias histórias e retomarem seus papéis de destaque. Se antes do movimento da CNV (e de outras comissões), a sociedade brasileira pouco ou nada conhecia sobre como a ditadura lidava com a infância, após este esforço suas narrativas ganharam mais espaço público, assim como um reconhecimento do Estado sobre aquilo. Aliada a essa retomada dos discursos sobre a memória e a história ditatorial recente feita pelo poder público, as falas daqueles que concederam entrevistas acabaram por contribuir em uma movimentação importante, já que, segundo Caroline Bauer,

Esta diferença [temporal] permite uma nova interpretação sobre a ditadura civil-militar brasileira, ao destacar as múltiplas dimensões temporais presentes nas representações do passado recente e a luta política pela imposição de determinada construção temporal. Em outras palavras, para além das disputas sobre o sentido do passado, seus valores e avaliações sobre o que sucedeu, está em disputa a noção do passado e sua articulação com o presente e futuro, e, conseqüentemente, de tempo histórico. (2017, p. 118)

168

Um ponto complexo quando essas histórias são contadas por seus protagonistas, ou quando são analisadas por terceiros, é a diferença entre a infância e a fase adulta. Suas memórias são de quando eram pequenos, crianças (maiores ou menores) ou então na transição para a adolescência, e cada uma destas etapas proporciona uma percepção diferente do que está ao redor. A rememoração ou elaboração disso sempre se dá depois, até mesmo com adultos, e cada etapa da vida também proporciona uma compreensão diversa das outras. A cada fase, a maneira como se lê e entende o mundo é própria daquele momento, e novos elementos podem surgir ou serem incorporados em uma, algumas, ou todas elas. Quando a comissão realizou entrevistas entre os anos de 2012 e 2014, a média de idade dos falantes girava em torno



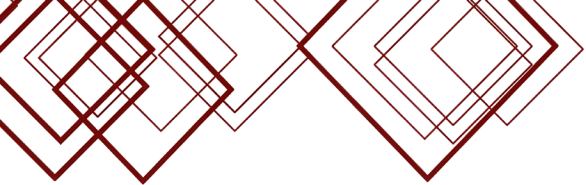
dos 50 anos de idade, falando sobre os acontecimentos entre 0 e 15 anos, majoritariamente. Contudo, quando resgatada parte de obras feitas anteriormente, como aquelas presentes no documentário *15 filhos*¹⁸, a idade ficava entre a casa dos 20 e 30 anos. Não só as idades podem influenciar nos relatos, mas também a distância de quando eles são feitos.

O cerne da dificuldade de envolver nas pesquisas feitas pelas comissões os abusos cometidos às crianças que não são mais crianças é exatamente esse, a releitura interna de seus passados e externa do mundo em que estão inseridos sendo refeita a cada nova fase da vida. Isso aliado ao esquecimento por razões de segurança, ensinado desde pequenos, mostra que “[...] foram treinados a guardar segredo sobre o tema, principalmente em casa. Condiçionados a esquecer, têm muita dificuldade de lembrar, [...] Com o passar dos anos, o imperativo de “não recordar” acabou por se transformar em uma espécie de seqüela daquele tempo [...]” (BRASIL, 2014a, p. 430).

169

Assim, é preciso ter em mente a complexidade que envolve a incorporação deste tipo de testemunho. Mesmo que de forma singela, o movimento feito pela CNV demonstrou a iniciativa de ultrapassar essa dificuldade e adicionar algo tão importante quanto a relação entre a menoridade (englobando aqui infância e adolescência) e o aparato repressivo do Estado. Logo, “A reconciliação e reestruturação de Estados a partir da elaboração de uma memória social [é] condizente com as memórias individuais, principalmente aquela das vítimas, e que reconheça o período do conflito tem sido a proposta das chamadas

18 O documentário *15 filhos*, lançado em 1996 e dirigido por Maria de Oliveira e Marta Nehring, reúne depoimentos de 15 filhos de militantes políticos nascidos antes ou durante a ditadura (as duas diretoras inclusas) contando sobre suas experiências enquanto membros de famílias opositoras. O filme é considerado o primeiro registro sobre infância e ditadura ligadas à militância política no Brasil Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Iy5yRNYsUzI&t=15s&ab_channel=Adriano-Diogo-DireitosHumanos.



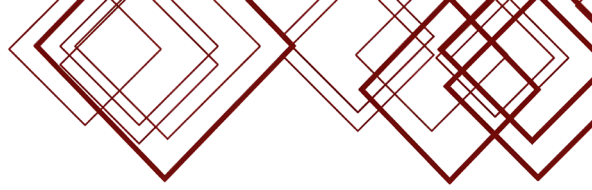
Comissões da Verdade.” (SILVA, REIS, 2017, p. 49).

As experiências que estas pessoas vivenciaram é única, pois não só é algo fora do padrão pretendido pela democracia e questões de direitos humanos, mas também pela idade com que tiveram essas experiências. A vontade de falar pode ou não se fazer presente, mas há um elemento em comum que transcende o exercício da fala:

[...] a voz das vítimas é uníssona: meio século depois do golpe de Estado, a herança traumática do período não apenas sobrevive, como vem sendo transmitida às novas gerações. [...] as marcas do sofrimento traumático tendem a se atualizar durante a vida dessas vítimas e são transmitidas inconscientemente a seus descendentes. [...] Um trauma é mediado, necessariamente, pela maneira como cada vítima vivenciou e elaborou a experiência e pela forma como pôde reconstruir suas relações com o mundo exterior, a partir dos eventos marcados pelo sofrimento. (BRASIL, 2014a, p. 426)

170

Foi assim que quase quarenta anos depois de terem lidado e visto cara a cara a repressão e suas estruturas autoritárias, e quase vinte anos depois do primeiro momento “oficial” em que falaram publicamente sobre suas experiências no documentário *15 filhos*, eles seguiram falando sobre isso. Não só o processo de fala foi conservado, como a percepção de elementos, alterações e sensações surgidas naquela época que nunca se foram, apesar da distância temporal. Se as marcas de seus pais foram de certo modo transmitidas para eles, a permanência do passado também pode fazer com que eles, os filhos, o leguem a seus descendentes, tais como seus parentes mais velhos o fizeram. A participação de filhos e netos nas comissões, fosse como membros ou como testemunhas, serviram exatamente para a reconstrução, individual e coletiva, do passado traumático e de herança destas histórias para outras gerações.



Conclusão

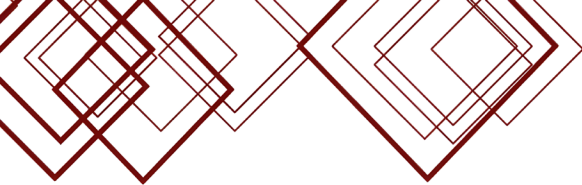
A instalação de uma comissão da verdade em território nacional, mesmo que quase 30 anos depois, significou um importante avanço no processo de justiça de transição brasileiro e um inegável mecanismo de elucidação da verdade sobre os crimes cometidos pelo Estado durante o recorte temporal selecionado, especialmente durante os anos ditatoriais. Demandada desde os anos 1990 por uma série de grupos sociais que estavam direta ou indiretamente ligados à temática da ditadura e direitos humanos, estes mesmos grupos também demandaram a inserção de recortes temáticos específicos, como o da infância.

Ao eleger como sujeitos desse trabalho as crianças do período 1964-1985, o que se pretende aqui é ampliar os debates sobre a infância em contextos de exceção, como ditaduras militares, e especificamente sobre o caso brasileiro. Se diversos países do Cone Sul que passaram por experiências ditatoriais entre as décadas de 1950-1990 têm amplo desenvolvimento nos estudos sobre a infância, sobre como seus regimes viam as crianças, como estas crianças vivenciavam tal situação, no Brasil isso ainda é um assunto menor. Segundo Vera Vital Brasil, “Assim como o esquecimento sistemático é a perda de todo significado e pode levar ao isolamento e à loucura, o exercício de lembrar pode trazer a recuperação do significado ou sua reiteração.” (BRASIL, V., 2009, p. 319. Tradução livre)¹⁹.

171

Aprofundar as narrativas sobre a ditadura militar brasileira através das histórias e percepções de quem passou por esses anos como uma criança é complexificar o próprio debate sobre estes anos, além de lançar luz à atores políticos diferentes do comumente imaginado. Se

¹⁹ “Así como el olvido sistemático es la pérdida de todo el sentido y puede conducir al aislamiento y a la locura, el ejercicio del recuerdo puede operar la recuperación del sentido o su reiteración.”



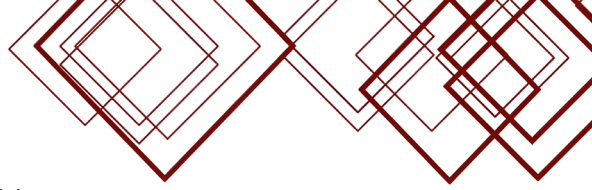
esta primeira fase da vida já não fosse particular o suficiente para conferir um entendimento muito pessoal e peculiar sobre o que se vive, a compreensão posterior, já na maturidade, do que realmente aconteceu e que estava em jogo ganha tonalidades ainda mais especiais. Em resumo, segundo Vidaurrázaga,

A descendência da militância seria, portanto, uma geração de ligação entre a primeira e a segunda, na medida em que viveriam em carne própria não apenas o clima de terror social do período, mas também violações diretas de seus próprios direitos humanos: crescer como órfãos, ser detidos, viver com identidades clandestinas, visitar seus pais e mães na prisão, o exílio, o *insilio* e retornar. Ao mesmo tempo, eles não tomaram as decisões que determinaram parcialmente estas consequências, tendo que lembrar e esquecer em uníssono a fim de cumprir mandatos geracionais e ao mesmo tempo continuar a viver. (2019, p. 91. Tradução livre)²⁰

172

A presença desses sujeitos no relatório final da Comissão Nacional da Verdade, seja através do relato de terceiro ou com depoimentos próprios, ajuda a iluminar como era a experiência infantil durante a ditadura militar sendo membro de famílias militantes. Através das pesquisas e dos testemunhos, foi possível perceber as possibilidades de situações específicas que poderiam viver em função da repressão do Estado e da atuação política de seus parentes, as alterações provocadas e demarcar estes indivíduos dentro do panorama geral de atingidos pela ditadura, bem como dos processos de memória sobre os anos ditato-

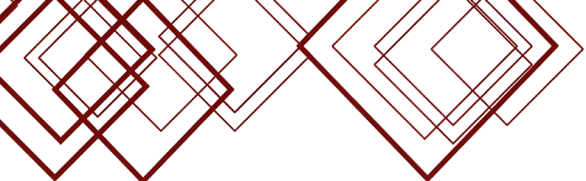
20 “La descendencia de la militancia sería, por tanto, una generación de enlace ubicada entre la primera y la segunda, en tanto vivieron en carne propia no solo el clima de terror social del período; sino violaciones directas a sus propios derechos humanos: crecer en la orfandad, ser detenidos, vivir con identidades clandestinas, visitar a los padres y madres en las prisiones, el exilio, el *insilio* y el retorno. Al mismo tiempo, no tomaron las decisiones que determinaron en parte estas consecuencias, debiendo recordar y olvidar al unísono para cumplir con los mandatos generacionales y a la vez seguir viviendo.”



riais durante o período democrático.

Referências

- BAUER, C. S. *Como será o passado?: história, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. São Paulo: Paco, 2017.
- BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume I)*. Brasília: CNV, 2014a. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>.
- BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume II)*. Brasília: CNV, 2014b. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>.
- BRASIL. *Comissões da verdade: estudos temáticos 09*. 2011.
- BRASIL. *Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm.
- BRASIL, V. V. Efectos transgeneracionales del terrorismo de estado. Entre el silencio y la memoria. In: BRINKMANN, Beatriz (org.). *Daño transgeneracional: consecuencias de la represión política en el Cono Sur*. Santiago: Gráfica LOM, 2009. P. 289-325. Disponível em: <https://www.cintras.org/textos/libros/librodanotrans.pdf>.
- BRITO, A. B. de. “Justiça transicional” em câmera lenta: o caso do Brasil. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. P.235-260.
- FERNANDES, P. Direito, memória e justiça de transição: enquête com pesquisadores das comissões da verdade brasileiras. In: *Revista InsSURgência*. Brasília, ano 4, v. 4, nº 1, p. 10-55, 2018.



GALLARDO, P. C.; CELIS, A. G. Niñez en dictadura: lo filiativo como espacio de resistencia. *In: Revista de Geografía Espacios*. V.3, nº6, p. 117-131, 2013. Disponível em: <https://revistas.academia.cl/index.php/esp/article/view/356/468>.

OSMO, C. Direito à Verdade: parâmetros internacionais e realização no Brasil. *In: AMADEO, Javier (org.). Violência de Estado na América Latina: direitos humanos, justiça de transição e antropologia forense*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019. P. 195-228.

SILVA, C. A. C. G. da; REIS, R. C. Comissões da verdade, memória, reconstrução e o caso brasileiro. *In: MEYER, Emilio Peluso Neder (org.). Justiça de transição em perspectiva transnacional*. Belo Horizonte: Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da UFMG, Secretaria da Rede Latino Americana de Justiça de Transição e Inicia Via, 2017. P. 41-64. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/comissao-de-anistia/anexos/emilio-meyer-jt-perspectiva-transnacional-2017-final.pdf>.

VIDAURRÁZAGA, T. Las memorias de los HIJOS de la militancia revolucionaria en Chile. Reflexiones en clave generacional en torno a los documentales *Venían a buscarme* y *El edificio de los chilenos*. *In: Meridional – Revista Chilena de Estudios Latinoamericanos*. N.12, p. 81-106, abr-set/2019. Disponível em: <https://meridional.uchile.cl/index.php/MRD/article/view/52426/55019>.

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Permanências autoritárias no tempo presente brasileiro: a transição pactuada e o bolsonarismo

Authoritarian permanences in the Brazilian present time: the agreed transition and Bolsonaroism

Ariel Cherxes Batista¹

Resumo: entre os anos finais da ditadura no Brasil, e o início da Nova República, devemos considerar três momentos como importantes na transição do autoritarismo para a democracia. São eles: a criação da Lei da Anistia (1979); a eleição indireta de Tancredo Neves no Colégio eleitoral (1985); e a promulgação da Constituição Federal de 1988. A transição democrática no Brasil foi limitada, devido ao pacto conciliatório existente entre militares e civis durante todo o processo. A ascensão de um movimento de viés autoritário como o bolsonarismo (2018) pode ser explicada pela ausência de uma severa crítica a ditadura e também pelo caráter conciliatório da transição. Entendemos esses fenômenos políticos como permanências autoritárias existentes no tempo presente brasileiro, as quais analisaremos neste artigo.

Palavras-chave: Tempo presente; Transição; Bolsonaroismo;

Abstract: Between the final years of the dictatorship in Brazil and the beginning of the New Republic, we must consider three moments as important in the transition from authoritarianism to democracy. They are: the creation of the Amnesty Law (1979); the indirect election of Tancredo Neves in the Electoral College (1985); and the promulgation of the Federal Constitution of 1988. However, it is necessary to mention that the democratic transition in Brazil was limited, due to the conciliatory pact that existed between the military and civilians throughout the process. The rise of a movement with an authoritarian bias such as Bolsonaroism (2018) can be explained by the lack of severe criticism of the dictatorship and also by the conciliatory nature of the transition. We understand these political phenomena as authoritarian permanences existing in the present Brazilian tense, which we will analyze in this article.

Keywords: Present tense; Transition; Bolsonaroism;

1 Graduado em História (2016) e mestre em História Social das Relações Políticas (2020), pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Atualmente cursa o doutorado, com financiamento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na mesma instituição e no mesmo programa. Desde 2015 é pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos em História do Tempo Presente (LabTempo/Ufes) e em 2024 ingressou no grupo de pesquisa Oniruruu: África, Islã, Diáspora africana e estudos anticoloniais. Atualmente leciona história na Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo (Sedu/ES) e exerce o cargo de presidente da Associação Nacional de História, seção Espírito Santo (Anpuh-ES) na gestão História em Movimento, biênio (2024-2026). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-8043-5922>. E-mail: ariel.batista@edu.ufes.br



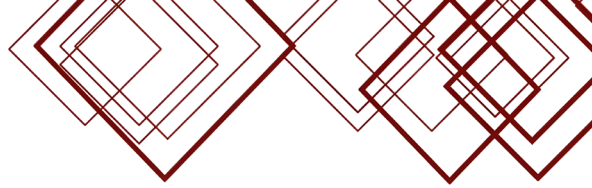
A ascensão e fortalecimento do bolsonarismo enquanto alternativa viável de poder para uma parcela significativa da sociedade brasileira, ainda que houvessem 30 anos em que a democracia e o Estado de Direito fossem vistos como regra institucional representam os impactos diretos da Anistia, da transição e da construção pactuada da Nova República no tempo presente brasileiro.

O novo Brasil que se formou com o surgimento da Nova República preferiu obliterar sobre a real necessidade em se julgar os crimes da Ditadura, visto que construir um novo país era visto como prioridade. Entretanto, essa construção teria em suas entranhas a impunidade travestida de legalidade. A cultura política conciliatória e autoritária, indicada por Rodrigo Patto Sá Motta (2018), explica os impactos de nossa transição democrática limitada, e a presença de um imaginário autoritário no tempo presente brasileiro.

176

Pensando nesses aspectos, nossa análise tem como objetivo abordar em um primeiro momento os desdobramentos relacionados à promulgação da Lei da Anistia em 28 de agosto de 1979, a transição democrática, figurada na eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 1985 e o processo constituinte ocorrido entre 1987 e 1988. Buscaremos ligar esses eventos com a prática da conciliação política, visto que a consideramos como um fator preponderante da cultura política brasileira.

Desenvolvendo uma análise conceitual, também discutiremos sobre a construção do que vem sendo chamado de bolsonarismo, a partir da biografia de Jair Messias Bolsonaro, e de seu caráter autoritário ligado a ditadura. Consideramos importante esta análise, pois a ascensão bolsonarista na Nova República representa uma contradição a normalidade democrática existente no Brasil desde 1988, e sobretudo corresponde a um problema advindo do período antecedente a



transição democrática. A existência do bolsonarismo representa o surgimento de uma nova fase política para o Brasil, ainda que aparentemente mudanças estruturais não tenham ocorrido na institucionalidade brasileira. Em suma, destacamos a importância de serem construídas análises que busquem compreender os elementos históricos que possibilitaram a ascensão e fortalecimento do movimento bolsonarista no Brasil.

Lentidão, gradualismo e seguridade: o projeto de Abertura dos militares

O penúltimo governo da ditadura, presidido pelo general Ernesto Geisel (1974-1979) ensaiou o início de uma abertura política, à época chamada de Distensão. Este nome foi dado, pois o projeto de redemocratização concebido por Geisel previa a adoção de um conjunto de medidas políticas “liberalizantes”, cuidadosamente controladas pelo Executivo Federal.

177

Entretanto, o período é questionável pela existência das medidas repressivas adotadas, como o extermínio dos guerrilheiros do Araguaia (1974), e as mortes do jornalista Vladimir Herzog (1975), e do operário Manuel Fiel Filho (1976), aqui citando os casos mais emblemáticos relacionados a repressão política no período.

O governo do general João Figueiredo (que sucedeu o mandato do General Ernesto Geisel) é marcado pela promulgação da Lei da Anistia, em 28 de agosto de 1979. O caminho que a antecede é marcado por uma espécie de perca da narrativa sobre o controle do perdão político pelos militares que, desde 1964, com o apoio civil, tutelavam o Estado por meio da Ditadura (Napolitano, 2014).



O Poder Executivo desejava incitar na opinião pública a ideia de que teria controlado o processo de anistia por completo. Isto é, que a anistia era uma iniciativa do Estado, uma medida de concessão, um favor pertencente ao governo. “Esquecendo-se” da atuação e pressão realizada pelos diversos setores da sociedade civil, isto é, pelas oposições. Retornadas à cena pública, tais oposições mobilizaram-se e exerceram pressões contra o governo, ampliando inclusive o debate sobre a anistia.

178

Apesar de aprovado o projeto do governo, e rejeitada a emenda substitutiva por uma diferença de cinco votos, é oportuno verificar que tais movimentos contribuíram para a obtenção da anistia, forçando os limites do projeto distensionista, mesmo com todos os limites inscritos na legislação (Fagundes, 2019). Podemos dizer que o sucesso do projeto de Anistia, “Lenta, Gradual e Segura”², proposto por Ernesto Geisel, representa uma das bases que sustenta a Nova República.

Sobre isso, Pedro Ernesto Fagundes (p. 295, 2019), explica:

[...] a Lei da Anistia de 1979 consagrou os esforços do governo Geisel em orquestrar a retirada pacífica dos militares da política. Em seguida, sempre em ritmo moderado, a direção do governo foi entregue aos civis, esses eventos conferiram legitimidade - política, jurídica e institucional - à noção de reciprocidade como marca principal da legislação de 1979 e, sobretudo, reformaram o “silêncio oficial” nos anos iniciais da Nova República.

Em consequência dessas manobras discursivas, surgiu uma narrativa que ratificou uma “versão oficial” branda e benevolente sobre a época. Como resultado, no presente consolidou-se uma interpretação que apresenta os militares como moderadores da transição política. Nesse quadro, a defesa da Lei da

2 A definição de que a “Abertura política” deveria ser Lenta, Gradual e Segura representa que os militares desejavam passar o controle político do país aos civis, sem alterar as bases autoritárias e violentas do Estado, que haviam sido construídas desde 1964.



Anistia como um “pacto de reconciliação” tornou-se a narrativa “oficial”, inclusive, durante os governos da Nova República.

Nas décadas seguintes, os argumentos contrários a essa narrativa, em especial, as demandas em torno da “revisão da Anistia”, da abertura dos arquivos da repressão e da punição dos torturadores, foram enquadradas como tentativas de romper com esse “acordo”.

A atuação de diferentes forças da sociedade no processo que anistiou os presos políticos e também os torturadores (sendo esse um fator de intensa discussão em relação aos problemas advindos com a Anistia) teve grande influência ao fim da Ditadura, e consequentemente na sustentação do período posterior, denominado Nova República. Afirmamos isto, pois novamente, ocasionou a construção de uma conciliação e acomodação política, como por exemplo na anistia de 1945, concedida por Getúlio Vargas ao fim da Ditadura do Estado Novo. Ademais, contribuiu para a manutenção do discurso e imaginário anti-comunista, fator elementar para a instauração do regime, assim como para uma visão elogiosa da ditadura, ainda que de forma velada, mesmo em um período, no qual o Estado Democrático de Direito era vigente

179

O dispositivo nomeado “crimes conexos”, inscrito na lei de Anistia, forneceu respaldo jurídico para que os agentes militares não sofressem punições mediante as ações cometidas em nome da ditadura. Isto é, o texto da lei possibilitou diversas interpretações, fruto muito mais da vontade política daqueles que a aplicaram, do que de um entendimento positivado do seu texto. Desse modo, o dispositivo criado em 1979, concedeu o perdão político a torturadores e agentes da ditadura, e aos indivíduos que sofreram expurgos por parte do regime de exceção vigente a partir de 1964.

Conforme Marcos Napolitano (p. 324, 2014), “[...] no processo de transição, as esquerdas não esqueceram os crimes contra seus mi-



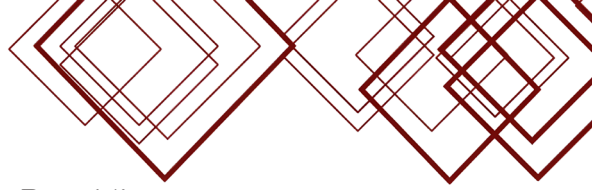
litantes, mas também não investiram suas principais energias no tema da verdade e da justiça”. Ao contrário, concentraram suas atenções na institucionalidade e na participação no jogo democrático reconstruído com a conciliação.

Nesse sentido, vamos observar o caso brasileiro. O término da Ditadura, no Brasil, tem como marco a passagem de poder das mãos de um militar para um civil, e assim em 1985, após eleição indireta no Congresso Nacional, Tancredo Neves foi escolhido para suceder o general João Baptista Figueiredo. Em 15 de janeiro de 1985, o político mineiro venceu Paulo Maluf, no colégio eleitoral por quatrocentos e oitenta votos, contra cento e oitenta, o pleito indireto contou ainda com 26 abstenções. Contudo, no dia 14 de março, véspera da posse, o presidente eleito adoeceu, e o vice-presidente eleito José Sarney, foi quem fez a leitura do discurso escrito por Tancredo³, pregando a conciliação nacional e a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte, sendo assim, empossado.

180

Tancredo Neves faleceu 39 dias depois de adoecer, em 21 de abril de 1985. Entretanto, a ideia no qual propunha, de conciliação política, foi colocada em prática. O Poder Executivo saiu do controle de um militar e passou para um civil. Pretendia-se, a partir de então, que, com o advento da Nova República, apenas civis fossem presidentes. Mais ainda: a partir das próximas eleições gerais, os civis seriam eleitos pelo voto popular, fato incomum desde a eleição de Jânio Quadros em 1960. Usando um jargão popular de forma contrária, os militares “entraram no armário” ao fim da Ditadura, e o governo da Conciliação figurado na chapa Tancredo-Sarney iniciaria a transição democrática.

³ Discurso de Tancredo Neves preparado para a posse na Presidência da República. **O Globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/discurso-de-tancredo-neves-preparado-para-posse-na-presidencia-da-republica-3021920>>. Acessado em 02 de maio de 2024.



Os velhos problemas da Nova República

Em 02 de fevereiro de 1987, na abertura dos trabalhos da Constituinte que produziu a atual constituição promulgada em 1988, o presidente da Assembleia Nacional, deputado Ulysses Guimarães (MDB – SP), proferiu as seguintes palavras: “A nação quer mudar, a nação deve mudar, a nação vai mudar”⁴. (informação verbal).

A constituinte instalada em 1º de fevereiro de 1987, desenvolveu trabalhos por cerca de um ano e meio, e no discurso de promulgação, com otimismo e comoção o parlamentar celebrou em palavras: “A nação mudou.” (informação verbal)

Devemos reconhecer que mesmo apresentando limitações, em decorrência da conjuntura pós-ditadura, a Constituição Federal de 1988 é a grande responsável pela garantia de direitos fundamentais existentes no Brasil contemporâneo, ainda que receba constantes ataques. Além disso, as mudanças ocorridas no país neste intervalo de pouco menos de quarenta anos foram em diversas áreas. Todavia, é necessário entendê-las, assim como compreender de que forma elas influenciam o nosso tempo presente.

Desse modo, voltaremos nosso olhar neste primeiro momento a uma parte do discurso de Ulysses Guimarães na promulgação da Carta Magna em 05 de outubro de 1988. O texto é repleto de máximas acerca da história do Brasil e do passado de lutas da sociedade civil recém-saída dos mais de vinte anos de Ditadura Militar. O trecho do discurso destacado nos interessa, pois, em sua explanação, o parlamentar aponta

181

4 Íntegra do discurso presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães (10’ 23”). **Câmara dos deputados**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/radio/programas/277285-integra-do-discurso-presidente-da-asmbleia-nacional-constituente-dr-ulysses-guimaraes-10-23/>>. Acesso em 10 de outubro de 2023.



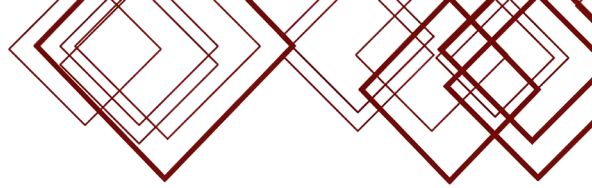
elementos que aproximam o final da década de 1980 à nossa contemporaneidade com as seguintes palavras: “A moral é o cerne da pátria. A corrupção é o cupim da República. República suja pela corrupção impune toma nas mãos de demagogos que a pretexto de salvá-la a tiranizam”. (informação verbal)

Concordamos com o deputado em sua explanação, a nação de fato mudou, contudo, o pacto firmado na constituinte tornou o país “presa fácil na mão dos ditos tiranos”. Desse modo, precisamos fazer o exercício de entender o que ficou conhecido como transição democrática, nos anos finais de ditadura, e os impactos trazidos por este processo à Nova República.

182 A Nova República⁵ é o período histórico fundamentado na conciliação política entre civis e militares desenvolvida durante a transição. Desde à Abertura, esta prática política estava sendo ensaiada e se consolidou na eleição de Tancredo, que garantiu que não haveria revanchismo. Durante os 30 anos que se estendem da promulgação da Constituição Federal de 1988 ao governo de Michel Temer (MDB-SP), o Brasil foi governado por presidentes civis. Em 2018, o país faz uma volta ao passado, acontece a eleição do ex-militar e defensor da ditadura Jair Messias Bolsonaro à presidência do Brasil.

A chegada de Bolsonaro ao poder pode ser considerada como o desdobramento final da quebra do pacto estabelecido na constituinte, pois a sociedade brasileira considerou viável a eleição de uma figura antidemocrática e saudosista a ditadura como solução para a crise da democracia no país. Vale mencionar que o Golpe de 2016 sob a presidenta Dilma Rousseff representa o início dos retrocessos democráticos

5 Desde o início da transição, nos idos de 1985, o possível presidente, Tancredo Neves, utilizava esta terminologia para se referir ao período que estava por vir, inclusive citando-o em seu discurso de posse, o qual foi lido por José Sarney.



da história recente do Brasil. Salientamos, que o uso do termo “golpe” para se referir ao afastamento da presidenta em 2016 está relacionado a utilização dos ritos democráticos para a aniquilação interna da democracia, em que a coletividade é feita refém de figuras (como Bolsonaro) que despontam como uma espécie de libertação política nacional, mas, que na realidade, acabam influenciando amplos segmentos a adotarem comportamentos políticos nocivos, questionáveis e anti-establishment. O objetivo desses indivíduos não é a liquidação direta e imediata da democracia, mas sim a sua ocupação, solapando o Estado Democrático de Direito de fora para dentro (Goldstein, 2019, p. 36).

Ressaltamos, o triunfo bolsonarista representa uma contradição a normalidade democrática existente no Brasil desde 1988, e sobretudo corresponde a um problema advindo do período da transição democrática, o qual estamos discutindo no decorrer deste artigo.

O Brasil possui três problemas estruturais que existem desde antes do surgimento do período republicano atual: a violência autoritária, o racismo e a dependência econômica. A primeira mazela indicada representa o cerne de nossa cultura política, elemento que molda nosso Estado-nação e permanece entranhado em nossa contemporaneidade sócio-política. A primeira mazela indicada representa o cerne de nossa cultura política, elemento que molda nosso Estado-nação e permanece entranhado em nossa contemporaneidade sócio-política. Vale lembrar que utilizamos este conceito (cultura política) como o aporte teórico deste texto, atrelado a ideia de que práticas autoritárias moldam o funcionamento da Nova República, mesmo após o fim da ditadura.

Endossamos esta ideia, com base na análise relacionada aos silêncios em torno das discussões sobre a ditadura conforme Fagundes (2019). Visto que o silêncio oficial defendido pelos militares desde a

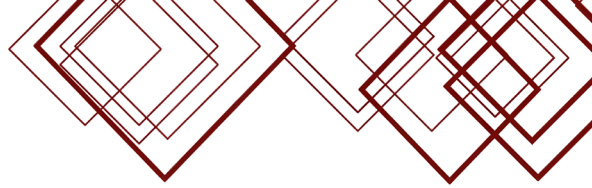


promulgação da Lei da Anistia em 28 de agosto de 1979 representa a manutenção de uma memória positiva sobre o regime ligada a duas situações: o papel das Forças Armadas na pessoa de seu alto oficialato como moderadores do processo da transição democrática; à Anistia como o pacto de reconciliação que de certa maneira evitaria revanchismos para o país redemocratizado.

O racismo também é um fenômeno associado ao autoritarismo presente na sociedade brasileira. Podemos dizer que o corpo social do país sucumbe quando discrimina e elimina os “diferentes”, ao mesmo tempo em que exalta o elitismo economicista de uma minoria. Essa minoria dita comandos a uma classe média sem percepção do papel que exerce e não reconhece suas fragilidades enquanto grupo social, tampouco sua falta de consciência. Desse modo, conseguimos compreender o primeiro e o segundo problema citados acima, os quais são realidades existentes do conjunto sociopolítico brasileiro.

184

Este Brasil apresentado poderia ser no século XVI, logo após a invasão portuguesa em terras brasílicas. Durante o século XIX, quando o Império brasileiro de ascendência e conluio lusitano era atuante, ou mesmo no século XX, marcado por duas ditaduras e processos de transição democrática pautados na conciliação e acomodação política. É, pensando neste último período que buscaremos analisar o tempo presente brasileiro neste trabalho. Além disso, discutiremos aqui sobre o papel exercido pela cultura política autoritária na idealização, engendramento, fortalecimento e atuação de um movimento de tendências autoritárias que ficou conhecido como bolsonarismo. Esta força política ascendeu ao poder em 2019 e de certa maneira desestabilizou o pacto firmado na construção da Nova República, ao atentar contra o Estado Democrático de Direito e suas instituições.



O termo “Transição democrática” faz alusão a ideia de que o fim da ditadura desembocaria na democracia. Contudo, de acordo com o cientista político Luís Felipe Miguel, esta expressão é criticável, pois pressupõe que a transição teria um ponto de chegada, e além disso seria uníssona. Todavia, o que se assistiu no decurso entre o fim da ditadura e o início da Nova República, “foi um processo com desfecho em aberto, permitindo uma multiplicidade de arranjos possíveis” (Miguel, p. 33, 2019).

O que chamamos de transição democrática compreende ao período entre a revogação das leis de exceção (Anistia) até a promulgação da Constituição Federal de 1988. Podemos dizer que a transição do regime de exceção imposto pela ditadura militar brasileira (1964-1985) desembocou em uma realidade institucional pautada em uma normalidade democrática constitucional. Reiteramos que isso não estava estabelecido desde o início, e a normalidade democrática colocada na ordem do dia foi regida por um processo conciliatório e acomodativo entre duas frentes: o alto oficialato das Forças Armadas que chefiavam o poder Executivo, junto aos parlamentares moderados que eram opositores à ditadura, liderados pelo deputado Ulysses Guimarães.

A derrota da Emenda Dante de Oliveira (1984), pode ser considerada como um elemento que legitimou a conciliação, a qual possibilitou a transição democrática. A Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1983, também chamada de Emenda Constitucional Dante de Oliveira, faz parte de uma série de movimentos em prol do retorno da democracia no Brasil através de eleições diretas para Presidente da República.

Dante de Oliveira foi um engenheiro civil que ingressou na carreira política como deputado estadual nas eleições de 1978 pelo MDB.



Em 1982, no contexto do retorno ao pluripartidarismo, tornou-se deputado federal filiado ao PMDB, mandato no qual apresentou a emenda que se tornou sua marca na história do Brasil.

O movimento pelas eleições diretas já existia nos meios intelectuais e militantes, entretanto, passou a levar multidões às ruas em diversas cidades do Brasil a partir de 1983, sob influência da proposição da emenda Dante de Oliveira. Essas manifestações ficaram conhecidas como “Diretas Já”.

A emenda propunha nova escrita para os artigos nº 17 e nº 148 da Constituição Federal de 1967 e a extinção de seus parágrafos. Essa mudança permitiria que as próximas eleições presidenciais fossem realizadas a partir do voto direto e no mês de novembro de 1984, conforme fragmento do texto original:

186

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 1983

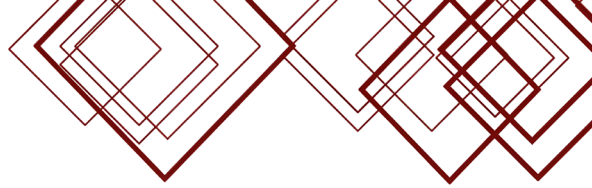
Art. 74 - O Presidente e Vice-Presidente da República serão eleitos, simultaneamente, entre os brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto direto e secreto, por um período de cinco anos. Parágrafo Único - A eleição do Presidente e Vice-Presidente da República realizar-se-á no dia 15 de novembro do ano que anteceder ao término do mandato presidencial.

Art. 148 - O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto; os partidos políticos terão representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer.

[...] (Brasil, 1983)⁶.

Dessa forma, seriam extintos os mecanismos que atribuíam ao Colégio Eleitoral a eleição do Presidente da República, devolvendo ao

6 Brasil. **Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1983**. Câmara dos deputados. Brasília, 1983. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/18035>>. Acesso em 15 de outubro de 2023.



povo a prerrogativa de escolher o líder da nação. A proposta de emenda Dante de Oliveira tramitou em quatro sessões da Câmara dos Deputados, entre os dias 18 e 25 de abril de 1984, quando foi rejeitada por não conseguir a quantidade mínima de votos para sua aprovação (320 votos dos 479 congressistas). Os votos a favor da emenda foram 298, contra 65 contrários, 3 abstenções e 113 ausências.

Mediante este acontecimento, costurou-se um acordo político com parlamentares que pretendiam vencer a ditadura, a partir das leis da própria ditadura. O acordo envolvia, por exemplo a composição da chapa intitulada Aliança Democrática com Tancredo Neves e José Sarney, aliando um político experiente e opositor ao regime (Tancredo), porém moderado, com um ex-recém apoiador da ditadura (Sarney).

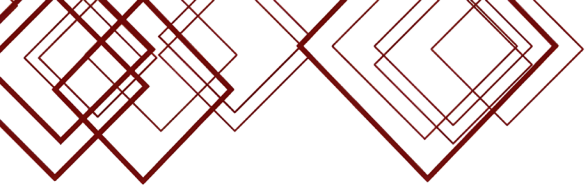
A doença de Tancredo, seguida de sua morte surpreendeu a todos, e fez com que um elemento presente na cultura política brasileira entrasse em vigor, a contradição, pois um apoiador da Ditadura se transformou na solução para o retorno à democracia.

187

Conforme Jorge Ferreira (p. 42, 2019), “ao ser eleito presidente, Tancredo firmou com os militares o compromisso de que seu governo seria de conciliação e que não haveria desforra ou vingança. A relação entre ambos se iniciou sob a égide da confiança”.

O pronunciamento de Tancredo Neves, em entrevista coletiva, no dia 17 de janeiro de 1985, como o primeiro civil a assumir a Presidência da República, após vinte e um anos de Ditadura, confirma esse fato:

Os fatos ocorridos no Brasil foram deveras lamentáveis. Mas alcançamos, por decisão praticamente unânime no Congresso Nacional, a anistia. Ela é abrangente e recíproca. Ela atinge todos os lados e todos os departamentos, todos os setores da vida social brasileira. Reabrir esse processo seria implantar no



Brasil o revanchismo, e não cuidaríamos nem do presente, nem do futuro. Todo o nosso tempo seria pequeno para voltarmos a esse rebuscar, a essa revisão, a esse processo de inquirição sobre o passado. Não creio que a sociedade brasileira aspire por isso (Neves, 1985).

À vista disso, a análise de Tancredo Neves serve ao país até os tempos atuais, e explica o motivo de nossa democracia se mostrar frágil em alguns momentos. Durante os trinta anos que separam a promulgação da Constituição Federal de 1988 da eleição de Jair Bolsonaro, o pacto conciliatório esteve em vigor.

188 Concretamente, as discussões sobre o passado autoritário sempre foram vistas como tabu por diversos setores da elite política brasileira. Além disso, o receio e a omissão em tratar do tema Ditadura nos apresentaram eventos no mínimo curiosos. Citamos, como exemplo, a aprovação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Congresso Nacional (2011), quando membros de partidos opositores se uniram a partir da ideia de que a comissão deveria tomar os cuidados devidos ao apurar os crimes do período, pois o trabalho desenvolvido não poderia levar o país ao revanchismo.

Entretanto, é necessário discutir se, na verdade, o revanchismo temido pelos parlamentares representa a justiça sendo feita, ao invés de algo ligado apenas à reparação por desagravo. Questionamos isso, por não ter ocorrido julgamento dos crimes políticos ocorridos durante a ditadura no Brasil, além de que aqueles que foram resistência ao regime à época, sendo participantes da luta armada ou não, foram execrados e sofreram punições baseadas na jurisprudência vigente no período. Em contrapartida, reforçamos, seus perpetradores e algozes permanecem impunes na atualidade, ou morreram sem pagar por suas ações. Esse uso do passado, no debate público, atendeu a critérios que, não neces-



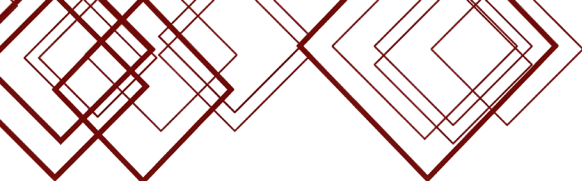
sariamente, são de comprovação e verificação da veracidade histórica, na realidade sua utilização serve para o fortalecimento de identidades políticas e ideológicas que, mediante orientação, visam o esquecimento dos fatos oficiais relacionados à repressão.

A Ultradireita reunida em torno de Jair Messias Bolsonaro não possuía como objetivo apenas chegar ao poder, mas sim destruir as bases da Nova República como instituídas na Constituição Federal de 1988, apontando o AI-5 como um modelo básico da “República” ideal, para assim retornar a um Brasil profundo, retrógado e obsoleto, semelhante ao período em que a exceção militar estava em vigor.

Ascensão e fortalecimento do bolsonarismo no Brasil

Convencionou-se chamar de bolsonarismo o grupamento organizado em torno da retórica e expertise do presidente da República eleito em 28 de outubro de 2018, Jair Messias Bolsonaro. A chegada deste movimento político ao poder central da República marcou o início de uma nova fase política no Brasil, pois o Executivo brasileiro seria novamente comandado por representantes da extrema-direita. Além disso, destaca-se que esse início da gestão liderada por um ex-capitão do Exército gerou questionamentos e dúvidas de diferentes ordens.

Primeiramente, buscava-se entender quais eram as verdadeiras diretrizes e razões de existir dessa confluência de interesses, pois o projeto político apresentado esboçava características de um nacionalismo exacerbado, ligado a uma tentativa de articulação político-partidária orgânica de tendência antidemocrática, e ao mesmo tempo, colocava-se como opção política para setores da sociedade brasileira inconformados com a conjuntura pós-governos do Partido dos Trabalhadores (PT).



Podemos dizer que uma das marcas desse grupo é a heterogeneidade, elemento no qual, faz o bolsonarismo se subdividir em bandeiras diversas reunidas em torno de seu projeto político. Vale lembrar, esse espectro buscou se apresentar como uma novidade na agenda político-institucional brasileira, por mais que não houvessem grandes novidades em sua atuação e organização⁷.

Por se tratar de um conceito ainda em fase de construção, discutiremos o bolsonarismo utilizando alguns elementos trabalhados por Daniel Aarão Reis Filho (2020). Segundo o autor, esse fenômeno não é apenas brasileiro, e de certa forma se insere em um contexto internacional de reações a mutações percebidas como ameaças mortais a tradições, valores e costumes. Além disso, representa uma espécie de nova força política, que em seus aspectos é:

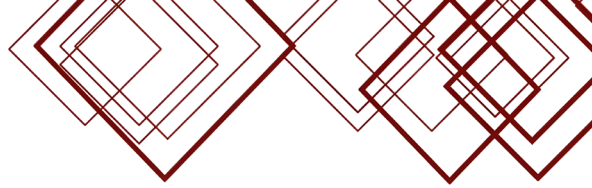
190

[...] descomplexada, ativa e propositiva, de grande ativismo público, com frequentes incursões nas ruas, explorando as insuficiências e deficiências dos regimes democráticos, instrumentalizando-os quando convém, desfigurando-os “por dentro” e usando intensamente os mecanismos próprios da revolução digital (Reis Filho, 2020, p. 3).

Em certo sentido esses são os elementos gerais que nos possibilitam identificar o bolsonarismo, movimento em ação no Brasil, além de seus pares ao redor do mundo, os quais são chamados por alguns analistas como nacional-populismo ou ultra direitismo (Traverso, 2018).

O aparecimento desta tendência política se deu na conjuntura pós Jornadas de junho 2013, e fortaleceu-se durante as mobilizações pelo afastamento da presidenta Dilma Rousseff, segundo Camila Rocha:

7 Mais sobre isso: Neto, O. C. (2020). Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil. **Conhecer: Debate Entre O Público E O Privado**, 10(24), 120–140.



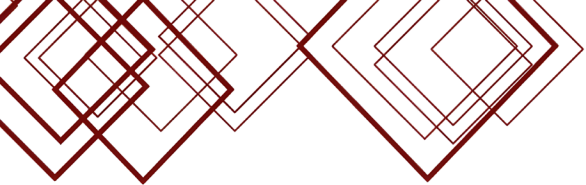
Logo após o primeiro pico de mobilização atingido pela Campanha Pré-impeachment, em março de 2015, jovens e militantes até então desconhecidos, oriundos dos contra-públicos digitais, passaram a angariar influência junto a públicos dominantes, nas eleições de 2016 alguns militantes se candidataram a cargos legislativos. Neste momento o fenômeno da direita envergonhada passou a ser algo do passado, no entanto, a nova direita em formação ainda continuava a ser constituída por diferentes forças políticas que não haviam se unificado sob um único projeto, o que ocorreria apenas a partir das eleições de 2018, quando formou-se uma frente ampla, ultraliberal-conservadora, em torno da campanha à presidência de Jair Bolsonaro (Rocha, 2018, p. 112).

Destaca-se a vulgata dualista e binária produzida por este grupamento durante a campanha eleitoral, e que foi sustentada por Jair Bolsonaro enquanto mandatário da República, como uma narrativa palaciana, a qual pode ser nomeada de *“política do nós e eles”* (Stanley, 2018).

Em outras palavras, o movimento bolsonarista a partir de suas visões de sociedade extirparia as maledicências do Brasil, por sua retidão moral, compromisso patriótico, defesa do anticomunismo, e combate ao “politicamente correto”. Assim, todos aqueles que repudiam o “pensamento bolsonarista”, são considerados inimigos internos, os quais devem ser combatidos para que a nação seja então salva de um suposto “perigo vermelho” que entre coisas tem poder de destruir a família, a tradição, a propriedade privada, e a sociedade como um todo.

A cientista política Angela Alonso (2019, p. 52), elencou quais seriam os elementos deste dualismo bolsonarista:

A comunidade moral Bolsonarista se estrutura na crença compartilhada em códigos binários, que divide o mundo em bem e mal, sagrado e profano, gente de família e indecentes, cidadãos de bem e bandidos, éticos e corruptos, nacionalistas e globalistas. Essas clivagens simbólicas simplificam a realidade, reduzindo sua complexidade a estereótipos administráveis, e ativam sentimentos coletivos de alta voltagem – o afeto, o medo, o



ódio. Seu manejo reforça o senso de pertencimento a uma comunidade de semelhantes e estigmatiza os diferentes.

Em suma, o bolsonarismo representa uma nova forma de conservadorismo ideológico e anti-institucional, que abandona a premissa de governo virtuoso em troca da ideia de destruição das estruturas sociais do Estado e das bases públicas de uma política de esquerda. Historicamente “[...] a ameaça comunista (no Brasil) serviu como pretexto para justificar golpes autoritários, reprimir movimentos populares, garantir interesses imperialistas, e manter inalterado o status quo” (Motta, 2002, p. 24).

192

A ascensão e sobretudo, o sucesso deste movimento pós-fascista brasileiro pode ser relacionado ao que Carlos Fico (2004) chama de Utopia Autoritária Brasileira, ao tratar da visão construída nos idos de 1964, acerca dos militares que empreenderam o golpe que gestou a ditadura militar no Brasil. Conforme o autor, naquele momento (1964), “as Forças Armadas eram vistas como superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral” (Fico, 2004, p. 112).

Desse modo, apenas sujeitos dotados de grandes virtudes poderiam guiar a sociedade em um combate contra perigos internos e externos, tais como o comunismo. E assim, a conjuntura política brasileira guiada por uma lógica autoritária sustentada pelo bolsonarismo, ficou marcada pela reinvenção de símbolos, ideias e culto a elementos obsoletos, mantidos com uma narrativa palaciana por quatro anos⁸.

8 Podemos mencionar como exemplo a autorização estendida pelo então presidente às Forças Armadas para comemorem o aniversário do Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964, com solenidades nos quartéis, exaltando o acontecimento e os desdobramentos decorrentes.

Mais sobre isso: Bolsonaro determinou que Defesa faça as “comemorações devidas”



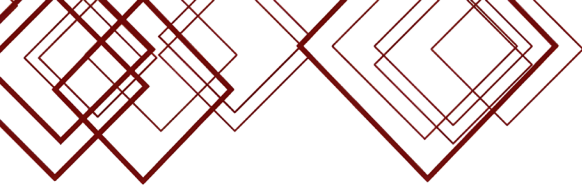
Bolsonaro não é um político anti-establishment, mas sim alguém que utilizou dos mecanismos da democracia em seu favor, aparelhando-a, ao ponto de causar sua destruição. Em outras palavras, pode-se dizer que a democracia destruiu a si própria. Aqui temos uma situação paradoxal: supostamente, Bolsonaro dirigia o sistema, e, no entanto, se apresentava contrário ao sistema, portanto, atacava o que ele próprio comandava, ou seja, o presidente se desresponsabilizava durante o tempo inteiro de sua gestão.

A biografia de Bolsonaro nos ajuda a entender o caráter de sua educação militarizada, influenciando assim suas atitudes como parlamentar, por quase 30 anos, e também como chefe do Executivo no Brasil. Além disso, nos deslinda elementos que compõem o movimento político no qual é líder.

Pensando nisso, nos debruçaremos agora sobre a vida de Jair Bolsonaro enquanto pessoa anônima, e mostraremos como fatos de sua trajetória nas Forças Armadas possibilitaram sua ascensão política. Ironicamente, estes acontecimentos ligaram-se a desdobramentos ocorridos durante o processo da transição política, os quais trouxeram consequências ao tempo presente brasileiro que entre os anos de 2019 e 2022 ficou marcado por uma realidade de arroubos autoritários, controlada pelo bolsonarismo.

Jair Messias Bolsonaro nasceu em 21 de março de 1955 na cidade de Glicério, São Paulo, mas foi registrado em Campinas alguns dias depois de seu nascimento. De acordo com o livro biográfico “Jair Messias Bolsonaro: mito ou verdade”, escrito por seu filho, Flávio Bolsonaro, “apenas teria futuro quem tivesse em sua certidão o registro

do golpe de 64, diz porta-voz. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonaro-determinou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-de-vidas-do-golpe-de-64-diz-porta-voz.ghtml>>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

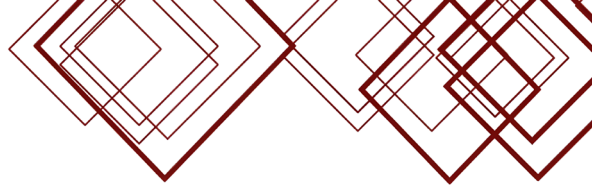


de uma grande cidade” (Bolsonaro, p. 15, 2017). Devemos mencionar aqui que esse livro busca apresentar causas para um conservadorismo puro-sangue dos Bolsonaro e, a partir de uma narrativa de caráter épico, o autor da obra empreende a construção da imagem mítica de seu pai. Por fim, vale salientar que a infância e formação enquanto pessoa do ex-presidente não é algo em que focamos neste trabalho. Todavia, nós nos debruçaremos sobre estes fatos para entender sua construção enquanto figura pública.

Ao completar 18 anos, o jovem Jair Messias Bolsonaro, ingressou na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), contudo desejava realizar sua formação como oficial da Forças Armadas, na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman). Existe um mito sustentado por Bolsonaro, e explanado em sua biografia de que seu interesse em se tornar militar se deu pelo auxílio que prestou a tropas do Exército brasileiro que combatiam o grupo guerrilheiro do Capitão Carlos Lamarca, na região em que morava no Vale do Ribeira. Conforme o relato escrito por Flávio Bolsonaro:

Ao articular sua fuga da base, Lamarca teve que passar por Eldorado. À tardinha, por volta das dezoito horas do dia 8 de maio de 1970, Bolsonaro encontrava-se no colégio, a menos de cem metros da praça onde Lamarca surpreendeu um pequeno grupo de policiais da, então, Força Pública de São Paulo, furando o bloqueio em direção à vizinha cidade de Sete Barras [...] Nessa época Bolsonaro tinha quinze anos de idade e, como conhecedor das matas do Vale do Ribeira, aproximou-se dos militares do Exército oferecendo-se para colaborar com informações sobre a região na captura do terrorista Lamarca. Foi assim que conheceu e se encantou pelo Exército Brasileiro, quando sentiu tocar no seu coração a vontade de servir ao seu país (Bolsonaro, 2017, p. 43).

Todavia, esta versão não condiz com a realidade uma vez que pode até ser possível que alguns moradores da região tenham fornecido



uma ou outra indicação aos oficiais do Exército sobre Lamarca. Contudo, caso isto tenha ocorrido, foram dicas inúteis, pois àquela altura Lamarca já havia furado o cerco do Exército, e só seria capturado mais de um ano depois, na Bahia⁹. Também nos documentos oficiais sobre o episódio — chamado de Operação Registro, não há indicação de que os militares que estavam à procura de Lamarca em Eldorado tenham recebido qualquer ajuda de populares.

Voltando à biografia de Jair Messias Bolsonaro, trataremos sobre sua entrada nas Forças Armadas. Em 8 de março de 1973, ingressou na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), com dezoito anos. Sua ficha o registra com 1,83 metro de altura, branco, olhos azuis, tipo sanguíneo O, e número de registro 11411. Durante sua passagem por esta instituição decidiu que gostaria de ser aluno da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman)¹⁰, assim ao final de 1973 prestou o concurso e foi aprovado.

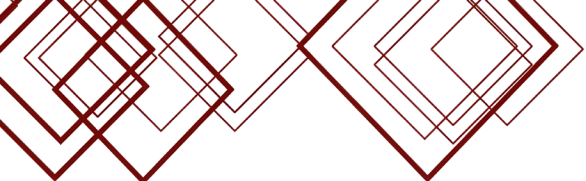
195

Jair Bolsonaro foi efetivado na Aman em 1º de março de 1974. Em 24 de agosto do referido ano recebeu o espadim de Caxias, confirmando-o cadete com o número de registro 531. Integrou a turma Tiradentes, composta de 427 alunos, tendo sido declarado aspirante a

⁹ Lamarca foi morto por militares do Exército em 17 de setembro de 1971, quando descansava à sombra de uma árvore em Pintada, no sertão da Bahia. Em 11 de setembro de 1996. A Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos responsabilizou a União pelas mortes de Carlos Lamarca (e Carlos Marighella), determinando a indenização das famílias.

Mais sobre isso: Brasil. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, (p.719-727). Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf. Acesso em: 11 de outubro de 2023.

¹⁰ A Aman é a instituição de ensino superior responsável pela formação dos oficiais combatentes de carreira do Exército Brasileiro. Sua história teve início em 1810, com a criação da Academia Real Militar pelo príncipe regente d. João. Em 1951 ganhou sua atual denominação. Está sediada em Resende, no estado do Rio de Janeiro, desde 1944.



oficial de artilharia em 15 de dezembro de 1977¹¹. Neste mesmo ano, especializou-se em paraquedismo e, em seguida, serviu como Aspirante a Oficial no estado do Rio de Janeiro e depois no Mato Grosso do Sul. Em 1987, estudou na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), quando chegou à patente de capitão do Exército.

196

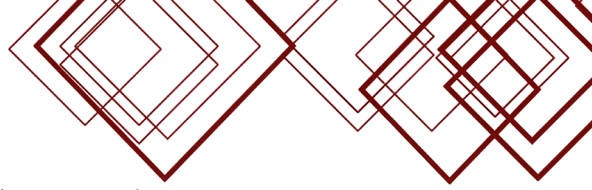
O ponto alto da carreira de Bolsonaro no Exército, que o tornou conhecido, aconteceu em 1986 quando assinou um artigo na revista *Veja*¹², queixando-se dos salários dos militares. Por esta ação recebeu um processo militar, e veio a ser preso. Nesta ocasião ficou 15 dias encarcerado. Após cumprir pena, planejou um ataque a bombas no quartel em que ficava alojado, com o mesmo intuito de protestar contra os baixos soldos. Novamente foi processado, tendo sido afastado e aposentado do Exército. Vale mencionar que, por não ter tido uma carreira de destaque nas Forças Armadas, recebeu um apelido pejorativo¹³. Em 1989, como dito anteriormente, ingressou na política.

A formação de Bolsonaro no Exército aconteceu durante os anos de 1970 e 1980. Desse modo, as ideias que ele formou em relação à ditadura estão diretamente ligadas ao que o alto oficialato determinou naquele contexto. Dentre elas, está a repudia ao comunismo, extirpando qualquer indivíduo que se enquadrasse no perfil de um subversivo. O temor anticomunista presente no discurso bolsonarista ainda hoje representa o vocabulário político que marcou sua formação.

11 Informações retiradas do livro: Carvalho, Luiz Maklouf. **O cadete e o capitão**: a vida de Jair Bolsonaro no quartel. São Paulo: Todavia, 2019.

12 O artigo em *Veja* e a prisão de Bolsonaro nos anos 1980. **Veja**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980/>>. Acesso em: 11 de outubro de 2023.

13 No Exército Brasileiro, quando um oficial não alcança patentes maiores na carreira e, de certa forma, é considerado um mau militar pelos seus pares, recebe a alcunha de: “bunda suja”. Mais sobre isto: A ameaça Bolsonaro. **Veja**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/revista-veja/a-ameaca-bolsonaro-2/>>. Acesso em: 11 de outubro de 2023.



Segundo Caroline Bauer (2019, p. 43),

[...] gran parte de la socialización en las Fuerzas Armadas se realiza en un contexto de gran carga afectiva, fundamental para la delimitación de un ‘nosotros’. La formación de una identidad “militar” alienta a las nuevas generaciones a involucrarse con una interpretación del pasado predeterminedada, acudiendo a la transmisión de sus memorias como ‘mecanismo cultural’ para fortalecer un ‘sentido de pertenencia’. Sabemos que el Ejército está regido por un conjunto de valores, tales como el honor, el deber, el patriotismo, la lealtad y la disciplina, y que para el militar la defensa de la patria es un destino superior. Bolsonaro encarna esos valores.

A autora complementa indicando que a personalidade de Bolsonaro é diversa, indicando “orden y obediencia, por un lado, y falta de respeto y agresividad contra los que no son los suyos, por el otro” (Bauer, 2019, p. 44). Por exemplo, o fato de os militantes bolsonaristas o chamarem de “Capitão” é uma evidencia de como essa graduação que conquistou nas Forças Armadas foi transportada como um trunfo para sua vida no parlamento. Entre os colegas de corporação, era ainda chamado de “Cavalo”, devido ao grande vigor físico que apresentava. Inclusive, tendo vencido, segundo suas próprias declarações, várias provas de atletismo.

197

Mesmo expulso e rejeitado pela cúpula do Exército, desde o início de sua carreira no parlamento, Bolsonaro portou-se como uma espécie de “líder sindical” dos oficiais de baixa patente e militares da reserva. Esse fato permitiu que ampliasse suas ações em outros setores ligados à segurança pública, como os policiais militares e civis. O discurso em defesa dos interesses da chamada “família militar” garantiu a Bolsonaro sete mandatos como deputado federal. Contudo, suas declarações polêmicas e radicais o confinaram na posição de deputado exótico do “baixo clero” do Congresso Nacional. Essa situação, como



destacamos, mudou bastante a partir das Jornadas de Junho de 2013, das manifestações pelo impeachment em 2015 e 2016, e desembocaram na campanha presidencial de 2018, no qual saiu vitorioso e tornou-se presidente da República¹⁴.

A derrota bolsonarista nas urnas em 2023 não representou o encerramento das atividades desse movimento. A democracia brasileira deve permanecer em estado de alerta contra incursões golpistas e autoritárias deste movimento, capaz de empreender eventos, como o 08 de janeiro de 2023 no Palácio do Planalto.

Considerações finais

Inicialmente, o governo de Jair Bolsonaro, causou uma espécie de temor em seus opositores, pois parecia ser a volta de um governo militar na Nova República, marcada apenas pelo comando de civis como chefe do Executivo. Vale ressaltar que durante este período his-

198

14 A vitória de Bolsonaro nas urnas surpreendeu o mundo político institucional. Em síntese, deve ser analisada levando em consideração a conjuntura pós-2013, e principalmente como um desdobramento do Golpe de 2016, no qual protagonizou Bolsonaro um dos momentos mais marcantes da sessão. O voto foi favorável à continuidade do processo e, durante sua fala, deixou visível ser um entusiasta da Ditadura, homenageando o ex-torturador e chefe do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) na década de 1970, Carlos Alberto Brilhante Ustra. Vale mencionar que Ustra foi o primeiro militar condenado pela Justiça brasileira por tortura durante a Ditadura militar. Além disso, Bolsonaro fez alusão às torturas sofridas pela ex-presidenta nos idos dos anos 1960 e 1970, período no qual participou de movimentos guerrilheiros contrários à Ditadura no Brasil. Saudar um torturador e a Ditadura, em uma sessão ordinária de uma casa legislativa, é crime de responsabilidade para o qual cabe o afastamento do parlamentar, contudo, na ocasião, nada aconteceu. Pelo contrário, tal declaração serviu para potencializar a imagem do “capitão” entre a população, sobretudo, nas redes sociais, fato que contribuiu em sua chegada à presidência da República. O sucesso eleitoral de Jair Bolsonaro foi uma consequência do antipetismo, que serviu de pretexto para a deposição de uma presidenta democraticamente eleita.



tórico, um empresário, um sociólogo, um metalúrgico, e uma mulher¹⁵, ex-guerrilheira e economista de formação foram eleitos democraticamente. Este processo de alternância de poder demonstra sobretudo o bom funcionamento desta democracia em construção.

Entretanto, quando ocorreu a eleição de um ex-militar defensor do Golpe Civil-Militar de 1964 e também da ditadura, abriu-se uma discussão sobre a quebra do pacto firmado na Constituinte liderada pela “oposição moderada”, comandada pelo deputado Ulysses Guimarães. A solução de compromisso encontrada durante a eleição de Tancredo Neves, e sustentada durante os governos pós 1988 estaria dando mostras de seu enfraquecimento. Ou seja, o pacto de cunho liberal e apaziguador que extirpava a possibilidade da continuidade de militares como chefes do executivo federal, funcionou por mais de 30 anos. Podemos dizer que esta ideia não representava uma lei vigente, mas sim um consenso entre a classe política civil de que a institucionalidade não poderia ser controlada diretamente pela caserna, ainda que indiretamente este controle permanecesse.

199

Por aproximadamente 25 anos as tensões entre civis e militares não foram tão acirradas, estando de certa forma apaziguadas. Contudo, a condução do primeiro Governo de Dilma Rousseff (2011- 2014) em empreender a Comissão Nacional da Verdade (CNV), exaltou os ânimos na arena política e reviveu a possibilidade de disputas revanchistas temidas desde o fim da ditadura. Ou seja, o evento condicionante da quebra do pacto diz mais respeito aos militares, do que a sociedade civil, mesmo havendo mais de 30 anos do fim da ditadura. Além disso, mesmo com a “retirada da política” dos quartéis ao fim da ditadu-

15 Fernando Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, respectivamente, a última foi a primeira mulher eleita chefe do Executivo brasileiro em cento e trinta e quatro anos de República.



ra, os militares permaneceram na Constituição Federal de 1988 como elemento importante, ou seja, continuaram a pautar certas discussões institucionais¹⁶.

200

Desse modo, é possível afirmar que a ascensão do bolsonarismo em 2018 representou um desdobramento da influência da Caserna no poder civil, fato que como citamos ocorreu em toda a transição democrática, pois ao fim da ditadura, os militares temiam que o processo constituinte revogasse a Lei da Anistia, e condenasse os oficiais envolvidos em crimes e violações aos direitos humanos durante o regime de exceção brasileiro. Nada disso ocorreu neste decurso, tampouco após os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). Todavia, as tensões surgidas entre o governo Dilma, e setores da classe militar, devido as apurações feitas pelos grupos de trabalho desta comissão, aliadas às manobras políticas desenvolvidas no parlamento durante o processo de afastamento da presidenta Dilma Rousseff, o qual entendemos como um Golpe, legou o Brasil ao convívio sócio-político com um movimento de tendências pós-fascistas.

Devemos ponderar que as ligações do bolsonarismo com a ditadura não são meras coincidências, assim como suas intercorrências com práticas fascistas. Além disso, é necessário compreender que mesmo nas semelhanças, quase assistimos a volta das instâncias de poder para as mãos dos militares e seu projeto nacional de destruição da democracia, o qual ficou vigente na República por mais de 20 anos, e ainda hoje apresenta permanências¹⁷ de diferentes ordens.

Os acontecimentos das três décadas que se seguiram, da promul-

16 Mais sobre isso: Zaverucha, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: Safatle, Vladimir e Teles, Edson (Orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

17 Mais sobre isto: Safatle, Vladimir e Teles, Edson (Orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.



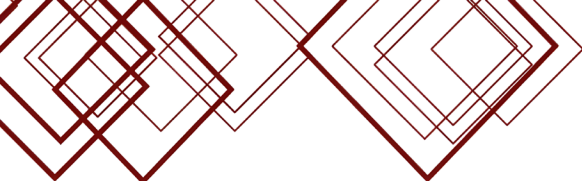
gação da Constituição “Cidadã”, ao Golpe de 2016 indicaram algumas coisas em relação ao Brasil republicano. Em resumo estão relacionadas ao fato de que a cultura política brasileira é contraditória, autoritária e conciliatória.

O povo que lutou pelas “Diretas”, apoiou o “pacto conciliatório”, e elegeu um operário e uma ex-guerrilheira, também elegeu um apologista da ditadura. Este último ponto elencando indica a permanência dos militares na institucionalidade brasileira, em corpo e pensamento, uma vez que possuem representação parlamentar, e atos normativos que os amparam legalmente. Desse modo, é possível observar a manutenção dos interesses da ala militar defendidos durante o período da transição, e durante a Constituinte, também em nossa atualidade sócio-política.

Podemos dizer também que no Brasil não existe uma democracia política consolidada, mas sim uma normalidade democrática em construção e em disputa, visto que grupos políticos que antagonizavam o debate político durante a ditadura, buscam defender seus interesses na transição, “constroem” a democracia durante a constituinte, e permanecem neste conflito durante a Nova República.

201

Por fim, é necessário entender que a conciliação, e a manutenção da Anistia como foi aprovada em 1979, nos traz problemas no tempo presente. De certa maneira podemos considerar a ascensão e o fortalecimento do movimento bolsonarista, assim como seu controle do poder Executivo brasileiro por quatro anos com o desenvolvimento de práticas políticas obsoletas, como uma última mazela evidenciada na Nova República. O surgimento deste fenômeno político não pode ser considerado como uma excepcionalidade, e sim como reflexo dos problemas brasileiros advindos da Anistia, e também da conciliação



política estruturada durante a redemocratização do país.

Referências

Fontes

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos/Comissão da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1983**. Câmara dos deputados. Brasília, 1983. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/18035>>. Acesso em 15 de outubro de 2023.

GUIMARÃES, Ulysses (1988). Íntegra do discurso presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães (10> 23»). **Câmara dos deputados**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/radio/programas/277285-integra-do-discurso-presidente-da-assembleia-nacional-constituente-dr-ulysses-guimaraes-10-23/>>. Acesso em 10 de outubro de 2023.

Periódicos

COSTA, Ana Clara (2017), << A ameaça Bolsonaro>>. **Veja**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/revista-veja/a-ameaca-bolsonaro-2/>>. Acesso em: 11 de outubro de 2023.

MAZUI, Guilherme (2019), << Bolsonaro determinou que Defesa faça as “comemorações devidas” do golpe de 64, diz porta-voz >>. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonaro-determinou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-64-diz-porta-voz.ghtml>>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.



NEVES, Tancredo (1985). Discurso de Tancredo Neves preparado para a posse na Presidência da República. **O Globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/discurso-de-tancredo-neves-preparado-para-posse-na-presidencia-da-republica-3021920>>. Acessado em 02 de maio de 2023.

REVISTA Veja (2020), << O artigo em Veja e a prisão de Bolsonaro nos anos 1980>> . **Veja**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980/>>. Acesso em: 11 de outubro de 2023.

Bibliografia

ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 52-70.

BARAHONA de Brito, Alexandra. **“Justiça transicional” em câmara lenta**: o caso do Brasil. In.: Pinto, António Costa; Martinho, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **O passado que não passa**: a sombra das Ditaduras na Europa do Sul e na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p.235-260.

BAUER, Caroline Silveira. La dictadura cívico-militar brasileña em los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. **Relaciones Internacionales de la UNAM**, n. 57, p.37-51, set./dez. 2019.

BOLSONARO, Flávio. **Jair Messias Bolsonaro – Mito ou Verdade**. Rio de Janeiro: Altadena, 2017.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **O cadete e o capitão**: a vida de Jair Bolsonaro no quartel. São Paulo: Todavia, 2019.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Anistia**: das mobilizações das mulheres na Ditadura militar às recentes disputas sobre o passado. Vitória:



Milfontes, 2019.

_____. Fagundes, Pedro Ernesto. A Nova República (1985-2016) e as disputas de narrativas sobre a Lei da Anistia. **Locus - Revista de história**, Juiz de Fora, v.25, n. 2, p.290-306, 2019 E-ISSN: 2594-8296 - ISSN-L: 1413-3024

FICO, Carlos. **Além do Golpe** – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

GOLDSTEIN, Ariel. A ascensão da direita radical brasileira no contexto internacional. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; Motta, Rodrigo Patto Sá; Boisard, Stéphane. **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019, p. 17-36.

MIGUEL, Luís Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**: da constituição ao Golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

204 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

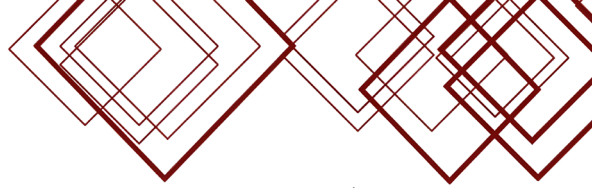
_____. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Cultura política e ditadura**: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan./mar. 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15 esp., p. 9-44, nov. 2015.

NETO, O. C. (2020). Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil. **Conhecer: Debate Entre O Público E O Privado**, 10(24), 120–140.

REIS filho, Daniel Aarão. Notas para a compreensão do bolsonarismo.



- Estudos Ibero-Americanos**, v. 46, n. 1, p. 1-11, jan./abr. 2020.
- ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: uma gênese da nova direita brasileira (2006–2018)** 2018. 232f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SAFATLE, Vladimir e Teles, Edson (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- SCHURSTER, K. y Teixeira Da Silva, F. C. (2021). Militares e bolsonarismo: um caso da transição falhada e democracia inacabada. **Relaciones Internacionales**, 30(60), 130. <https://doi.org/10.24215/23142766e130>
- STANLEY, Jason. **Como Funciona o Fascismo: a Política do “nós” e “eles”**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2018.
- ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: Safatle, Vladimir e Teles, Edson (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Crianças e adolescentes nos relatórios da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (Brasil – 1990)

Children and teenagers in the reports of the Human Rights Commission of the Chamber of Deputies (Brazil – 1990)

Silvia Maria Fávero Arend¹

Resumo: Desde o início do período da redemocratização brasileira, a Câmara dos Deputados adquiriu novo *status*, acolhendo paulatinamente as demandas das populações consideradas mais vulneráveis. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados foi criada em 1995, a partir sobretudo das diretrizes da Declaração e Programa de Ação de Viena. Neste artigo analisamos as principais denúncias de violações de Direitos Humanos recebidas pelo parlamento no campo das infâncias e adolescências na década de 1990, bem como os caminhos propostos pelos deputados federais para os problemas sociais na época.

Palavras Chaves: Direitos Humanos; Infâncias; Câmara dos Deputados; Brasil

Abstract: Since the beginning of the Brazilian democratization period, the Chamber of Deputies has acquired a new status, gradually accepting the demands of the most vulnerable populations. The Human Rights Committee of the Chamber of Deputies was created in 1995, based mainly on the guidelines of the Vienna Declaration and Program of Action. In this article, we analyze the main complaints of human rights violations received by the parliament in the area of children and adolescents in the 1990s, as well as the paths proposed by federal deputies for addressing social problems at the time.

Keywords: Human Rights; Childhoods; Chamber of Deputies; Brazil

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora do Programa de Pós-graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O artigo apresenta os resultados parciais do projeto de pesquisa “Uma história dos adolescentes em conflito com a lei sob a ótica da Justiça (Brasil, 1990-2016)” financiado pelo ‘Edital CNPq Nº 9/2023 – Bolsa Produtividade em Pesquisa’ e pelo ‘Edital Chamada pública Fapesc Nº 048/2022 - Apoio à Infraestrutura para os Grupos de Pesquisa da Udesc. Orcid ID: 0000-0002-3262-5596 Email:silvia.arend@udesc.br



Palavras iniciais²

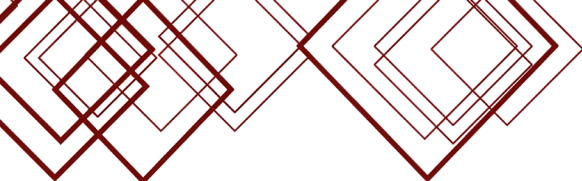
Na atualidade, quando conversamos com muitas pessoas no Sul do Brasil sobre a temática dos Direitos Humanos, a sentença “Bandido bom, é bandido morto” é mencionada com certa frequência³. A circulação de representações sociais como essa contrasta com o processo de consolidação democrática no Brasil, especialmente nos anos de 1990, quando o discurso jurídico dos Direitos Humanos ganhou consistência institucional na sociedade brasileira, associado às pautas progressistas e de cunho liberal. Nas décadas posteriores, o mencionado discurso jurídico foi sendo apropriado por diferentes grupos sociais no Brasil, que procuraram ressignificá-lo a partir de interpretações calcadas em outros ideários políticos, inclusive os de caráter conservador e associados a partidos políticos de extrema-direita, tal como é verificável no impacto de imagens como a evocada acima (CAVALCANTI; FERREIRA, 2020).

207

Este artigo tem como tema o discurso dos Direitos Humanos enunciado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), da Câmara dos Deputados do Brasil na década de 1990. Em função da amplitude da temática, o foco das análises volta-se para as discussões relativas às infâncias e adolescências, uma vez que no período mencionado tivemos a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente,

2 Uma versão preliminar do artigo foi apresentada nas ‘Sextas Jornadas de Estudios sobre la Infancia’, ocorrida em Buenos Aires - Argentina, entre os dias 4, 5 e 6 de junho de 2024. Agradeço aos historiadores Humberto da Silva Miranda, Isabela Cosse, Anderson Silva, Camila Serafim Daminelli e Elisângela da Silva Machieski pelos comentários.

3 A expressão “Bandido bom, é bandido morto” foi utilizada na campanha eleitoral do policial civil Sivuca (José Guilherme Godinho) na sua candidatura para deputado estadual do Rio de Janeiro, no pleito de 1986, pelo Partido da Frente Liberal (PFL). O policial civil pertenceu a *Scuderie le Coq* conhecida no senso comum como Esquadrão da Morte (BITTENCOURT, 2014).



instituído pelo Estado brasileiro em 1990⁴. A nova legislação foi elaborada a partir da doutrina jurídica da proteção integral e dos preceitos dos Direitos Humanos, sobretudo os emanados da Convenção sobre Direitos da Criança, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1989⁵ (AREND, 2020).

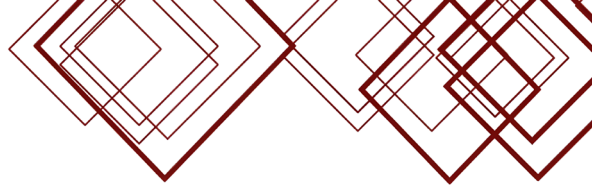
A legislação então elaborada para a população infantojuvenil brasileira era em parte tributária de debates ocorridos na Assembleia Constituinte de 1988, que culminaram no alargamento de direitos, especialmente os de caráter social e político. As historiadoras Angélica Muller e Francine Iegelski, em uma interpretação dos processos políticos ocorridos durante a denominada Nova República, afirmam o seguinte sobre essa faceta do texto constitucional:

Das 122 emendas populares apresentadas à Mesa Diretora, 83 foram aceitas por atenderem às exigências jurídicas pedidas. A “festa da cidadania” teve controle e, para mediar propostas tão distintas, um “Centrão” foi formado, de maioria pemedebista, com o intuito de impor a fragmentação das reivindicações de transformação. Entre os diferentes temas das proposições populares, destacaram-se aquelas que demandava a ampliação da sociedade na participação do Estado. Neste sentido, a Constituição brasileira permitiu avanços em temas dos direitos sociais como a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (Brasil, 1988: art. 6º). Também nos direitos políticos: voto direto e secreto (Brasil, 1988: art. 14) e a livre criação, fusão, incorporação e extinção de partidos (Brasil, 1988: art. 17) (MULLER; IEGELSKI, 2022, p. 241).

O artigo está dividido duas partes: na primeira, a atenção recai sobre os trabalhos no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), da Câmara dos Deputados do Brasil, que na década de

4 BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

5 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989.



1990 era chamada somente de Comissão de Direitos Humanos (CDH), assim como sobre as algumas características dos relatórios sociais emitidos pela instituição anualmente; na segunda parte, foco da análise volta-se para as violações a Direitos Humanos que tiveram como vítimas as crianças e adolescentes brasileiros.

A narrativa foi construída a partir de informações presentes em cinco relatórios sociais produzidos pela instituição entre 1995 e 1999. Os relatórios sociais encontram-se disponibilizados no site da Câmara dos Deputados no formato *on line*⁶. Os relatórios sociais anuais descrevem um conjunto de violações a Direitos Humanos ocorridas no Brasil na época, bem como informam sobre as ações levadas a cabo pelos representantes do Estado e, muitas vezes, da sociedade civil, visando investigá-las. Sabemos das limitações da fonte, uma vez que os relatórios sociais anuais foram produzidos por um órgão oficial a partir de denúncias que eram reportadas para os membros do parlamento brasileiro. Tendo em vista o número de denúncias informado nos relatórios sociais anuais, como veremos posteriormente, é nítido que inúmeras violações ocorridas no país não chegavam até os informes produzidos em Brasília, permanecendo então no “esquecimento”.

209

Entendemos, todavia, que os documentos em tela possibilitam a construção de uma cartografia das temáticas debatidas na década de 1990 na área dos Direitos Humanos no Brasil. Essa cartografia, no que

6 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório de Atividades da Comissão de Direitos Humanos: 1995, 44p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório de Atividades da Comissão de Direitos Humanos: 1996, 55p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório de Atividades da Comissão de Direitos Humanos: 1997, 119p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório de Atividades da Comissão de Direitos Humanos: 1998, 78p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório de Atividades da Comissão de Direitos Humanos: 1996, 148p.



se refere às infâncias e adolescências, é de fundamental importância para a compreensão dos rumos tomados na produção das legislações complementares, que regulamentaram matérias jurídicas presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente, nas primeiras duas décadas do século XXI. Além dos relatórios sociais anuais, valemo-nos da legislação nacional e de normativas internacionais, com a finalidade de descrever as características do discurso jurídico dos Direitos Humanos ao fim do período histórico da Guerra Fria. Os documentos, em termos metodológicos, foram analisados a partir da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2015).

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados

210

Em meados da década de 1980 e, principalmente, ao longo dos trabalhos da Assembleia Constituinte que deu origem à Constituição Federal de 1988, a Câmara dos Deputados adquiriu novo *status* no país. Desde a implantação do regime republicano, em 1889, era a primeira vez que “vozes” de grupos sociais considerados vulneráveis — mulheres, indígenas, afrodescendentes, crianças e jovens, camponeses, desaparecidos políticos, etc — haviam sido “ouvidas” pelo parlamento brasileiro. Essas “vozes” eram oriundas sobretudo dos movimentos sociais que emergiram durante o período de luta contra a ditadura militar (1964-1985) e da transição política que marcou a virada dos anos de 1970 para a década seguinte. Por outro lado, com o fim do bipartidarismo, a partir de 1979, novos partidos políticos à esquerda do espectro político foram criados no país, com destaque para o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Nos programas destes novos partidos políticos, que tinham uma



relevante atuação na Câmara dos Deputados nos anos de 1990, a temática das violações de Direitos Humanos estava presente. Contudo, como se verá adiante, no que diz respeito especificamente aos direitos de crianças e adolescentes, parlamentares centristas e conservadores tiveram papel acentuado. A referida casa legislativa, tendo em vista esses processos, caminhava, mesmo que lentamente, no sentido de acolher demandas sociais de parcelas da população que haviam sido excluídas do cenário sociopolítico e jurídico brasileiro há longa data.

Para os historiadores Cláudia Viscardi e Fernando Perlatto, uma outra perspectiva de cidadania distinta das já produzidas na sociedade brasileira fora forjada no período. Todavia, um conjunto de problemas impedia a implementação desses direitos para a população, especialmente para a considerada mais pobre. Segundo os autores:

O sociólogo alemão R. Bendix em seu estudo sobre os processos de modernização e cidadania em vários continentes, afirma que os projetos de cidadania surgiram em ambientes completamente adversos, ou seja, em locais onde as circunstâncias não os teriam engendrado naturalmente, chocando-se com as tradições em curso. Tal circunstância — que foi própria ao caso brasileiro — teria produzido a formalização de direitos sem que paralelamente se desse a expansão do Estado capaz de viabilizá-los. Ou seja, ocorreu a formalização legal do direito sem que houvesse capacidade real do Estado em garanti-lo, gerando uma situação peculiar, distante em relação ao “tipo ideal”, mas que não pode ser tomada como desvio ou uma insuficiência, apenas como uma particularidade, o que se deu também em outros países (VISCARDI; PERLATTO, 2018, p. 448-449).

211

No ano de 1993, o Presidente da República Itamar Franco (Partido da Reconstrução Nacional (PRN)) reuniu-se com representantes do estado brasileiro para organizar a agenda dos trabalhos para a II Conferência Internacional de Direitos Humanos, que ocorreria na cidade de Viena. A criação de uma comissão no legislativo brasileiro que atuasse



no campo dos Direitos Humanos no país era parte dessa agenda, pautada em grande medida pelo que se sucedia em nível internacional. O evento, ocorrido entre os dias 14 e 25 de junho de 1993, era o primeiro e maior congresso da área no período pós-guerra fria. Fizeram-se presentes delegações diplomáticas de 171 Estados Nacionais e mais de 2.800 Organizações Não Governamentais (ONGs), as quais debateram de forma acalorada o ideário dos Direitos Humanos no período. Segundo o jurista José Augusto Lindgren Alves, o evento ocorria em um cenário geopolítico eivado de novas tensões e conflitos, após o recente fim da União Soviética. Para o autor:

Quando, em 1990, a Assembleia Geral das Nações Unidas concretamente convocou, pela Resolução 45/155, de inspiração ocidental, a Conferência Mundial para 1993, o triunfalismo liberalista se apresentava ainda mais fortalecido com a tentativa de golpe contra Gorbachev e a dissolução do partido Comunista da URSS. O triunfalismo, contudo, era ilusório, para não dizer arrogante, por não levar outros fatos e tendências que já se faziam sentir: o agravamento da situação econômica do Terceiro Mundo, as pressões emigratórias dos países periféricos, o crescimento do fundamentalismo islâmico, o desemprego nas sociedades desenvolvidas, a exacerbação dos nacionalismos nas ex-Repúblicas iugoslavas e no Leste europeu em geral, o recrudescimento do racismo e da xenofobia na Europa Ocidental (ALVES, 1994, p. 171).

212

A Declaração e Programa de Ação de Viena, originária do referido evento, possibilita inferirmos sobre o entendimento da comunidade internacional frente ao ideário dos Direitos Humanos nos anos de 1990, uma vez que o extenso documento composto de 100 artigos apresenta uma espécie de síntese dos resultados das discussões ocorridas. Esse entendimento caminhava no sentido de avançar nas proposições da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (MOYNS, 2015), seja do ponto de vista da ampliação da garantia dos direitos ou

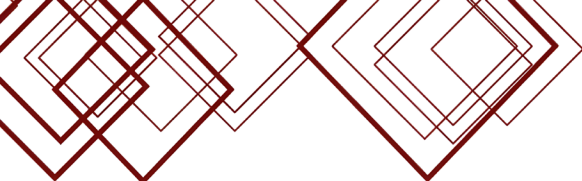


em relação à criação de instituições que pudessem difundir e implementá-los. A emergência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados brasileira se deu então no bojo desse cenário. No mesmo período, no âmbito do Poder Executivo federal, foi criada a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (BALLESTRIN, 2008).

Algumas das proposições sociojurídicas e de cunho econômico são consideradas “pilares” da Declaração e Programa de Ação de Viena. Elencamos a seguir as que consideramos de grande relevância para o que se passava na sociedade brasileira: a reafirmação da universalidade dos direitos humanos (Art. 1); o direito à autodeterminação dos povos (Art. 2); o direito ao desenvolvimento econômico tendo como foco desse processo as pessoas (Art. 10 e 11); a eliminação da pobreza tendo em vista que esta é um obstáculo para a promoção dos Direitos Humanos (Art. 14 e Art. 25); a defesa da democracia como um sistema político que garantiria os Direitos Humanos (Art.8); a garantia de direitos para mulheres, para as consideradas minorias étnicas, religiosas e linguísticas, para as crianças, para as populações indígenas, para os idosos e para as pessoas com deficiências; por fim, a condenação veementemente as práticas consideradas racistas.

213

Conforme afirma José Augusto Lindgren Alves, não foi tarefa fácil construir o texto da normativa internacional, em função das ferenhas críticas proferidas sobretudo pelas delegações diplomáticas de países africanos e asiáticos e de ONGs feministas que o compreendiam como uma reafirmação de valores e práticas do Ocidente (ALVES, 1994, p. 173). Outra questão presente nesses debates foi o deslocamento de algumas temáticas, especialmente em função das violações de Direitos Humanos acontecidas durante as ditaduras latino-americanas entre as décadas de 1960 e 1980. A garantia dos direitos individuais



(não “desaparecer”, não ser torturado, não ter seus filhos e filhas sequestrados) passava a ser o foco central das ações que deviam ser desenvolvidas pelos Estados e pela sociedade civil (MARKARIAN, 2004, p. 86).

Em relação às crianças e adolescentes, a Declaração e o Programa de Ação de Viena reporta-se à Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada por grande número de países, inclusive pelo Estado brasileiro, desde setembro de 1990. O enunciado do artigo 21 da Declaração e Programa de Ação de Viena refere-se aos princípios jurídicos da proteção, provisão e do protagonismo infantil que nortearam a construção do texto do tratado internacional:

Em todas as iniciativas relativas à infância, a não-discriminação e o interesse superior da criança deverão constituir considerações primordiais, devendo ter-se na devida conta as opiniões da criança. Os mecanismos e programas de âmbito nacional e internacional deverão ser reforçados com vista à defesa e à proteção das crianças, em particular, das meninas, das crianças abandonadas, dos meninos da rua, das crianças sujeitas a exploração econômica e sexual, nomeadamente através da pornografia e da prostituição infantil ou da venda de órgãos, das crianças vítimas de doenças, incluindo a síndrome da imunodeficiência adquirida, das crianças refugiadas e deslocadas, das crianças sujeitas a detenção e das crianças envolvidas em conflitos armados, bem como das crianças vítimas da fome e da seca e de outras situações de emergência. A cooperação e a solidariedade internacionais deverão ser promovidas, com vista a apoiar a aplicação da Convenção, e os direitos da criança deverão constituir uma prioridade no âmbito da ação alargada do sistema das Nações Unidas na área dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Declaração e Programa de Ação de Viena, 14-25 de junho de 1993, Art. 21).

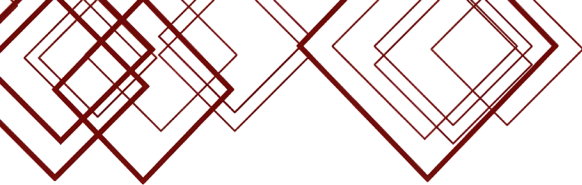
Mas, a criação da Comissão de Direitos Humanos, da Câmara dos Deputados, não ocorreu somente em função de eventos e diretrizes internacionais. Segundo o jurista Carlos David Carneiro Bichara, cin-



co Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) instaladas durante a legislatura de 1991 a 1994 abordavam violações de Direitos Humanos ocorridas na área das infâncias, contra mulheres, no sistema penitenciário e no mundo rural. Inclusive, a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigara o extermínio de crianças e adolescentes, com trabalhos entre 1991 e 1993, havia proposto que fosse criada uma instituição com esta finalidade (CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório de Atividades da Comissão de Direitos Humanos: 1995, p. 11). O mencionado autor destaca ainda que “essa vinculação mostrava-se ainda mais forte em instâncias como a Comissão Externa para acompanhar a questão dos Mortos e Desaparecidos Políticos durante a ditadura militar e a Subcomissão de combate ao trabalho escravo” (BICHARA, 2020, p. 5). Vale ressaltar, conforme informa o jurista, que a deputada federal Benedita da Silva (PT - Rio de Janeiro) havia tentado criar anteriormente uma instituição semelhante no parlamento brasileiro, sem êxito na ocasião.

215

A Comissão de Direitos Humanos foi instalada na Câmara dos Deputados em 31 de janeiro 1995, começando a funcionar em 07 março do mesmo ano. O deputado federal Nilmário Miranda (PT - Minas Gerais) foi o autor do Projeto de Resolução nº 231 que instituiu a comissão de forma permanente. Segundo o relatório de atividades de 1995, a comissão tinha por função resolver de forma mais rápida as denúncias de violações de Direitos Humanos no Brasil que chegavam até o parlamento brasileiro, sem a necessidade da instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito, que eram muito mais morosas. A comissão atuaria de forma “criativa” nos projetos de lei que tramitariam na Câmara dos Deputados, bem como buscaria estabelecer “redes” com as outras comissões do parlamento e com órgãos do Estado brasileiro e instituições da sociedade civil. Na década de 1990, todavia, a Comissão



de Direitos Humanos ainda não possuía o poder de deliberar sobre as matérias legislativas em curso, ou seja, não tinha poder para propor ou votar projetos de lei. Essa funcionalidade da comissão foi alterada somente em 2004, outorgando assim maiores poderes no campo legislativo para os seus membros.

A atuação dos membros da comissão, por sua vez, se daria por meio de audiências públicas, visitas aos locais denunciados, seminários e confecção de material informativo para o público em geral sobre os problemas investigados e a temática dos direitos. O DH FAX (Fax dos Direitos Humanos), primeiro informativo regular produzido por uma comissão da Câmara dos Deputados, era editado quinzenalmente e enviado para órgãos da imprensa nacional e internacional e instituições no Brasil e no exterior. O relatório anual de 1995 afirmava o seguinte sobre a importância da difusão do ideário dos Direitos Humanos para a sociedade brasileira na época:

Uma das contribuições da Comissão de Direitos Humanos, desde a sua instalação, tem sido a difusão de informação e formação de opinião. Tais atividades se destacaram, em boa parte, como decorrência do estágio incipiente de compreensão do conceito de direitos humanos. A presença dos direitos humanos na cultura política brasileira, se comparada a outros países, é muito discreta. Junto à opinião pública, a incompreensão é ainda maior, exigindo das instituições um esforço no sentido de disseminar, em todas as oportunidades, conceitos e valores que venham a reforçar os direitos humanos. Por outro lado, os agentes públicos e organizações não governamentais, ligados ao tema carecem de instrumentos apropriados para a troca de informações, o que nos levou a criar um informativo quinzenal destinado a atenuar esta carência (CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório de Atividades da Comissão de Direitos Humanos: 1995, p. 43).

A Comissão de Direitos Humanos no período em estudo era composta por 46 deputados federais, sendo 24 membros titulares e



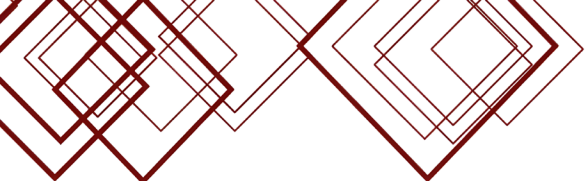
22 membros suplentes, sendo que a presidência era composta por 4 membros, a saber: um presidente e três vice-presidentes. Ser membro titular da Comissão de Direitos Humanos não impedia que o deputado federal atuasse em outras comissões do parlamento brasileiro. Entre 1995 e 1999, a Comissão de Direitos Humanos foi presidida 4 vezes por parlamentares filiados a partidos políticos de centro-esquerda e apenas uma vez por parlamentar oriundo de agremiação política de direita. Nilmário Miranda, que havia sido presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos, presidiu a Comissão nos anos de 1995 e 1999, Hélio Bicudo (PT – São Paulo) no ano de 1996, além de Pedro Wilson Guimarães (PT – Goiás) no ano de 1997. Nilmário Miranda e Pedro Wilson Guimarães haviam sido presos políticos durante a ditadura militar e Hélio Bicudo fora ministro interino da Fazenda no governo de João Goulart, tendo atuação combativa na denúncia de violações ao longo da ditadura. O radialista Eraldo da Silva Trindade, membro do Partido Progressista (PP) do Amapá, por sua vez, presidiu a comissão durante o ano de 1998.

217

Na década de 1990, as nominatas anuais dos parlamentares federais que fizeram parte da Comissão de Direitos Humanos na condição de titulares e suplentes eram majoritariamente masculinas, sendo que as diferentes regiões do país se encontravam representadas. As nominatas anuais também continham um maior número de deputados federais filiados a partidos políticos de centro-esquerda. As violações de Direitos Humanos relativas às crianças e adolescentes eram investigadas sobretudo por duas deputadas federais mulheres, Marilu Guimarães⁷, representante do Partido da Frente Liberal (PFL) do Mato Grosso do Sul, e Rita Camata⁸, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro

7 Sobre a biografia da deputada federal Marilu Guimarães, ver: <https://www.camara.leg.br/deputados/73759/biografia>

8 Sobre a biografia da deputada federal Rita Camata, ver: <https://www.camara.leg.br/>



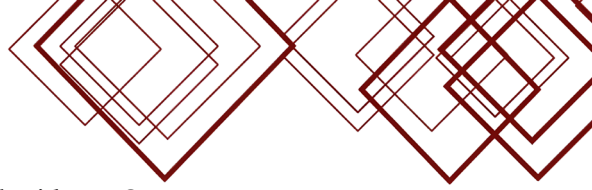
(PMDB) do Espírito Santo, integrantes, portanto, de partidos políticos de centro-direita. Constatamos que as hierarquias presentes na sociedade brasileira no que diz respeito às relações de gênero se reproduziam no parlamento, sendo delegados às mulheres os casos que tratavam da população infantojuvenil. Vale observar ainda que a deputada federal Rita Camata fora relatora na Câmara dos Deputados do projeto de lei que deu origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

218

A Comissão de Direitos Humanos, segundo o seu regimento, era obrigada a produzir um relatório social das atividades desenvolvidas ao longo do ano. Os relatórios sociais anuais, de maneira geral, apresentam a seguinte estrutura: uma introdução, com a mensagem do presidente da comissão; a listagem dos projetos de lei que tramitavam sobre matérias relativas aos Direitos Humanos; a listagem das denúncias recebidas pela Comissão; as questões relativas ao orçamento; e as ações realizadas pela comissão, a saber: audiências públicas e seminários, com destaque para as Conferências Nacionais sobre Direitos Humanos.

Chama a atenção o fato de os cinco relatórios sociais anuais analisados não apresentarem discussões no âmbito jurídico de caráter epistêmico e/ou doutrinário acerca do entendimento que os parlamentares federais tinham a respeito dos Direitos Humanos. Os textos dos relatórios sociais apresentam a descrição dos eventos (geralmente de forma crítica) e as ações dos parlamentares federais sem uma devida contextualização no âmbito dos amplos debates políticos suscitados pela temática. Ou seja, não há reflexão sobre o porquê daqueles casos serem investigados pela comissão e não por outra existente no parlamento brasileiro que tratava de matérias do campo jurídico, como por exemplo a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Possivelmente, nas Conferências Nacionais sobre Direitos Humanos estas questões

[deputados/74777/biografia](https://www.camara.gov.br/deputados/74777/biografia)



de cunho sociojurídico eram debatidas. Somente em uma mensagem do deputado federal Luiz Alberto (PT - Bahia), presente no relatório de 1997, temos uma menção sobre a historicidade do discurso dos Direitos Humanos. O referido parlamentar, visando contextualizar as suas ações e dos demais membros da comissão, afirmou o seguinte:

As gerações dos Direitos Humanos representam pautas e etapas distintas das lutas dos indivíduos e segmentos sociais pelo direito à dignidade humana. Os Direitos Humanos da primeira geração são a perspectiva individualista da emergente sociedade burguesa. Os Direitos Humanos de segunda geração são as demandas coletivas e sociais. Os Direitos Humanos da terceira geração são as questões meta-individuais, a exemplo das ecológicas e do multiculturalismo. Os debates sobre a ética da clonagem humana representam debates sobre os Direitos Humanos da quarta geração. (CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório de Atividades da Comissão de Direitos Humanos: 1997, p. 42).

219

Nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, tivemos uma tímida participação da população infantojuvenil nos debates ocorridos durante a produção da Constituição de 1988. A possibilidade das crianças e adolescentes atuarem de forma protagônica na construção e defesa de seus direitos era uma entre outras premissas jurídicas da Convenção sobre os Direitos das Crianças, consideradas por muitos como de caráter utópico. Nos relatórios sociais anuais produzidos pela Comissão de Direitos Humanos entre 1995 e 1999, observamos embates em torno do protagonismo de crianças e adolescentes em duas situações: nas Conferências Nacionais sobre os Direitos Humanos e nos Fóruns de Erradicação do Trabalho Infantil. De um lado, eram frequentes as “vozes” do principal movimento social brasileiro do período na área das infâncias, o Movimento de Meninos e Meninas de Rua (MMMR), que se fazia presente nos Fóruns de Erradicação do Trabalho Infantil. Por outro, tais manifestações tinham que se contra-



por à visão adultocentrada acerca da construção e garantia dos direitos, prevalecente na cultura sociojurídica brasileira para as infâncias e adolescências.

Crianças e adolescentes nos relatórios da Comissão de Direitos Humanos

O deputado federal Pedro Wilson afirmou o seguinte sobre as denúncias recebidas pela Comissão de Direitos Humanos e os seus encaminhamentos no relatório social do ano de 1997. De acordo com o parlamentar:

As 388 denúncias processadas durante o ano contribuíram para a busca de soluções concretas sobre casos específicos sendo aqueles mais emblemáticos tratados com a adequada prioridade. No que se refere ao acompanhamento do processo legislativo, a CDH, embora não seja uma comissão deliberativa, ofereceu sugestões visando aperfeiçoar o texto do projeto criando o programa de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas, encaminhou indicações ao Presidente da República e acompanhou a tramitação no Congresso Nacional de dezenas de proposições de interesse para a área dos Direitos Humanos. (CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório de Atividades da Comissão de Direitos Humanos: 1997, p. 10).

220

Os parlamentares na década de 1990 atuaram no sentido de investigar as violações a Direitos Humanos ocorridas Brasil nas seguintes áreas: violências no campo, sobretudo, as ocorridas na região norte do Brasil; violências contra os grupos indígenas; violências praticadas por policiais no meio urbano e rural; violências cometidas pelos órgãos de repressão e de outras naturezas durante a Ditadura Militar; violências contra crianças e adolescentes; questões relativas às migrações internacionais e tráfico de pessoas; questões relativas as relações de trabalho no campo e na cidade; violências contra as mulheres e os/as conside-



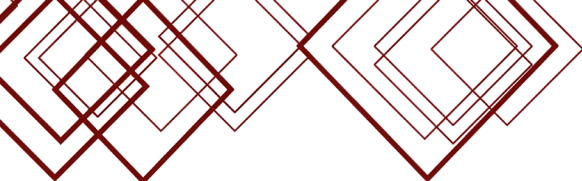
rados homossexuais; e os crimes de racismo. Os dados sobre os dois últimos campos estão citados somente nos relatórios sociais de 1998 e 1999. É importante esclarecer que produzimos essa tipificação das violências a partir das denúncias informadas nos relatórios sociais anuais. Essas denúncias ganhavam consistência em larga medida por darem conta do que estava prescrito na Declaração e Programa de Ação de Viena, anteriormente mencionada. A seguir apresentamos exemplo de uma denúncia efetuada à Comissão de Direitos Humanos em 1999. Eis o que afirmava o relatório social:

A CNH ouve depoimento sobre tortura

A Comissão de Direitos Humanos realizou, em 16 de junho, audiência pública para ouvir o depoimento de José Antônio de Magalhães Monteiro, que apresentou denúncia de tortura de que foi vítima, por policiais federais, em 1970, com a participação do delegado João Batista Campelo, que acabara de ser nomeado, pelo presidente da República, diretor-geral da Polícia Federal. O ex-padre José de Magalhães Monteiro acusou o empossado diretor-geral da Polícia Federal de ter participado de torturas contra ele na delegacia da instituição, em São Luiz-MA, tendo inclusive ajudado a amarrá-lo no “pau-de-arara”. (CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório de Atividades da Comissão de Direitos Humanos: 1999, p. 69).

221

De acordo com os relatórios sociais analisados, na década de 1990, a comissão recebeu 1.481 denúncias de violação de Direitos Humanos, tendo em vista a tipificação mencionada acima. Já em relação às crianças e adolescentes, foram 65 as denúncias recebidas no período. Ou seja, 4,38% das denúncias recebidas pela instituição tratavam de casos relativos às infâncias e adolescências. Consideramos que essa cifra é pequena frente aos problemas de diferentes ordens que o país atravessava na área. Porém, os dados presentes nos relatórios não nos permitem inferir sobre o porquê desse cenário. A seguir, no Quadro I, apresentamos o número de denúncias sobre crianças e adolescentes



recebidas pela comissão a cada ano.

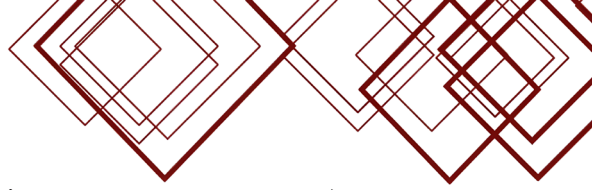
Quadro I

Relatório Social	Número de total de denúncias	Número de denúncias acerca de crianças e adolescentes
1995	283	12
1996	318	13
1997	388	18
1998	324	12
1999	168	10

Fonte: Relatórios da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados - Brasil, 1995-1999

222

Observamos que o número de denúncias em relação às crianças e adolescentes ao longo dos cinco anos pouco se alterou. As denúncias sobre as violações de Direitos Humanos contra crianças e adolescentes tratavam das seguintes questões: o trabalho infantil, as adoções ilegais, os considerados maus tratos, a exploração sexual, a violência policial e institucional, a arbitrariedade judicial, a violência sexual, os desaparecimentos, sequestro/rapto e os assassinatos. O público-alvo das denúncias era majoritariamente composto de meninos e meninas pobres que habitavam nas zonas rurais e nas cidades brasileiras de pequeno, médio e grande porte das diferentes regiões do país, com destaque para o norte e nordeste. Nos relatórios sociais temos apenas uma denúncia que trata de estudantes oriundos das classes médias. A comissão, no ano de 1999, realizou audiência pública acerca de um trote estudantil acontecido na Universidade de São Paulo que provocara a morte de um calouro do curso de Medicina (CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório de



Atividades da Comissão de Direitos Humanos: 1999, p. 39).

É importante observar que as duas legislações brasileiras para as infâncias anteriores ao Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Menores de 1927⁹ e o Código de Menores de 1979¹⁰, bem como o Código Penal de 1940¹¹, faziam referência a infrações e crimes que dariam conta desses casos. Tal fato demonstra que a sociedade brasileira tolerava algumas dessas práticas sociais, tais como, o trabalho infantil e a exploração sexual. Verificamos então que mudanças estavam se operando na década de 1990 no Brasil, uma vez que estas práticas sociais passavam a ser entendidas como violações de Direitos Humanos. Na justificativa do orçamento para a concessão de uma bolsa de estudos “cidadã” para os filhos e filhas de famílias pobres presente no relatório social de 1999, observamos essa mudança em andamento:

No Brasil, o trabalho de milhões de menores é uma dolorosa realidade, combinada com o desemprego de milhões de adultos. Em muitos casos, as condições de trabalho são de alta insalubridade e periculosidade. Crianças em lixões, em minas de carvão, plantações, olarias e oficinas ocorrem com frequência, e nem surpreendem mais a população. A criança ainda é vista no Brasil por muitos como mão-de-obra barata e, nesta condição, deixa de freqüentar a escola para ajudar na formação da renda familiar. O Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho têm instaurado muitas ações judiciais para acabar com os focos de trabalho infantil. Mas é preciso muito mais: é necessário que se acabe com as causas que demandam o trabalho infantil. (CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório de Atividades da Comissão de Direitos Humanos: 1999, p. 46).

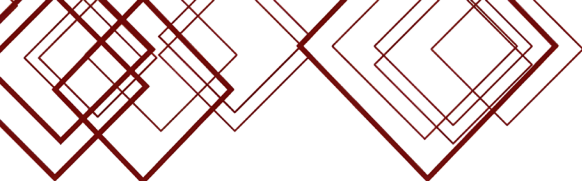
223

De acordo com os relatórios sociais, dentre o conjunto de violações ocorridas no período, os parlamentares federais atuaram de forma mais incisiva em cinco problemas sociais, tendo em vista a gravidade

9 BRASIL. Decreto-lei n° 17.943-A, de 12 de outubro de 1927.

10 BRASIL. Lei n° 6.697, de 10 de outubro de 1979.

11 BRASIL. Decreto-lei n° 2.848, de 07 de dezembro de 1940.



dos casos. Os relatórios sociais de 1995 e de 1996 trazem informações sobre a Chacina de Altamira, ocorrida no Estado do Pará entre 1989 e 1993. Segundo os relatórios sociais, 18 meninos que possuíam entre 10 e 14 anos, depois de serem violentados sexualmente (emasculações), foram assassinados. A chacina, em função do número de mortos e da gravidade do fato, tinha sido noticiada internacionalmente. Debates e audiências públicas foram realizados na comissão visando a elucidação dos fatos. Diferente dos extermínios de crianças e adolescentes ocorridos no início da década de 1990, como no chocante episódio da Chacina da Candelária, os assassinatos de Altamira haviam acontecido na zona rural e eram acompanhados de violência sexual. Garantir direitos para as crianças e adolescentes que habitavam nas regiões rurais do país passou a ser um ponto importante na agenda dos Direitos Humanos do período.

224

O tema do trabalho infantil, que na época se tornou uma grande preocupação do Poder Executivo federal, também foi muito discutido na Comissão de Direitos Humanos (BALLESTRIN, 2008). O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), foi criado no ano de 1996 pelo governo federal, tendo em vista diretrizes as da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Nos relatórios sociais analisados foram apresentados dados estatísticos e informados os locais onde crianças e adolescentes pobres de todo país trabalhavam, tais como, as carvoarias, as olarias e na agricultura. Vale observar que em nenhum dos documentos há menção sobre o labor das crianças e adolescentes no comércio de drogas, que ocorria com frequência, nas cidades de médio e grande porte do país.

Para problema do trabalho infantil, a Comissão de Direitos Humanos apresentava como “solução” o programa social Bolsa Escola, implementado inicialmente no Distrito Federal e que estava sendo ins-

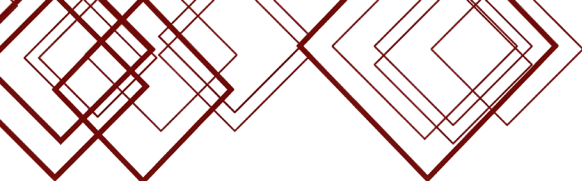


talado em outra cidade do país. Inclusive, no relatório social de 1999, temos a informação de que os parlamentares federais da comissão haviam solicitado 20 milhões de reais no orçamento federal para custear o mencionado programa social. Cumpre observar que o slogan que abria o relatório social de 1999 era o seguinte: “Não há Direitos Humanos sem Direitos Sociais”. Ou seja, para a garantia dos Direitos Humanos em um regime democrático era necessário que políticas sociais compensatórias fossem implementadas visando o combate da desigualdade social. Ainda no relatório de 1999, tal discussão envolveu a justificativa para a dotação orçamentária que visava a criação da bolsa de estudos cidadã:

Uma importante ação para erradicar o trabalho infantil é a concessão de bolsa criança-cidadã, ou a chamada bolsa-escola, que têm proporcionado o efetivo exercício do direito de estudar. Através dela, a família recebe uma contribuição mensal e se compromete a manter a criança na escola. Esta ação tem apresentado ótimos resultados onde tem sido implementada, auxiliando de forma eficiente na redução dos índices de trabalho infantil. Mas os recursos previstos na proposta orçamentária para o ano 2000 são absolutamente insuficientes. É nesse sentido que apresentamos proposta para aumentar essa dotação ampliando o alcance dessa política para um número maior de crianças que dependem dessa política pública para garantir um futuro melhor para si e para o nosso país. (CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório de Atividades da Comissão de Direitos Humanos: 1999, p. 46).

225

Outra temática discutida nos cinco relatórios sociais era a da exploração sexual de meninas brasileiras. O debate sobre esse problema social se dava em dois sentidos: o trabalho realizado por estas adolescentes pobres nas cidades turísticas do Brasil, em especial na região Nordeste; e o tráfico de meninas que ocorria para os garimpos situados na região Norte do país (principalmente no estado do Pará) e para a Guiana. A “solução” preconizada pelos parlamentares federais para



essa questão era uma maior fiscalização das autoridades estaduais e federais no que tange à exploração sexual das meninas, o maior rigor no cumprimento da legislação penal vigente no país para estes casos e a diminuição da desigualdade social que levaria as meninas a permanecerem junto de suas famílias consanguíneas. De acordo com os relatórios sociais, a deputada federal Marilu Guimarães atuou de forma destacada em relação a esse problema social, realizando audiências públicas e visitas aos locais onde as meninas pobres trabalhavam como prostitutas.

226

A temática da adoção internacional também foi mencionada nos relatórios sociais dos anos de 1990 com bastante ênfase. O caso tomado como exemplo era ocorrido no município de Jundiaí, localizado no interior do Estado de São Paulo, onde um Juiz estadual, com a conivência do representante do Ministério Público, realizava a destituição do pátrio poder de mães pobres e transferia os seus filhos e filhas, através do instituto jurídico da adoção internacional, para famílias europeias. O caso ganhou repercussão nacional e internacional em função do movimento social das mães do Fórum de Jundiaí, que lutavam pela retomada da guarda de seus filhos e filhas consanguíneos. A Comissão de Direitos Humanos lançou mão do que o Estatuto da Criança e do Adolescente prescreve para as Comissões Estaduais Judiciárias de Adoções (CEJAS) que estavam sendo instaladas nos Tribunais de Justiça dos estados da federação com a função de regulamentar e gerir os processos jurídicos relativos à adoção internacional. As CEJAS deveriam agir no sentido de coibir esses processos migratórios ilegais, entendidos pela Justiça brasileira como tráfico de pessoas.

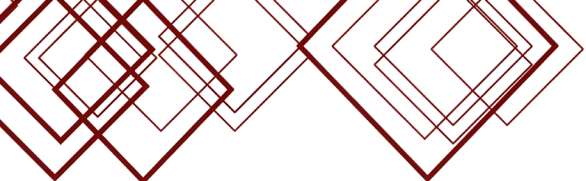
Somente no relatório social de 1999 temos informações sobre a crise das Fundações do Bem-Estar Menor em todo o país. Essa “crise” era sinônimo das graves violações de Direitos Humanos que ocorriam nas unidades de internação para adolescentes em conflito com a lei,



especialmente no Estado de São Paulo. As grandes unidades de internação haviam sido construídas geralmente durante a ditadura militar e eram administradas a partir de metodologias de atendimento e recursos humanos forjadas no discurso jurídico menorista presente no Código de Menores de 1927 e no Código de Menores de 1979. Castigos corporais e psicológicos e a ausência da educação escolar constituíam ainda a “rotina” de muitas unidades de internação espalhadas pelo país. A instituição das medidas socioeducativas em meio aberto para os adolescentes em conflito com a lei demandava que programas sociais fossem criados em nível municipal. As unidades de internação também deveriam ser em grande medida remodeladas pelos governos estaduais no que tange à infraestrutura e à capacitação dos recursos humanos para atender o prescrito na nova legislação. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados realizou seminários e audiências públicas que visavam debater o problema social que estava presente na sociedade brasileira há longa data. Abaixo descrição de seminário ocorrido em outubro de 1999 sobre a referida temática:

227

A Comissão de Direitos Humanos realizou, em conjunto com a Frente Parlamentar pela Criança e Adolescente, o Fórum da Criança e Adolescente, o INESC e o UNICEF, nos dias 13 e 14 de outubro, no auditório do Espaço Cultural da Câmara, o Encontro Nacional sobre as Medidas Sócio-Educativas. O objetivo do evento foi o de buscar saídas para a crise nas FEBEMs, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente. O encontro foi aberto com o debate sobre as dificuldades na implementação das medidas sócio-educativas. (...) No dia seguinte foi realizado o painel “O projeto de execução das medidas sócio-educativas”. Participaram, como expositores, o Dr. Antônio Amaral e Silva, desembargador em Santa Catarina; o Dr. Gersino Gomes Neto, promotor da Infância em Santa Catarina, e Dr. Olímpio de Sá Sotto Maior, procurador no Paraná. Atuou como debatedor o Dr. Cláudio Luiz Galvão, promotor da Infância de Alagoas. Ao fim do seminário, foram fechadas propostas, depois encaminhadas ao Ministério da Justiça e Governadores dos Estados, visando a melhor aplicação das medidas propostas no Estatuto da Criança e do Adolescen-



te. (CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório de Atividades da Comissão de Direitos Humanos: 1999, p. 58-59).

228

Além de outros casos mencionados, esse grave problema social evidenciava a dificuldade de implementação do que estava prescrito no Estatuto da Criança e do Adolescente em nível federal, estadual e municipal, especialmente em relação aos programas sociais que deveriam ser criados. Em 1999, os parlamentares federais eram informados de que um número significativo de cidades brasileiras ainda não possuía Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais de Direitos instalados, apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente estar em vigor há quase 10 anos na sociedade brasileira. Os deputados federais solicitaram verbas para a instalação destes órgãos em municípios mais pobres do país, que foram negadas pela Câmara dos Deputados. A resistência das autoridades municipais, estaduais e federais (inclusive dos Operadores do Direito), assim como dos políticos, ainda era grande em relação à nova legislação. Entendemos que esse “capítulo” da História dos direitos das crianças e dos adolescentes precisa ser narrado para que visões, muitas vezes edulcoradas, acerca da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, sejam desconstruídas. O sistema de garantias de direitos de crianças e adolescentes, norteado pelo ideário dos Direitos Humanos foi construído de forma lenta no Brasil e a partir de muitos atores sociais, inclusive a Câmara dos Deputados, no período em apreço.

Palavras finais

Os relatórios sociais produzidos pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados são uma fonte de grande importân-

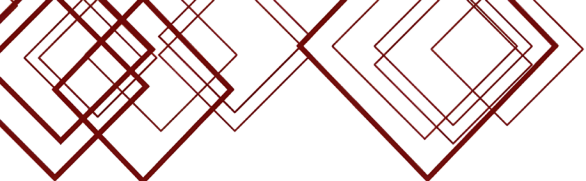


cia para a escrita de uma História dos Direitos Humanos no Brasil durante o período da redemocratização. Conforme demonstramos neste artigo, as informações contidas nos mesmos permitem que o historiador apreenda sobre o cenário dos debates sociojurídicos realizados no período acerca dos Direitos Humanos, bem como sobre as possíveis “soluções” aventadas para os problemas sociais investigados pelos parlamentares federais.

Nas duas décadas seguintes, políticas sociais e diferentes legislações foram criadas visando a implementação mais efetiva dos Direitos Humanos para as crianças e adolescentes brasileiros. Os debates e ações da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados certamente contribuíram para a efetivação de algumas dessas iniciativas, reunindo apoios de partidos políticos e da sociedade civil. Não temos a intenção de esgotar a temática, sendo assim, cabe mencionar, à guisa de conclusão, dois programas sociais e uma legislação que são tributários de discussões feitas na década de 1990. No âmbito do trabalho infantil, além do PETI, que adquiriu uma abrangência nacional, o governo federal, na primeira gestão do PT, em 2003, instituiu o programa social Bolsa Família. Tal iniciativa, também de abrangência nacional, através da transferência de renda para as famílias, procurou combater o trabalho infantil e garantir a escolarização de crianças e adolescentes. Por outro lado, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que foi aprovado em 2012, sob outro governo do mesmo partido, propôs alguns caminhos para a resolução das “crises” das FEBENS que se sucediam desde o fim da ditadura militar¹². Por fim, a nova lei da adoção¹³, instituída em 2009, procurou regulamentar a convivência familiar a partir dos interesses das crianças e adolescentes

12 BRASIL. Lei n° 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

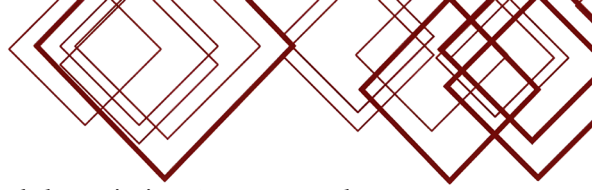
13 BRASIL. Lei n° 12.010, de 03 de agosto de 2009.



e do direito à memória.

Referências

- ALVES, J.A.L. Direitos humanos: o significado político da conferência de Viena. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n.32, p. 170-180, 1994.
- AREND, S. M. F. Direitos humanos e infância: construindo a Convenção sobre os Direitos da Criança (1978-1989). *Tempo*, v. 26, n. 3, p. 605-623, 2020.
- BALLESTRIN, Luciana. Direitos Humanos, Estado e Sociedade Civil nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). **Teoria & Sociedade**, v. 16, n. 2, p.10-33, 2008.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2015.
- 230 BICHARA, C. D. C. **25 anos da Comissão de Direitos Humanos e Minorias**. 1995-2020. Uma História tecida por múltiplas vozes. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2020.
- BITTENCOURT, M. B. **As políticas da insegurança**: da Scuderie Detetive Le Cocq às masmorras do Novo Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- CAVALCANTI, M. C. G. M.; FERREIRA, R. A construção discursiva dos Direitos Humanos e suas tensões: O caso da extrema direita no Brasil. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 59, n. 2, p. 1239–1258, 2020.
- MARKARIAN, V. De la lógica revolucionaria a las razones humanitarias: la izquierda uruguaya en el exilio y las redes transnacionales de derechos humanos (1972-1976), **Cuadernos del Clahe**, n. 89, v.2, p. 85-108, 2004.



- MOYN, S. A declaração universal dos Direitos Humanos, de 1948, na história do Cosmopolitismo. **Meritum**, v. 10, n. 2, p. 225-263, 2015.
- MÜLLER, A.; IEGELSKI, F. O tempo presente da Nova República: ensaio sobre a história do político brasileiro. In: MÜLLER, A.; IEGELSKI, F. (Org.) **História do tempo presente: mutações e reflexões**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022, p. 235-264.
- VISCARDI, C.; PERLATTO, F. Cidadania no tempo presente. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. N. (Org.) **O Brasil republicano**. O tempo da Nova República. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2016, p. 447- 477.

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Children and adolescents in the reports of the Human Rights Commission of the Chamber of Deputies (Brazil – 1990)

Crianças e adolescentes nos relatórios da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (Brasil – 1990)

Silvia Maria Fávero Arend¹

Cheris Williams²

Abstract: Since the beginning of the Brazilian democratization period, the Chamber of Deputies has acquired a new status, gradually accepting the demands of the most vulnerable populations. The Human Rights Commission of the Chamber of Deputies was created in 1995, based mainly on the guidelines of the Vienna Declaration and Programme of Action. In this article, we analyze the main complaints of human rights violations received by the parliament in the area of children and adolescents in the 1990s, as well as the paths proposed by federal deputies for addressing social problems at the time.

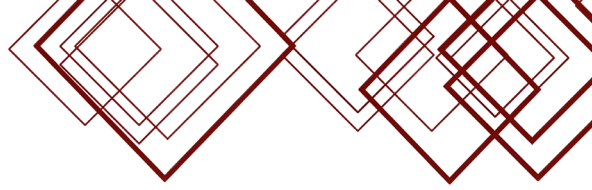
Keywords: Human Rights; Childhoods; Chamber of Deputies; Brazil

Resumo: Desde o início do período da redemocratização brasileira, a Câmara dos Deputados adquiriu novo *status*, acolhendo paulatinamente as demandas das populações consideradas mais vulneráveis. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados foi criada em 1995, a partir sobretudo das diretrizes da Declaração e Programa de Ação de Viena. Neste artigo analisamos as principais denúncias de violações de Direitos Humanos recebidas pelo parlamento no campo das infâncias e adolescências na década de 1990, bem como os caminhos propostos pelos deputados federais para os problemas sociais na época.

Palavras Chaves: Direitos Humanos; Infâncias; Câmara dos Deputados; Brasil

1 PhD in History from the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and professor of the Postgraduate Program in History at the State University of Santa Catarina (UDESC). The article presents the partial results of the research project “A history of adolescents in conflict with the law from the perspective of Justice (Brazil, 1990-2016)” funded by ‘CNPq Call for Proposals No. 9/2023 – Research Productivity Grant’ and by ‘Fapesc Public Call No. 048/2022 – Infrastructure Support for UDESC Research Groups. Orcid ID: 0000-0002-3262-5596 Email: silvia.arend@udesc.br

2 Translator of the article.



Opening words³

In contemporary discussions about Human Rights in Southern Brazil, the phrase “A good criminal is a dead criminal” is frequently mentioned⁴. The prevalence of such social representation contrasts with Brazil’s democratic consolidation process, particularly in the 1990s, when the legal discourse on Human Rights gained institutional traction in Brazilian society. This discourse, largely associated with progressive and liberal agendas, was later reappropriated by various social groups with diverging political ideologies, including conservative and far-right movements, as evidenced by the impact of narratives like the one cited above (CAVALCANTI; FERREIRA, 2020).

This article focuses on the discourse of Human Rights articulated by the Human Rights and Minorities Commission (CDHM) of the Brazilian Chamber of Deputies during the 1990s⁵. Given the broad scope of this theme, the analysis centers on issues related to childhood and adolescence, particularly following the enactment of the Child and Adolescent Statute in 1990. This legislation was grounded in the legal doctrine of comprehensive protection and the principles of Human Rights, as outlined in the 1989 United Nations Convention on the Rights of the Child⁶ (AREND, 2020).

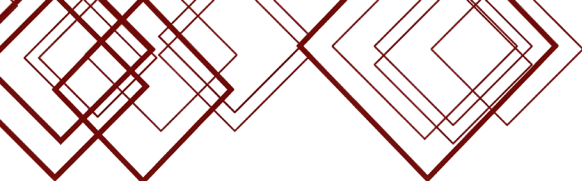
233

3 A preliminary version of the article was presented at the ‘Sixth Conference of Studies on Childhood’, held in Buenos Aires - Argentina, between June 4th, 5th and 6th, 2024. I would like to thank historians Humberto da Silva Miranda, Isabela Cosse, Anderson Silva, Camila Serafim Daminelli and Elisângela da Silva Machieski for their comments.

4 The expression “A good criminal is a dead criminal” was used in the electoral campaign of the civil police officer Sivuca (José Guilherme Godinho) in his candidacy for state deputy of Rio de Janeiro, in the 1986 election, for the Liberal Front Party (PFL). The civil police officer belonged to the Scuderie le Coq, commonly known as the Death Squad (BITTENCOURT, 2014).

5 BRASIL. Law n°8.069, of July 13, 1990.

6 UNITED NATIONS. Children’s Rights Convention, November 20, 1989.



The child and adolescent-focused legislation reflected broader debates during the 1988 Constituent Assembly, which expanded social and political rights. Historians Angélica Muller and Francine Iegelski highlight this aspect of the Brazilian Constitution, noting:

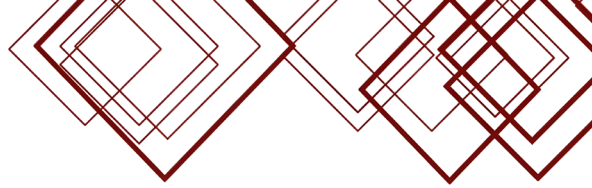
Of the 122 popular amendments presented to the Board of Directors, 83 were accepted for meeting the required legal standards. The so-called “citizenship celebration” was regulated, and a “*Centrão*”, predominantly composed of Brazilian Democratic Movement Party (PMDB) members, was formed to mediate and fragment the diverse reform demands. Among the themes of the popular proposals, those advocating for increased societal participation in the State stood out. In this context, the Brazilian Constitution enabled progress in social rights, including education, health, food, work, housing, transportation, leisure, social security, maternity and juvenile protection, and assistance to the underprivileged (Brazil, 1988: art. 6). Political rights also advanced: direct and secret voting (Brazil, 1988: art. 14) and the free creation, merger, incorporation, and dissolution of political parties (Brazil, 1988: art. 17) (MULLER; IEGELSKI, 2022, p. 241).

234

The article is structured into two main sections. The first section focuses on the activities of the Human Rights and Minorities Commission (CDHM) of Brazil’s Chamber of Deputies, referred to in the 1990s simply as the Human Rights Commission (CDH), and highlights key characteristics of the annual social reports issued by the institution. The second section analyzes human rights violations specifically affecting Brazilian children and adolescents.

The narrative draws upon five social reports produced by the commission from 1995 to 1999, available online through the Cham-

7 In Brazilian politics, the *Centrão* refers to a group of political parties that do not have a specific or consistent ideological orientation and aim at ensuring proximity to the executive branch to guarantee advantages and allow them to distribute privileges through clientelist networks.



ber of Deputies' website⁸. The annual social reports describe a range of human rights violations occurring in Brazil during that period and detail actions undertaken by state representatives and, frequently, by civil society to investigate them. The limitations of these reports are evident, as they were produced by an official body based on complaints submitted to members of the Brazilian parliament. Given the number of complaints documented in these annual social reports, as will be discussed later, it is clear that numerous violations occurring across the country never reached the reports produced in Brasília, remaining effectively “forgotten.”

It is understood, however, that these documents enable mapping of the themes debated in the 1990s within the sphere of Human Rights in Brazil. This mapping, specifically regarding children and adolescents, is of fundamental importance for understanding the direction taken in developing complementary legislation that regulated legal matters included in the Child and Adolescent Statute during the first two decades of the 21st century. In addition to the annual social reports, national legislation and international norms were also utilized to describe the characteristics of the Human Rights legal discourse at the end of the Cold War. Methodologically, the documents were analyzed using the content analysis framework proposed by Laurence Bardin (2015).

235

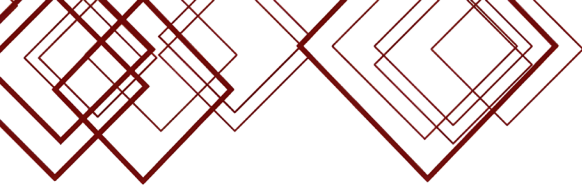
8 CHAMBER OF DEPUTIES. Activity Report of the Human Rights Commission: 1995, p. 44

CHAMBER OF DEPUTIES. Activity Report of the Human Rights Commission: 1996, p. 55

CHAMBER OF DEPUTIES. Activity Report of the Human Rights Commission: 1997, p. 119

CHAMBER OF DEPUTIES. Activity Report of the Human Rights Commission: 1998, p. 78

CHAMBER OF DEPUTIES. Activity Report of the Human Rights Commission: 1996, p. 148



Human Rights Commission of the Chamber of Deputies

236 In the mid-1980s, particularly during the work of the Constituent Assembly that led to the creation of the Federal Constitution of 1988, the Brazilian Chamber of Deputies acquired a new status in the country. For the first time since the establishment of the republican regime in 1889, the “voices” of socially vulnerable groups—such as women, Indigenous peoples, Afro-descendants, children and youth, rural workers, and political dissidents—were “heard” by the Brazilian parliament. These voices primarily originated from social movements that emerged during the struggle against the military dictatorship (1964–1985) and the political transition of the late 1970s into the following decade. Additionally, the end of the bipartisanship system in 1979 allowed the creation of new left-wing political parties in Brazil, notably the Democratic Labor Party (PDT), the Workers’ Party (PT), and the Brazilian Social Democracy Party (PSDB).

The political programs of these new parties, which played a significant role in the Chamber of Deputies during the 1990s, included the issue of human rights violations. However, as will be discussed further, regarding the specific rights of children and adolescents, centrist and conservative parliamentarians played a prominent role. The legislative body, influenced by these processes, was gradually moving toward addressing the social demands of segments of the population that had long been excluded from Brazil’s sociopolitical and legal framework.

For historians Cláudia Viscardi and Fernando Perlatto, a distinct perspective on citizenship, unlike those previously established in Brazilian society, was forged during this period. However, a set of challenges hindered the implementation of these rights, particularly for the poorest segments of the population. According to the authors:



The German sociologist R. Bendix, in his study of modernization and citizenship processes across various continents, asserts that citizenship projects often emerged in completely adverse environments, in places where circumstances would not have naturally fostered them, clashing with prevailing traditions. This condition—which was characteristic of the Brazilian case—resulted in the formalization of rights without a simultaneous expansion of the state capable of enforcing them. In other words, legal recognition of rights occurred without the real capacity of the state to guarantee them, producing a unique situation, distant from the “ideal type,” but which should not be regarded as a deviation or insufficiency, merely as a peculiarity—a scenario also observed in other countries (VISCARDI; PERLATTO, 2018, p. 448-449).

In 1993, President Itamar Franco (of the National Reconstruction Party, PRN) convened with representatives of the Brazilian state to organize the agenda for the World Conference on Human Rights, which was to take place in Vienna. Part of this agenda involved the establishment of a legislative commission in Brazil dedicated to addressing Human Rights issues, largely inspired by international developments. The event, held from June 14 to 25, 1993, was the first and largest conference in the field during the post-Cold War era. It brought together diplomatic delegations from 171 nations and over 2,800 Non-Governmental Organizations (NGOs), who engaged in heated debates on Human Rights ideologies of the time. According to legal scholar José Augusto Lindgren Alves, the conference occurred in a geopolitical environment marked by new tensions and conflicts following the recent dissolution of the Soviet Union. The author notes:

237

When, in 1990, the United Nations General Assembly formally convened the 1993 World Conference through Resolution 45/155, inspired by Western liberalism, the liberal triumphalism was bolstered by the attempted coup against Gorbachev and the dissolution of the Communist Party of the USSR. This triumphalism, however, was illusory, if not arrogant, as it ignored other emerging realities: the worsening economic



conditions in the Third World, migratory pressures from peripheral nations, the growth of Islamic fundamentalism, unemployment in developed societies, exacerbated nationalism in the former Yugoslav republics and Eastern Europe, and the resurgence of racism and xenophobia in Western Europe (ALVES, 1994, p. 171).

238

The Vienna Declaration and Programme of Action, originating from the aforementioned event, provides insights into the international community's understanding of the Human Rights framework during the 1990s. This extensive document, composed of 100 articles, serves as a synthesis of the discussions that took place. The understanding reflected in the Declaration aimed to advance the propositions of the 1948 Universal Declaration of Human Rights (MOYN, 2015), focusing both on expanding the guarantee of rights and creating institutions capable of promoting and implementing them. The establishment of the Human Rights Commission of the Brazilian Chamber of Deputies occurred within this context. Simultaneously, at the federal executive level, the Secretariat for Human Rights of the Presidency of the Republic was created (BALLESTRIN, 2008).

Some of the socio-legal and economic propositions considered the “pillars” of the Vienna Declaration and Programme of Action hold significant relevance to the Brazilian societal context. These include the reaffirmation of the universality of human rights (Art. 1); the right to self-determination of peoples (Art. 2); the right to economic development with a focus on individuals (Arts. 10 and 11); the eradication of poverty, recognizing it as a barrier to the promotion of human rights (Arts. 14 and 25); the promotion of democracy as a political system essential to guaranteeing human rights (Art. 8); and ensuring rights for women, ethnic, religious, and linguistic minorities, children, Indigenous populations, the elderly, and individuals with disabilities. Finally, the



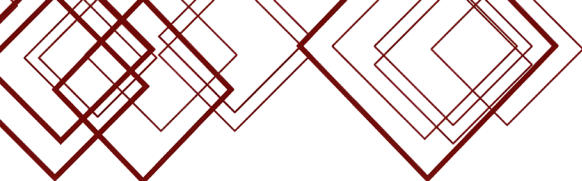
document strongly condemns practices identified as racist.

As José Augusto Lindgren Alves notes, constructing the text of the international normative framework was a complex task due to fierce critiques, particularly from diplomatic delegations of African and Asian nations and feminist NGOs, which perceived it as reaffirming Western values and practices (ALVES, 1994, p. 173). Additionally, the debates highlighted a thematic shift, largely influenced by the human rights violations during Latin American dictatorships from the 1960s to the 1980s. The focus on guaranteeing individual rights—such as not being forcibly disappeared, tortured, or having one’s children abducted—became central to actions expected from both states and civil society (MARKARIAN, 2004, p. 86).

Regarding children and adolescents, the Vienna Declaration and Programme of Action refers explicitly to the Convention on the Rights of the Child, ratified by numerous nations, including Brazil in September 1990. Article 21 of the Vienna Declaration highlights the legal principles of protection, provision, and child participation, which guided the formulation of this international treaty:

239

In all initiatives concerning children, the principles of non-discrimination and the best interests of the child must be paramount, while duly considering the child’s views. National and international mechanisms and programs should be strengthened to protect and safeguard children, particularly girls, abandoned children, street children, those subjected to economic and sexual exploitation (including child pornography, prostitution, and organ trafficking), children affected by diseases like AIDS, refugees, displaced children, detained children, and those involved in armed conflicts. Special attention should also be given to children suffering from hunger, drought, and other emergencies. International cooperation and solidarity must be promoted to support the implementation of the Convention, ensuring that children’s rights remain a priority within the United Nations’ broader human rights agenda (United Nations, Vienna Declaration and Programme of Action, June 14–25, 1993, Art. 21).



The establishment of the Human Rights Commission in the Chamber of Deputies in Brazil was not solely influenced by international events and guidelines. According to jurist Carlos David Carneiro Bichara, five Parliamentary Inquiry Commissions (CPIs) formed between 1991 and 1994 addressed various human rights violations, including those affecting children, women, the penitentiary system, and rural areas. Notably, the CPI investigating the extermination of children and adolescents, active from 1991 to 1993, recommended the creation of an institution dedicated to addressing such issues (CHAMBER OF DEPUTIES. Activity Report of the Human Rights Commission: 1995, p. 11). Bichara further emphasizes that this alignment extended to entities like the External Commission monitoring the plight of individuals killed or disappeared during the military dictatorship and the Subcommittee combating slave labor (BICHARA, 2020, p. 5). Additionally, the federal deputy Benedita da Silva (PT - Rio de Janeiro) had previously attempted to establish a similar institution in the Brazilian parliament, though this initiative was unsuccessful at the time.

The Human Rights Commission was officially established in the Brazilian Chamber of Deputies on January 31, 1995 and began operations on March 7 of the same year. Federal Deputy Nilmário Miranda (PT - Minas Gerais) authored Resolution nº. 231, which formalized the commission as a permanent body. According to the 1995 activity report, the commission's primary role was to expedite responses to human rights violation complaints reaching the Brazilian parliament without requiring the lengthier process of Parliamentary Inquiry Commissions (CPIs). The commission was envisioned to act "creatively" by proposing and reviewing bills, establishing networks with other parliamentary committees, state institutions, and civil society organizations. However, during the 1990s, the Human Rights Commission lacked the



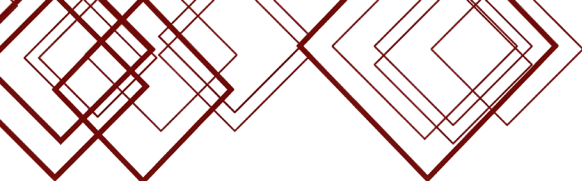
authority to deliberate on legislative matters, meaning it could not propose or vote on bills. This limitation was amended in 2004, granting its members greater legislative powers and enhancing its role in shaping human rights policies.

The activities of the commission members included public hearings, site visits to reported locations, seminars, and the creation of informational materials for the general public about the investigated issues and human rights themes. The “DH FAX” (Human Rights Fax), the first regular newsletter produced by a committee of the Chamber of Deputies, was issued biweekly, and distributed to national and international press organizations as well as institutions within Brazil and abroad. The 1995 annual report emphasized the importance of disseminating the concept of human rights to Brazilian society at the time, stating:

241

One significant contribution of the Human Rights Commission since its establishment has been the dissemination of information and the shaping of public opinion. These activities were particularly notable due to the nascent understanding of human rights concepts in Brazilian society. Compared to other countries, human rights occupy a limited space in Brazil’s political culture. Among the general public, this misunderstanding is even greater, necessitating institutional efforts to promote concepts and values that strengthen human rights at every opportunity. Additionally, public officials and non-governmental organizations associated with the subject often lack adequate tools for information exchange. This gap motivated the creation of a biweekly newsletter aimed at addressing this need (CHAMBER OF DEPUTIES, Activity Report of the Human Rights Commission: 1995, p. 43).

The Human Rights Commission during the study period comprised 46 federal deputies, with 24 serving as regular members and 22 as alternates. The leadership structure included a president and three



vice presidents. Being a regular member of the Human Rights Commission did not preclude deputies from participating in other parliamentary commissions. Between 1995 and 1999, the presidency of the Human Rights Commission was held four times by members affiliated with center-left political parties and once by a member of a right-wing party. Nilmário Miranda, who had previously chaired the Commission on Deaths and Disappearances, presided over the Human Rights Commission in 1995 and 1999. Hélio Bicudo (PT – São Paulo) served as president in 1996, and Pedro Wilson Guimarães (PT – Goiás) in 1997. Miranda and Guimarães were both former political prisoners during the military dictatorship, while Bicudo had served as interim Minister of Finance under João Goulart and actively denounced human rights violations during the dictatorship. In contrast, Eraldo da Silva Trindade, a radio broadcaster and member of the Progressive Party (PP) from Amapá, led the commission in 1998.

In the 1990s, the annual rosters of federal parliamentarians who served on the Human Rights Commission as full or alternate members were predominantly male, representing various regions of Brazil. These rosters primarily featured federal deputies affiliated with center-left political parties. Human rights violations involving children and adolescents were mainly investigated by two female federal deputies: Marilu Guimarães⁹ of the Liberal Front Party (PFL) from Mato Grosso do Sul and Rita Camata¹⁰ of the Brazilian Democratic Movement Party (PMDB) from Espírito Santo. Both were members of center-right political parties. The hierarchies of Brazilian society, particularly concerning gender relations, were mirrored in the parliament, with women

9 For the biography of federal deputy Marilu Guimarães, see: <https://www.camara.leg.br/deputados/73759/biografia>

10 For the biography of federal deputy Rita Camata, see: <https://www.camara.leg.br/deputados/74777/biografia>



often assigned cases related to the child and adolescent population. It is noteworthy that federal deputy Rita Camata served as the rapporteur in the Chamber of Deputies for the bill that led to the creation of the Child and Adolescent Statute in 1990.

The Human Rights Commission, as required by its internal regulations, was tasked with producing an annual social report documenting its activities. These reports typically included an introduction featuring a message from the Commission's president, a list of bills in progress addressing human rights issues, and documentation of complaints received by the Commission regarding human rights violations. They also addressed budgetary concerns and provided details on the Commission's actions, such as public hearings and seminars. Notably, the reports emphasized the importance of the National Human Rights Conferences as a key initiative undertaken by the Commission.

243

The five analyzed annual social reports do not include epistemic or doctrinal legal discussions regarding the federal parliamentarians' understanding of Human Rights. These reports primarily describe events—often critically—and document the actions of federal parliamentarians, lacking broader contextualization within the political debates triggered by the theme. For instance, there is no reflection on why specific cases were investigated by the Human Rights Commission rather than another parliamentary commission dealing with legal matters, such as the Commission on Constitution, Justice, and Citizenship. It is plausible that socio-legal issues of this nature were debated during the National Conferences on Human Rights. Only in one message from federal deputy Luiz Alberto (PT - Bahia), included in the 1997 report, is there a reference to the historical context of Human Rights discourse. The deputy, aiming to contextualize his actions and those of the commission members, stated:



The generations of Human Rights represent distinct agendas and stages in the struggles of individuals and social groups for the right to human dignity. First-generation Human Rights reflect the individualistic perspective of the emerging bourgeois society. Second-generation Human Rights encompass collective and social demands. Third-generation Human Rights address meta-individual issues, such as ecological concerns and multiculturalism. Debates about the ethics of human cloning fall within the scope of fourth-generation Human Rights. (CHAMBER OF DEPUTIES. Report on Activities of the Human Rights Commission: 1997, p. 42).

244

In the debates of the National Constituent Assembly, there was limited participation of children and adolescents during the drafting of the 1988 Constitution. The possibility for children and adolescents to play a leading role in advocating for and constructing their rights, as stipulated in the Convention on the Rights of the Child, was often considered utopian. In the annual social reports produced by the Human Rights Commission from 1995 to 1999, discussions about the active involvement of children and adolescents were highlighted in two main contexts: the National Conferences on Human Rights and the Forums for the Eradication of Child Labor. On one side, the leading voice of the Movement of Street Boys and Girls (“Movimento de Meninos e Meninas de Rua”, MMMR), Brazil’s principal social movement in the field of children’s rights during that period, was prominent in the Forums for the Eradication of Child Labor. On the other, such perspectives had to contend with an adult-centered viewpoint, dominant in Brazil’s socio-legal culture, which shaped the understanding and implementation of rights for children and adolescents.

Children and adolescents in the Human Rights Commission’s reports



Federal deputy Pedro Wilson stated the following about the complaints received by the Human Rights Commission and its referrals in the 1997 social report. According to the parliamentarian:

The 388 complaints processed during the year contributed to the search for concrete solutions in specific cases, with the most emblematic ones being treated with the appropriate priority. Regarding the monitoring of the legislative process, the Human Rights Commission, although not a deliberative committee, offered suggestions aimed at improving the text of the bill creating the protection program for threatened victims and witnesses, forwarded suggestions to the President of the Republic and monitored the processing in the National Congress of dozens of proposals of interest to the area of Human Rights. (CHAMBER OF DEPUTIES. Activity Report of the Human Rights Commission:1997, p. 10).

During the 1990s, members of Brazil's parliament investigated various human rights violations, focusing on several key areas. These included violence in rural areas, particularly in the northern regions; violence against Indigenous groups; police violence in both urban and rural settings; abuses committed by repressive agencies and other entities during the military dictatorship; and violence against children and adolescents. Additional concerns encompassed issues related to international migration and human trafficking, labor relations in rural and urban environments, violence against women, and crimes targeting individuals identified as homosexual. Racism-related crimes were also addressed. Notably, data on violence against women and LGBTQ individuals were explicitly mentioned only in the 1998 and 1999 social reports. This classification of human rights violations was developed based on the complaints documented in the annual social reports. These complaints reflected the principles outlined in the Vienna Declaration and Programme of Action. An example from the 1999 social report illustrates the types of allegations brought to the Human Rights



Commission, underscoring the broad spectrum of violations addressed during this period:

The Human Rights Commission held a public hearing on June 16 to receive the testimony of José Antônio de Magalhães Monteiro, who reported being tortured by federal police in 1970. He alleged that João Batista Campelo, recently appointed as Director-General of the Federal Police by the President of the Republic, participated in the acts of torture. According to Monteiro, the newly appointed director-general assisted in binding him to the “pau-de-arara,” a torture device, at the Federal Police station in São Luiz, Maranhão. (CHAMBER OF DEPUTIES. Activity Report of the Human Rights Commission: 1999, p. 69).

246

According to the analyzed social reports, the commission received 1,481 human rights violation complaints during the 1990s, based on the previously mentioned classification. Among these, 65 complaints pertained to children and adolescents, representing 4.38% of the total cases reported to the institution. While this proportion appears small relative to the range of challenges faced by the country in this area, the data provided in the reports do not clarify the reasons for this scenario. Below, Table I details the annual number of complaints involving children and adolescents received by the commission during this period.

Table I

Social Report	Total number of complaints	Number of complaints about children and adolescents
1995	283	12
1996	318	13
1997	388	18
1998	324	12
1999	168	10

Source: Reports of the Human Rights Commission of the Chamber of Deputies - Brazil, 1995-1999



Throughout the five years analyzed, the number of complaints regarding violations of children's and adolescents' human rights remained relatively stable. These complaints addressed issues such as child labor, illegal adoptions, alleged mistreatment, sexual exploitation, police and institutional violence, judicial arbitrariness, sexual violence, disappearances, kidnappings, and murders. Most of the victims were impoverished boys and girls residing in rural areas and small, medium, and large cities across different regions of Brazil, with a significant concentration in the North and Northeast. Only one complaint involved middle-class students, specifically concerning a 1999 hazing incident at the University of São Paulo, which resulted in the death of a freshman medical student (CHAMBER OF DEPUTIES. Activity Report of the Human Rights Commission: 1999, p. 39).

It is important to note that the two Brazilian laws for children prior to the Child and Adolescent Statute, the Juvenile Code of 1927¹¹ and the Juvenile Code of 1979¹², as well as the Penal Code of 1940¹³, made reference to infractions and crimes that would cover these cases. This observation highlights the tolerance of certain social practices in Brazilian society during the 1990s, such as child labor and sexual exploitation. However, this period also marked the beginning of a shift in how these practices were perceived, increasingly recognized as human rights violations. Evidence of this transformation can be seen in the rationale provided for funding a “citizenship” grant for children from impoverished families, as outlined in the 1999 social report. This justification reflects the growing acknowledgment of the need to address these violations systematically, as can be seen:

247

11 BRASIL. Decreto-lei n° 17.943-A, de 12 de outubro de 1927.

12 BRASIL. Lei n° 6.697, de 10 de outubro de 1979.

13 BRASIL. Decreto-lei n° 2.848, de 07 de dezembro de 1940.



In Brazil, the labor exploitation of millions of minors remains a harsh reality, exacerbated by widespread adult unemployment. Many children are subjected to hazardous and unsanitary work environments, such as landfills, coal mines, plantations, brickyards, and workshops. These situations have become so commonplace that they no longer shock the general population. Children are often regarded as a source of cheap labor, frequently forced to abandon their education to contribute to their family's income. While the Ministry of Labor and the Public Prosecutor's Office have initiated numerous legal actions to combat child labor, addressing its underlying causes remains essential for eradicating this systemic issue. (CHAMBER OF DEPUTIES. Activity Report of the Human Rights Commission: 1999, p. 46).

248

According to the social reports, among the violations documented during this period, federal parliamentarians focused their most intense efforts on five critical social issues, given the severity of the cases. The 1995 and 1996 social reports provide details on the Altamira Massacre in Pará State, which occurred between 1989 and 1993. These reports reveal that 18 boys, aged 10 to 14, were sexually assaulted (including emasculation) and subsequently murdered. Due to the number of victims and the gravity of the crimes, the massacre received international media attention. The Commission held debates and public hearings to clarify the facts. Unlike earlier child and adolescent exterminations of the 1990s, such as the notorious Candelária Massacre, the Altamira killings occurred in rural areas and involved sexual violence. Ensuring the rights of children and adolescents living in rural regions of Brazil became a significant focus in the human rights agenda of that time.

The topic of child labor, which at the time became a major concern for the federal executive branch, was also extensively discussed within the Human Rights Commission (BALLESTRIN, 2008). The Child Labor Eradication Program (PETT) was launched in 1996 by the federal government, following guidelines established by the Internatio-

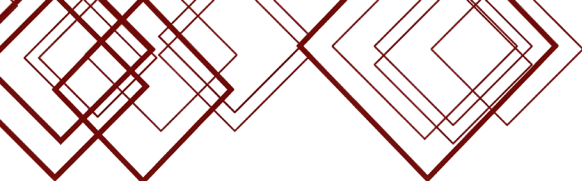


nal Labour Organization (ILO). The analyzed social reports presented statistical data and identified locations where poor children and adolescents across the country worked, including coal mines, brickworks, and agricultural sectors. Particularly, none of the documents mentioned the involvement of children and adolescents in drug trafficking, which was a frequent occurrence in medium and large cities throughout the country.

To address the issue of child labor, the Human Rights Commission proposed the “School Grant” (Bolsa Escola) social program, which was initially implemented in the Federal District and subsequently expanded to other cities in Brazil. The 1999 social report reveals that federal parliamentarians on the commission had requested 20 million reais (BRL) in the federal budget to fund this program. Notably, the slogan at the beginning of the 1999 report declared, “There are no Human Rights without Social Rights.” This emphasizes that guaranteeing Human Rights in a democratic regime necessitates compensatory social policies aimed at combating social inequality. Furthermore, the 1999 report contextualized this discussion within the rationale for budget allocation to establish the “citizenship grant”:

249

An important action to eradicate child labor is the provision of the “citizen-child grant,” also known as the “school grant”, which has effectively enabled the right to education. Through this program, families receive a monthly financial contribution in exchange for committing to keep their children in school. This initiative has demonstrated excellent results where implemented, efficiently contributing to the reduction of child labor rates. However, the funds allocated in the 2000 budget proposal are deemed entirely insufficient. In this context, a proposal has been presented to increase this allocation, expanding the reach of this policy to a greater number of children who depend on this public initiative to secure a better future for themselves and the country (CHAMBER OF DEPUTIES. Activity Report of the Human Rights Commission: 1999, p. 46).



The analyzed social reports consistently addressed the issue of sexual exploitation of Brazilian girls. Discussions centered on two main contexts: the work of impoverished adolescent girls in Brazilian tourist cities, particularly in the Northeast region, and the trafficking of girls to mining areas in the North, especially Pará state, and to Guyana. Federal legislators proposed solutions that included increased oversight by state and federal authorities regarding the sexual exploitation of minors, stricter enforcement of existing criminal laws, and reducing social inequality to enable girls to remain with their biological families. According to the social reports, Federal Deputy Marilu Guimarães stood out in addressing this issue by organizing public hearings and visiting locations where underprivileged girls were involved in prostitution.

250

The international adoption issue was prominently addressed in the social reports from the 1990s. A notable example involved a judge in Jundiaí, São Paulo, who, with the complicity of a public prosecutor, removed parental rights from impoverished mothers and facilitated the international adoption of their children by European families. This case garnered national and international attention due to advocacy by the Jundiaí Forum Mothers Movement, which fought for the return of their biological children. In response, the Human Rights Commission emphasized the statutory role of the State Judicial Commissions on Adoption (CEJAS), as prescribed by the Child and Adolescent Statute. These commissions, being established within state courts, were tasked with regulating and managing international adoption processes. CEJAS were expected to prevent such illegal migratory practices, recognized by Brazilian law as human trafficking.

Only the 1999 social report contains information about the crisis of the Foundations for the Welfare of Minors (FEBEMs) across the country. This “crisis” was synonymous with severe human rights viola-

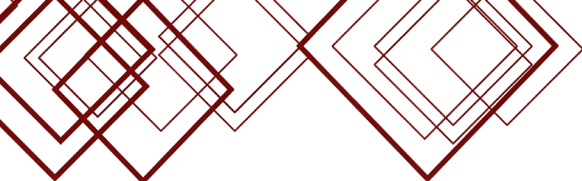


tions occurring in juvenile detention centers, particularly in São Paulo. These large detention facilities were often constructed during the military dictatorship and operated based on methodologies and human resources rooted in the legal discourse of minor protection found in the 1927 and 1979 Juvenile Codes. Physical and psychological punishments, along with the absence of formal education, remained routine practices in many detention centers nationwide. The implementation of open socio-educational measures for adolescents in conflict with the law required the creation of social programs at the municipal level. Detention centers also needed significant remodeling by state governments in terms of infrastructure and workforce training to comply with the new legislation. To address this long-standing social issue in Brazilian society, the Human Rights Commission of the Chamber of Deputies organized seminars and public hearings.

Below is a description of a seminar held in October 1999 on this topic:

251

The Human Rights Commission, in collaboration with the Parliamentary Front for Children and Adolescents, the Children's and Adolescents' Forum, INESC, and UNICEF, held the National Meeting on Socio-Educational Measures on October 13 and 14 in the Cultural Space auditorium of the Chamber. The event aimed to explore solutions to the FEBEM crisis in alignment with the Child and Adolescent Statute. The meeting opened with a debate on the challenges in implementing socio-educational measures. The following day featured a panel titled "Implementation Project for Socio-educational Measures," with presentations by Dr. Antônio Amaral e Silva, a judge from Santa Catarina; Dr. Gersino Gomes Neto, a juvenile prosecutor in Santa Catarina; and Dr. Olímpio de Sá Sotto Maior, a prosecutor in Paraná. Dr. Cláudio Luiz Galvão, a juvenile prosecutor from Alagoas, acted as a panelist. The seminar concluded with proposals submitted to the Ministry of Justice and state governors for better implementation of the measures outlined in the Child and Adolescent Statute. (CHAMBER OF DEPUTIES. Activity Report of the Human Rights Commission: 1999, pp. 58–59)



252

The serious social challenges highlighted by this situation underscore the persistent difficulties in implementing the stipulations of the Child and Adolescent Statute at federal, state, and municipal levels, particularly regarding the establishment of required social programs. In 1999, federal legislators were informed that a significant number of Brazilian municipalities had yet to establish Guardianship Councils or Municipal Councils for Children's Rights, despite the statute being in effect for nearly a decade. Requests by federal deputies for funds to support the creation of these councils in poorer municipalities were rejected by the Chamber of Deputies. Resistance to the new legislation from municipal, state, and federal authorities, including legal professionals and politicians, remained substantial. This highlights the challenges faced during the gradual construction of a system to guarantee children's and adolescents' rights, one that was fundamentally guided by the principles of human rights. This narrative challenges overly optimistic views of the statute's implementation process. The system for guaranteeing rights for children and adolescents in Brazil was built incrementally, involving a wide array of social actors, including the Chamber of Deputies, during this critical period.

Final words

The social reports produced by the Human Rights Commission of the Brazilian Chamber of Deputies serve as a vital source for constructing a historical narrative of human rights during the country's redemocratization period. As demonstrated in this article, the data within these reports enable historians to understand the socio-legal debates of the era and explore the potential "solutions" proposed by federal parliamentarians for addressing the social problems under investigation.



In the two decades that followed, various social policies and legislations were developed to effectively implement human rights for Brazilian children and adolescents. The debates and actions led by the Human Rights Commission of the Brazilian Chamber of Deputies significantly contributed to these initiatives by gathering support from political parties and civil society. While this discussion does not aim to exhaust the topic, it is important to highlight two social programs and a key piece of legislation stemming from discussions initiated in the 1990s.

In addressing child labor, the Child Labor Eradication Program (PETI) achieved nationwide coverage. Furthermore, in 2003, during the first term of the Workers' Party (PT) government, the "Family Grant" (Bolsa Família) program was introduced at the national level. This initiative aimed to combat child labor and ensure the education of children and adolescents through conditional cash transfers to families. On another front, the National System of Socio-Educational Assistance (SINASE), approved in 2012 during another PT-led administration, outlined pathways to address the crises of juvenile detention centers (FEBEMs), which had persisted since the end of the military dictatorship¹⁴. Lastly, the new adoption law¹⁵ enacted in 2009 sought to regulate family living arrangements based on the best interests of children and adolescents, as well as their right to memory.

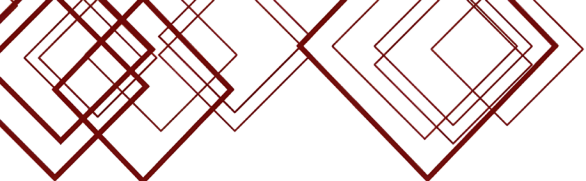
253

References

ALVES, J.A.L. Direitos humanos: o significado político da conferência de Viena. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n.32, p. 170-180, 1994.

14 BRAZIL. Law No. 12,594, of January 18, 2012.

15 BRAZIL. Law No. 12,010, of August 3, 2009.



AREND, S. M. F. Direitos humanos e infância: construindo a Convenção sobre os Direitos da Criança (1978-1989). *Tempo*, v. 26, n. 3, p. 605-623, 2020.

BALLESTRIN, Luciana. Direitos Humanos, Estado e Sociedade Civil nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). **Teoria & Sociedade**, v. 16, n. 2, p.10-33, 2008.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2015.

BICHARA, C. D. C. **25 anos da Comissão de Direitos Humanos e Minorias**. 1995-2020. Uma História tecida por múltiplas vozes. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2020.

BITTENCOURT, M. B. **As políticas da insegurança**: da Scuderie Detetive Le Cocq às masmorras do Novo Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

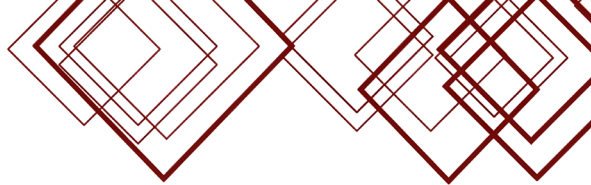
254

CAVALCANTI, M. C. G. M.; FERREIRA, R. A construção discursiva dos Direitos Humanos e suas tensões: O caso da extrema direita no Brasil. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 59, n. 2, p. 1239–1258, 2020.

MARKARIAN, V. De la lógica revolucionaria a las razones humanitarias: la izquierda uruguaya en el exilio y las redes transnacionales de derechos humanos (1972-1976), **Cuadernos del Clahe**, n. 89, v.2, p. 85-108, 2004.

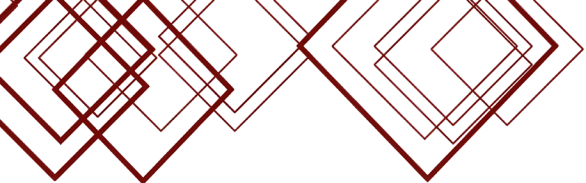
MOYN, S. A declaração universal dos Direitos Humanos, de 1948, na história do Cosmopolitismo. **Meritum**, v. 10, n. 2, p. 225-263, 2015.

MÜLLER, A.; IEGELSKI, F. O tempo presente da Nova República: ensaio sobre a história do político brasileiro. In: MÜLLER, A.; IEGELSKI, F. (Org.) **História do tempo presente**: mutações e

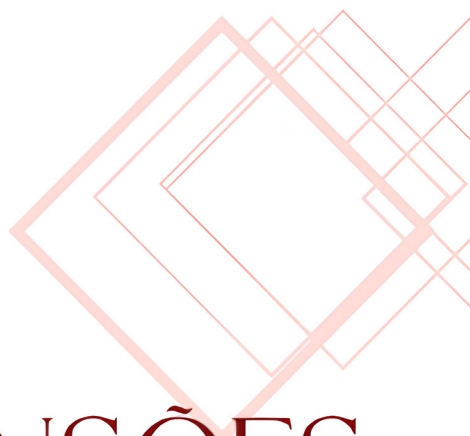


reflexões. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022, p. 235-264.

VISCARDI, C.; PERLATTO, F. Cidadania no tempo presente. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. N. (Org.) **O Brasil republicano**. O tempo da Nova República. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2016, p. 447- 477.



ARTIGOS LIVRES



DIMENSÕES
Revista de História da Ufes

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Para interromper o curso do mundo: estado de exceção e história em Walter Benjamin

To interrupt the course of the world: state of exception and history according Walter Benjamin

Renato Bueno Franco¹

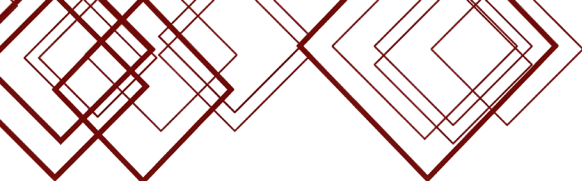
Resumo: O ensaio examina como Walter Benjamin se preocupou desde a década de 1920 com questões referentes à noção de História. Para tanto, identifica e analisa alguns de seus textos, escritos em diferentes anos ou contextos, que refletem sobre matéria relacionada com a mencionada preocupação. O objetivo é o de tanto relacionar os ensaios analisados quanto acompanhar as nuances de seu pensamento sobre a questão referida a fim de identificar como acabou por implicar a noção – fundamental em sua obra – de “interrupção do curso do mundo”. Nessa direção, são examinadas – ainda que parcialmente – algumas das teses contidas em Sobre o conceito de História, seu último texto, com o propósito de caracterizar a peculiar concepção de História elaborada pelo filósofo e, no mesmo movimento, verificar como a mencionada noção incidiu em diferentes aspectos de seu pensamento com implicações radicais.

Palavras-chaves. Walter Benjamin; Concepção de História; Walter Benjamin: Sobre o conceito de História.

Abstract: The essay seeks to show how Walter Benjamin has been concerned with issues relating to the notion of History since 1920s. To this end, it seeks to identify and analyze some of his texts written in different years or contexts, which reflect on the matter related to the aforementioned concern. The objective is to both relate the analyzed essays and follow the nuances of his thinking on the aforementioned issue in order to identify how it ended up implying the notion – fundamental in his work – of “interruption in the course of the world”. In this way, some of the “Theses on the Philosophy of History”, his last writing, are examined, albeit partially, with the purpose of characterizing the peculiar conception of History elaborated by the philosopher and in the same movement verifying how the aforementioned notion of “interruption in the course of world” affected different aspects.

Key words. Walter Benjamin; Conception of History; Walter Benjamin: On the Concept of History.

1 Graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em teoria literária, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutorado em estudos literários pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Pós-doutor em filosofia pela mesma universidade. Professor voluntário, mas em trabalho voluntário, da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, campus Araraquara. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5799-9180>. E mail :rbfrancoforte@hotmail.com.



O desafio para aqueles de nós que já estão seguros dentro da academia é a exigência dialética de passar para a próxima geração uma tradição de pensamento radical. (Buck-Morss,1998)

Introdução

Sem dúvida, a diretriz acima deve orientar a atividade acadêmica e intelectual de professores universitários, em particular daqueles comprometidos com a Teoria Crítica. Nessa direção, cumpre realçar ser a obra de Walter Benjamin² representante de ponto verdadeiramente avançado da melhor tradição do pensamento radicalmente crítico e contestador do século XX – além de ser sempre temperada com grande rigor intelectual. Considere-se ainda ter o filósofo boa parte

258

2 Como este não é trabalho monográfico, mas ensaístico, não cabe uma discussão bibliográfica detalhada sobre Benjamin, cujas obras – em boa parte – foram editadas aqui, com destaque para a coleção Obras Escolhidas (3 vols.) editadas pela Ed. Brasiliense e as editadas pela Ed. Autêntica na coleção FiloBenjamin, com tradução e comentários críticos de João Barrento. Há ainda entre nós vasta bibliografia sobre sua obra, tanto em português como em espanhol. Cf, por exemplo, Benjamin, Andrew e Osborne, Peter. *A filosofia de Walter Benjamin*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed. 1997; Franco, Renato, *10 lições sobre Walter Benjamin*, Petrópolis, Ed Vozes, 2015; Buck-Morss, Susan. *Dialética do olhar*. Belo Horizonte/Chapecó, Editora UFMG/ED Argos. 2002. (Sobre a história cf. capítulos III a VI); em espanhol são importantes Fenves, Peter. *Walter Benjamin entre filósofos*. Santiago de Chile, Ed Palinodia, 2017. (Sobre a questão da História, cf. capítulo III); Opitz, M. y Wisisla, E. *Conceptos de Walter Benjamin*. Buenos Aires, Editorial Las Cuarenta, 2014. Edición castellana Maria Belforte y Miguel Vedda; Vedda, Miguel (org) . *Constelaciones dialécticas. Tentativas sobre Walter Benjamin*. Buenos Aires, Ediciones Herramienta, 2008; Jozami, E.; Kaufman, A.; Vedda, M. *Walter Benjamin em la ex Esma. Justicia, História y Verdad*. Buenos Aires, Ediciones Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti/ Prometeo Libros, 2013; Missac, Pierre, *Passagens de Walter Benjamin*, **São paulo**, Iluminuras, 1997. Para a recepção de Walter Benjamin no Brasil cf Gagnebin, Jeanne Marie. “Sur la réception de Walter Benjamin au Brésil”, in *Dissonância: Revista de Teoria Crítica*. Publicação on line. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. 2021; e também a obra de Bolle, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna*. **São Paulo, Ed da USP/FAPEESP, 2000 (2ª ed), e a de Presller, G.Karl, . Benjamin, Brasil: a recepção de Walter Benjamin, de 1960 a 2005 : um estudo sobre a formação da intelectualidade brasileira, São Paulo, Ed Annablume, 2006, entre outras.**



de sua existência gravemente afetada pelo terror do nazismo, do qual finalmente não logrou escapar. Obra como a sua, escrita em condições materiais e políticas profundamente adversas, só pode atestar ter tido o autor “grande integridade político-existencial”; assim, não é descabida a inclusão de um ensaio sobre sua obra e vida por parte de Hanna Arendt no livro “Homens em tempos sombrios”.

O desafio assinalado por Buck-Morss possui enorme atualidade: afinal, segundo a perspectiva benjaminiana, “os tempos sombrios” nomeados por Hanna Arendt não desapareceram, não foram superados, não foram eliminados da história: nessa matéria, como em muitas outras, não houve progresso algum – e isso exige explicação. Mas com isso estamos já no âmago do universo da obra de Benjamin. De fato, no ensaio citado Susan Buck-Morss destaca a importância da História e a necessidade de entendermos em profundidade o presente, inclusive chamando a atenção para aspecto capital de nossa existência: “*o que fazemos ou não fazemos cria o presente; o que sabemos ou não sabemos constrói o passado.*” Ou seja, ela registra ser o presente não apenas resultado de nossa ação, do que fazemos diretamente, mas também do que deixamos de fazer. Do mesmo modo, salienta ser nossa imagem do passado profundamente afetada não apenas pelo que sabemos ou pensamos saber, mas também por nossa ignorância, que assim colabora para a construção de uma imagem problemática ou inadequada dele. Tal imagem não é inconsequente, pois “*o modo como construímos o passado determina a nossa compreensão do presente*”. Exemplar nessa perspectiva é o modo como lidamos com as consequências da censura imposta ao país na época da constituição de efetivo “Estado exterminista”, conforme a sugestão de Paulo Arantes (2014): a censura não objetivava apenas calar a voz da sociedade, mas sobretudo provocar o esquecimento do que poderia ter sido. Ao impedir semelhante lembrança, ela conforma uma imagem



do presente a partir do esquecimento de que um tempo outro poderia ter ocorrido e, conseqüentemente, de que seria possível se viver um presente – também um futuro - diferente e melhor.

Questões como essas foram objeto de constante reflexão por parte de Benjamin. Em carta endereçada a Gretel Adorno datada de 7 de maio de 1940 por ocasião da redação das teses de *Sobre o conceito de História* informa que a matéria delas “o ocupa desde o início dos anos 20” (Benjamin, 2008, p. 147) inclusive “em textos como Fragmentos teológico-político”. A afirmação é também significativa por indicar certa continuidade em seu pensamento e obra, apesar da diversidade dela e de seu caráter amplamente fragmentário e ensaístico. Enfim, segundo Buck-Morss, um dos objetivos fundamentais de Benjamin seria a construção de uma concepção crítica tanto de nosso modo predominante de concebermos a história quanto de nossa relação com o passado. Nessa direção, o objetivo deste trabalho – verdadeiramente modesto – é o de identificar e analisar textos de Benjamin, escritos em diferentes anos ou contextos, em que despontam matérias relacionadas com a mencionada preocupação a fim tanto de acompanhar o desenvolvimento de sua reflexão sobre o assunto quanto verificar como ela acabou por implicar a ideia de “interromper o curso do mundo”, de fundamental importância no último texto de Benjamin.

260

“Cortar o pavio antes que ele atinja a dinamite”

Exemplar nessa direção – como já salientaram estudiosos de sua obra, dentre os quais se inclui Michael Löwy (2015) – é o aforismo intitulado “Aviso de incêndio” incluído em *Rua de mão única* (Benjamin, 2013, p.42), livro redigido entre 1923 e 26. No referido aforismo Benjamin alerta para os riscos de não se lograr interromper o domínio da



burguesia, cuja trajetória apontaria para suposto progresso capitaneado pelo desenvolvimento da ciência e da técnica, mas que efetivamente caminharía para o fortalecimento da dominação social e para a catástrofe, “anunciadas tanto pela inflação quanto pela produção de bombas e de armas químicas”. Diante de tal perspectiva, o filósofo aponta a necessidade urgente de se “cortar o pavio antes que a centelha chegue à dinamite”, pois caso contrário “tudo estaria perdido”, para usar suas próprias palavras (2013, p.42). Consequentemente, interromper essa trajetória – a continuidade da história burguesa - seria a tarefa fundamental da crítica radical. Destaque-se ainda no aforismo o tom de urgência da necessidade da ação; também é notável a crítica à noção de progresso, que desponta como associado ao avanço da dominação e não ao da qualidade da vida social. O aforismo é contundente por desembocar em visão que nada espera do desenvolvimento capitalista, a não ser a geração da catástrofe³. Para antecipar o raciocínio e forçar a relação: no final da década de 1930, entre as anotações de Benjamin destinadas a redação das teses sobre o conceito de História, também encontramos essa ideia fundamental: “*o progresso é a catástrofe, a catástrofe é o progresso*”. “*A catástrofe como o contínuo da história.*” (2008a :164)

261

Em 1929, Benjamin escreve um ensaio sobre o Surrealismo intitulado “O surrealismo – o último instantâneo da inteligência europeia” (1985b), que Michael Löwy (2007) considera como um dos mais radicais momentos do pensamento crítico e revolucionário da primeira metade do século XX. No ensaio, o filósofo analisa os programas dos partidos políticos burgueses a fim de demonstrar como eles consti-

3 Com tal visão Benjamin se afasta de outras vertentes do marxismo, como as adeptas da crença no progresso ou das que sustentam ter o capital papel civilizador. Sua concepção parece aqui ser tributária das teses defendidas por Georg Lukács em *História e Consciência de classe*, editado em 1923 e que Benjamin leu em 1924 por influência de Asja Lacis.



tuem “péssima poesia de primavera, saturada de metáforas” (Benjamin, 1985b, p.33): estas prometeriam o melhor dos mundos possíveis, um futuro esplendoroso para a humanidade, mas de fato se destinariam a mascarar o constante agravamento da miséria e a propagar o otimismo social e, nessa medida, estimular nas massas trabalhadoras a adesão confortável a uma situação objetivamente desconfortável. Em contrapartida, apropriando-se criativamente de *A Revolução e os intelectuais* de Pierre Naville destaca terem os surrealistas optado por combater a produção de imagens burguesas por meio da “organização do pessimismo”, ou seja, pela afirmação enfática de um “pessimismo integral” em relação ao futuro de todos os níveis da vida social:

Desconfiança acerca do futuro da literatura, desconfiança acerca do destino da liberdade, desconfiança acerca do destino da humanidade europeia, e principalmente desconfiança, desconfiança e desconfiança em relação a qualquer forma de entendimento mútuo: entre as classes, entre os povos, entre os indivíduos (BENJAMIN, 1985b, p.34)

262

Ainda no referido ensaio Benjamin destaca o caráter visionário das produções poéticas de Aragon e de Apollinaire, que elaboraram imagens impregnadas de poderosa carga política sobre o futuro próximo aptas a funcionar como sinal de alerta contra o perigo iminente, que então se desenhava no horizonte histórico europeu:

Os capítulos “Perseguição” e “Assassinato” do Poeta Assassiné, de Apollinaire, contém a descrição célebre de um program de poetas. As editoras são atacadas, os livros de poemas lançados ao fogo, os poetas massacrados. As mesmas cenas(ocorrem) no mundo inteiro. Em Aragon, a “Imaginação”, que presente essas atrocidades, convoca seus adeptos para uma última cruzada (Benjamin, 1985b, p. 29).



Como ele mesmo destacou, o surrealismo o despertou para a relação entre a vanguarda artística e a política – sendo determinante para a politização de seu próprio pensamento, conforme já anotou Osborne (1997) – além de também ter sido decisivo para a gênese do projeto sobre as Passagens de Paris (1928). Para ele, a importância do surrealismo derivaria do radical conceito de liberdade por este adotado, o qual teria despertado a intolerância da burguesia e o estimulado a desenvolver radical crítica cultural materialista, cujo objetivo seria o de conduzir os escritores e intelectuais a superar a posição contemplativa e confortável até então por eles ocupada a fim de adotarem postura ativa, socialmente combativa e inscrita no campo da esquerda. Nessa direção, pretendia “mobilizar para a revolução as energias da embriaguez” (Benjamin, 1985b, p.33). Nesse contexto, “organizar o pessimismo” implicaria a necessidade de se adotar postura radicalmente cética em relação à sociedade burguesa – postura análoga à veiculada no aforismo “Aviso de incêndio”, acima examinado –, da qual nada de bom se poderia esperar: dela só seria lícito esperar a continuidade agravada do presente ou o “aperfeiçoamento da indústria bélica e da força aérea para fins civis”, como realça em tom de galhofa o autor. A “organização do pessimismo” despontaria assim como modo de resistir a um “tempo pior”, a um futuro catastrófico.

263

Durante a década de 1930, porém, Benjamin se afasta gradativamente de semelhante proposta, embora continue a desenvolver a crítica radical – então informada pelo combate contra o fascismo – e a aprofundar a reflexão sobre os temas acima delineados. Em 1930 publica resenha intitulada “Teorias do fascismo alemão. Sobre a coletânea Guerra e guerreiros, editada por Ernst Jünger” (1985c) na qual elabora crítica feroz ao fascismo e, conseqüentemente, ao modo de o capital se apropriar da técnica. Em sua concepção, os instrumentos técnicos



também anunciam a catástrofe, visto “se justificarem pela guerra, que prova com suas devastações que a realidade social não está madura para transformar a técnica em seu órgão e que a técnica não é suficientemente forte para dominar as forças elementares da sociedade” (Benjamin, 1985c, p.61). Com semelhante visão radicaliza a crítica à associação entre desenvolvimento técnico e dominação social, concebida pelo pensamento burguês como manifestação do progresso histórico.

264

Em 1937 Benjamin descobre importante ensaio de autor completamente esquecido do final do século XVIII intitulado “As regressões da poesia” de Carl Gustav Jochmann, conforme aponta Tackels (2012, p. 191)⁴, que sugere ter a imaginação experimentado, com o desenvolvimento da ciência e da técnica, uma espécie de atrofia, enquanto a razão conheceria enorme desenvolvimento – concepção assimilada pela análise benjaminiana da lírica de Baudelaire no ensaio de 1938. (1989). Ainda em 1937, Benjamin redige importante ensaio intitulado “Eduard Fuchs, historiador e colecionador” (2008b), no qual apresenta agudas considerações sobre o método do materialismo histórico, provavelmente expondo pioneiramente seu próprio procedimento metodológico. Muitas passagens do ensaio são, inclusive, citadas ou transcritas inteiramente no texto dedicado às teses sobre a História, já que nele o filósofo reorganiza suas reflexões sobre o presente, sobre o desenvolvimento histórico, a técnica, a dominação social e o progresso; nele também é esboçada a ideia de ser necessário “interromper o curso do mundo”.

4 Ao comentar a obra, indaga como texto de tal magnitude e importância pode passar despercebido na vida cultural. Considera então não se resumir uma obra à época que produziu, já que tal visão seria imposta pela burguesia. Contra os seguidores de Goethe e do círculo de Georg, concebe ser o sentido da obra configurado por sua história: moldado por seus críticos e leitores de diferentes épocas. Deste modo, seu conteúdo de verdade pode ser revelado por épocas posteriores a sua origem. No Brasil, Roberto Schwarz, salvo engano, segue o modelo benjaminiano de análise ao considerar a obra de Machado de Assis verdadeiramente legível apenas após 1964.



Sustenta ainda crítica ao método historicista, que acumula dados e prescinde da teoria. Em contrapartida, Benjamin propõe sua superação por postura construtivista, já que a história exigiria uma construção teórica. Em 1938 redige a versão definitiva do ensaio “Sobre alguns temas em Baudelaire” (1989), em que esta noção também aparece. É, porém, em seu último escrito, conhecido como “Sobre o conceito de História”, que o conjunto dessas ideias é retomado e submetido à densa reflexão, na qual a mencionada noção adquire vigor – inclusive incidindo sobre os vários temas ou ideias examinados no texto.

Sobre o conceito de História

*Sobre o conceito de História*⁵ foi redigido pouco antes da morte de Benjamin, ocorrida em setembro de 1940. Aparentemente, não foi elaborado a fim de ser publicado, sendo antes espécie de bloco de notas metodológicas e de diretrizes para seu pensamento, conforme anota na já mencionada carta a Gretel Adorno (apud João Barrento, 2008, p.148), afirmando, entretanto, que elas deveriam ser úteis para “preparar a sequência do Baudelaire” – ou seja, para o projeto das Passagens, ao qual dedicou grande parte de sua energia após 1928. Devido à morte prematura do filósofo, *Sobre o conceito de História* foi publicado em 1942 como homenagem ao autor na *Zeitschrift für Sozialforschung*, a revista do Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de Frankfurt, nos EUA, em edição mimeografada, com o título concebido por T. Adorno de “Teses sobre a Filosofia da História” - que Benjamin nunca utilizou. É composto por 18 teses e 2 apêndices, estrutura que remete imediatamente a outro texto, as conhecidas *Teses sobre Feuerbach*, de K.Marx, com o qual parece ensinar diálogo e concretizar a ambição benjaminiana de

265

5 Sobre a concepção de história em Walter Benjamin cf. MÜLLER e SELIGMANN-SILVA, (2020) ; BOLLE, W. . (2000); GAGNEBIN, J.M (1994) e LÖWY, M. (2015); BOLZ, N. (2002)

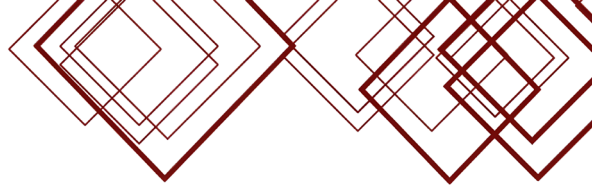


permitir ao presente acolher as vozes do passado a fim de atualizá-las. São em geral de difícil entendimento, implicando certa trama de conceitos fundamentais anteriormente elaborados por Benjamin, como os de “alegoria”, “fantasmagoria” e “imagem dialética”.

Os principais temas desenvolvidos nas Teses são a crítica à concepção de história originária do iluminismo, bem como à elaborada pela socialdemocracia ou à adotada por muitos marxistas; estas várias correntes historiográficas são atacadas indiscriminadamente por Benjamin com o rótulo genérico de “historicismo”. Para ele, o que as une é o fato de todas conceberem o tempo histórico como “vazio, homogêneo e contínuo”. Desenvolvem ainda crítica radical ao processo social de dominação e à ideia de história universal; seu aspecto mais contundente é configurado pela pretensão de promover a “revolução copernicana” na historiografia, a qual desemboca em afirmação da “história dos vencidos”. Benjamin elabora ainda rigoroso ataque à noção de “progresso”, que se desenvolve a partir de aspectos distintos, embora intimamente relacionados. As teses também manifestam grande preocupação em fundamentar filosoficamente o combate ao fascismo, que tanto mobilizou as energias do autor desde o início dos anos 30, conforme já assinalado.

266

O objetivo central é formulado com clareza na Tese 8: “A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a esta verdade” (Benjamin, 1985a, p. 226). A tese postula a necessidade de se construir novo conceito de história a partir da experiência originária da tradição dos oprimidos, dada a incapacidade de o conceito predominante de História lograr esclarecer o que semelhante tradição aponta: que os oprimidos vivem em perma-



nente “estado de exceção”.⁶ Seja como for, a tese explicita a relação entre a concepção de História e a situação social de quem a elabora, a narra ou dela se serve.

A revolução copernicana na historiografia

A referida tese 8 afirma ainda que a necessidade de se elaborar novo conceito de história estaria vinculada à luta contra o fascismo e objetivaria fornecer as diretrizes teóricas mais consequentes para semelhante combate⁷ a fim de evitar que este – o fascismo - pudesse, de algum modo, dela se beneficiar:

Nossa tarefa é originar um verdadeiro “estado de exceção”;

6 Para fornecer dois exemplos elucidativos: a maioria dos estudiosos do período pós-ditatorial no Brasil iniciado em 1985 e marcado pela chamada “redemocratização” destaca o caráter positivo desta para o conjunto da sociedade brasileira; entretanto, uns poucos procuram mostrar que do ponto de vista dos oprimidos o “estado de exceção” não findou com a “redemocratização”, já que estes continuaram condenados a viver precariamente, sem direitos, sem proteção social e sem cidadania – enquanto a elite branca e dominante gozaria de ampla sorte de direitos e de proteção social: não é assim descabido Paulo Arantes afirmar em “1964” (2014) que o Brasil conheceu, com o “fim do choque ditatorial”, um “estado oligárquico de direito”. Francisco de Oliveira, em *O Ornitórrinco* afirma “O subdesenvolvimento viria a ser (...) a forma da exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia. Como disse Walter Benjamin, os oprimidos sabem do que se trata. O subdesenvolvimento finalmente é a exceção para os oprimidos: o mutirão é a autoconstrução como exceção da cidade, o trabalho informal como exceção da mercadoria, o patrimonialismo como exceção da concorrência entre os capitais, a coerção estatal como exceção da acumulação privada” (2018, p. 131).

7.A tese 10 é nesse aspecto esclarecedora: nela Benjamin propõe “arrancar a política das malhas do mundo profano”, já que estaria “enredada por aqueles traidores” que combatiam o fascismo movido tanto pela “obtusa fé no progresso” quanto por desmedida “confiança nas massas” - consequentemente, pela certeza de que elas agiriam de acordo com as recomendações propostas pela direção partidária ou pelo comando das “Frentes Populares” - ou ainda pela “subordinação servil a um aparelho incontrolável”. Para tanto, Benjamin recorre a elementos da teologia a fim de poder melhor criticar a condução da luta contra o fascismo. (1985a, p.227).Convém ainda lembrar que em 1936, no célebre ensaio sobre a reprodutibilidade técnica da arte, Benjamin se propõe a criar conceitos estéticos “que não possam ser apropriados pelo fascismo”.



com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como norma histórica.⁸ (1985a : 226)

268

Nessa direção, Benjamin indaga se de fato podemos nos apropriar do passado e em que medida; ao mesmo tempo privilegia enfaticamente como matéria de reflexão a relação do presente com o passado – e não com o futuro. Na tese 6 afirma: *“Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como de fato ele foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento do perigo”* (Benjamin, 1985a, p.224). A tese é iniciada com crítica ao historicismo, que pressupõe ser sempre possível conhecer o passado integralmente, “tal qual ele foi”; Benjamin, porém, mostra ser semelhante postura resultante de prévia identificação – ou empatia – com os vencedores. Em contrapartida, a expressão “apropriar-se de uma reminiscência” remete não a uma coletividade indistinta, genérica, mas a um sujeito determinado: os oprimidos de ontem e de hoje. Ou seja, na tradição materialista crítica, Benjamin concebe a história como fundamentalmente contraditória e, por esta razão, também aberta: ela seria o palco de luta constante entre as diferentes classes sociais das diversas sociedades. Assim, a cada momento, esta estaria permanentemente grávida de ao menos duas possibilidades distintas. Nela, enquanto local privilegiado da manifestação dos conflitos entre as classes, todo acontecimento resultaria do referido embate: da vitória de um oponente sobre o outro. Consequentemente, nenhum evento histórico poderia ser considerado como necessário ou inevitável visto poder o conflito do qual ele resulta ter comportado – como possibilidade – outra resolução: no terreno da história o império da

⁸ Para esclarecer o sentido do conceito de estado de exceção nessa tese cf. o pós-escrito a “Alarme de incêndio no gueto francês” intitulado “Uma filosofia da história encontrada na rua” em *O novo tempo do mundo* (Arantes, 2014).



necessidade não predominaria. Em outras palavras: a cada momento a história poderia ter se realizado de outro modo, ter adquirido configuração bem diversa da que atualmente conhecemos, caso o vencedor tivesse sido outro. Entretanto, se é assim, indaga ainda Benjamin, por que a história se apresenta a nossos olhos como uma continuidade? Ou, dizendo com mais precisão, como resultado da vitória constante de apenas um dos contendores?

A resposta oferecida é inequívoca: a classe dominante ou vitoriosa do presente seria herdeira de todas as classes opressoras do passado; já que se beneficiaria do secular mecanismo de opressão e de dominação de classes constituído por suas antecessoras: “Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão” (1985a ,p. 225). Todavia, semelhante concepção implica ainda a tese de que o projeto ou as aspirações de um dos contendores em litígio – os derrotados de sempre – foram constantemente abortados, “transformados em ruínas”, conforme a expressão usada pelo autor.⁹

269

Encarado a partir desse ângulo inusitado o passado não seria o mesmo para vencedores e derrotados: enquanto as classes dominantes narram a história a fim de glorificar e celebrar seus feitos e vitórias – que confere à narração histórica um tom épico, francamente apologético, na qual o passado desponta como coisa morta, superada e irreversível –, os vencidos ou seus herdeiros vislumbram nele os traços arruinados de outro projeto histórico, de outra vida. Eles veem no passado outra possibilidade – outra forma de vida– que se inscreveu no horizonte histórico como possível, mas que não se concretizou. Por

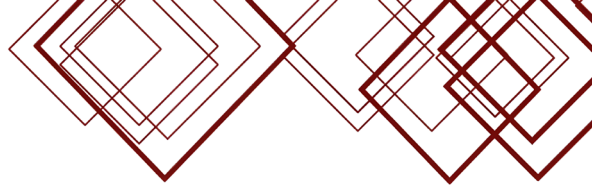
⁹ O conceito de ruína é, porém, usado por Benjamin de modo ambíguo: tanto indica aquilo que foi sufocado ou destroçado pelos vencedores quanto a figura histórica capaz de ameaçar o próprio mundo construído por estes.



isso, consideram o presente de modo ambíguo: ou como o tempo da ação da atualização do passado ou o tempo de seu enclausuramento, do definhamento das esperanças cultivadas pelas gerações passadas. Ainda conforme tal ótica, o futuro não pode ser concebido como o desdobramento do presente, mas apenas como o futuro do passado. Como realça Benjamin, de semelhante visão decorre a necessidade de os oprimidos “arrancarem a tradição ao conformismo”, por um lado, e de estarem também sempre atentos para captar os apelos do passado, já que cada geração “é dotada de fraca força messiânica”, por outro. O filósofo assim configura uma das tarefas do historiador materialista: “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (1985a , p.224-5).

270

Na perspectiva dos derrotados o passado não silencia, não desaparece nas brumas do tempo, ainda que a história dos vencedores tenda a encobrir, com seu tom apologético, os momentos revolucionários ou as lutas levadas a cabo pelos oprimidos. Mobilizando as esperanças despertadas nas lutas passadas o historiador materialista apela às gerações posteriores a fim de que elas mesmas realizem, no presente que lhes cabe, o que as gerações anteriores não lograram realizar. Semelhante apelo, porém, nem sempre será atendido – fato que distancia a concepção benjaminiana de qualquer tipo de teleologia. Nesse caso, contudo, a desatenção ou a insensibilidade histórica terá consequências: a geração que não o atender não sairá impune, pois não apenas perderá a oportunidade revolucionária como contribuirá para a continuidade da história dos vencedores e, nessa medida, também não salvará os mortos. Na tese 2, Benjamin afirma:

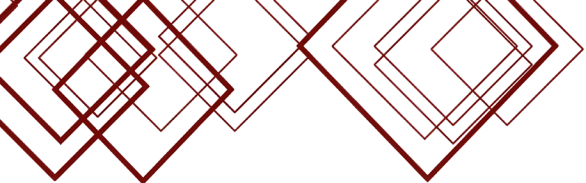


A imagem da felicidade está indissolavelmente ligada à da salvação. O mesmo ocorre com a imagem do passado, que a história transforma em coisa sua. O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção... (...). Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? (...) Se é assim, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. (...). Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para o qual o passado dirige seu apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. O materialista histórico sabe disso (1985a, p.223).

A salvação – ou redenção – do passado seria tarefa das gerações posteriores, portanto. O conceito, vale realçar, é desprovido de caráter teológico, devendo antes ser entendido como atualização do passado por meio da narração e da consequente recuperação – da rememoração, seria mais preciso dizer – das lutas e aspirações dos oprimidos, que retornariam assim à ordem do dia e brilhariam ainda uma vez no céu da história exigindo efetivação prática. A ênfase na rememoração do que ocorreu objetiva conferir a tal acontecimento súbita atualidade e configura aquilo que Benjamin denomina de “revolução copernicana da historiografia”. Não custa reafirmar: salvar o passado implica em transformar o presente; em interromper a continuidade da história dos vencedores. Provavelmente, é por isso que Benjamin recorre à imagem do perigo e da afirmação da necessidade da ação: “o perigo ameaça tanto a existência da tradição como a dos que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento” (Benjamin, 1985a, p.224).

271

Por essa razão o presente, do ponto de vista dos oprimidos, também não coincide com o presente concebido pela história dos vencedores: para essa, este não é mais do que o ponto de encontro dos acontecimentos passados, um ponto momentaneamente culminante



que, contudo, deve se desdobrar gerando o futuro e, desse modo, dar prosseguimento a uma história única, contínua.

Tempo e História: a crítica à noção de progresso e à de história universal

A fim de se examinar mais detalhadamente os objetivos fundamentais da radical crítica benjaminiana à concepção de história (e de tempo) comum às várias vertentes historicista é oportuno recorrer a ensaio de Giorgio Agamben publicado em *Infância e História*, intitulado “Tempo e História, crítica do contínuo e do instante” (2007), em que o autor analisa as várias concepções de tempo formuladas nos diferentes períodos históricos a fim de mostrar como todas continuaram dependentes, de um modo ou de outro, da concepção formulada originalmente por Aristóteles, que embora o configurasse como circular e, por assim dizer, sem princípio nem fim – já que passaria sempre pelos mesmos pontos, em eterno movimento de retorno –, o concebia também como infinito, quantificável e constitutivo de um continuum pontual, por considerá-lo como questão inerente à Física. Nessa perspectiva, o ponto – ou o instante – é sempre a passagem de um ponto a outro, é aquilo que garante o fluxo do tempo e sua continuidade. Ainda seguindo o raciocínio de Agamben, embora na Idade Média Santo Agostinho introduzisse mudança de longo alcance no modo de conceber o tempo – que passaria a ser visto então como retilíneo, como continuidade entre a origem e o fim (o Apocalipse), permitindo ser representado imagética ou espacialmente como uma flecha já que constituiria um tempo orientado, teleológico –, não teria logrado alterar ou romper a concepção aristotélica, de maneira que o tempo continuaria a ser concebido como um continuum e como pontual.



Tampouco a concepção filosófica moderna sobre o tempo teria alterado fundamentalmente semelhante modo de concebê-lo. De fato, a concepção moderna “não passaria de uma espécie de laicização da ideia cristã do tempo retilíneo e irreversível” (Agamben, 2007, p.139), que seria esvaziado de todo sentido e se esgotaria no fato de constituir “um processo estruturado em torno da ideia de um antes e um depois” (2007, p.139-140). Agamben, porém, acrescenta à explicação visão sociológica ao afirmar ser a representação do tempo como “homogêneo, vazio e contínuo” – ou seja, como matematicamente calculável – originária da experiência radicalmente moderna da organização do trabalho industrial, além de “sancionada pela mecânica moderna”. Concepção que, muito provavelmente, ecoaria – salvo engano – a crítica lukacsiana à reificação do tempo na era da organização industrial do trabalho apresentada em *História e consciência de classe*.

273

O momento espetacular em semelhante operação de esvaziamento do sentido do tempo, que por força das exigências próprias à época moderna não poderia de maneira alguma conservar a ideia de salvação contida na concepção agostiniana, seria dado pela introdução arbitrária da ideia de “progresso contínuo”, de maneira a conferir ou atribuir sentido a tal concepção. A introdução da mencionada ideia revelaria ainda aspecto pouco destacado nas discussões ou análises filosóficas sobre ele: as ideias de desenvolvimento ou de progresso contínuo e infinito, que deram à história moderna aparência de sentido, teriam origem nas ciências da natureza, que, deste modo, informariam em última instância a concepção moderna de história. Concomitantemente, o pensamento político moderno teria privilegiado sensivelmente a noção de história em detrimento da de tempo; a consequência maior desta preferência teria sido, apesar da laicização da visão cristã sobre este último, a manutenção sem questionamentos da concepção aristotélica a ele referente.



Em vista disso, Agamben conclui ter essa visão “determinado durante dois mil anos a representação ocidental do tempo” (2007, p.134). Consequentemente, nem mesmo o materialismo histórico, com sua original concepção de história teria logrado “*até agora elaborar uma concepção do tempo que estivesse á altura de sua concepção de história*”, o que teria acarretado também para ele a necessidade de “recorrer à concepção de tempo dominante há séculos na cultura ocidental fazendo que convivessem em seu seio, lado a lado, uma concepção revolucionária da história e uma experiência tradicional do tempo” (Agamben, 2007, p. 131).

274

Ao que tudo indica, prossegue Agamben, Benjamin teria percebido a incongruência e se esforçado a fim de oferecer solução para o dilema. Assim, teria cuidado de elaborar concepção revolucionária acerca do tempo, capaz de fazer jus à natureza revolucionária da visão de história formulada pelo marxismo. Por esse motivo, sua crítica à noção de progresso¹⁰ teria como alvo maior a crítica à concepção tradicional do tempo, já que o historicismo nesta se apoiaria a fim de concebê-lo como “homogêneo, vazio, contínuo” – caminhando inexoravelmente em direção a um progresso infinito, que culminaria com a realização da história universal. A tese 13 de *Sobre o conceito de história* (1985a, p. 229) é nesse aspecto elucidativa: após postular serem “a teoria e, mais ainda, a prática da socialdemocracia (...) determinadas por um conceito dogmático de progresso sem qualquer vínculo com a realidade” – afirmação capaz de evidenciar a introdução arbitrária dessa noção na concepção de história a partir do início do século XIX – Benjamin aponta ser tal ideia concebida como “um progresso da humanidade em si, e não das

¹⁰ Após 1937, Benjamin investiga criticamente a história do conceito de progresso afirmando ser importante nesse contexto o problema do conceito de História e o papel que nele desempenha tal conceito. “A recusa de um continuum da História, postulada no ensaio sobre Fuchs, tem de ter consequências epistemológicas” sendo a principal delas o estabelecimento dos limites do uso do conceito de progresso. (2010, p.149).



suas capacidades e conhecimentos”, acrescentando ainda que isto deveria ser entendido como “um processo sem limites, ideia correspondente à da perfectibilidade infinita do gênero humano”, o qual “seria um processo essencialmente automático, percorrendo, irresistível, uma trajetória em flecha ou em espiral”. A conclusão do raciocínio desenvolvido na tese é bastante clara e indica o quanto Benjamin caminhou em direção à superação da concepção tradicional de tempo:

Mas, para ser rigorosa, a crítica precisa ir além deles e concentrar-se no que lhes é comum. A ideia de um progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da ideia do progresso tem como pressuposto a crítica da ideia dessa marcha. (Benjamin, 1985a, p. 229)

Benjamin teria assim superado a concepção tradicional de tempo – originária da formulação aristotélica – por meio da crítica do instante e do continuum temporal; crítica esta concebida como “condição lógica” necessária para a formulação de nova experiência do tempo. Simultaneamente, teria também fornecido as diretrizes da nova visão revolucionária sobre ele; visão que encontraria apoio tanto no “agora” – entendido como “detenção messiânica do presente” – quanto na “consciência da classe revolucionária, que faz saltar o continuum da história”, conforme afirma a tese 15 (1985a, p. 230).

275

“Todo documento de cultura é um documento de barbárie”.

Original é o significado do presente para o historiador materialista, vale dizer, para o que assumiu o ponto de vista dos derrotados ou oprimidos. Para este, o presente não é ponto de transição para o futuro, mas o momento da interrupção da continuidade histórica e a



ocasião para a recuperação ou redenção do passado. O presente, nessa perspectiva, “é um agora no qual se infiltram estilhaços do messiânico” (Benjamin, 1985a , p.232). Essa é a matéria da tese 16, na qual afirma Benjamin:

O materialista histórico não pode renunciar ao conceito de presente que não é transição, mas que para no tempo e se imobiliza. Porque esse conceito define exatamente aquele presente em que ele mesmo escreve a história. O historicista apresenta uma imagem eterna do passado, o materialista histórico faz desse passado uma experiência única. (.). Ele fica senhor de suas forças, suficientemente viril para fazer saltar pelos ares o continuum da história (1985a ,p. 231).

276

A temporalidade dos vencedores não é a mesma dos vencidos, portanto. Além disso, a consequência fundamental do caráter épico da história dos vencedores é a tendência para encobrir os conflitos históricos entre as classes e, por meio dessa estratégia, apresentar como obra sua tanto a construção da sociedade quanto a produção dos mais diversos bens culturais. A tese 7 é nesse aspecto reveladora:

Todos os que venceram até hoje participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo (.). O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê tem uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não apenas ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento de cultura que não fosse também um monumento de barbárie. E assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura.” (1985a, p. 225)

A análise de Benjamin atinge aqui aspecto avançado por desvelar a dimensão mistificadora contida no conceito predominante de Histó-

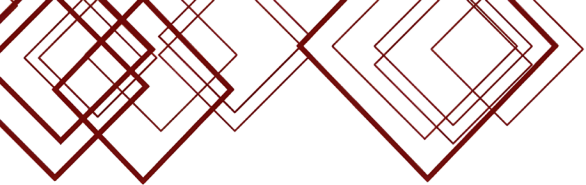


ria – no modo de os vencedores narrá-la: a imbricação da cultura e da barbárie. De fato, ao narrar uma história monumental, uma história da ação dos supostos grandes homens e de seus feitos também supostamente gloriosos, o historicismo pretende afirmar a concretização do progresso e, desse modo, atestar a construção de sociedade apta a eliminar progressivamente a barbárie. Entretanto, encarada do ponto de observação dos oprimidos, essa pretensão desponta como sintoma da barbárie: como modo de perpetuá-la, não de eliminá-la. A concepção da história como progresso almeja sempre apagar ou recalcar a dimensão brutal da história enquanto palco da luta de classes; consequentemente, também almeja mascarar o caráter brutal e bárbaro da vida social na época do capitalismo. Dizendo de outro modo: ao se contrapor enfaticamente à noção de progresso, a concepção benjaminiana da história desvela dimensão inusitada desta – ou antes, da pré-história da humanidade: a da permanência inexorável da barbárie. Com efeito, esta não é eliminada e ameaça a qualquer momento retornar ou eclodir, sendo constitutiva do processo social enquanto contraditório.

277

Semelhante concepção – por sua radicalidade – tem enormes consequências, inclusive no próprio modo de se entender o capitalismo. Com efeito, encarado dessa perspectiva o fascismo não poderia ser considerado como desvio do progresso – espécie de doença social que, superada, promoveria o retorno à normalidade ou à vida saudável regida pela marcha rumo ao progresso, como pensava a maior parte de seus opositores –, mas, ao contrário, deveria ser concebido como ameaça constante, pois faria parte da própria dinâmica do capitalismo; a barbárie fascista estaria assim sempre pronta a eclodir nos momentos de crise.¹¹

11 Para tirar consequências dessa concepção: a expressão “ditadura nunca mais” usada no Brasil pelos opositores da ditadura civil-militar instalada no país em 1964 é um imperativo social ético, que todos deveriam seguir; no entanto, ela induz à crença de



Outra consequência decisiva dessa concepção desmistificadora de Benjamin é a que aponta ser o próprio modo de “transmissão da cultura” aprisionado pela barbárie – o que implica em reconhecer na cultura uma dimensão da luta de classes. De fato, os vários meios de transmiti-la – como a própria historiografia, os museus ou ainda os vários ramos daquilo que Adorno e Horkheimer chamariam de indústria cultural¹², entre outros – cuidam de promover o tom épico típico da história dos vencedores e a mascarar a normalidade da barbárie, tendendo sempre a apresentá-la como exceção: nessa medida, participam eles mesmos da barbárie. Semelhante dimensão da transmissão da cultura obriga a todos os que não desejem compactuar com ela ou com a reprodução do mecanismo social de dominação – que a engendra – a adotar atitude de radical desconfiança em relação às formas predominantes de transmissão cultural. Como resistência ao referido processo de transmissão da história dos vencedores Benjamin recomenda a adoção de atitude radicalmente crítica em relação a ele: “escovar a história a contrapelo”. A recomendação tem valor metodológico. Ela pode ser entendida não como incentivo à produção de outra narrativa histórica afeita a adoção de tom épico e positivo a fim de se contrapor à monumentalidade da história dos vencedores, mas antes como exercício de

que a barbárie típica das épocas ditatoriais – dos “estados de exceção” impostos pelos vencedores - não se repetiria, assim como a própria ruptura da democracia. Ora, a concepção benjaminiana sustenta exatamente o oposto: a barbárie não é eliminada da história, podendo retornar a qualquer tempo; dentre outras atrocidades, brutais golpes de estado capazes de adotar terríveis políticas exterministas não são eliminados do horizonte histórico no capitalismo, por exemplo.

12 Adorno e Horkheimer extraíram consequências dessa tese benjaminiana na análise da Indústria Cultural ao examinarem como os meios de comunicação de massa se prestam em sua própria concepção e organização à dominação social – á barbárie, portanto. Fredric Jameson retoma a tese benjaminiana ao destacar que os meios de comunicação de massa promovem sistematicamente “o apagamento do sentido da história”, provocando uma espécie de “amnésia social” e um tipo de “presentificação” que torna o indivíduo virtualmente incapaz de conceber um futuro diferente do atual presente – o que é outra dimensão da barbárie.



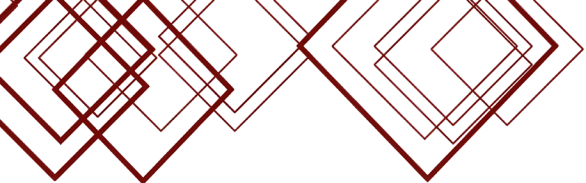
crítica permanente, de desconfiança em relação ao discurso pleno e sem fissuras da historiografia historicista, que tudo quer abarcar e em tudo realça o suposto progresso da humanidade, conforme já sugeriu Jeanne Marie Gagnebin (1994).

Todavia, esse procedimento, que suspende a voz dos vencedores retirando dela o fôlego e o ímpeto a fim de tornar perceptível sua natureza mistificadora, requer ainda procedimento mais radical, uma interrupção efetiva e potente: requer a supressão dessa história, requer a explosão – por ato da classe “combatente e oprimida”, que é “também o sujeito do conhecimento histórico”, como Benjamin afirma na tese 12 (1985a, p.228-9) – do continuum da história dos vencedores. De fato, a referida classe “aparece como a última classe escravizada, como a classe vingadora que consuma a tarefa da libertação em nome das gerações de derrotados” (1985a, p.228). Como sugere ainda o autor: “não se trata aqui de acelerar a locomotiva da história, mas sim de puxar o freio de emergência dessa locomotiva, fazendo-a saltar fora dos trilhos”. O ato decisivo seria o capaz de interromper semelhante história a fim de destruir o mecanismo que garante a opressão e o poder de uma classe sobre as demais.

279

Para interromper o curso do mundo.

A famosa tese IX condensa largamente o espírito do texto, sendo inclusive exemplar da concepção alegórica do texto benjaminiano. Ela promove interpretação livre da gravura de Paul Klee intitulada *Ángelus Novus*, na qual este é concebido como “o anjo da História”: como representante da classe “combatente e oprimida”. De qualquer modo, trata-se do Anjo, não do Messias, já que ele é, como se verá, impotente. Ele está com as asas abertas, pronto para o voo, e olha fixamente



280

para frente. Tem os olhos escancarados, a boca dilatada. A narração é elaborada a partir de sua perspectiva, embora o texto faça referência a outra: “[...] onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única”(1985a ,p.226). O “nós”, ao que tudo indica, se refere ao socialdemocrata ou ao adepto do historicismo – em qualquer uma das suas variantes – já que a paisagem da história é vista como “uma cadeia de acontecimentos”: tal ótica a torna palco de fatos interligados, oferecendo a ilusão de que tudo o que ocorre nela pareça “natural”. Bem diversa, porém, é a visão do Anjo. Ele olha para frente – isto é, para o passado – e vê uma “catástrofe única”: quer parar “para acordar os mortos e juntar os fragmentos”. Quer interromper o continuum da “cadeia de acontecimentos”: sua meta é a de eliminar a catástrofe e recompor a vida, “despertar os mortos” para, por meio da reconstrução do que foi, realizar o estado de felicidade. No entanto, é incapaz de concretizar tal façanha: contra sua vontade, é tanto impedido de cerrar as asas quanto impelido para trás – para o futuro – por uma “tempestade a que chamamos de progresso”. A ação que redimiria a si próprio e a todo cenário de ruínas a que é forçado a contemplar – não sem horror – é a de deter o tempo: interromper a continuidade da história dos vencedores. Enfim, recuperar o passado significaria impedir que o futuro do presente se concretize.

O Anjo da história experimenta dessa maneira situação paradoxal, pois é impotente para realizar semelhante proeza. Nesse sentido, ele estaria mais próximo da figura que denuncia o sofrimento do que daquela que verdadeiramente o suprime. Nesse preciso sentido ele seria a testemunha de acusação da barbárie implicada na história dos vencedores e, enquanto tal, aquele que impede o esquecimento das atrocidades cometidas. Ele sustentaria a esperança: a possibilidade da ação efetiva capaz de redimir todo o passado, a qual pode ocorrer a qualquer



momento, visto “que cada segundo [seria] a porta estreita pela qual podia penetrar o Messias”, conforme diz Benjamin (1985a, p. 232).

Esta concepção de História não é apenas crítica radical do progresso ou da noção tradicional de tempo, encarados como vinculados à catástrofe, à morte e à ruína. É também a liquidação, enquanto crítica que destrói e supera, das concepções de História que se rendem a tal categoria e por isso acabam até mesmo por aceitar o sofrimento e a barbárie como fatos constitutivos da História. Nesse sentido, muito possivelmente ela constitui a crítica mais radical já formulada não apenas contra o historicismo, mas também contra a concepção hegeliana da História e das filosofias da História dela tributárias: dentre estas, inclui-se certa vertente do próprio marxismo.

Nota adicional.

281

Em *Sobre o conceito de história*, notadamente na tese 11, Benjamin retoma a crítica à noção de progresso técnico e ao trabalho industrial por meio do exame das ideias econômicas da socialdemocracia, que seriam condicionadas pelo conformismo e, enquanto tal, prejudiciais ao movimento operário:

Nada foi mais corruptor para a classe operária alemã que a opinião de que ela nadava com a corrente. O desenvolvimento técnico era visto como o declive da corrente, na qual ela supunha estar nadando. Daí só havia um passo para crer que o trabalho industrial, que aparecia sob os traços do progresso técnico, representava uma grande conquista política. (Benjamin, 1985a, p. 228)

Benjamin mostra a falsidade da suposição acentuando tanto seu



caráter ideologicamente antiquado quanto recorrendo à crítica anteriormente formulada por Marx a semelhante identificação, segundo a qual “o homem que não possui outra propriedade que a sua força de trabalho está condenado a ser o escravo de outros homens, que se tornaram (...) proprietários” (1985a, p.228); mediante este procedimento torna evidente o que a referida concepção mascara: o caráter contraditório dos interesses burgueses e proletários. Consequentemente, a inovação tecnológica no universo produtivo não teria o mesmo significado para ambas as classes: a visão socialdemocrata deixaria de “refletir de maneira adequada sobre a questão central e decisiva de como os bens produzidos por meio desse aparato poderia ser apropriado pelo trabalhador” (p.228). Todavia, encarado da perspectiva da classe trabalhadora, o progresso técnico se revelaria apto para submetê-la ainda mais rigorosamente a esse mesmo aparato, já que “seu interesse se dirige apenas aos progressos na dominação da natureza, e não aos retrocessos na organização da sociedade. Já estão visíveis, nessa concepção, os traços tecnocráticos que mais tarde vão aflorar no fascismo” (1985, p.228). Benjamin explicita assim o vínculo entre progresso técnico e dominação da natureza “comparada, com ingênua complacência, à exploração do proletariado”. Em contrapartida, recupera criticamente as “fantasias de um Fourier”, já que nesse novo contexto elas apareceriam como “surpreendentemente razoáveis” enquanto ilustrativas de “um tipo de trabalho que, longe de explorar a natureza, libera as criações que dormem, como virtualidades, em seu ventre” (p 228). Ou seja, a interrupção da atual organização do trabalho industrial e do tipo de progresso técnico por ele implicado liberaria tanto a natureza quanto o trabalho e, conseqüentemente, o trabalhador.

Benjamin já havia manifestado visão semelhante em “*A caminho do planetário*” (2013, p. 68/69) – conforme já assinalado –, aforismo em



que assinala a diferença fundamental entre o homem antigo e o moderno, já que este teria se tornado incapaz de estabelecer experiência cósmica semelhante à daquele: o declínio desta estaria associado às origens da astronomia, cujas descobertas resultaram tanto no desaparecimento da “embriaguez” – ou êxtase – quanto em relação exclusivamente ótica do ser humano com o universo; relação capaz de condenar aquela a ser mera matéria da vivência individual ou a encontrar refúgio ocasional na poesia – ao preço, porém, de profunda “desorientação do homem moderno” e da promoção de “um grande assédio ao cosmos em escala planetária” por meio da guerra: nessa direção, o uso da técnica para este fim teria “traído a humanidade”. Em oposição a este tipo de uso da técnica, determinado pela “avidez de lucro da classe dominante”, Benjamin concebe ser a técnica destinada não ao domínio da natureza, mas ao “domínio da relação entre a humanidade e a natureza”, o que é completamente diferente. Como se pode notar, a ideia de interrupção do curso do mundo tem consequências radicais.

283

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. “Tempo e História, crítica do contínuo e do instante”. in *Infância e História*. Córdoba, Adriana Hidalgo Editora. 2007.
- ARANTES, Paulo Eduardo. “1964”. in *O novo tempo do mundo*. São Paulo, Boitempo, 2014.
- BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. Belo Horizonte, Ed Autêntica, 2013. Tradução João Barrento.
- _____. “A caminho do planetário”. in *Rua de mão única* (2004), Obras Escolhidas II, São Paulo, Editora Brasiliense.
- _____. “Teorias do fascismo alemão. Sobre a coletânea Guerra e guerreiros, editada por Ernst Jünger”. *Obras Escolhidas*,



Vol. 1, São Paulo, Brasiliense, 1985c, págs. 61 a 72.

_____. “Sobre alguns temas em Baudelaire”. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Obras escolhidas, vol. III, São Paulo, Ed Brasiliense, 1989.

_____. “Eduard Fuchs, historiador e colecionador”. in *O Anjo da História*, Lisboa, Ed Assírio & Alvim, 2008b, tradução João Barrento.

_____. “Sobre o conceito de História. O texto, o título, a gênese”. Comentários anexados no final do referido texto de Benjamin. Fonte: arquivo Benjamin. in *O anjo da História*. Lisboa, Ed Assírio & Alvin, 2008a. Tradução e notas de João Barrento.

_____. “Sobre o conceito de história”. in BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política. Obras Escolhidas, vol.1*. São Paulo, Ed Brasiliense, 1985a.

284 _____ “O surrealismo – o último instantâneo da inteligência europeia. in *Magia e Técnica, Arte e Política. Obras escolhidas, vol 1*, São Paulo, Ed Brasiliense, 1985b.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna*. São Paulo, Ed da USP/FAPESP, 2000 (2ª ed)

BOLZ, Norbert. “É preciso teologia para pensar o fim da História?” in *Rev. Estudos Avançados* 16, USP, São Paulo, 2002.

BUCK-MORSS, Susan. “Walter Benjamin: entre moda acadêmica e avant-garde.” Palestra proferida pela autora na Universidade de São Paulo (USP) em 1998. Tradução de João Roberto Martins Filho.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo, Editora Perspectiva-Fapesp-Unicamp. 1994.

LÖWY, M. “Walter Benjamin y el surrealismo: historia de um encantamento revolucionário”. *Acta Poetica* 28, primavera-otoño 2007.

_____. *A filosofia da História de Walter Benjamin*, São Paulo, Estudos



Avançados 16, USP, 2002.

_____. Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”.(Coleção Marxismo e literatura) . São Paulo, Ed Boitempo. 2015.

MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização. Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud.* São Paulo, Zahar editora, 1968.

MÜLLER, Adalberto e SELIGMANN-SILVA, Márcio. Sobre o conceito de história. Edição crítica São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2020.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica da razão dualista. O Ornitórrinco*, São Paulo, Ed Boitempo, 2018, 4ª reimpressão.

OSBORNE, Peter. Vitória de pequena escala, derrotas de grande escala: a política do tempo em Walter Benjamin. in Benjamin, Andrew e Osborne, Peter. *A filosofia de Walter Benjamin.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed, 1997

TACKELS, Bruno. *Walter Benjamin.* Valencia, Publicaciones Editora Universitat de Valencia, 2012. 285

WITTE, Bernd, *Walter Benjamin: Uma biografia.* Barcelona, Ed Gedisa, 1990.

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

*A produção, difusão e recepção de ideias sobre a Guerra do Paraguai/
Guerra Guasu pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e
pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul*

The production, diffusion and reception of ideas about the Paraguayan War/
Guasu War by the Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso and the
Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul

Ana Paula Squinelo¹

Jérry Roberto Marin²

Resumo: Analisamos neste artigo a produção, difusão e recepção de ideias acerca da Guerra do Paraguai/Guerra *Guasu* propagadas pelos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, criado em 1919, e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, criado em 1978. Essas ideias circulavam em revistas, artigos, livros, poemas e na letra do hino mato-grossense, configurando memórias e identidades que estão de acordo com os interesses e projetos das elites de cada estado. Suas produções culturais construíram versões oficiais que são ensinadas nas escolas, constam nos conteúdos dos concursos públicos e são difundidas pelos meios de comunicação. Elas estigmatizam o Paraguai e os paraguaios, privilegiam os heróis brancos e do sexo masculino, silenciam sobre os demais participantes do conflito, assim como fomentam o preconceito e a xenofobia. Deste modo, pretendemos questionar a construção do regional que foi realizada por esses intelectuais acerca da Guerra do Paraguai/*Guasu*.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai/Guerra *Guasu*; Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso; Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul.

1 Graduada em História pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Mestrado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP), Pós-doutorado pela Universidade do Minho e Universidade Nova Lisboa. Professora Titular na UFMS, Professora nos Programas de Mestrado: Profissional em Ensino de História (UFMT) e Interdisciplinar em Estudos Culturais (UFMS). Líder do Grupo de Pesquisa Historiografia e Ensino de História: Diálogos em Trânsito (HEH/UFMS/CNPq). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4490-5111>. E-mail: ana.squinelo@yahoo.com.br.

2 Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Pós-doutor pela Università Degli Studi di Roma “La Sapienza”. Professor Titular na Faculdade de Ciências Humanas/Curso de História e Bacharelado em História/UFMS, Professor da Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0003-0882-1359>. E-mail: jerrimar@gmail.com



Abstract: In this article, we analyse the production, diffusion and reception of ideas about the Paraguayan War/*Guasú* War propagated by the intellectuals of the Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, founded in 1919, and the Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, founded in 1978. These ideas circulated in magazines, articles, books, poems, and in the lyrics of the Mato Grosso anthem, shaping memories and identities in accordance with the interests and projects of each state's elite. The cultural productions of the institutes have constructed official versions that are taught in schools, appear in the contents of public competitions and are disseminated by the media. They stigmatize Paraguay and Paraguayans, privilege white and male heroes, keep silent about the other participants in the conflict, as well as foster prejudice and xenophobia. In this way, we intend to question the construction of the regional that was carried out by these intellectuals about the Paraguayan/*Guasú* War.

Keywords: Paraguayan War/*Guasú* War; Historical and Geographical Institute of Mato Grosso; Historical and Geographical Institute of Mato Grosso do Sul.

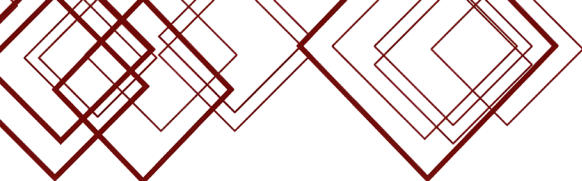
Procuramos analisar a produção, difusão e recepção de ideias sobre a Guerra do Paraguai/Guerra *Guasú*,³ a partir das ações realizadas por um conjunto de intelectuais que eram sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS), que foram difundidas em livros⁴, revistas, poemas, artigos⁵ e no hino mato-grossense. Enfo-

287

3 Guerra do Paraguai e *Guerra Guasú* serão utilizadas como sinônimos. *Guerra Guasú* é a forma mais utilizada no Paraguai. O conflito é denominado ainda de Guerra Grande, Guerra da Tríplice Aliança e Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Como observou Sansón Corbo (2015, p. 955), a “polissemia nominativa utilizada para referi-la [...] reflete a falta de consenso hermenêutico entre os pesquisadores e os incômodos políticos e ideológicos que provoca sua evocação”.

4 Para Darnton (1990, p. 112), “de modo geral, os livros impressos passam aproximadamente pelo mesmo ciclo de vida. Este pode ser descrito como um circuito de comunicação que vai do autor ao editor (se não é o livreiro que assume esse papel), ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor, e chega ao leitor. O leitor encerra o circuito porque ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato de composição. Os próprios autores são leitores. [...] Ele se dirige a leitores implícitos e ouve a resposta de ressentimentos explícitos. Assim, o circuito percorre um ciclo completo.”

5 Chartier (1998, p. 12) apontou que a tarefa do historiador é reconstruir as variações que diferenciam os “espaços legíveis” – isto é, os textos nas suas formas discursivas e materiais – e as que governam as circunstâncias de sua “efetuação” – ou seja, as leituras compreendidas como práticas concretas e como procedimentos de interpretação.



caremos a produção cultural produzida entre os anos 1919, quando foi criado o IHGMT, e 1991, quando foi lançada a primeira edição da obra *História de Mato Grosso do Sul*, de Hildebrando Capestrini e Acyr Vaz Guimarães, que eram membros do IHGMS. Essas instituições estabeleceram uma *ordem* de como deve ser compreendida a guerra, ordem esta que se tornou um cânone a ser cultuado e difundido nos espaços dos institutos, nas escolas, nos concursos públicos, pelos agentes do Estado e nos meios de comunicação. Os intelectuais são um “conjunto de sujeitos específicos, considerados como criadores, portadores, transmissores de ideias” em uma determinada sociedade, que atuam em redes de sociabilidades e estão engajados na militância cultural (BOB-BIO, 2001 p. 109; SIRINELLI, 1996, p. 248).

288

Os criadores dessa produção cultural e responsáveis pela sua difusão foram jornalistas, escritores, professores, funcionários públicos e religiosos que se engajaram na construção dos regionalismos mato-grossense e sul-mato-grossense e que foram – e continuam sendo – muito produtivos e capazes de estabelecer mediações com a sociedade e o Estado. Esses intelectuais atuavam também na esfera política, direta ou indiretamente, favorecendo a difusão e recepção das suas interpretações da história, da literatura e da cultura.

Seguindo a perspectiva de Gomes e Hansen, um *intelectual mediador* ou *mediador cultural* é aquele que produz e divulga, ou seja, “se dedica à comunicação com públicos externos às comunidades de experts” e que “se aperfeiçoa nas atividades de mediação e no uso de linguagens”. É “um profissional especializado em atingir um público não especializado”, formado pela maioria da sociedade, além de investir na escrita, na fala e na publicação de seus livros. Ao longo da sua vida pode ser apenas mediador ou criador ou atuar em mais de um tipo de mediação cultural. Isto é, não existe uma hierarquização ou rótulo para investigar



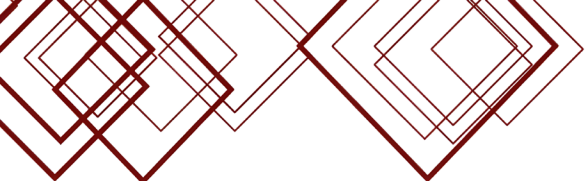
a complexidade de sua atividade intelectual e sua produção. Eles procuram inserir-se em instituições culturais e nos meios de comunicação, pois “em muitos casos o intelectual mediador necessita de um grande empenho para se especializar em escrever/falar/fazer/gerir/organizar livros e revistas, instituições culturais”, entre outras atividades (GOMES; HANSEN, 2016, p. 18-22). Em suma, o intelectual mediador é um especialista em comunicação e pode fazer uso de diferentes recursos e meios – a escrita, a fala, os livros, as revistas, a imprensa, a televisão e as instituições culturais e políticas:

Ele se aperfeiçoa nas atividades de mediação e no uso de linguagens e estratégias com a sua experiência e com aquela acumulada ao longo do tempo. Ou seja, [...] esse intelectual muitas vezes ocupa um cargo estratégico numa instituição cultural, pública ou privada, numa associação ou organização política, ou atua desde um lugar privilegiado numa rede de sociabilidades, de onde protagoniza projetos de mediação cultural de enormes impactos políticos (GOMES; HANSEN, 2016, p. 18-19).

289

Analisar “a figura do mediador cultural é, assim, desafiadora, não só por questões teóricas constitutivas de sua atividade intelectual, como igualmente pelas numerosas possibilidades de funções que pode exercer ao mesmo tempo e através do tempo” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 22). De acordo com Sirinelli (1996, p. 252), buscar as estruturas de sociabilidade e as afinidades que os unem, bem como onde atuam esses intelectuais, auxilia-nos a apreender as sensibilidades ideológicas e culturais e as redes que “secretam [...] microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos”. O agir dos intelectuais também compreende o inesperado, o fortuito, e não é redutível aos interesses e estratégias conscientes (BOURDIEU, 2001, p. 146).

Entre as aspirações dos intelectuais mediadores, está a ampla di-



290 fusão, na sociedade, de suas visões e ideologias. Para tal, investem em publicações de revistas e livros. Segundo Chartier (1998, p. 8), o “livro sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu sua publicação”. Os livros, ao longo da história, estabeleceram um determinado contexto, um lugar social, que condiciona a construção do discurso histórico. Certeau (1982, p. 66-67), por sua vez, apontou que toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural, ou seja, implica um meio de elaboração que está circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhes serão propostas se organizam.

O IHGMT e a Guerra do Paraguai/Guerra Guasu

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ocorrida no ano de 1838, influenciou, nas décadas e séculos posteriores, a criação de instituições similares. No caso de Mato Grosso, o IHGMT foi fundado no ano de 1919, em Cuiabá, durante o governo do bispo D. Aquino Francisco Corrêa (1918-1922)⁶, indicado pelo presidente Veneslau Brás após a intervenção em Mato Grosso. O bispo-presidente interviu na produção artística e cultural, investindo em sucessivos empreendimentos culturais e em instituições, a fim de formar um novo

⁶ D. Aquino nasceu em Cuiabá, ordenou-se padre em 1909, bispo-auxiliar em 1915 (era o bispo mais jovem do mundo) e arcebispo em 1921. Entre 1918 e 1922, tornou-se presidente de Mato Grosso. Faleceu em 1956. É reconhecido como excelente orador e escritor.



ordenamento da sociedade, superar as crises políticas e unir as elites e a sociedade num projeto que garantisse a estabilidade social e política e que também promovesse o desenvolvimento econômico.

Em 1921, foi criado o Centro Matogrossense de Letras,⁷ cujo fim era “lançar as bases da literatura regional”, promover e incentivar a cultura literária e abordar temas regionais, exaltando as belezas naturais, riquezas, fatos históricos, populações, heróis, tradições culturais, entre outros temas (CORRÊA, 1940, p. 30).

D. Aquino tornou-se sócio fundador dessas instituições, fornecendo as diretrizes a serem seguidas na definição da identidade regional⁸. Essas instituições receberam decisivo amparo do Estado, por meio de expressivas divisas, seja para seu funcionamento, seja para a publicação dos seus trabalhos (MARIN, 2018, p. 786-788, 790)⁹. D. Aquino, ao unir a literatura com a moral e a religião, defendia que a primeira deveria educar, disseminar o civismo e os valores sociais, sentimentos de ufanismo e pertencimento à coletividade mato-grossense. A Guerra do Paraguai/Guerra *Guaçu* deveria ser um tema retratado, pois Mato Grosso teria sido “a mais heroica vítima nacional” que expirou “na última golfada sanguinolenta de Lopes à beira do Aquidabã”. Outros temas considerados gloriosos e imortais seriam “Coimbra, Corumbá, Dourados, o Sará, o Alegre, Melgaço, a retirada da Laguna, a odisseia incomparável de Mello, o bravo”, além de Taunay, que foi “a maior alma de artista que jamais se pôs em contato a natureza mato-grossense” (CORRÊA, 1940, p. 32-33).

291

7 Em 1932, passou a denominar-se Academia Mato-grossense de Letras (AML).

8 Consiste em forjar, nos elementos díspares, aspectos comuns que possibilitavam agregar e constituir uma comunidade imaginada (ANDERSON, 1989, p. 14-15).

9 Para divulgar a produção foi criada, em 1922, a *Revista do Centro Matogrossense de Letras*.



A missão do IHGMT era “coligir, methodizar, publicar ou archivar os documentos concernentes á história, geografia e arqueologia de Matto Grosso, bem como á etnografia dos seus indígenas e á biographia dos seus homens ilustres” (ESTATUTOS..., 1919, p. 8). Construir uma história oficial era, acima de tudo, preservar a memória¹⁰ e exaltar e glorificar o Mato Grosso e os feitos dos mato-grossenses. Para Philogonio Corrêa (1919, p. 8), o papel do IHGMT era “imortalizar os feitos dos que se foram, imortalizar os heróis, escolher modelos para o futuro”, de modo a “tornar bem conhecidas a grandeza e a nossa raça [...] não deixando de apagar a memoria dos seus benemeritos”, para que os mato-grossenses se orgulhassem do seu passado e seguissem os ensinamentos dos antepassados. Segundo D. Aquino (CORRÊA, 1919a, p. 4), era um dever cívico de todos serem patriotas, amarem Mato Grosso e o Brasil e orgulharem-se deles. Tanto a História como a Literatura seriam as guardiãs das tradições, dos fatos, do culto dos heróis, garantindo sua imortalidade. Preservar a memória era um traço distintivo de civilidade de um povo:

Se morrem para sempre as Pátrias cujos filhos não souberam perpetuar-lhe a vida nas brônzeas páginas indefectíveis da História, que, quando muito, conserva-lhe por um único epitáfio o nome, equivalente aliás, a um estigma perene da ignorância, esterilidade e barbárie. Não acontecerá o mesmo com Mato Grosso. Instala-se nesta hora, mercê de Deus, o seu Instituto Histórico, cujo esforço contínuo será reviver as gloriosas tradições e imortalizar a alma bandeirante e estoica do povo mato-grossense. (CORRÊA, 1919a, p. 6).

Para divulgar as pesquisas e documentos, foi criada, em 1919, a

10 A memória, segundo Le Goff (1992, p. 476), “é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e da sociedade de hoje, na febre e na angústia”. Quanto à memória coletiva, a vê como “um instrumento e um objeto de poder”.



*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*¹¹. Seu objetivo era preservar “para o futuro as glórias do passado” e construir, “com os monumentos do seu passado, o pedestal para a estátua majestosa do seu futuro”, ou seja, “um novo século de vida para Matto-Grosso” (CORRÊA, 1919a, p. 3).

Nesse contexto, havia inúmeros intelectuais preocupados em pesquisar, escrever e redefinir a identidade regional, tais como o bispo e presidente de Mato Grosso, D. Francisco de Aquino Corrêa¹², Estevão de Mendonça¹³, Virgílio Alves Corrêa Filho¹⁴, Philogônio de Paula Corrêa¹⁵, José Barnabé de Mesquita¹⁶, entre outros. Muitos deles

11 A publicação sofreu uma interrupção entre os anos de 1955 e 1976, circula até os dias atuais.

12 D. Aquino nasceu em 2 de abril de 1885, em Cuiabá. Em 1902, com 17 anos, ingressou na Congregação Salesiana e, em 1904, foi enviado a Roma, onde estudou Filosofia e Teologia, na Academia de São Tomás Angelicum e na Pontifícia Universidade Gregoriana, respectivamente. Em ambas foi titulado doutor, com o distintivo *Summa Sum Laude*. Em 17 de janeiro de 1909, foi ordenado padre e, em 2 de abril de 1914, o Papa Pio X o elevou à dignidade episcopal. Após a intervenção do presidente Venceslau Brás em Mato Grosso, em 10 de janeiro de 1917, foi indicado para ser governador para exercer o mandato de 1918 a 1922. Com o falecimento de D. Carlos, em 9 de julho de 1921, foi nomeado arcebispo de Cuiabá, posto que assumiu até o ano de 1956.

13 Estevão de Mendonça nasceu em Barão de Melgaço-MT, foi professor, advogado, jornalista e ocupou diversos cargos públicos, tais como Presidente do Conselho Superior de Ensino, auxiliar-técnico da na Repartição de Obras Públicas do Estado, presidente do Conselho Superior do Ensino e juiz efetivo do Tribunal Regional Eleitoral, entre outros. Integrou o quadro de sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e do Centro Mato-Grossense de Letras. Segundo Zorzato (1998), foi o precursor na organização memorialística, foi um dos fundadores do IGHMT, sendo considerado uma das maiores autoridades para compor a identidade local.

14 Virgílio Alves Corrêa Filho nasceu em Cuiabá, foi engenheiro, jornalista e é considerado um dos principais “historiadores” de Mato Grosso. Ocupou cargos políticos no âmbito da política estadual e foi membro do IHGB, IHGMT e da AML. Faleceu em 1973.

15 Philogônio de Paula Corrêa foi professor, jornalista, historiador, literato e político. É considerado um dos nomes mais importantes na historiografia mato-grossense.

16 José Barnabé de Mesquita era advogado e exerceu várias funções no poder judi-



ocupavam postos importantes no governo estadual. Como “guardiões da memória”, empenharam-se em criar um “passado imponente”, cuja narrativa contemplava os feitos grandiosos de uma elite branca. Para Zorzato (1998, p. 25), o IHGMT elaborou e consolidou uma memória e história, “[...] já que sua criação e existência têm uma importância decisiva na elaboração, registro e preservação daquilo que se deseja divulgar sobre Mato Grosso”.

A Guerra do Paraguai/Guerra *Guasu* foi considerada como um dos eventos mais gloriosos da história de Mato Grosso. O hino mato-grossense, instituído em 1918, por D. Aquino, cuja letra é o poema “Canção Matogrossense”, de sua autoria, exaltava o heroísmo e participação dos mato-grossenses na expansão das fronteiras a oeste e na defesa da soberania nacional durante a guerra (CORRÊA, 1919b, p. 19-20). Na *Revista* do IHGMT, a guerra foi um tema recorrente, sendo que heróis e episódios foram meticulosamente enaltecidos e preservados.

294

Quanto aos nomes tidos como heróis no contexto da guerra, inúmeros artigos da *Revista* do IHGMT homenagearam João de Oliveira Mello, que comandou a marcha de Corumbá a Cuiabá após a ocupação paraguaia; Antônio João Ribeiro, comandante da pequena Colônia Militar dos Dourados, que, de acordo com a narrativa oficial, morreu em consequência da ocupação paraguaia; Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, por organizar a ofensiva para deter o avanço paraguaio sobre Cuiabá; Juvêncio Manoel Cabral de Menezes e Carlos de Moraes Camisão, que participaram da Retirada da Laguna, assim como José Francisco Lopes, que acompanhou a coluna na ocupação paraguaia e, conseqüentemente, na Retirada, como “guia”; Antonio Maria Coelho, que liderou a retomada de Corumbá; e Alfredo d’Escragnolle Taunay, que participou do episódio da Retirada da Laguna como ajudante de ciário. Foi um dos membros do Instituto que mais publicou na revista do IHGMT.



comissão de engenheiros. Quanto aos episódios militares, foram privilegiados a ocupação paraguaia em solo mato-grossense, a tomada do Forte de Coimbra e a retomada de Corumbá.

Nos dois primeiros volumes da *Revista* do IHGMT, foram publicados poemas de D. Aquino, reunidos sob o título *Terra natal*, que instituíam inúmeros heróis (Leverger, Antônio João, Cruz e Cunha, tenente Mello) e fatos históricos (Retirada da Laguna) a serem lembrados e celebrados (CORRÊA, 1919b, p. 17-48; 1919c, p. 95-143). Na obra *Terra natal: versos a Mato Grosso, o grande Estado do Oeste Brasileiro*, publicada em 1940, novos poemas foram acrescentados: “Diante dos heróis de Laguna e Dourados”, “Canção Matogrossense”, “Miranda” e “Princesa do Paraguai” (CORRÊA, 1940)¹⁷. De acordo com Marin (2018, p. 800), na seleção dos heróis mato-grossenses, não importava o local de nascimento desses indivíduos, mas suas qualidades atávicas e feitos gloriosos. Os heróis eleitos foram invariavelmente homens que se destacaram nas operações militares, sendo enaltecidas suas qualidades e trajetórias, como a capacidade de liderança e iniciativa, a bravura, o patriotismo, a resignação e seus valores políticos, ideológicos, religiosos e morais, sobretudo os cívicos.

295

D. Aquino, no poema “Diante do monumento: aos heróis de Laguna e Dourados na praia Vermelha”, celebrou esses episódios como os mais célebres da história militar de Mato Grosso e do Brasil. A Guerra do Paraguai/Guerra *Guasu*, por sua vez, era digna de admiração e lembrança, sendo o episódio da Retirada da Laguna o mais notável e heroico da história brasileira (CORRÊA, 1940, p. 15-16). Outras glórias foram a defesa e retirada do Forte de Coimbra, a retomada da cidade de Corumbá e os “martírios” de Antônio João Ribeiro, representados

17 Os poemas de D. Aquino foram reeditados nas obras *Poética: nova et vetera*, *Poética: odes* e *Poética: terra natal* (CORRÊA, 1985e; 1985f; 1985g).



como sentinelas avançados da integridade nacional (CORRÊA, 1985c, p. 32). D. Aquino, ao defender o projeto nacionalista católico, associava catolicidade e brasilidade, pois o Brasil e Mato Grosso teriam sido consagrados, desde o seu nascimento, à Igreja Católica e a Deus. Dessa forma, combatia as ideologias e concepções consideradas estranhas à vida nacional, tais como o socialismo, o comunismo, o liberalismo e o protestantismo (MARIN, 2016, p. 162; 2018, p. 800).

296

O primeiro dos homenageados por D. Aquino, Augusto Leverger (1802-1880) ou Barão de Melgaço, é um dos heróis regionais mais cultuados. Na produção do IHGMT, destacam-se os volumes comemorativos dedicados a Augusto João Manoel Leverger: em 1980, para celebrar o centenário de sua morte (Tomos CXIII e CXIV); em 2002, para solenizar o bicentenário de seu nascimento (v. 60); e, em 2006, para enaltecer sua memória (v. 64). Leverger foi presidente da Província de Mato Grosso por mais de uma vez, notabilizando-se, do ponto de vista da historiografia oficial, por deter o avanço paraguaio sobre Cuiabá. A biografia do “Bretão Cuiabanizado”, assim chamado por Virgílio Corrêa Filho, foi traçada em artigo redigido por Antonio de Arruda. Sua vida na França, a vinda para a América, o ingresso na Marinha Brasileira, sua atuação nas questões que envolveram o Prata, as missões diplomáticas que realizou no Paraguai, seu desempenho como presidente da província mato-grossense e os serviços prestados quando da invasão paraguaia configuraram-se em assuntos que foram abordados.

Quando ocorreu a ocupação de Corumbá, em 4 de janeiro de 1865, e a aproximação dos efetivos paraguaios em Cuiabá, Leverger, de acordo com Arruda (1980), passou a frequentar constantemente o Palácio do Governo. Diante da derrota sofrida por uma expedição enviada pelo Governo, teria, apesar da idade avançada, saído do “Coxipó no mesmo instante e, sem sequer despedir-se da esposa, foi apresentar-se

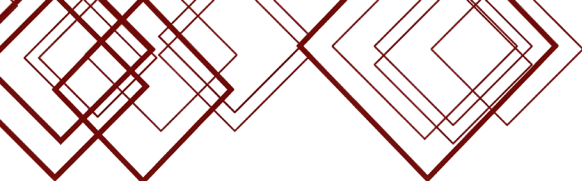


ao Presidente, colocando-se à sua disposição para organizar a defesa” (ARRUDA, 1980, p. 27). Ao assumir o comando das forças, Leverger teria pronunciado as seguintes palavras: “[...] Marchemos, senhores, a guarnecer o ponto abandonado, e quando não possamos impedir a passagem do inimigo, que ao menos façamos conhecer que protestamos por meio da nossa artilharia. Que me acompanhe quem quiser.” (ARRUDA, 1980, p. 27). Tais palavras, de acordo com as narrativas registradas nas páginas da *Revista* do IHGMT, teriam despertado o patriotismo da tropa e feito desaparecer o pânico. Para Arruda, naquele momento “ele se transformou no antemural do Brasil em Mato Grosso, segundo o dístico famoso de Taunay” (ARRUDA, 1980, p. 27). O “bretão” poderia, pois, ser considerado

Um herói em todos os sentidos - não apenas nos lances em que arriscou a vida com destemor, mas também nos exemplos diuturnos que deixou, de tenacidade, abnegação, tolerância, bondade, amor ao trabalho, e outros predicados que ornaram sua rica personalidade (ARRUDA, 1980, p. 27).

297

Jose Manoel Alves Correa também homenageou a figura do Barão de Melgaço. Realizando um breve histórico da vida de Leverger, enfatizou sua atuação na contenda com o Paraguai. Segundo Alves Correa, o presidente da província mato-grossense teria pronunciado as seguintes palavras, sobre a necessidade de deter o avanço paraguaio: “não com a presunção de impedir a passagem do inimigo, diz ele, mas ao menos para livrar-nos da vergonha de chegarem os paraguaios até o porto da Capital, sem terem sofrido a menor resistência” (CORREA, 1981, p. 17). Essa manifestação de patriotismo fez com que inúmeros escritores relembassem seu “heroísmo” e “modéstia”. D. Aquino, por exemplo, escreveu o poema “Leverger”, em que destacou as glórias



do barão, as quais imortalizavam “um povo inteiro”, qualificando-o como “[sábio], estadista e heróe” (CORRÊA, 1919c, p. 105-106). Virgílio Corrêa Filho, para homenageá-lo, escreveu a obra *Leverger: o Bretão Cuiabaniizado* (CORRÊA FILHO, 1941).

O volume que rememora o centenário de nascimento de Virgílio Corrêa Filho – permite demonstrar, com clareza ainda maior, o quanto este escritor cuiabano influenciou a produção dos demais escritores. De acordo com Pedro Rocha Jucá, Virgílio Corrêa Filho

[...] pertence a uma linhagem familiar tradicional e rica de valores que enobrecem a memória mato-grossense, incluindo-se aí a figura histórica e exponencial do Barão de Melgaço, que por mais tempo governou Mato Grosso e garantiu a defesa de Cuiabá durante a Guerra do Paraguai, mesmo já recolhido ao merecido descanso de sua vida (JUCÁ, 1987, p. 18).

298

Jucá estava recorrendo, nessa defesa, à ascendência de Corrêa Filho, pois Augusto Leverger, que Corrêa Filho imortalizou como o “Bretão Cuiabaniizado”, era seu avô. Os dois personagens – Leverger e Corrêa Filho – são temas recorrentes nas páginas da *Revista do IHG-MT*. O interesse explica-se, em parte, por sua produção bibliográfica sobre Mato Grosso. Sobre os distintos aspectos concernentes à guerra, esse escritor teve uma produção intensa e de destaque publicada no *Mensario do Jornal do Commercio*¹⁸. Escreveu ainda a obra que influenciou a produção da escrita da história de Mato Grosso do Sul: *História de Mato Grosso*, cuja primeira edição foi publicada em 1969.

Virgílio Corrêa Filho, por exemplo, analisou no artigo “Divaga-

18 O *Jornal do Commercio* foi fundado em 31 de agosto de 1827. Caracterizava-se pela sua periodicidade diária e teve sua sede no Rio de Janeiro. Durante a monarquia brasileira, o jornal contou com uma coluna de D. Pedro II e, posteriormente, de Rui de Barbosa e Visconde de Taunay, entre outros. O jornal encerrou suas atividades no dia 24 de abril de 2016.



ções” a ocupação paraguaia do sul do antigo Mato Grosso (CORRÊA FILHO, 1933, p. 3). O autor argumentou que a tarefa de expulsá-la fora confiada a um personagem que é tido como um grande herói mato-grossense, qual seja, Antônio João. Para Corrêa Filho, esse militar era “conhecedor” seguro daquelas paragens, que amiúde varava, em suas peregrinações. Em relação ao desfecho do encontro entre a coluna paraguaia e o comandante da Colônia dos Dourados, ocorrida em 29 de dezembro de 1864, Corrêa Filho não deixou de render mais uma homenagem ao herói mato-grossense, transcrevendo suas supostas palavras: “Sei que morro, mas o meu sangue e o de meus companheiros servirão de protesto contra a invasão do solo da minha pátria” (CORRÊA FILHO, 1933, p. 3). Assim concluiu sobre a figura de Antônio João no contexto da guerra:

Tamanho sacrifício, previsto o cumprido resolutamente, não podia deixar de impressionar o próprio invasor triunfante, que, pela voz de Urbietta, confessaria:

299

‘Se o Brasil possuir muitos destes, a nossa expedição a Mato-Grosso não será uma simples passeata militar como nos disseram em Assunção?’. (CORRÊA FILHO, 1933, p. 3).

Nesse mesmo artigo, Corrêa Filho narrou a tomada do Forte de Coimbra, ocorrida entre os dias 25 e 29 de dezembro de 1864, expondo a estratégia utilizada por Lopez para a ocupação do sul de Mato Grosso. O autor não se eximiu de avaliar o comando a que estava submetido o forte, bem como sua situação bélica. Coimbra era comandada pelo “Coronel Porto Carreiro, antigo instructor de Lopes” (CORRÊA FILHO, 1933, p. 3). A tomada do Forte teria consolidado o avanço inimigo e a situação só começou a ser invertida em meados de 1865, quando a esquadra brasileira venceu a paraguaia na batalha do Riachuelo e o



conflito tomou outro rumo. Corrêa Filho, após a publicação do artigo “Divagações”, redigiu “Riachuelo”, também divulgado pelo *Jornal do Commercio* (CORRÊA FILHO, 1933, p. 3). Escritor atento aos fatos da história nacional, não permitiria que tal episódio caísse no esquecimento, avaliando a importância estratégica desse combate.

300
Corrêa Filho (1933, p. 3; 1942, [n.p.]) homenageou ainda o Patrono do Exército Brasileiro – Luis Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias –, dedicando-lhe os artigos “O Dia do Soldado e o seu Patrono” e “General Invicto”.¹⁹ No primeiro, resgatou a atuação do duque nas rebeliões regenciais e também o momento em que assumiu o comando do exército aliado, em 1866. Além de tecer algumas considerações sobre as batalhas de Tuiuti, Humaitá, Itororó, Avay e Lomas Valentinas, nas quais Caxias atuou, ponderou ainda sobre as consequências advindas de sua partida para o Rio de Janeiro. No segundo artigo, tratou de outra questão, também espinhosa: Caxias poderia ou não na velhice “*ufanar-se de invicto?*” (CORRÊA FILHO, 1942, [n.p.], grifo do autor). Argumentou também que o general, durante sua carreira militar, teria tido duas “falhas” de comando: uma em Santa Luzia (MG), quando inúmeras localidades mineiras levantaram-se, seguindo o exemplo de São Paulo; e outra, em Itororó, já em combate com os paraguaios. Mesmo assim, Corrêa Filho corroborou as decisões do duque e ressaltou sua capacidade de liderança, registrando:

¹⁹ D. Aquino, no poema *Ao Duque de Caxias* e no discurso *O exemplo de Caxias*, reforçou a imagem de “Pacificador do Brasil”. Sua participação na Guerra foi vista como fundamental para a vitória da Tríplice Aliança, pois assumiu um exército despreparado e com baixos efetivos, mas, após treiná-los, obteve sucessivas vitórias. Enalteceu também as suas qualidades físicas e morais, retratando-o como um guerreiro implacável e, ao mesmo tempo, uma figura branda, gentil, que seguia os preceitos cristãos. Seria um cavaleiro medieval, um semideus dos tempos dos pagãos, um estadista e o responsável por vencer o “atroz” Francisco Solano López (CORRÊA, 1985a, p. 221-224).

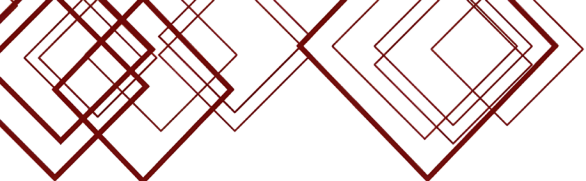


Entre os ensinamentos, que legou aos patriotas, nenhum se avantajava, em concisão e eficiência, a mais breve ordem cumprida pelos seus comandados: *os valentes sigam-me*.

E a senha que os brasileiros cuidam ouvir quando o Brasil inteiro se ergue em defesa de sua soberania agravada pelo agressor. (CORRÊA FILHO, 1942, [n. p.], grifos do autor).

Como a maioria dos intelectuais mato-grossenses, Corrêa Filho demonstrou particular interesse pelo conflito platino, como já mencionado. Mesmo tendo vivido grande parte de sua vida na então capital federal, o Rio de Janeiro, não se distanciou dos assuntos relacionados à história da antiga província de Mato Grosso, fato comprovado por sua vasta publicação no *Mensario do Jornal do Commercio*. Importante ressaltar também a série de artigos intitulados “O Enigma do Paraguay I, II, III, IV, V e VI” (CORRÊA FILHO, 1928a, p. 8; 1928b, p. 9; 1928c, p. 1; 1928d, [n. p.]; 1928e, [n. p.]; 1928f, p. 11). Neles resgatou a discussão em torno da livre navegação dos rios platinos, abordou a questão da definição de fronteiras, acentuou a tentativa de aproximação brasileira com o Paraguai, bem como a assinatura dos acordos entre os dois países. Relatou, ainda, a inauguração da linha fluvial para Mato Grosso, ocasião em que sintetizou o aprisionamento do navio Marquês de Olinde, em 12 novembro de 1864. Além disso, dedicou um artigo ao governante paraguaio José Rodrigues Gaspar de Francia, ponderando sobre sua origem contraditória e enfatizando sua participação no processo de independência da metrópole espanhola.

A farta publicação de Corrêa Filho em torno de temas relacionados à Guerra do Paraguai/Guerra *Guasu* contribuiu para que se consolidasse uma história do conflito, na qual não há espaço para derrotas e valoriza-se a atuação dos heróis, dos homens e dos “vilões” paraguaios. Por outro lado, a produção do IHGMT marginalizou e desqualificou



a presença de outros sujeitos, como indígenas, mulheres, combatentes, moradores de Mato Grosso e paraguaios. A eclosão do conflito foi creditada tão somente ao governante Solano Lopez e seu ato de aprisionamento do paquete Marquês de Olinda. Lopez foi representado como ditador, sanguinário e violento, e o exército paraguaio, como uma hoste bárbara e selvagem. Corrêa Filho, por exemplo, asseverou:

Misto de cacique e gentil-homem, Lopez não sofreu que fosse impunemente rejeitada a sua intervenção e, ao dar a primeira amostra de quanto seria capaz, quando contrariado, aprisionou, antes de proferir declaração de guerra e, violando fulminantemente o Tratado de 6 de abril, o vapor brasileiro ‘Marquês de Olinda’ que, de viagem para Mato Grosso, conduzia as últimas comunicações dos recentes sucessos de Montevidéu. E deu ordem de marcha às suas hostes aguerridas, que longamente se adestravam para o lance napoleônico. (CORRÊA FILHO, 1969, p. 537).

302

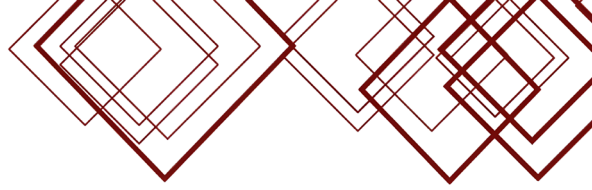
Em suma, tanto as produções advindas dos demais membros do IHGMT quanto as de Virgílio Corrêa Filho contribuíram para uma determinada narrativa da Guerra do Paraguai/Guerra *Guasu* e seus desdobramentos, no que tange à necessidade de se gestar uma história para Mato Grosso. Os membros do IHGMT fizeram escola, pois suas produções culturais foram apropriadas pelo IHGMS.

O IHGMS e a Guerra do Paraguai/Guerra Guasu

Em 1977, foi criado o estado de Mato Grosso do Sul²⁰, a partir do desmembramento de Mato Grosso. Antes de sua instalação, que ocorreu em 1979, foi fundado o IHGMS²¹. De acordo com Campes-

20 A Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, desmembrou o estado de Mato Grosso e criou duas unidades federativas: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

21 Anteriormente à criação do estado de Mato Grosso do Sul, existia a Academia de Letras e História. Realizado o desmembramento, ocorreu uma cisão, sendo fundada



trini (2012):

Nosso Instituto foi fundado em 1978, um ano antes da instalação do estado, tendo como líder da iniciativa o memorialista Paulo Coelho Machado, acompanhado pelos escritores J. Barbosa Rodrigues, José Couto Vieira Pontes, Demóstenes Martins, Antônio Lopes Lins e Otávio Gonçalves Gomes (que secretariou a reunião de fundação). Como em 1978 o estado de Mato Grosso do Sul não existia como unidade federativa, foi então fundado o Instituto Histórico e Geográfico do Sul de Mato Grosso.

Ao ser criada, a nova unidade federativa viu-se “órfã”, seja de seu passado histórico imediato ou mais remoto, seja de suas estruturas administrativas, jurídicas, políticas e até mesmo documentais, tendo em vista que, com o processo divisionista, a maior parte da documentação comum aos dois estados permaneceu em Cuiabá (SQUINELO, 2002, 2015). Naquele contexto, como já afirmado, um grupo de intelectuais e profissionais liberais, tais como Demóstenes Martins²², Hildebrando Campestrini²³, Acyr Vaz Guimarães²⁴, José Barbosa Rodrigues²⁵, Paulo

303

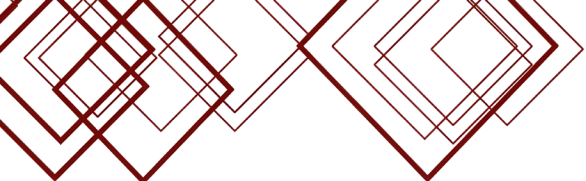
a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras e o IHGMS. Este último conta com uma publicação intitulada *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul*, editada desde dezembro de 1998 e encontra-se em seu volume de número 42 (2017).

22 Demóstenes Martins foi advogado, servidor público, político, historiador, escritor e exerceu altos cargos políticos, tais como Secretário do Interior, Justiça e Finanças, Agricultura, Viação e Obras Públicas do Estado de Mato Grosso. Foi membro da Academia Mato-Grossense de Letras (Cadeira 28) e da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras.

23 Hildebrando Campestrini formou-se em Filosofia, Letras e Pedagogia, atuando em Mato Grosso do Sul como professor e escritor. Assumiu a presidência do IHGMS no ano de 2000 e manteve-se no cargo até 2016, ano de seu falecimento.

24 Acyr Vaz Guimarães foi agrônomo e, após aposentar-se, dedicou-se ao estudo da história de Mato Grosso do Sul, em especial sobre a guerra. Foi presidente do IHGMS. Faleceu em 2005.

25 José Barbosa Rodrigues foi escritor, jornalista, professor e empresário, tendo chegado em Campo Grande na década de 1940. Tornou-se proprietário do jornal *Correio do Estado* e publicou onze obras sobre Mato Grosso do Sul. Foi membro da Academia de Letras e História de Campo Grande (ALH-CG) e do IHGMS, sendo sócio funda-



Coelho Machado²⁶, José Couto Vieira Pontes²⁷, Otávio Gonçalves Gomes²⁸ e Elpídio Reis²⁹, uniu-se em torno de um projeto que construiu uma história e uma identidade para os sul-mato-grossenses.

O IHGMS tinha como objetivos construir uma história regional e um passado glorioso, reconhecer heróis, instituir datas comemorativas, bem como solidificar mitos de fundação e destacar o papel do novo estado no contexto brasileiro. Squinelo (2002, p. 72) ressaltou que a memória a ser conservada prendia-se justamente a uma elite que tinha como objetivo a idealização de um passado grandioso e heroico, que deveria ser lembrado e cultuado. Em 3 de março de 1978, data da fundação do IHGMS, estiveram presentes à solenidade de inauguração políticos, intelectuais e membros da elite local. Para presidir a instituição, foi escolhido José Barbosa Rodrigues, proprietário do jornal *Correio do Estado*. Por sugestão de Rodrigues, decidiu-se que figurassem como presidentes de honra os futuros governadores, estabelecendo-se, dessa forma, vínculos da entidade com o governo estadual (ATA DE FUNDAÇÃO..., 1978, p. 1). Os membros do instituto foram responsáveis pela construção de

304

dor e ocupou cargos na presidência dessas instituições. Em 1982, criou sua própria instituição cultural, a Fundação Barbosa Rodrigues, com o fim de desenvolver atividades para preservar a memória local. Enquanto empresário, expandiu o grupo *Correio do Estado* ao adquirir emissoras de rádio e TV. Faleceu em 2003.

26 Paulo Coelho Machado foi advogado, professor, vereador, secretário de Agricultura de Mato Grosso; presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul, presidiu a Liga da Divisão do Estado e membro da ASL Letras. Foi presidente do IHGMS de 1978 até 1989, tendo como vice-presidente Demóstenes Martins.

27 José Vieira Pontes foi advogado, magistrado e membro fundador do IHGMS e da ASL.

28 Otávio Gonçalves Gomes foi agrônomo, jornalista, ativista do movimento divisionista e membro fundador do IHGMS e da ASL.

29 Elpídio Reis foi advogado, assistente social, professor, jornalista e membro fundador do IHGMS e da ASL.

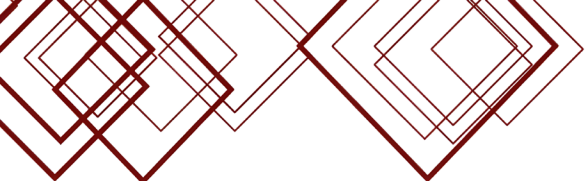


[...] heróis, mitos, acontecimentos e fatos para serem cultuados, adorados, lembrados, idolatrados e amados. Portanto, tentam estabelecer uma identidade que deve ser homenageada e homogeneizada por todos os sul-mato-grossenses. Justificam, desse modo, a criação do estado de Mato Grosso do Sul, como que se fosse um anseio local, natural e sem traumas (AMARILHA, 2013, p. 2).

Nesse contexto, os escritos de Virgílio Corrêa Filho e Alfredo d'Escragnonle Taunay foram tomados como guias para a construção da memória e da identidade sul-mato-grossense. No que diz respeito à narrativa sobre a Guerra do Paraguai/Guerra *Guasu*, os espaços de memória dos dois estados apresentam elementos comuns, pois tal guerra se tornou temática constante em seus escritos, dando-se especial atenção aos episódios conhecidos como Evacuação do Forte de Coimbra, Retirada da Laguna e Retomada de Corumbá, por terem ocorrido em território agora sul-mato-grossense (SQUINELO, 2002, p. 124). A produção cultural do IHGMS se distingue da do IHGMT por valorizar a participação de Rafaela Senhorinha Maria da Conceição Barbosa, conhecida como Dona Senhorinha, esposa de Guia Lopes. Ao elegê-la como heroína, inclui timidamente a participação feminina e rompe com a exclusividade dos heróis homens.

305

A ocupação paraguaia é um dos temas privilegiados, sobretudo para construir diferenças e identidades, numa narrativa em que vilões e heróis lutam em lados opostos. O mesmo viés explicativo que culpabilizou Solano Lopez pelos destinos no Prata encontra-se nas obras produzidas tanto pelo Instituto Histórico de Mato Grosso como pelo de Mato Grosso do Sul. O paraguaio é o *outro*, representado como incivilizado, incrédulo, invasor impiedoso, profanador de igrejas, usurpador do território brasileiro e sul-mato-grossense e um inimigo que deveria ser derrotado. Para Rodrigues (1978a, p. 31), a “invasão” do “ditador”



Solano Lopez destruiu os povoados existentes e submeteu a população a danos irreparáveis. Ao desprezar-se o fato de que as fronteiras entre Brasil e Paraguai não estavam definidas e eram litigiosas, afirma-se a existência de um “nós” que foi “invadido” – o território brasileiro e sul-mato-grossense –, cujos habitantes teriam defendido bravamente, por serem patriotas. Para construir a identidade sul-mato-grossense, era necessário criar alteridades, pois, como afirmou Pollak (1992, p. 204), “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros”. Assim, todo sul-mato-grossense seria herdeiro desse passado heroico e personificaria a coragem, a valentia e o patriotismo. Ao construir um passado glorioso e elitista, os institutos também elegeram heróis sul-mato-grossenses. Leverger, Guia Lopes, Antônio João, Juvêncio, Mello, Camisão e Antônio Maria Coelho foram identificados com o ideal almejado pelos cidadãos, enquanto Solano Lopez e seus seguidores exemplificariam o inimigo a ser execrado, combatido, criminalizado e repellido. O hino de Mato Grosso do Sul celebra o passado glorioso e a heroicidade de Camisão e Antônio João.

Acerca desse contexto, citam-se também as produções do jornalista José Barbosa Rodrigues, em especial seu primeiro livro, que se intitula *Isto é Mato Grosso do Sul – nasce um estado*. Como a maioria das obras publicizadas naquele momento histórico, esta caracterizou-se como uma produção independente. O próprio Rodrigues (1978, p. 15) admitiu que a obra, publicada no ano de 1978, não foi fruto de pesquisas e amadurecimento intelectual; configurava-se, sim, como uma “colcha de retalhos onde dados históricos, geográficos e estatísticos” se misturavam. Uma das hipóteses que aventamos é que, justamente no cenário pós-divisão, fazia-se necessária a materialização de uma determinada história



e memória. Nesse caso, a opção por uma narrativa escrita e formal dos acontecimentos, feitos e personagens foi escolhida pelo grupo que dominava o cenário político, social e econômico de Mato Grosso do Sul. Para Zorzato (1998, p. 30), as narrativas de José Barbosa Rodrigues “sempre apresentavam preocupações em heroicizar os personagens, atribuindo-lhes adjetivos que os colocavam numa posição acima dos indivíduos comuns, venerando-os como exemplos a serem seguidos”.

Outras duas obras merecem destaque. A primeira é *Histórias da terra matogrossense*, de 1983, na qual Rodrigues buscou apresentar ao seu público leitor os “feitos heroicos” de personagens que considerou terem feito parte da história do estado. Como exemplo, citou Pedro Lemes e Aleixo Garcia e apontou alguns personagens da Guerra do Paraguai/Guerra *Guasu*, como o tenente Antônio João e Dona Senho-
rinha – que foi feita prisioneira dos paraguaios por cinco anos –, além de narrar o ocorrido no Forte de Coimbra. *História de Mato Grosso do Sul*, de 1993, foi seu último livro, contemplando temáticas referentes ao estado de Mato Grosso do Sul. Tal obra apresenta uma estrutura mais elaborada em relação à publicada em 1978, pois aborda temas do passado colonial mato-grossense, assim como questões relacionadas à guerra e ao contexto pós-conflito. Barbosa Rodrigues, ao explicar a “causa” que teria levado ao início da guerra, registrou:

307

No dia 12 de novembro de 1864, o vapor brasileiro ‘Marquês de Olinda’, que subira o rio com destino à longínqua Cuiabá, aporta em Assunção [...] conduzindo a bordo o Coronel Frederico Carneiro de Campos, que ia assumir o governo da província mato-grossense. O barco é simplesmente detido, confiscado, enquanto o governador recém-nomeado e a tripulação são aprisionados. Seguiu-se a declaração de guerra. (RODRIGUES, 1984, p. 85).

José Barbosa Rodrigues atuou como jornalista, empresário, pro-



prietário do jornal *Correio do Estado*, sócio da ASL e do IHGMS, presidente por um mandato de ambas instituições e membro de órgãos culturais do governo estadual. As duas instituições, antes de terem sedes próprias, funcionaram nas dependências do jornal, que publicava os artigos dos seus membros sem custos financeiros (FRANCO, 2022, p. 170).

Outros intelectuais mediadores, que contribuíram para a construção de narrativas peculiares, foram Hildebrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães. Em coautoria, escreveram *História de Mato Grosso do Sul*, que serviu como guia ideal em distintos contextos e para diferenciados grupos nas décadas posteriores à sua primeira edição, que data de 1991.³⁰ O número de edições que a obra possui e sua publicação no ano de 2015 nos permitem elaborar uma ideia de seu alcance e repercussão junto ao/à leitor/a, especialmente os/as de Mato Grosso do Sul. Para Campestrini e Guimarães (1991), a guerra eclodiu tão somente em função das ações de Lopez.

Além das imagens criadas acerca dos motivos que levaram à eclosão do conflito, outras foram gestadas, entre elas a propagação da figura de Solano Lopez como um ditador, tirano e sanguinário e a “culpabilidade” da longa guerra, tributada, única e exclusivamente, ao governante paraguaio. Uma das obras responsáveis pela propagação de tais ideias intitula-se *A Guerra do Paraguai: verdades e mentiras*, de autoria de Acyr Vaz Guimarães, publicada no ano 2000. A obra é um “diálogo imaginário” com o jornalista Julio José Chiavenato, em que Guimarães propôs-se a responder a questões acerca da guerra através de 213

30 A obra conta com sete edições, sendo que, no ano de 1991, foram publicadas duas edições (a 1ª e a 2ª); em 2002, a 5ª edição; em 2009, a 6ª edição, quando Guimarães faleceu. A partir desta edição, passou a constar apenas o nome de Hildebrando Campestrini como autor. Em 2011, foi publicada a 7ª edição, com apoio cultural do SESC/MS, e, em 2015, a 8ª edição.



tópicos. Campestrini, para divulgar o livro, publicou uma reportagem no jornal *Correio do Estado*³¹, denominada “O livro que faltava”, onde analisou a obra. Porém, mais que avalizá-la, sistematizou sua opinião em dois flancos: sua impressão sobre o autor e sobre a obra que estava vindo a público, destacando ainda que a publicação era efetivada pelo IHGMS.

Guimarães, ao proclamar suas “verdades e mentiras”, justificou a eclosão da guerra da seguinte forma:

[...] bom dizer a v. que nossos historiadores nunca trataram da razão da guerra, porque não lhes competia assim proceder, mas a Francisco Solano Lopez fazê-lo. Quando se fala da guerra, a razão que nossos historiadores têm para dizer é, pura e simplesmente, que Francisco Solano Lopez fez guerra ao Império do Brasil e à Argentina. Por quê? Só caberia, então, resposta ao próprio Solano? (GUIMARÃES, 2000, p. 64).

309

Atribuiu ainda a Solano Lopez a culpa pelo conflito, seu desenrolar e suas mazelas, ao afirmar:

Quem fez a guerra? Quem invadiu a província de Mato Grosso em dezembro de 1864, sem declaração de guerra, covardemente? Quem invadiu a Argentina, covardemente? Quem apresou o vapor Marquês de Olinda em novembro de 1864, sem qualquer razão para isso? Quem

31 Jornal que circula no estado de Mato Grosso do Sul. Foi “criado em Campo Grande no dia 7 de fevereiro de 1954, por um grupo de políticos da região sul de Mato Grosso ligado à UDN - União Democrática Nacional. Concebeu, portanto, uma grande força política ao partido que tinha muitos partidários em Campo Grande. Por essas razões, apresentava abertamente suas finalidades políticas [...] Três anos após a fundação do *Correio do Estado* algumas mudanças ocorrem na chefia do jornal. José Barbosa Rodrigues, que começou como zelador no *Jornal do Comércio* e tempos depois passou a ser redator, assumiu a editoria-chefe do jornal antes comandado por um grupo. Ao ganhar maior importância nas decisões da direção e capital financeiro, Rodrigues comprou a parte de Costa Moraes e se tornou dono do *Correio do Estado*” (FURLANETTO, 2018, p. 23-24).



estava preparado para a guerra desde 1º de janeiro de 1865 com suas tropas nas fronteiras do Brasil (no Rio Grande do Sul) e da Argentina? Quem? (GUIMARÃES, 2000, p. 155).

Ainda:

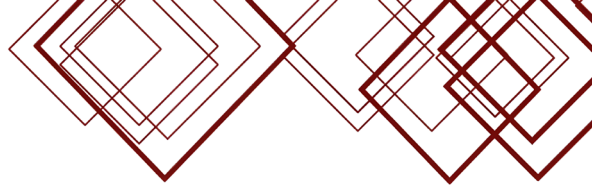
Guerra, de fato, destrói qualquer país. Quem fez a guerra? Não foi o presidente do Paraguai? Arque com as consequências e não chore o leite derramado! Ou queria v. que nós brasileiros e argentinos – nos acovardássemos, vendo nossas terras invadidas? (GUIMARÃES, 2000, p. 150).

310

Essas narrativas glorificam determinados personagens tidos como heróis brasileiros no contexto do conflito platino, na medida em que resgatam um passado heroico, assim como difundem, “[...] em seus escritos, acontecimentos belicosos, aguerridos, combativos e audaciosos, com o desígnio de divulgarem os antepassados sul-mato-grossenses como valentes, corajosos, destemidos, temerários e patrióticos” (AMARILHA, 2013, p. 7). Por outro lado, inversamente o fazem com as imagens que são articuladas em relação aos paraguaios: o outro, o incivilizado, o bárbaro, o sinônimo de bárbarie. A imagem do exército e dos soldados paraguaios como saqueadores, ladrões, arditos, não confiáveis, pode ser averiguada nos trechos a seguir. Para Rodrigues (1993, p. 85-86):

Invadido Mato Grosso é presa fácil, apenas defendido por pugilos de homens que fogem ao avanço do inimigo ou se sacrificam lutando contra força muito superior à sua capacidade de defesa. Pequenas cidades brasileiras, mais povoadas que cidades, são atacadas, saqueadas e devoradas pelo fogo, como Nioaque, Miranda e Corumbá, que têm seus heroicos habitantes persados [sic].

Páginas de heroísmos são escritas então, com indefesos si-



tiantes e fazendeiros aprisionados e levados para o Paraguai, o mesmo acontecendo com a única riqueza existente, ou seja o gado vacum e cavalar da região.

Campestrini e Guimarães (1991, p. 109) retrataram os paraguaios como saqueadores, conforme o registro:

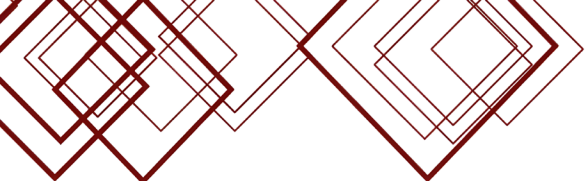
Estava todo o baixo do atual Mato Grosso do Sul envolvido na guerra. Os soldados de Resquin, à medida que avançava o grosso da tropa, faziam gritos pelas fazendas para capturar gado e aprisionar os moradores. Seus habitantes, com os poucos recursos à mão, embarcados em canoas ou a pé, por trilheiros, fugiram. Uns tantos apanhados de surpresa, foram aprisionados.

Tais imagens aparecem já no ano de 1978, na obra de Rodrigues (1978, p. 22):

No terceiro quartel do Século XIX, aguerridas forças paraguaias, movidas pelo insaciável desejo de expansão do ditador Francisco Solano Lopes, invadiram terras de Mato Grosso do Sul, que ainda integravam o grande Mato Grosso, ocupando-as quase que totalmente, destruindo povoados e submetendo a população, ainda rarefeita, a sofrimentos indizíveis, apesar de algumas resistências heroicas que encontraram em Forte Coimbra, Corumbá, Nioaque e Miranda.

311

A guerra é vista como um marco temporal que divide a história em dois momentos: “o primeiro, anterior à Guerra do Paraguai; o segundo, posterior a esse acontecimento sangrento”, que beneficiou a região (RODRIGUES, 1993, p. 83; 1978, p. 31). Tanto para Rodrigues (1984, 1993) como para Campestrini e Guimarães (1991), o pós-guerra foi marcado pela reconstrução das vilas e propriedades, a abertura da navegação do rio Paraguai, a definição das fronteiras internacionais, o desenvolvimento do porto de Corumbá, a imigração, o incremento da ocupação e os investimentos do governo (tanto imperial como republi-



cano), seja para defender o território, seja para promover o incremento econômico, tais como a isenção de impostos, o incentivo à navegação a vapor, a reconstrução das fortificações militares, os investimentos na defesa e nas comunicações, com o telégrafo e a ferrovia Noroeste do Brasil.

Segundo Rodrigues (1993, p. 87-88, 143), a Retirada da Laguna foi um marco histórico, pois os retirantes, “sem que pressentissem”, lançaram as “bases de um novo período histórico para uma região onde, em futuro não muito distante, brilharia uma nova estrela no firmamento brasileiro: o Estado de Mato Grosso do Sul”. O movimento divisionista iniciou em 1880, anseio que perdurou por 97 anos e se consolidou em 1977. Nesse sentido, Mato Grosso do Sul já existia desde o século XIX.

312

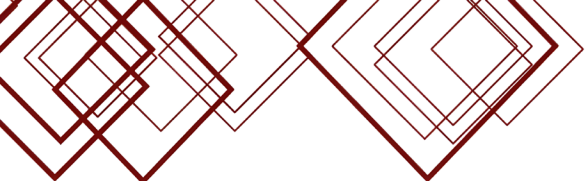
Considerações finais

A produção, circulação e recepção de ideias sobre a Guerra do Paraguai/Guerra *Guasu* ficou aprisionada pelo dispositivo oficial, da memória e identidade, pela preocupação com o resgate das raízes e do patrimônio e pelo engajamento na criação de sentimentos de pertença coletiva. As imagens concernentes ao Paraguai, seu povo, o exército e o seu líder, Solano Lopez, foram problematizadas, constituídas, difundidas, consolidadas e reafirmadas pelas instituições e espaços de memória. Destaca-se que sobretudo a partir dos anos 1980, tal narrativa vem sendo problematizada, debatida e tornando-se objeto de inúmeras pesquisas, sendo que tais ações imbricam-se no âmbito acadêmico. Verifica-se uma oposição a essas imagens que foram apresentadas nessa reflexão, a crescente produção de dissertações de mestrado e teses de doutorado, muitas já publicadas e, também a publicação de artigos aca-



dêmicos e organização cada vez mais crescente de eventos científicos que abordam a temática.

Com relação aos institutos históricos e autores vinculados a essas entidades, é importante ressaltar alguns aspectos referentes à circulação das suas ideias. A obra *História de Mato Grosso*, de autoria de Virgílio Corrêa Filho, é tida até a contemporaneidade como um clássico e um compêndio de referência para a história mato-grossense por alguns/mas estudiosos/as ligados/as tanto ao espaço dos institutos como ao universo acadêmico. Portanto, as obras circulam em um público tido como mais especializados. Já os livros de Rodrigues, Guimarães e Campestrini, embora concebidos em estreita relação com os institutos, circulam entre um público não especializado, o que significa dizer que o público leigo tem acesso às ideias ali difundidas e propagadas e, via de regra, acaba por assimilar as “verdades” anunciadas nessas narrativas. A circulação das referidas obras pode ser verificada pelo número de edições que apresentam, e as de Virgílio Corrêa Filho que constam por exemplo em Planos de Ensino de Licenciaturas em História. É comum essas obras servirem de guia para as aulas que enfocam o regional na Educação Básica (há uma carência de materiais didáticos nessa seara), de referência para concursandos/as e de fonte para o público interessado na história de Mato Grosso do Sul. O Livro Didático de História que foi destinado às séries iniciais do Ensino Fundamental do estado de Mato Grosso do Sul denominado *História de Mato Grosso do Sul* (Ed. FTD, 2011), indicou nos itens Referências Bibliográficas e Bibliografia obras de autores como Virgílio Corrêa Filho, Demosthenes Martins, Alfredo d’Escragnole Taunay, José Barbosa Rodrigues, Hildebrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães. Infelizmente, as obras de cunho memorialístico ainda hoje são as mais difundidas no mercado editorial do estado, sendo que os livros e artigos produzidos no âmbito acadê-



mico ainda não alcançam o grande público e, quando alcançam, fazem-no em menor escala, portanto com menor impacto. Obras de autores/as acadêmicos/as de destaque em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul a título de exemplo conseguem raramente o marco de uma 2ª edição. Muitas obras que são referência sobre a história dos dois estados, encontram-se esgotadas, pois concorrem a Editais e são contempladas com uma única edição. Citamos como exemplo a obra intitulada *Brasil e Paraguai: Uma Releitura da Guerra* (EdUFMT; Entrelinhas, 2012).

314

Corrêa Filho, D. Aquino, Guimarães, Rodrigues, Campestrini, entre outros intelectuais mediadores, acabaram por difundir imagens da história da Guerra do Paraguai/Guerra *Guasu* que são aceitas por setores significativos da sociedade. Como mencionado, esses autores registraram uma história desse conflito coerente com os desígnios, desejos, projeções da elite dominante. Seus escritos privilegiaram, sobretudo, os homens e seus feitos. Tais narrativas negligenciaram, assim, inúmeros outros aspectos do conflito platino, como, por exemplo, a análise do cotidiano, com seus imprevistos e improvisos, assim como a participação de seus diversos protagonistas: soldados de baixa patente, engenheiros militares, prostitutas, esposas, amantes, benzedeiças, negros libertos ou não, crianças, indígenas, comerciantes, entre outros. Em especial, em Mato Grosso do Sul, estado que faz fronteira com o Paraguai, as imagens gestadas entre os séculos XX e XXI sobre o Paraguai, seu povo e o líder Solano Lopez, são pejorativas, deturpadas e estereotipadas, perdurando até a contemporaneidade como responsáveis por ceifar vidas, além de alimentar preconceitos, xenofobia e intolerância.

Os referidos autores, como membros dos institutos, falam com autoridade, pois seu lugar social os autorizava a discorrer sobre o acontecido, enredando os regionalismos mato-grossense e sul-mato-



-grossense no campo da ciência e da objetividade. Vale apontar que, até o momento em que concluímos esta pesquisa, não encontramos nenhuma produção bibliográfica produzida por mulheres nos espaços por nós analisados, o que reforça nossa hipótese de que esse universo foi constituído por um grupo social muito específico: homens, em sua maioria brancos, de posses e da elite regional/local. Nesse circuito, não houve espaço para as mulheres, suas reflexões e produções.

Outro ponto a ser destacado é que, na narrativa da Guerra do Paraguai/Guerra *Guasu*, sobressaem os personagens masculinos. A única exceção que encontramos são os registros sobre Dona Senhorinha, personagem feminina, esposa de Guia Lopes – consagrado pela narrativa oficial como uma das referências heroicas sul-mato-grossenses –, que, no contexto da ocupação pelos paraguaios, foi sequestrada por estes. Essa referência é encontrada apenas no IHGMS e em obras de autores sul-mato-grossenses. Nesse sentido, atentamos às ponderações de Foucault sobre o papel que os intelectuais deveriam desempenhar perante a sociedade, isto é: “[...] lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, da ‘verdade’, da ‘consciência’, do discurso” (FOUCAULT, 2002, p. 71). O que averiguamos é que os intelectuais aqui referidos usam esses espaços e suas produções para legitimar o poder instituído, não deixando frestas para narrativas dissidentes, “destoantes” e combativas.

Os intelectuais mediadores analisados neste artigo construíram redes de sociabilidades e afinidades com outros intelectuais, com a elite econômica, com políticos e com os governos estaduais, o que garantia recursos financeiros para publicar e divulgar as suas produções culturais. Como grupo seletivo, circulavam em várias instituições, tinham vínculos de amizade, que favoreciam as práticas de autocultuação, isto é, quando um indivíduo escreve e homenageia os demais membros, e vice e versa, criando um ciclo de celebrações, eternizando suas produ-



ções culturais e perpetuando seus nomes na esfera cultural e política (FRANCO, 2022).

As produções culturais desses intelectuais mediadores se tornaram oficiais, ao serem reconhecidas pelos governos estaduais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sendo ensinadas nas escolas, divulgadas nos meios de comunicação e incluídas no conteúdo dos concursos públicos. Ao circularem na sociedade, legitimam os interesses e os projetos políticos que sustentam o regionalismo.

Referências

- 316 AMARILHA, Carlos Magno Mieres. Os intelectuais em ação: a história e a literatura de homens de letras nos meandros do poder em MS – 1978-1988. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL*, 27., 2013, Natal. *Anais [...]*. Natal, 2013.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ARRUDA, Antonio de. Augusto Leverger - Barão de Melgaço. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, CXII-CXIV (LII), p. 27, 1980.
- ATA DE FUNDAÇÃO, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1978 (mimeo.).
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 2001.
- BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; PERARO, Maria Adenir (orgs.). *Brasil e Paraguai: uma releitura da Guerra*. Cuiabá-MT: EdU-FMT; Entrelinhas, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 2001.
- CAMPESTRINI, Hildebrando. *Nosso instituto, uma história de sacrifícios e*



superação: o estado de Mato Grosso do Sul. 2012. Disponível em: http://www.ihgms.org.br/wp-content/uploads/2013/02/artes-letras_IHGMS-2-maio.pdf. Acesso em: 16 dez. 2016.

CAMPESTRINI, Hildebrando. O livro que faltava. *Suplemento Cultural, Correio do Estado*, Campo Grande, MS, Caderno B, p. 7, 7 out. 2000.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Gráfica e Papelaria Brasília, 1991.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da UnB, 1998.

CORRÊA FILHO, Virgílio. A. Leverger (o bretão cuiabanizado). In: 317
CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL, 3., 1941, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1941. p. 387-493.

CORRÊA FILHO, Vergílio. Divagações. *Mensario do Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 3, 30 abr. 1933.

CORRÊA FILHO, Virgílio. General Invicto. *Mensario do Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1942.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

CORRÊA FILHO, Vergílio. O Enigma do Paraguay I. *Mensario do Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 22 abr. 1928a.

CORRÊA FILHO, Vergílio. O Enigma do Paraguay – II. *Mensario do Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 29 abr. 1928b.

CORRÊA FILHO, Vergílio. O Enigma do Paraguay – III. *Mensario do Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 6 maio 1928c.

CORRÊA FILHO, Virgílio. O Enigma do Paraguay – IV. *Mensario do Jornal do*



Commercio, Rio de Janeiro, 13 maio 1928d.

CORRÊA FILHO, Vergílio. O Enigma do Paraguay – V. *Mensario do Jornal do Comercio*, Rio de Janeiro, 20 maio 1928e.

CORRÊA FILHO, Virgílio. O Enigma do Paraguay – VI. *Mensario do Jornal do Comercio*, Rio de Janeiro, 27 maio 1928f.

CORRÊA, Dom Francisco de Aquino. A revista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, anno I, tomo I, p. 1-3, 1919a.

CORRÊA, Dom Francisco de Aquino. Terra natal. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, anno I, tomo I, p. 17-48, 1919b.

CORRÊA, Dom Francisco de Aquino. Terra natal. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, anno I, tomo II, p. 95-143, 1919c.

318

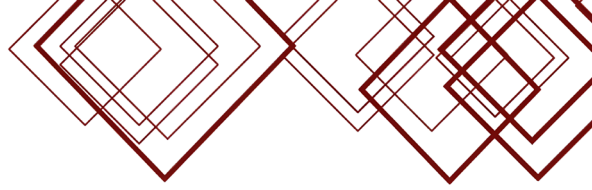
CORRÊA, D. Francisco de Aquino. Salve, Caxias! Em São Paulo, ao microfone. 20 de agosto de 1939. In: SILVA, Corsíndio Monteiro da (org.). *Dom Francisco de Aquino Corrêa – Discursos*. Brasília: Imprensa Nacional, 1985a. 3 v., v. 2, p. 221-224.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. Salve, Caxias! Em São Paulo, ao microfone. 20 de agosto de 1939. In: SILVA, Corsíndio Monteiro da (org.). *Dom Francisco de Aquino Corrêa – Discursos*. Brasília: Imprensa Nacional, 1985b. 3 v., v. 2, p. 221-224.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. Aos heróis de Laguna e Dourados. Ao serem inumados os restos mortais da Praia Vermelha. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1941. In: SILVA, Corsíndio Monteiro da (Org.). *Dom Francisco de Aquino Corrêa - Discursos*. Brasília: Imprensa Nacional, 1985c. 3v., v. 3. p. 29-36.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. Ao duque de Caxias. In: *Poética: nova et vetera*. Brasília: [s. n.], 1985d. v. I, t. I. p. 70.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. *Terra natal: versos*. Rio de Janeiro:



- Imprensa Nacional, 1940.
- CORRÊA, D. Francisco de Aquino. *Terra natal: versos a Mato Grosso, o grande Estado do Oeste Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.
- CORRÊA, D. Francisco de Aquino. *Poética: nova et vetera*. Brasília: [s. n.], 1985e. v. I, t. I.
- CORRÊA, D. Francisco de Aquino. *Poética: odes*. Brasília: [s. n.], 1985f. v. II, t. I.
- CORRÊA, D. Francisco de Aquino. *Poética: Poética: terra natal*. Brasília: [s. d.], 1985g. v. III, t. III.
- CORREA, Jose Manoel Alves. Barão de Melgaço. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, CXV-CXVI (LIII), p. 17, 1981.
- CORRÊA, Philogônio de Paula. Discurso. (Proferido pelo orador oficial, 1º secretário do Instituto). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, Anno I, Tomo II – 1919, p. 7-11.
- DARNTON, Robert. O que é a história dos livros? In: DARTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 109-145.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- FRANCO, Stélla Carolina Carvalho. *José Barbosa Rodrigues e a construção da memória e da identidade sul-mato-grossense*. 2018f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados-MS.
- FURLANETTO, Vera Lucia. *Mato Grosso do Sul: sua criação pelas representações dos jornais O Progresso e Correio do Estado*. 2018. 188f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados-MS.
- GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais,



mediação cultural e projetos políticos uma introdução para delimitação do objeto de estudo. *In*: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 7-40, 2016.

GRESSLER, Lori Alice; VASCONCELOS, Luiza Mello; KRUGER, Zelia Peres de Souza. *História de Mato Grosso do Sul*. 1. ed. São Paulo: Ed. FTD, 2011.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. *A Guerra do Paraguai: suas causas (1823-1864)*, Campo Grande: Ed. UCDB, 2001. (volume 2).

GUIMARÃES, Acyr Vaz. *A Guerra do Paraguai: verdades e mentiras*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2000. v. 1.

320

GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Seiscentas léguas a pé*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1998.

JUCÁ, Pedro Rocha. Um exemplo de grande historiador. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, CXXVII-CXXVIII (LIX), p. 18, 1987.

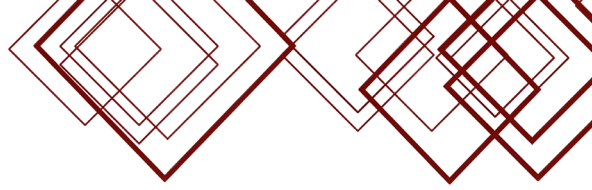
LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão e outros. Campinas: Unicamp, 1992.

MARIN, Jérri Roberto. D. Francisco de Aquino Corrêa e a construção da identidade mato-grossense. *HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 16, n. 50, p. 780-811, maio/ago. 2018.

MARIN, Jérri Roberto. Os posicionamentos do arcebispo de Cuiabá, D. Francisco de Aquino Corrêa, e a defesa do patriotismo cristão. *Revista Diálogos*, v. 20, n. 2, 2016. p. 155-172.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

REVISTA DO INSTITUTO Histórico e Geográfico de Mato Grosso,



- Campo Grande, v. 42, 2017.
- RODRIGUES, José Barbosa. *História de Mato Grosso do Sul*. 2. ed. São Paulo: Editora do Escritor, 1993.
- RODRIGUES, José Barbosa. *História de Mato Grosso do Sul*. São Paulo: Editora do Escritor, 1984.
- RODRIGUES, José Barbosa. *Histórias da terra mato-grossense*. São Paulo: Editora do Escritor, 1983.
- RODRIGUES, José Barbosa. *Isto é Mato Grosso do Sul – nasce um estado*. Campo Grande: Editora do Escritor, 1978.
- SANSÓN CORBO, Tomás. La historiografía uruguaya sobre la Guerra de la Triple Alianza. Trayectos, tradiciones, ¿resignificaciones? *Diálogos*, Maringá, v. 19, n. 3, p. 955-979, set./dez. 2015.
- SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p. 231-269.
- SQUINELO, Ana Paula. *A Guerra do Paraguai ontem e hoje: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1868-2003)*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2015.
- SQUINELO, Ana Paula. *A Guerra do Paraguai, essa desconhecida: ensino, memória e história de um conflito secular*. Campo Grande: Ed. UCDB, 2002.
- ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. 181 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Plínio Salgado para Presidente! Os integralistas do estado do Rio de Janeiro na campanha presidencial brasileira de 1937

Plínio Salgado for President! The integralists of the state of Rio de Janeiro in the Brazilian presidential campaign of 1937.

Pedro Ernesto Fagundes¹

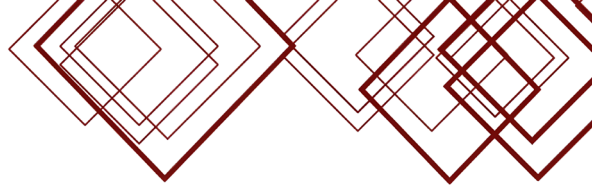
Resumo: O objetivo do trabalho é analisar a atuação do núcleo do estado do Rio de Janeiro da Ação Integralista Brasileira (AIB) na disputa presidencial de 1937. Esse partido surgiu a partir da unificação de inúmeros movimentos e organizações que se fundiram em 1932 e configurou-se como uma das mais importantes agremiações partidárias, durante a década de 1930. Entre os anos de 1932-1937, os integralistas conseguiram organizar núcleos em quase todas as regiões do país e atrair para suas fileiras milhares de adeptos.

Palavras-chave: Integralismo; História Política; década de 1930.

Abstract: The aim of this work is to analyze the performance the core of the state of state Rio de Janeiro of the political party named Brazilian Integralist Action the presidential race of 1937. This party came into existence after the unification of innumerable movements and organizations that gathered together in 1932, and became one of the most important political parties during the 1930's. During the years of 1932-1937, the integralists managed to form groups in almost all the regions of the country, and attract millions of supporters.

Key words: Integralism; political history; Decade of 1930.

¹ Pedro Ernesto Fagundes é Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Associado de História do Brasil da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Desde 2010 é professor permanente do Programa de Pós-graduação em História (PPGHIS-Ufes). É Bolsista Pesquisador Capixaba BPC (Edital Fapes no 060/2021). Coordena o Laboratório de Estudo em História do Tempo Presente (LabTempo/Ufes). Investigador associado da Rede de Investigação Direitas, História e Memória.



Surgimento da AIB

Durante a década de 1930, a Ação Integralista Brasileira (AIB), configurou-se como um dos maiores e mais importantes partidos da direita da América Latina, inclusive lançando uma candidatura própria para as eleições presidenciais no Brasil. Essa organização surgiu a partir da unificação de inúmeros movimentos, organizações e partidos que se fundiram em 1932.

O dia 7 de outubro de 1932 é considerado um dos mais importantes no calendário político dos integralistas. Nessa data, celebra-se a publicação do chamado “Manifesto de Outubro”, primeiro documento assinado e lido publicamente pelos integrantes da Ação Integralista Brasileira (AIB). O local de tão singular evento foi o tradicionalíssimo Teatro Municipal de São Paulo. (TRINDADE, 1974).

Adotando o modelo das organizações fascistas, sobretudo da Itália, os integralistas seguiam uma série de rituais e normas. Como exemplo, os militantes do partido deveriam estar sempre vestidos de camisas verdes com gravatas pretas: daí serem chamados de “camisas-verdes”.

Tinham como símbolo a letra do alfabeto grego sigma (Σ) que, como na matemática é utilizada para realizar o cálculo integral, aludia à necessidade de integrar todos os brasileiros. Estavam organizados em milícias e realizavam desfiles e marchas de caráter militar. A palavra de origem tupi-guarani *anauê* era usada como saudação e deveria ser feita com o braço direito estendido.

Outra estratégia dos integralistas para chamar a atenção e atrair a simpatia da população eram as chamadas “bandeiras”⁴ ou “caravanas” integralistas, que tinham o objetivo de divulgar as ideias do movimento e, ao mesmo tempo, fundar núcleos da AIB. Sendo assim, em agosto de 1933 começou uma fase de pleno crescimento da AIB em nível



nacional, intensificando-se, nesse período, o trabalho de propaganda e organização

No campo teórico os integralistas tiveram como base as ideias de caráter antiliberais, anticomunistas e antidemocráticas. Dessa forma, em um curto espaço de tempo a AIB conseguiu organizar núcleos em quase todas as regiões do país, passando a contar com centenas de milhares de adeptos que, entre os anos de 1932-1937, vestiram as “camisas-verdes”, símbolo máximo do movimento, e ingressaram nas fileiras dessa agremiação partidária.

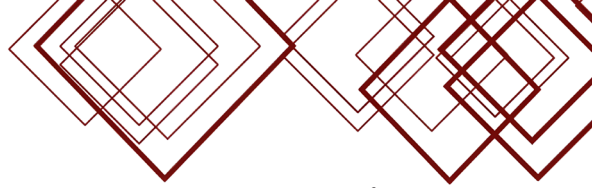
324

Considerado o primeiro partido de massas do país, seu quadro de filiados atuaram homens, mulheres e crianças que contavam com uma ampla rede de órgãos de imprensa que cumpriram o papel de doutrinar e informar seus militantes. Os integralistas brasileiros chegaram a estruturar um conjunto de atividades de caráter social, tais como: escolas, ambulatórios e consultórios médicos. Em sua curta trajetória, o partido participou de algumas disputas eleitorais, inclusive, conseguindo eleger dezenas de prefeitos e centenas de vereadores em diferentes estados.

Como fruto dessa opção pela via eleitoral os integralistas, em 1937, lançaram Plínio Salgado, chefe nacional da AIB, como primeiro candidato de um partido da extrema direita ao cargo de Presidente da República no Brasil. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é realizar uma análise das práticas político-partidárias dos integralistas durante essa campanha eleitoral, na chamada província integralista no estado do Rio de Janeiro.

As primeiras atividades em solo fluminense datam de junho de 1933.² A cidade de Niterói foi palco da primeira conferência do líder

² Todas as informações sobre essa primeira conferência de Plínio Salgado em Niterói estão baseadas em matéria publicada em: Revista *Sigma*, nº 1, ano 1, pg. 25 e 26. Setembro de 1937. Acervo Plínio Salgado do Arquivo Público de Rio Claro – SP.



máximo da AIB, Plínio Salgado, no estado do Rio de Janeiro.³ O local escolhido para a conferência foi o Liceu Nilo Peçanha, um dos prédios mais imponentes da região central da cidade. A conferência do dirigente dos “camisas-verdes” aconteceu no salão nobre do colégio e atraiu a atenção de um público formado, em sua maioria, por professores e alunos do Liceu. O evento, que marcou o início das atividades da AIB no estado, teve como ponto alto a palestra proferida por Plínio Salgado, intitulada “O que é o Integralismo”.

Poucas semanas depois, mais precisamente em 15 de junho, Salgado esteve novamente na cidade, no salão nobre do Liceu Nilo Peçanha, para realizar uma segunda conferência.⁴ Como reflexo do sucesso de sua primeira palestra, nessa nova passagem por Niterói, Plínio Salgado foi recepcionado por dezenas de milicianos fluminenses devidamente trajados com as inconfundíveis “camisas-verdes”.

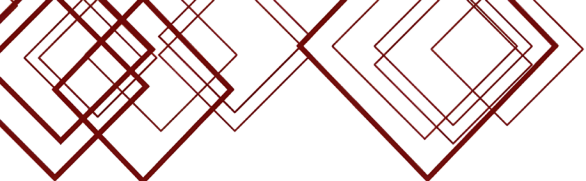
325

O tema da palestra – que lotou as dependências do salão nobre – foi a “Exegese da Revolução”. Durante sua intervenção, que durou aproximadamente duas horas, foram ressaltadas as teses centrais que fundamentavam a base teórica da AIB. Em sua fala foram expostas as opiniões e a interpretação dos integralistas sobre a situação política do país. O sucesso alcançado pela AIB foi quase imediato, considerando-se que inúmeras pessoas acabaram se juntando aos “camisas-verdes”.

Esses dois eventos representaram os primeiros passos da AIB significaram o início da trajetória do movimento na “Província integralista fluminense” que, durante seus poucos anos de funcionamento legal (1933-1937), se converteria numa das províncias que somaria o

³ É importante ressaltar que, no período estudado, a cidade do Rio de Janeiro era o Distrito Federal. Portanto, não era considerada município do estado do Rio de Janeiro.

⁴ O *Fluminense*, pg. 01, 16 Jun. 1933.



maior número de militantes e núcleos organizados. Em 1937, a AIB, na “Província integralista fluminense”, segundo dados dos órgãos de imprensa da própria entidade, contava com um total de 220 núcleos municipais e distritais, teria 47 mil filiados, uma bancada de 30 vereadores, 11 postos de assistência médica, uma rede de escolas, com 124 estabelecimentos de ensino e uma imprensa local que chegou a editar uma dezena de informativos.⁵

Os integralistas locais contavam com essa estrutura para sustentar o projeto eleitoral mais ousado da história do partido: a candidatura de Plínio Salgado à presidência da República. Antes de analisarmos as estratégias utilizadas durante esse pleito é preciso apresentar o contexto político brasileiro.

326 **Quadro político nacional:**

O clima político entre os anos de 1935 e 1937 no Brasil ficou marcado por indefinições e incertezas. Não se sabia quanto tempo o país viveria sob o “Estado de Guerra” – decretado por causa dos levantes da Aliança Nacional Libertadora (ANL) nos meses finais de 1935. Da mesma forma, era impossível prever se a Constituição aprovada em 1934 seria respeitada em relação à previsão das eleições presidenciais de janeiro de 1938. A postura ambígua do presidente Vargas em relação a sua sucessão também contribuiu para alimentar os temores de amplos setores da sociedade⁶.

Os acontecimentos de novembro de 1935 tiveram a capacidade de unificar as mais variadas forças políticas em torno da bandeira do

5 *Monitor Integralista*, pg. 04, 20 Fev. 1937.

6 Para saber mais sobre a conjuntura política do período, ver em: CAMARGO, Aspásia [et al]. O Golpe silencioso. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. 1989



anticomunismo. Entretanto, para alguns setores – em especial para os militares – a saída pelas urnas, mais do que antes, passou a ser vista como uma via perigosa. O presidente Vargas, ciente desse desconforto, procurou protelar ao máximo a abertura dos debates e movimentações visando a sua sucessão.

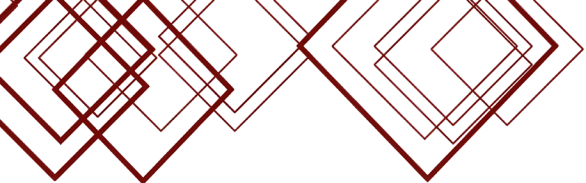
Nesse período a administração Vargas conseguiu criar um ambiente de união nacional em defesa da ordem. Foi exatamente nesse momento que surgiu a oportunidade para o governo realizar uma série de reformas no interior das forças armadas. Dessa forma, Vargas conseguiu uma importante aproximação com o alto escalão dos setores militares. Isso porque, para um significativo número de membros das forças armadas, em especial para os componentes do Exército, existia um clima de desconfiança em relação aos partidos e aos “políticos profissionais”. O trauma construído em torno da chamada “traição de 1935” foi outro elemento que serviu de justificativa para o clima de histeria anticomunista, fato que abriu a possibilidade para a instauração do Tribunal de Segurança Nacional⁷ e para a decretação do Estado de Guerra, ambos em 1936.⁸

327

Tais medidas acabaram por criar um regime de exceção de fato – apesar da vigência de direito da cada vez mais pálida Constituição de 1934. Como afirmamos, essa situação de incerteza e indefinição permitiu que houvesse um consenso entre as principais forças políticas em adiar o início do debate sucessório. Contudo, a partir de meados de 1936, o temor de que Vargas estivesse buscando uma alternativa para permanecer no poder fez com que a campanha eleitoral ganhasse fôlego e voltasse à pauta política.

7 O Tribunal de Segurança Nacional, que havia sido inserido nos artigos da Lei de Segurança Nacional, foi efetivado entre agosto e setembro de 1936.

8 O primeiro pedido de “Estado de Guerra” aprovado pelo Congresso Nacional ocorreu em março de 1936.



O reinício das articulações eleitorais tornava explícito os principais focos de oposição ao governo Vargas, que se concentravam em políticos dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. É importante destacar que os anos de governo provisório (1930-1934) e constitucional (1934-1937) acabaram desgastando a relação de Vargas com antigos aliados e deteriorando a convivência com as oposições.

A chegada do ano de 1937, mesmo com as tentativas de setores do governo Vargas em minar todos os pontos de resistência e protelar a sucessão, fez reacender as especulações e movimentações sobre a eleição presidencial. A própria suspensão do Estado de Guerra – em junho daquele ano – foi a senha para que as três candidaturas postas colocassem a campanha na rua.

328

De uma maneira geral, pode-se dizer que a candidatura do ex-interventor paulista – Armando Sales de Oliveira – representava os anseios da oligarquia paulista em retomar as rédeas do país e atraía a simpatia dos demais setores descontentes com os encaminhamentos adotados pelo governo Vargas. Isso porque o mote central da sua campanha foi a defesa do federalismo, ou seja, uma maior autonomia para os estados. Outros pontos presentes em seu discurso eram a defesa da democracia liberal e o combate aos extremismos políticos.

Lançado inicialmente pelo Partido Constitucionalista de São Paulo, Armando Sales procurou dar um caráter nacional a seu nome através da criação de uma agremiação denominada União Democrática Brasileira (UDB). Assim, tanto a candidatura quanto a plataforma eleitoral de Armando foram lançadas, oficialmente, em 16 de julho de 1937, em um comício realizado no campo do América Futebol Clube, localizado no Rio de Janeiro (DF).

Ao longo dos meses de campanha Armando Sales realizou di-



versas visitas a inúmeros estados. Visando impulsionar a candidatura, realizaram-se outros comícios em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pará. Também buscou-se atingir amplos segmentos da população através dos meios de comunicação. Para tanto, Armando Sales chegou a fazer pronunciamentos através do rádio e a conceder entrevistas em jornais, principalmente ao *Estado de S. Paulo*.

Apesar da neutralidade de Vargas, os setores ligados ao presidente procuraram se movimentar em torno de um candidato à corrida presidencial. Em 25 de maio de 1937, foi lançada a candidatura de José Américo de Almeida para ocupar o Palácio do Catete. Em torno desse nome juntaram-se outros representantes da política nordestina e, em especial Juarez Távora, que arregimentou apoio da Bahia e Pernambuco.

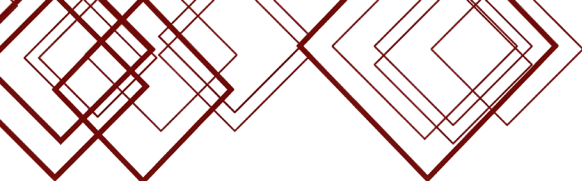
Contudo, apesar de receber o apoio de importantes figuras do cenário político nordestino, a candidatura de José Américo de Almeida procurou não restringir seus apoios apenas a essa região.⁹ Uma vez que contou com a colaboração de expressivo número de lideranças dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

329

O nome de José Américo também recebeu apoio público de ministros do governo Vargas.¹⁰ Isso colaborou para reafirmar o caráter quase oficial da candidatura. Apesar disso, ocorreram momentos de atrito entre setores do governo e José Américo por causa, principalmente, do tom e do teor dos discursos do candidato que, em algumas ocasiões, chegou a fazer pesadas críticas à administração – da qual fez

9 CAMARGO, Aspásia [et al]. O Golpe silencioso. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. 1989.

10 CAMARGO, Aspásia [et al]. O Golpe silencioso. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. 1989, pg. 175.



parte como ministro da aviação.

No geral, suas propostas concentraram-se no combate à corrupção e em medidas para melhorar a condição de vida dos trabalhadores. Sendo assim, as duas candidaturas procuraram aglutinar a população no sentido de permitir que o país retomasse a normalidade democrática. Entretanto, a disputa não se restringiu a esses dois atores políticos, um terceiro nome havia sido lançado para o pleito: Plínio Salgado.

Fato novo na disputa eleitoral: os integralistas

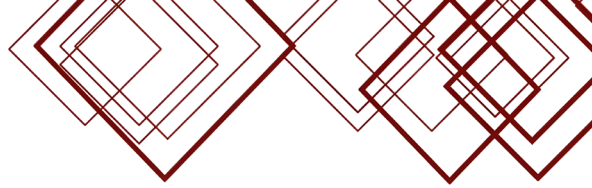
330

É preciso destacar que os “camisas-verdes”, durante os preparativos para essa eleição, apresentaram uma inovação no mercado político nacional: a realização de plebiscito entre os filiados para a escolha do candidato do partido. Em abril de 1937, a imprensa oficial da AIB publicou as resoluções que norteariam o chamado plebiscito nacional. O documento, datado de 24 de abril, foi assinado pelo chefe nacional e tinha a finalidade de regulamentar o funcionamento da consulta aos filiados do partido.

Na justificativa da resolução, a AIB afirmava, entre outras coisas, que os filiados não “eram escravos”, pois seriam livres para escolher o que seria melhor para o país. Da mesma maneira, o documento salientava que – apesar de ter plena consciência de seus poderes – o chefe nacional compreendia que “possuía o poder de abrir mão desses poderes, sem quebra de princípios”.¹¹

Composto por nove artigos, a resolução sobre o plebiscito estabelecia ainda que o nome do candidato dos integralistas seria escolhido a partir de uma consulta entre os filiados do partido indicava que o ma-

11 *A Offensiva*, pg. 01, 25 Abr. 1937.



nifesto programa da AIB deveria ser a “única orientação consciente” para a escolha de cada indivíduo e estabelecia que apenas os elementos filiados anteriormente à data da publicação da resolução poderiam tomar parte do plebiscito.

Entre os artigos da resolução, possivelmente o mais curioso era o sexto, que estabelecia a forma de voto. Cada integralista que participasse da consulta deveria votar em aberto. Em outras palavras, a escolha individual teria que ser registrada por escrito no livro de ata do núcleo e – apesar dos argumentos da justificativa da resolução afirmarem que os “camisas-verdes” não eram escravos – o militante, após manifestar seu voto publicamente, por escrito, deveria fazê-lo novamente “em voz alta”.

Por fim, o último artigo das normas do plebiscito previa a organização das juntas eleitorais, pois cada núcleo integralista deveria se converter em um ponto de apoio ao candidato da AIB. O plebiscito foi realizado nos dias 23 e 24 de maio. Milhares de filiados compareceram às 3.780 juntas eleitorais espalhadas pelos núcleos do país para escolherem o candidato à presidência da AIB. Segundo a imprensa do partido, o nome de Plínio Salgado recebeu 846.356 votos.

331

A realização do plebiscito e o efetivo lançamento da candidatura de Salgado foi um forte indicativo da consolidação da opção pela via eleitoral dentro do partido. Nesse sentido, a largada da corrida presidencial para os integralistas aconteceu em 12 junho de 1937, data do lançamento oficial – em nível nacional – da candidatura da AIB.

O passo seguinte da campanha eleitoral dos “camisas-verdes” aconteceu em 25 de junho de 1937, isso porque a AIB foi o primeiro partido a obter o registro oficial junto ao Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. Para complementar todo o itinerário oficial, em 14 de ju-



nho de 1937, dois dias depois do lançamento nacional da candidatura de Salgado, uma comitiva de dirigentes integralistas foi recebida em audiência pelo presidente Getúlio Vargas. O objetivo do encontro foi comunicar oficialmente o lançamento da candidatura de Plínio Salgado.

Esses acontecimentos atestam a completa metamorfose em relação aos objetivos da AIB, sobretudo se compararmos o teor do “discurso romântico”, presente na primeira fase dos “camisas-verdes”, com a postura dos dirigentes nacionais em 1937 que, tão logo lançaram sua candidatura à presidência, trataram de comunicar tal fato ao presidente Vargas. Apesar de todas as ponderações sobre a parcialidade dos “dados oficiais”, apresentados em relação aos milhares de filiados que compareceram aos núcleos da AIB e participaram do plebiscito, uma questão é inegável: o plebiscito contribuiu para oxigenar o partido e despertou o entusiasmo da militância.

332

A forma diferenciada como foi feita a escolha do candidato do partido permitiu que os integralistas passassem a apresentar-se como uma organização diferenciada. Indiscutivelmente, o tema do plebiscito passou a ser uma pauta recorrente nas publicações dos seguidores de Plínio Salgado. Para cumprir essa missão, todos os órgãos da imprensa do partido acabaram sendo transformados em ferramentas de campanha. Um exemplo foi o editorial da revista *Anauê*, que procurou apresentar o chefe nacional como o único e verdadeiro “candidato do povo”. Nesse sentido, o texto da revista procurou exaltar o fato da AIB ter agido de maneira profundamente democrática, pois realizou a escolha de seu candidato através de um plebiscito.¹²

Outro trecho procurou ressaltar os mecanismos utilizados durante o processo de escolha, inclusive destacando a forma como foi fei-

12 Revista *Anauê*, pg. 01, 1 Jul. 1937.



ta a manifestação de voto. O texto enfatizava que, ao contrário do que poderia parecer, para os integralistas, a alternativa do “voto em aberto” assumiu uma característica positiva, pois para cumprirem tal tarefa, os “camisas-verdes” do Brasil foram convocados “a dizer em alto e bom som, sem constrangimentos de qualquer natureza, livremente manifestando seu pensar, qual o companheiro que julgavam poder representá-los como candidato”.¹³

A fórmula do plebiscito, para a revista, teria outra particularidade em relação à forma de escolha adotada no processo de indicação das outras candidaturas: Plínio Salgado estaria isento dos favores e pressões de qualquer grupo político ou econômico. Dessa forma, essa situação possibilitaria a Salgado e a seus seguidores continuarem suas ações em prol das camadas menos favorecidas.

O entusiasmo da imprensa acabou repercutindo também entre os militantes e dirigentes integralistas fluminenses. Isso porque, durante todo o processo de mobilização e preparação para o lançamento oficial da candidatura de Plínio Salgado no Estado, as centenas de núcleos acabaram sendo mobilizados para cumprir, prioritariamente, tarefas na campanha.

333

Entre essas tarefas, podemos destacar a organização de comitês em diversos municípios do Rio de Janeiro que congregavam profissionais liberais, operários, trabalhadores rurais, mulheres e estudantes. Prioritariamente, logo depois de se constituírem, tais organizações procuravam tornar pública sua existência através da imprensa do partido.

A partir das semanas finais do mês de junho começaram a surgir inúmeros comitês como, por exemplo, o organizado pelos comerciantes de Friburgo que – através de um curto telegrama – felicitaram o

¹³ Revista *Ananê*, pg. 01, 1 Jul. 1937.



chefe nacional em seu novo desafio.¹⁴ As saudações não ficaram restritas apenas a esses profissionais friburguenses, pois médicos e dentistas da região serrana fluminense também providenciaram o envio de suas congratulações ao candidato da AIB.

Pretendendo demonstrar a amplitude da candidatura de Plínio Salgado, um grupo de militantes operários integralistas da Fábrica de Tecidos de Friburgo manifestou “vibrantes saudações”¹⁵ ao chefe nacional. Outra categoria que foi a público empenhar sua total confiança na capacidade de liderança do chefe nacional foi a dos trabalhadores da construção civil de Friburgo que organizaram um comitê da categoria.

334 O entusiasmo – pelo menos na imprensa oficial da AIB – repercutiu também entre os ferroviários da Leopoldina *Railway* de Friburgo. Um comunicado assinado por Carvalho Sobrinho, Thomas Benevenuto, Flávio Fonseca, Moacyr Eyer e Edmundo Barbeto afirmava que a vitória do chefe nacional seria o caminho para conduzir o país aos seus “gloriosos destinos”.¹⁶

Em outros municípios do Rio de Janeiro, os militantes da AIB adotaram a mesma estratégia de campanha. Como podemos verificar no caso dos funcionários da fábrica de conhaque de alcatrão do município de São João da Barra, filiados ao partido, além de saudarem o candidato, aproveitaram o espaço no jornal para reafirmarem sua fidelidade ao chefe nacional.¹⁷ Em outros municípios, surgiram comitês formados por farmacêuticos, padeiros, alfaiates, professores, entre outros.

Entre os estudantes fluminenses que haviam aderido à AIB também ocorreram manifestações pró-Plínio Salgado. Assim, alunos do

14 *A Offensiva*, pg 03, 29 Jun. 1937.

15 *A Offensiva*, pg. 03, 30 Jun. 1937.

16 *A Offensiva*, pg. 03, 30 Jun. 1937.

17 *A Offensiva*, pg. 03, 30 Jun. 1937.



Liceu Nilo Peçanha – local da primeira reunião pública dos integralistas no Estado – externaram suas saudações ao lançamento da candidatura dos “soldados de Deus”.¹⁸

Os estudantes de Niterói pareciam sintonizados, pois os acadêmicos Guilherme Furtado Portugal, Eugênio Francisco Pinto e Osmar Faria – da Faculdade de Odontologia da capital fluminense – foram signatários de uma nota que ressaltava a “magnífica lição de democracia” que representou o plebiscito que indicou o nome de Salgado.¹⁹

Os parlamentares da AIB fluminense utilizaram o mesmo expediente e passaram a usar as páginas dos periódicos para expressar suas congratulações. Foi o que fez Djalma Monteiro, vereador da cidade de Teresópolis que, em seu telegrama – como fizeram os acadêmicos de odontologia – destacou a fórmula democrática de escolha do candidato dos “camisas-verdes”.²⁰ Os parlamentares Álvaro Sardinha, Adolphe Lopes, Getúlio Borges e Bernardo Gomes, que formavam a bancada integralista da cidade de Barra Mansa, da mesma maneira que o companheiro da região serrana, saudaram a indicação de Plínio Salgado.

335

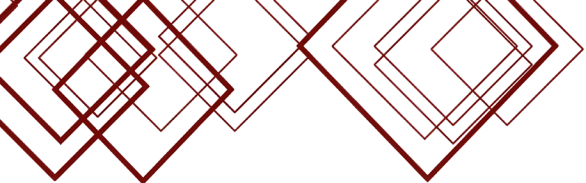
Com a data do início oficial da campanha presidencial se aproximando, a direção regional da AIB passou a concentrar todos seus esforços políticos na organização de uma série de lançamentos simultâneos nos núcleos municipais e distritais. Aparentemente, havia sido planejado um calendário eleitoral que deveria ser cumprido pelo conjunto da militância. Assim, seria fundamental agregar a maior quantidade de militantes possível.

Para alcançar esses objetivos, Raymundo Padilha, chefe provincial, chegou a realizar um pronunciamento através da Rádio Difusora

18 *A Offensiva*, pg. 03, 09 Jul. 1937.

19 *A Offensiva*, pg. 03, 30 Jun. 1937.

20 *A Offensiva*, pg. 03, 30 Jun. 1937.



da cidade de Petrópolis. Em sua fala, Padilha lembrou as responsabilidades que os integralistas fluminenses assumiriam a partir do início da campanha eleitoral. Em 4 de julho de 1937, estavam programados desfiles, reuniões, pronunciamentos no rádio, enfim, um elenco de ações que pretendiam demarcar – de uma só vez – em todas as regiões fluminenses, os primeiros passos da campanha presidencial.

A campanha na rua:

Entre as atividades previstas na corrida presidencial estava uma concentração dos integralistas da 6ª Região, mais precisamente na cidade de Carmo. Nesse município estariam presentes delegações representando militantes de outros núcleos da região, além do próprio chefe provincial que lançaria pessoalmente a campanha naquela cidade.

336

Outra estratégia planejada pela Secretária Provincial de Propaganda era a realização de sessões solenes em todas as sedes existentes no estado. Os oradores convidados deveriam ser pessoas “respeitadas e cultas” que iriam proferir palestras abordando questões relativas à importância da campanha eleitoral para o partido.

Alguns núcleos optaram por realizar atividades programadas em locais públicos. Um dos casos foi a cerimônia programada pelo núcleo municipal de Barra Mansa, na região sul do estado. O ato, concentraria militantes integralistas da cidade, estava programado para acontecer na praça Ponce de Leon, precisamente às 18:30. A expectativa de todos os dirigentes da 1ª Região da “Província integralista fluminense” era contar com a presença de autoridades políticas e religiosas locais.

Os cuidados e preocupação da direção regional com as solenidades levaram-na a designar militantes de outros municípios para su-



pervisionarem as atividades de determinados locais, como ocorreu nos casos dos núcleos de Pureza e Porciúncula que receberam as visitas de Romeu Rodrigues Silva e José Landim, dirigentes da AIB da cidade de Campos. Também em Miracema estava prevista a visita do dirigente baiano Araújo Lima, que faria a saudação aos integralistas locais.

O quadro de municípios fluminenses programados para realizar o lançamento oficial, em 04 de julho de 1937, era o seguinte:

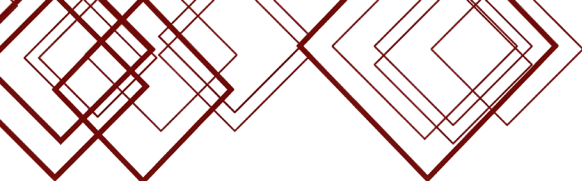
Município:	Orador:
Petrópolis	Prof. Alcebíades Delamare
Niterói	Prof. San Thiago Dantas
Campos	Dr. Thiers Martins Moreira
Porciúncula	Prof. Jose Landim
Pádua e Miracema	Dr. Araújo Lima
Pureza	Dr. Romeu Rodrigues Silva
Resende	Dr. Herberto Dutra
Barra Mansa	Dr. Murilo Fontainha
Barra do Pirai	Prof. Eurípides Cardoso Menezes
Valença	Acadêmico Gerado Mourão
Teresópolis	Prof. Loureiro Junior
Nova Iguaçu	Acadêmico Jorge Pachá
São Gonçalo	Dr. Toledo Piza

337

FONTE: *A Offensiva*, pg. 02,29 Jun.1937.

Procurando conciliar a agenda da campanha com as atividades de organização do partido, as “blusas-verdes” – militantes do sexo feminino – do estado estiveram concentradas nos trabalhos do I Congresso Feminino da Província Fluminense.²¹ O evento aconteceu na cidade de Petrópolis, entre os dias 25 e 26 de julho. Aproveitando a estrutura deste congresso, aconteceu conjuntamente um encontro estadual dos

²¹ *A Offensiva*, pg. 02,,29 Jun.1937.



jovens militantes da AIB, conhecidos como “plinianos”.

O último dia do congresso foi marcado por uma série de desfiles e concentrações em homenagem aos dirigentes presentes, em especial um dos mais importantes dirigentes nacionais da organização: Gustavo Barroso. A partir das 15 horas as ruas centrais do município foram tomadas por mulheres e crianças que realizaram inúmeras apresentações. O Automóvel Club de Petrópolis foi o local da sessão solene de encerramento do I Congresso Feminino. Todas as atividades tiveram a cobertura da Petrópolis Rádio Difusora que transmitiu as intervenções realizadas na cerimônia.

338 Ainda no intuito de “trazer para a campanha” um número maior de mulheres, poucos dias depois as militantes de Niterói também organizaram uma sessão específica. Realizada na sede do núcleo de Santa Rosa, o evento contou a presença de Maria Telles Ferreira, dirigente nacional da organização, que falou sobre – como não poderia deixar de ser – a candidatura de Plínio Salgado.

Antes da sessão ocorreu uma cerimônia interessante para o partido e, sobretudo, para o seguimento da campanha. No referido, 30 novas “blusas-verdes” passaram a compor as fileiras da AIB. A preocupação dos integralistas em realizar atividades para mulheres, durante o período eleitoral, justificava-se por conta da inovação do voto feminino. Portanto, o voto das mulheres poderia pesar de forma decisiva no resultado final da corrida presidencial.

No sentido de ampliar o alcance da campanha no estado, os integralistas passaram a contar com o auxílio de outro renomado dirigente da AIB: o professor Alcebíades Delamare. Esse dirigente iniciou uma verdadeira peregrinação em defesa da candidatura de Plínio Salgado. O professor Delamare – catedrático da Faculdade de Direito da Uni-



versidade do Brasil e membro da direção nacional da AIB – esteve em diversos municípios realizando conferências para arregimentar novos adeptos e eleitores.

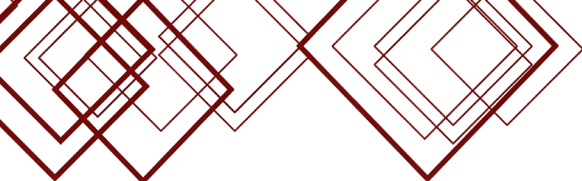
Os dias 1 e 2 de agosto marcaram a passagem do professor por Campos dos Goytacazes. Na cidade, foi cumprida uma agenda repleta de eventos e atividades acadêmicas, religiosas e políticas. Na tarde de sábado aconteceu uma reunião entre o professor Delamare e um grupo de advogados. Posteriormente, foi realizada uma conferência na Faculdade de Direito da cidade. Nesse local, o professor explanou sobre a “missão do professor universitário”.²² Naquele dia, ainda cumprindo a agenda jurídico-eleitoral, o professor esteve no Fórum Municipal onde foi recepcionado por juízes e outros funcionários da justiça. Em todas essas ocasiões militantes e dirigentes da AIB estiveram presentes.

No dia seguinte, as atividades começaram na catedral da cidade, onde foi realizada uma missa de ação de graças em homenagem ao chefe nacional, que foi acompanhada por centenas de militantes uniformizados. Depois do encerramento da celebração, o prelado da igreja foi um dos anfitriões dos integralistas em uma sessão especial do Centro Dom Vital.

339

Dom Otaviano de Albuquerque – arcebispo de Campos – conduziu os trabalhos da solenidade em homenagem ao professor Delamare. A palavra foi franqueada a Romeu Silva, que realizou as saudações e depois apresentou o convidado de honra que proferiu uma conferência que teve como tema “A Eucaristia”. Mais tarde, por volta das 15 horas, um grande número de milicianos cobriu de verde as ruas centrais do centro de Campos. Uma massa, segundo o jornal da AIB, de cerca de 1.000 pessoas desfilou em homenagem ao dirigente nacional da orga-

²² *A Offensiva*, pg. 03, 9 Jul. 1937.



nização partidária.²³

Sempre acompanhado dos chefes locais, o professor Delamare passou em revista "a tropa verde" que estava formada na praça São Salvador, depois teve início o comício. Inúmeros dirigentes fizeram intervenções até que o visitante pudesse proferir seu discurso que, durante uma hora e meia, prendeu a atenção dos espectadores. O regresso do dirigente nacional aconteceu no final do dia e, novamente, mobilizou centenas de militantes que compareceram na estação ferroviária.

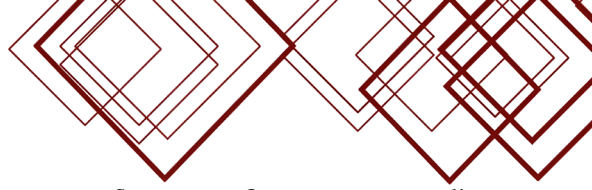
Os comícios, as sessões solenes, os telegramas na imprensa, a reunião das "blusas-verdes" e a cerimônia no Centro D. Vital são uma mostra das estratégias empregadas pelos integralistas no sentido de divulgar o candidato da AIB no Estado do Rio de Janeiro. Nessa fase inicial da campanha, a passagem do dirigente nacional em Campos parece que repercutiu positivamente em toda província integralista fluminense. Tanto que a direção regional do partido havia programado uma nova atividade – em 15 de agosto – para o município de Campos. Entretanto, dessa vez estava prevista a presença de um convidado muito mais célebre: o chefe nacional.

No mês de agosto estavam programados os primeiros comícios dos "camisas-verdes" que pretendiam realizar gigantescas concentrações. As duas primeiras concentrações públicas estavam programadas para a mesma data, 15 de agosto, nas cidades de Niterói e Campos dos Goytacazes.²⁴

Em Campos, a propaganda do evento começou ainda durante as mobilizações para a passagem do professor Alcebíades Delamare,

23 *A Offensiva*, pg. 03, 9 Jul. 1937.

24 FAGUNDES, Pedro Ernesto. *A ofensiva verde: a Ação Integralista Brasileira (AIB) no estado do Rio de Janeiro (1932-1937)*. 2009. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.



momento em que foi produzido um panfleto que afirmava que, no dia 15 de agosto, Plínio Salgado desembarcaria na cidade para encontrar-se com 10.000 militantes da região. Para cumprir a extraordinária meta de reunir milhares de “camisas-verdes” no comício do chefe nacional, os dirigentes da AIB concentraram todos os seus esforços ao longo dos primeiros dias de agosto no sentido de mobilizarem todos os núcleos da região.

Concomitantemente aos preparativos dos “camisas-verdes”, outras forças políticas da cidade também se mobilizaram para arregimentar seus partidários em torno de uma manifestação que seria um ato público em defesa da democracia. Tal evento, marcado para o dia 14 de agosto – véspera do comício da AIB – pretendia unir no mesmo palanque representantes do Partido Social Fluminense (PSF), União progressista Fluminense (UPF) e Partido Progressista Republicano (PPR), legendas criadas no pós-1930.

341

Nos dias anteriores ao comício integralista, a cidade foi tomada por panfletos de diferentes organizações que tanto convocavam para o ato do dia 14, como serviam para lançar ataques aos integralistas. A possibilidade da presença do chefe nacional em Campos motivou a elaboração de cartazes com os dizeres “Não desembarcará”, que foram afixados em diversos postes e muros.²⁵ Outros panfletos que circularam seguiam um vocabulário igualmente agressivo em relação aos “soldados de Deus”.

Entre os panfletos, um convocava os cidadãos em nome dos partidários de José Américo e Armando Sales. Tal impresso afirmava ainda que o objetivo da concentração era “a defesa do regime constituído” e contra os “extremismos”. No elenco dos oradores previstos para o ato

25 Cartaz anexado ao Processo Crime 1060, 1937, pg. 25.



pró-democracia estavam figuras conhecidas do meio político da cidade, entre eles Cardoso de Mello, César Tinoco, Godofredo Tinoco, Arthur Lontra Costa, Gil Sobral Pinto, Alcindor Bessa e Gentil de Castro Farias.²⁶

Outros dois panfletos – assinados pela comissão Democrática dos padeiros²⁷ e pelos Trabalhadores Antifascistas de Campos²⁸ – adotaram um tom muito mais duro em relação aos “camisas-verdes”. Em ambos a palavra de ordem era o pedido de fechamento da AIB sob a acusação da organização defender propostas antidemocráticas.

342 Na noite marcada, centenas de pessoas se reuniram na praça São Salvador para participar do contra comício integralista. Os oradores que se sucederam centraram seus ataques à candidatura de Plínio Salgado. O ato encerrou-se às por volta das 22 horas e, logo a seguir, os presentes saíram em passeata pelas ruas do centro gritando palavras de ordem contra os integralistas.

Indiferente ao clima político da cidade do interior do Estado, na noite de 15 de agosto foi realizado outro comício em Niterói. Por volta das 20 h, na região do núcleo de Ingá, uma multidão de cerca de 4 mil militantes e simpatizantes da candidatura de Plínio Salgado se reuniu para participar daquele que seria o primeiro grande comício organizado pelo núcleo municipal.²⁹ Antes das primeiras intervenções, ocorreu uma cerimônia em que o partido recebeu 32 novos filiados.

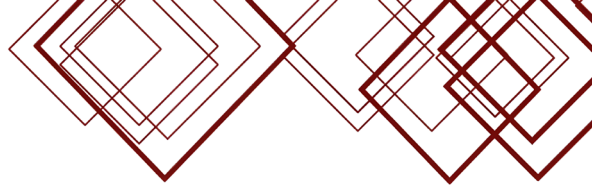
O comício prosseguia com os militantes se revezando em discursos que centravam ataques ao liberalismo e ao comunismo, taxados de regimes falidos. A situação transcorria sem maiores incidentes até o

26 Panfleto anexado ao Processo Crime 1060, 1937, pg. 29.

27 Panfleto anexado ao Processo Crime 1060, 1937, pg. 27.

28 Panfleto anexado ao Processo Crime 1060, 1937, pg. 29.

29 *A Offensiva*, pg. 03, 18 Ago. 1937.



momento em que chegaram as primeiras notícias sobre os problemas no comício de Campos. O clima de comoção contagiou os presentes que, no encerramento do evento, cantaram o hino nacional.

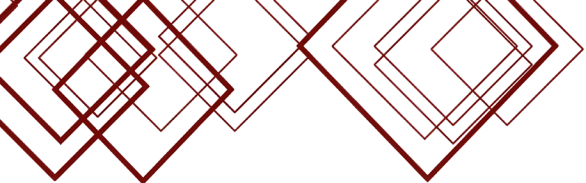
Foi exatamente durante o comício integralista, realizado em 15 de agosto de 1937, na cidade de Campos dos Goytacazes – região norte do Estado do Rio de Janeiro – que ocorreu o evento mais violento envolvendo os “camisas-verdes”: o tiroteio na Praça São Salvador que resultou em 10 mortos e dezenas de feridos. Os fatos envolvendo o trágico desfecho da concentração integralista nunca foram plenamente desvendados pelas investigações. A investigação e o processo instaurados o fato foi arquivado em 1939, sem indicar possíveis culpados.

Os trágicos acontecimentos do comício integralista culminaram na suspensão de todas as reuniões públicas de caráter eleitoral no estado. As semanas seguintes seriam marcadas pela expectativa em relação aos rumos políticos do país. Naquele momento, o país vivia a expectativa da aprovação de um novo pedido de “Estado de Guerra”, que tornaria mais nítidos os contornos de um regime de exceção.

343

A campanha presidencial foi perdendo espaço, o que acarretou o cancelamento de comícios e até a hipótese da retirada coletiva das candidaturas. Proporcionalmente, enquanto esfriava o ímpeto dos candidatos na campanha eleitoral, notícias sobre conspirações circulavam em todos os setores da sociedade, aumentando em muito a temperatura política. Em meio aos rumores sobre um golpe de Estado, avançaram as articulações entre Plínio Salgado e o governo Vargas.³⁰ Esses contatos haviam se intensificado durante os meses de outubro e novembro,

30 Tais contados foram confirmados posteriormente por Plínio Salgado em uma carta enviada para o presidente Vargas. Uma versão integral da carta pode ser vista em: SILVA, Hélio. 1938 – Terrorismo em Campo verde. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, pp. 361-382.



chegando ao caso do chefe integralista ter sido consultado sobre o conteúdo na nova Carta Constitucional.

O chefe nacional chegou a ser convidado para coordenar o Ministério da Educação do futuro regime ditatorial. Os integralistas vislumbravam a possibilidade de ocupar uma posição privilegiada no novo quadro partidário. Outro dado importante foi a afinidade dos discursos entre a administração Vargas e a AIB no que dizia respeito ao combate às forças comunistas.

344

Em 10 de novembro de 1937, o Estado Novo foi formalmente instalado, sem maiores reações e manifestações contrárias e, sobretudo, contando com a colaboração passiva dos “camisas-verdes”. O nebuloso episódio que teria levado Vargas a instalar o Estado Novo foi baseado em um falso documento de um judeu-comunista conhecido como Cohen, daí o nome “Plano Cohen”.

A partir do Estado Novo o poder legislativo, os partidos políticos, os governos estaduais, os sindicatos, enfim, o país passou a viver um período de intervenções e suspensão dos direitos democráticos. Com o objetivo de manter a lei e a ordem, ameaçadas por um suposto plano dos “comunistas” de tomar o poder, o presidente Vargas tornou-se o único intermediário entre o povo e o governo.³¹ O movimento que propiciou a instalação do Estado Novo foi uma tentativa de dar uma resposta àquilo que seus idealizadores qualificavam como situação de anarquia política, sobretudo para salvar a nação do “perigo vermelho”.

Com o apoio dado ao golpe do Estado Novo, a direção da AIB chegou a pensar que finalmente dominariam o poder político do país.

31 Sobre a implantação do Estado Novo, ver em: GOMES, Ângela de Castro. Regionalismo e centralização política. Partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.



Como “pagamento” ao apoio dos integralistas, a Administração Vargas decretou o fim das atividades da AIB, bem como de todos os outros partidos políticos brasileiros, permitindo apenas que essas organizações sobrevivessem como sociedades civis.

O problema maior para os “camisas-verdes” foi que o Decreto Lei nº 37, de 02 de dezembro de 1937, que estabelecia as regras para o funcionamento das ditas sociedades civis, vetava toda e qualquer utilização de uniformes, insígnias, símbolos e gestos das antigas agremiações partidárias. Houve ainda a tentativa de buscar uma alternativa através da criação da Associação Brasileira de Cultura (ABC).

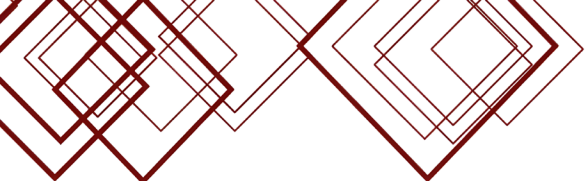
Essa obscura organização nunca conseguiu fazer sombra à antiga AIB, principalmente porque, sem a mística, os símbolos e os ritos servia apenas como a última tentativa de preservar a coesão e o capital político do primeiro partido de massas do país. Assim, chegou ao fim o sonho dos integralistas de conquistarem o poder através da via eleitoral.

345

Do fim da AIB e a nova fase do Integralismo:

Se a reação da direção nacional ao fechamento do partido foi a criação da ABC, outros setores da AIB apresentaram respostas mais contundentes: vários núcleos integralistas nos estados prepararam tentativas de levantes armados. Em 11 de maio de 1938, teve início um movimento armado por ex-integralistas, setores militares e políticos civis que tinha uma meta extremamente ousada: tomar o Palácio Guanabara, residência oficial do presidente, e aprisionar Getúlio Vargas.

Os episódios de 11 de maio causaram uma repercussão negativa, agravando a situação de Plínio Salgado e de outros ex-dirigentes da



AIB. Centenas de antigos quadros do partido acabaram sendo enquadrados na Lei de Segurança Nacional e processados por crimes políticos no Tribunal de Segurança Nacional (TSN).

Salgado, apesar de negar ligações com quaisquer movimentos insurrecionais dos seus ex-companheiros, foi detido para prestar depoimento. Poucos meses depois, mais precisamente em maio de 1939, enquanto muitos integralistas ainda estavam presos, o chefe nacional partiu em exílio para a Europa

No Velho Mundo – sobreviveu graças à colaboração financeira de antigos companheiros da AIB – esteve em Portugal até 1945, onde teria feito uma revisão crítica da experiência da AIB, o que o levou a abraçar a linha política da Democracia Cristã. Com o fim da ditadura do Estado Novo, retornou ao Brasil e retomou a vida política partidária fundando outra sigla: o Partido de Representação Popular (PRP).³²

346

Na sua nova agremiação partidária, Plínio Salgado procurou retomar os antigos contatos da época da AIB. Finalmente, em 1955, o ex-chefe nacional disputou uma eleição presidencial e atingiu uma marca significativa: cerca de 5 % de votos. Em 1958 Salgado foi eleito deputado federal pelo PRP do Paraná. Em 1964 o PRP foi um dos articuladores das Marchas pela Família e apoiou o golpe civil-militar.

Com o Ato Institucional nº 2, em 1965, os militares interviram no sistema político-partidário brasileiro. Uma das medidas previstas foi a imposição do bipartidarismo, ou seja, todos os partidos políticos foram extintos, inclusive o PRP. No lugar das antigas agremiações foram criados dois partidos: a Aliança de Renovação Nacional (ARENA), ligada ao governo militar, e o Movimento Democrático Brasileiro

32 Sobre a atuação de Plínio Salgado no PRP, ver em: CALIL, Gilberto Grassi. O Integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1955). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. (Coleção história).



(MDB), que agregou a oposição. Nesse contexto, Plínio Salgado filiou-se a ARENA e encerrou sua carreira parlamentar, em 1974, como deputado federal. Plínio Salgado falecer em 1975. Momento conhecido como pós-integralismo.

A morte de Salgado causou uma série de indefinições no espectro político das direitas. O chamado pós-integralismo, segundo Odilon Caldeira Neto e Leandro Pereira Gonçalves (2020), pode ser definido como uma fase marcada pela ausência de uma liderança nacional e pela fragmentação partidária. Gerando disputas pela memória de Salgado e, sobretudo, pelo legado político do Integralismo.

Inicialmente, seus antigos apoiadores tentaram manter a unidade em torno do nome de Carmela Salgado, viúva do ex-chefe nacional. No decorrer da segunda metade da década de 1970 foram elaboradas algumas iniciativas para preservar e divulgar a doutrina integralista.

347

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por intensas disputas entre figuras públicas que divergiam sobre a interpretação do legado de Plínio Salgado e da AIB. Essa disputa pela “verdadeira” memória dos camisas-verdes resultou na proliferação de diversas organizações, cada qual buscando atrair antigos e novos adeptos para suas próprias interpretações do integralismo. Surgiram, assim, a Associação Brasileira de Estudos Plínio Salgado (1976), a Associação Brasileira de Cultura (ABC) – em 1980, a Casa Plínio Salgado (1981), o Partido de Ação Nacionalista (PAN) – em 1985, o Partido de Ação Integralista (PAI) – em 1989. Houve também, em 1987, uma tentativa de recriar a AIB histórica.

Mas todas essas iniciativas esbarravam na conjuntura adversa, ou seja, no momento da redemocratização – e da Nova República – as propostas da extrema direita encontraram pouca adesão. No entanto,



demonstrando a permanência do Integralismo no tempo recente, a partir de 2013, emergiram novas organizações e personalidades políticas que resgataram símbolos, slogans e discursos que rememoram e, simultaneamente, reatualizam o pensamento Plíniano.

Referências:

- ABREU, Alzira Alves de [et al]. **Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro pós-1930**. Edição Revista e ampliada. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2001.
- CALIL, Gilberto Grassi. **O Integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1955)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. (Coleção história).
- CAMARGO, Aspásia [et al]. **O Golpe silencioso**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1989.
- 348 FAGUNDES, Pedro Ernesto. **A ofensiva verde: a Ação Integralista Brasileira (AIB) no estado do Rio de Janeiro (1932-1937)**. 2009. **Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro**, 2009.
- GOMES, Ângela de Castro. **Regionalismo e centralização política**. Partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- TRINDADE, Hélió. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930**. Porto Alegre: Editora UFRGS. São Paulo; Difel, 1974.
- SILVA, Hélio. **1938 – Terrorismo em Campo verde**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- SILVA, Osório Peixoto. **500 anos dos Campos dos Goytacazes**.



Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo
Lima, 2004.

Fontes:

Arquivos Pesquisados:

Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes – RJ.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

Acervo Plínio Salgado do Arquivo Público Municipal de Rio Claro –
SP.

Biblioteca Nacional – Setor de periódicos. BN/RJ

RESENHAS



DIMENSÕES
Revista de História da Ufes

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Histórias conectadas, histórias comparadas: tempo presente, ditaduras e repressão no Brasil e na Argentina

On writing possibilities related to History of the Present Time:
Connections and comparisons among the military dictatorships of
Brazil and Argentina

Lara Lucena Zacchi¹

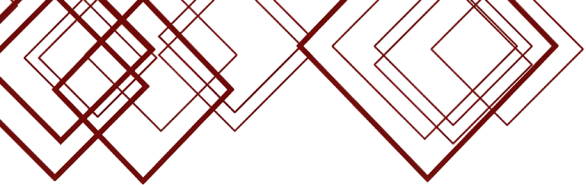
Resumo: Esta resenha analisa a obra *As ditaduras argentina e brasileira em ação: violência repressiva e busca de consentimento* (Lvovich; Patto Sá Motta, 2023), considerando sua contribuição para a historiografia brasileira e latino-americana sobre as ditaduras militares. Ao considerar as diferentes dimensões da repressão no Brasil e Argentina, o livro propõe a articulação entre as metodologias das histórias comparadas e conectadas como possibilidades para o entendimento dos processos históricos locais, inseridos em dimensões transnacionalmente conectadas. Assim, suas discussões interessam, na medida em que são capazes de auxiliar na análise das reminiscências e rupturas das estruturas de repetições e singularidades dos processos e temporalidades históricas que assolam o tempo presente.

Palavras-chave: ditaduras militares; repressão; histórias comparadas e conectadas

Abstract: This work analyzes the book *As ditaduras argentina e brasileira em ação: violência repressiva e busca de consentimento* (Lvovich; Patto Sá Motta, 2023). By considering the different dimensions of repression in Brazil and Argentina, it proposes the articulation between the methodologies of comparative and connected histories as possibilities for understanding local historical processes, inserted in transnationally connected dimensions. Thus, their discussions are of interest, as they can assist in the analysis of the reminiscences and ruptures of the structures of repetitions and singularities of the historical processes and temporalities of the present time.

Keywords: military dictatorships; repression; comparative and connected histories

¹ Doutoranda no PPGH da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com área de concentração em História do Tempo Presente, bolsista PROMOP. Seu projeto de tese se intitula “*Mães que lutam: sobre modos de atuar politicamente no tempo em experiências de grupos latino-americanos de mães (1977 - 2023)*”. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6295-2336>. E-mail: lalalucenaz1@gmail.com.



Quais cuidados implicam na retomada de passados que são recorrentemente reavivados e disputados no tempo presente por distintas demandas sociais? Como dar sentido às histórias recentes de diferentes localidades que foram caracterizadas por processos históricos, sociais e políticos que ora divergem, ora convergem, e, ora se conectam? Quando nos ocupamos em escrever a História do Tempo Presente (HTP), é recorrente a emergência de questões como essas, dentre tantas outras que perpassam a dimensão ética e teórico-metodológica desta episteme de análise. No cerne destas inquietações, a obra *As ditaduras argentina e brasileira em ação: violência repressiva e busca de consentimento*, organizada pelos historiadores Daniel Lvovich e Rodrigo Patto Sá Motta e publicada em 2023, tem seu destaque no campo historiográfico.

352

Se a relação com as demandas sociais é um dos aspectos que define o caráter político da HTP (Delacroix, 2018), a obra tem sua dimensão política ressaltada, uma vez que recorre às permanências e rupturas dos golpes, dos processos ditatoriais e das transições democráticas no Brasil e na Argentina como “constantes históricas” que justificam a elucidação destes passados no tempo presente. A relevância social da obra é reforçada pelas análises que demonstraram que as violências repressivas brasileiras e argentinas foram sistematizadas a partir de diferentes dimensões, estruturadas por políticas sociais, econômicas, institucionais, culturais e, ainda, educacionais. Ademais, o enfoque dado aos consentimentos e alianças civis-militares como práticas sustentadoras da repressão em ambos os espaços reforça o argumento de que o autoritarismo militar se articulou amplamente com as políticas econômicas liberais da época.

Adotando uma metodologia de análise comparada e conectada para o estudo da repressão autoritária no Brasil e na Argentina, as discussões evidenciam-na a partir de fenômenos amplos que, ao mesmo



tempo, se conectam, se assemelham e se divergem entre si. O método comparativo é utilizado para expressar semelhanças e diferenças próprias de processos históricos em dimensões, sobretudo, locais. As conexões, por sua vez, auxiliam no entendimento dos fenômenos para além das fronteiras dos Estados-nação, considerando, metodologicamente, as escalas micro/macro de análise, tanto no âmbito espacial, quanto temporal. Daí a possibilidade de articulação entre ambas as metodologias, as quais podem contribuir para a compreensão das experiências históricas complexas das ditaduras, para o entendimento de suas estruturas de singularidades e repetições (Koselleck, 2014), considerando suas dimensões locais e transnacionais².

Ao longo dos dez capítulos, as conexões/comparações são tratadas a partir de temáticas que versam sobre o problema central da obra, qual seja, dar foco às estratégias de repressão implementadas pelos Estados ditatoriais em diferentes níveis, em diálogo com interesses de grupos detentores de poder e as estratégias de busca por consentimento. Os distintos entendimentos sobre o conceito de repressão são evidenciados, uma vez que se referem desde as medidas coercitivas e repressivas contra os considerados “inimigos do Estado”, passando por políticas econômicas, até a concepção de iniciativas sociais, institucionais e culturais planejadas para angariar apoio de segmentos da sociedade. Assim, a ditadura brasileira (1964-1985) e as ditaduras argentinas (1966-1973/1976-1983) são focalizadas a partir de temas que

353

2 A atenção aos limites destas metodologias, entretanto, devem ser destacados. Quando a obra tratou de comparações que se debruçaram não somente sobre contextos, mas sobre temporalidades distintas, foi ressaltado a necessidade de uma maior atenção. A depender do objeto, como é o caso da questão das juventudes nas ditaduras trabalhadas no capítulo de Gabriel Amato e Laura Luciani, essa tarefa demanda uma contextualização mais profunda dos espaços e processos socioculturais. A depender dos temas estudados, então, o olhar ao contexto sociocultural deve ser ainda mais atento.



se encontram em diálogo com os entendimentos sobre os vastos significados da repressão.

O capítulo *Estado e governo nas ditaduras brasileiras (1964)*, escrito por Paula Canelo e Rodrigo Patto Sá, propõe uma contextualização periodizada a partir da análise comparativa das estruturas institucionais de poder entre a ditadura brasileira (1964) e a argentina (1976), explorando suas similaridades, diferenças e impactos nas transições para os regimes democráticos. Os discursos legitimadores dos regimes autoritários são delineados, destacando o antiperonismo argentino e o anticomunismo no Brasil, bem como as ações do aparato institucional e sua relação com as instituições brasileiras e argentinas. O estudo comparativo dos planos econômicos implementados nas ditaduras é aprofundado no capítulo seguinte, *Os planos econômicos e seu impacto*, de Karina Forcinito e Pedro Henrique Campos.

354

As análises revelam que, no Brasil, o plano econômico foi voltado ao desenvolvimentismo, com inclinação nacionalista, apoiado pela fase do “milagre econômico” e da continuidade das instituições liberais, bem como do financiamento de grandes empresários na formulação e manutenção das estruturas repressivas de poder, acomodando instituições existentes. Na Argentina, as instituições assumiram um caráter refundacional, construindo novas estruturas. O caráter liberal e de desindustrialização do plano econômico de refundação nacional estiveram intrinsecamente ligados a uma estrutura fortemente repressiva desde o início da segunda ditadura argentina, uma vez que as instituições liberais foram reformuladas e as Juntas militares estiveram presentes nas instâncias de poder. As similaridades entre os dois contextos são evidenciadas a partir do apoio civil-empresarial que os sustentou, com enfoque nos grandes conglomerados nacionais e estrangeiros de atuação doméstica, bem como nos credores externos.



O capítulo *Política habitacional e reformas urbanas em Buenos Aires e no Rio de Janeiro (1964-1973)*, se articula com este mesmo cenário. Nele, Gabriela Gomes e Samuel de Oliveira argumentam que o desenvolvimentismo como projeto da década de 1960 atuou como um fator transnacional das políticas econômicas do Brasil e da primeira ditadura argentina (1966), que implementou a chamada “modernização autoritária”. Estes planos envolveram a modernização e o crescimento dos centros urbanos latino-americanos, e, nesse escopo, levaram a uma crise no sistema habitacional e aumento das desigualdades sociais. A implementação das políticas habitacionais atua como um ponto de conexão produzido entre centros urbanos latino-americanos, como o Rio de Janeiro e Buenos Aires nas décadas de 1960 até os anos iniciais de 1970. O plano econômico e as políticas habitacionais e urbanas contribuíram, nos dois espaços, para uma noção de “gentrificação e segregação socioespacial do tecido urbano” (p. 195).

355

A relação entre as políticas ditatoriais com o mundo do trabalho, a partir das diferentes formas de repressão desencadeada sobre a classe trabalhadora e operária, bem como as estratégias de fragmentação do movimento trabalhista, são abordadas no capítulo de Carolina Dellamore e Daniel Dicosimo e no de Helene Nagasava e María Florencia. As discussões desencadeadas demonstram que a repressão não se restringiu à perseguição e violência sobre lideranças políticas e sindicais, ou sobre trabalhadores envolvidos na luta política, mas perpassou por mecanismos públicos e privados, os quais ameaçavam e controlavam a ação e reação dos trabalhadores, bem como o próprio movimento sindical. As políticas sociais desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho brasileiro (1964 a 1967), e pelo Ministério do Bem-Estar Social da Argentina (1966-1970), destacam a centralidade destas instituições nas práticas de controle e despolitização das relações e movimentos traba-



lhistas. A implementação de políticas de congelamento de salários, a reformulação de leis que suspendessem e inviabilizassem direitos trabalhistas (como o direito a greve), a promoção das parcerias entre os sindicatos e os governos autoritários³, foram exemplos de estratégias adotadas, demonstrando a articulação das ditaduras com a política liberal. A resistência social e política dos trabalhadores, por sua vez, emergiu diante do cenário das demandas econômicas de melhorias salariais e direitos trabalhistas.

356

Quando se trata dos mecanismos e engrenagens da repressão especificamente políticos, as conexões são ressaltadas principalmente no que tange a dimensão transnacional das práticas sistematizadas de tortura. É nesse cenário que o capítulo *Ações repressivas e violência estatal*, de Gabriela Águila e Mariana Joffily, é relevante para a compreensão das amplas formas de violência política impostas. As ações de repressão psicológica se deram no âmbito das ações do Estado, financiadas por grupos e empresas, tanto no Brasil quanto na Argentina. A sistematização dos mecanismos de repressão política em consonância com a Doutrina de Segurança Nacional e influência internacional dos Estados Unidos da América foram elementos transnacionais das ditaduras. No capítulo de Daniel Lvovich e Janaína Cordeiro, *Propaganda e ação psicológica*, a repressão é atrelada aos métodos de construção de consentimentos, produção de ameaças e constituição de discursos pró-ditatoriais.

Da mesma forma em que os Estados, através da propaganda, atuaram no sentido de promover a violência psicológica e a imposição de ameaças, propiciaram outras formas de repressão no âmbito da mídia e dos meios de informação, que se relacionam com a institucio-

³ No Brasil, promoveu-se o Novo Trabalhismo, visando uma parceria entre sindicatos e governo para implementar políticas e evitar a politização das relações de trabalho, enquanto na Argentina, o Ministério do Bem-Estar Social moldou um ambiente para intervenção sindical especializada alinhada aos interesses governamentais



nalização da censura e autocensura nos espaços argentinos e brasileiros. Tais temáticas são aprofundadas no capítulo de Federico Iglesias e Miriam Hermeto, intitulado *O campo cultural: políticas culturais, censura e resistências*. Dentre as semelhanças presentes nos discursos, nas propagandas oficiais e políticas culturais dos regimes autoritários brasileiro e argentino, destacam-se a exaltação das identidades nacionais, dos valores da moral cristã e a propagação do anticomunismo.

Ainda, Alexandre Fiuza, Ana Braggio e Gisela Andrade refletem sobre as conexões e comparações entre os processos de transformações nas políticas educacionais. A censura, a repressão, a reforma e o controle do sistema educacional brasileiro e argentino pautaram-se em ações que visavam a superação de um caráter emancipatório, libertador e crítico, articulando a educação com interesses da iniciativa privada. As políticas educacionais compuseram, assim, uma das engrenagens presentes no sistema repressor das ditaduras. O grave quadro educacional proveniente destas conjunturas foi também produto de uma ampla sistematização repressiva e autoritária. Fruto de planos econômicos, da concentração de renda, das políticas de gentrificação social, das distintas práticas de controle da população, a desigualdade social foi, então, um projeto político que deixou suas continuidades nas sociedades argentina e brasileira.

O livro encerra suas discussões alertando que governos autoritários perseguem a cultura e a educação, produzindo desigualdades sociais e étnico-raciais sistêmicas. Diante disso, os períodos transicionais das ditaduras, que se estabeleceram por pactos ou rupturas, não colocaram um ponto final na repressão e violência pautadas nestas mesmas desigualdades. Considerando a guinada neoliberal autoritária e a ascensão da extrema direita que marcou o recente cenário político argentino e brasileiro, os argumentos levantados por Gabriela Águila e



Mariana Joffly têm, novamente, seu destaque. Isto porque consideram que a implementação de políticas de memória deve compor as agendas políticas, sendo constantemente revisadas, reformuladas e reavivadas.

As histórias comparadas se apresentam no livro como uma metodologia para compreensão dos processos históricos recentes do Brasil e América Latina, em diálogo com as histórias conectadas. Torna-se, assim, possível delinear uma história comparada para além dos limites dos Estados-Nação. A obra analisada demonstrou que essas metodologias têm muito a contribuir para a história do tempo presente e para o entendimento do passado das ditaduras militares, uma vez que são capazes de auxiliar na análise das reminiscências e rupturas das repetições e singularidades dos processos, eventos e tempos históricos. Nesse sentido, podem se debruçar sobre conexões que ultrapassam as fronteiras nacionais e que demonstram que, por vezes, os fenômenos sociais estão imbricados em estruturas mais amplas de violências e repressão.

358

Referências

- DELACROIX, Christian. L'histoire du temps présent, une histoire (vraiment) comme les autres ? *Revista Tempo e Argumento*: Florianópolis, vol. 10, n. 23, p. 05-38, jan./mar. 2018.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- LVOVICH, Daniel; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *As ditaduras argentina e brasileira em ação: violência repressiva e busca de consentimento*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Los Polvorines: Ediciones UNGS, 2023.

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

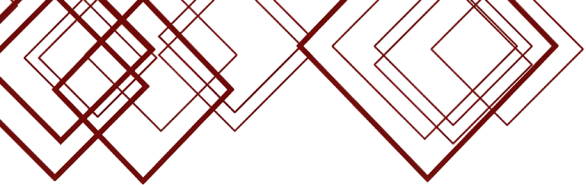
A transição inacabada: violência de estado e direitos humanos na redemocratização

The unfinished transition: State violence and human rights in redemocratization

Victor de Oliveira Pinto Coelho¹

O campo de estudos em torno dos temas do golpe de 1964 e da ditadura militar já está bem presente na historiografia nacional com suas obras-chave, suas questões polêmicas e controvérsias teóricas, conceituais e historiográficas, sendo ainda um campo em processo de consolidação – ainda como “história do tempo presente”. Mais recentes ainda são os estudos sobre o período da transição, embora já existam obras de referência sobre a luta pela anistia – como é o caso, por exemplo, do livro de Renato Lemos *Ditadura, anistia e transição política no Brasil*, sem falar de obras que tratam de questões mais recentes, mas que também dizem respeito diretamente ao assunto ditadura, a exemplo de *Como será o passado? História, historiografia e a Comissão Nacional da Verdade*, de Caroline S. Bauer, além do volume 5 da coleção *O Brasil Republicano*, organizado por Jorge Ferreira e Lucília Delgado, que trata do período desta Nova (e já velha) República. *A transição inacabada*, de Lucas Pedretti, autor de novíssima geração (concluiu a graduação e mestrado em história entre 2015 e 2018 e o doutorado em sociologia em 2022), vem trazer um grande estímulo para que historiadores não

¹ Professor Doutor de História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-3739-7748>. E-mail: coelho.victor@ufma.br.



sintam o receio de, finalmente, tratarem academicamente de questões do tempo presente.

360

“Transição inacabada” é a tese norteadora que dá coerência ao livro. O primeiro capítulo, intitulado “Heróis, bandidos ou vítimas?”, traz a questão, surgida durante a ditadura, a respeito da diferenciação entre presos políticos e presos comuns e uma outra, diretamente relacionada, sobre a disputa em torno da classificação dos presos políticos (que motiva o título do capítulo). Pedretti leva em conta a disputa semântica entre a ditadura e os militantes políticos das organizações revolucionárias. Era um contexto de maior volume de denúncias sobre as torturas, assassinatos e desaparecimentos e a ditadura, por sua vez, pretendia negar a existência de presos políticos e preferia chamá-los de “terroristas”. Nesse contexto, havia também a emergência da noção de direitos humanos e sua legitimação internacional, o aparecimento de documentos como o *Livre Noir: Terreur et torture au Brésil*, em 1969, e o *Report on Allegations of Torture in Brazil*, produzido em 1972 pela Anistia Internacional, além da iniciativa de greves de fome por parte dos prisioneiros. A partir disso, Pedretti contrasta (i) o teor mais diretamente político das cartas e panfletos dos prisioneiros – em especial aqueles de norteamericanos marxistas, relacionando análise econômica e luta coletiva – e (ii) aqueles mais humanitários dos documentos assinados por coletivos de mães dos presos, o posicionamento da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e um manifesto escrito por centros acadêmicos, professores universitários, líderes religiosos e artistas “que se autodesignavam ‘democratas, cientes da situação atual dos presos políticos’” (PEDRETTI, p. 36). Tendo em vista essa “oposição liberal-democrática”, como a denomina, o autor destaca, analiticamente, a conjunção de força simbólica e material que legitimará as demandas dos (a partir desse momento designados como) presos políticos.



O ponto chave da análise do autor é o destaque da rede de contatos estabelecida por brasileiros exilados assim como a condição de renda e origem familiar e social, tomando como caso exemplar o de Alexandre Vannucchi Leme, estudante de geologia da Universidade de São Paulo (USP) assassinado pelas forças de repressão em março de 1973. Pedretti destaca que essa origem do estudante foi mais decisiva que o fato de ele ter sido próximo da Ação Libertadora Nacional (ALN), com isso não sendo bem-sucedidas as tentativas do regime de classificá-lo como “subversivo” e “terrorista”. “A imagem que se tornou publicamente reconhecida foi a do jovem estudante, frágil, inocente, estudioso, dedicado e de família católica”, deslocando o caso para “o terreno da moral, não mais da política” (idem, p. 39). A motivação não é entrar em juízos de valor, mas sim construir o argumento central para a questão norteadora sobre a “justiça inacabada”: o da distância social que sustenta a diferenciação entre presos políticos e presos comuns. Tal diferenciação não foi efeito apenas da oposição liberal: já no primeiro capítulo, Pedretti destacou que os manifestos dos presos políticos orientados pelo marxismo, embora reconhecessem “as condições miseráveis de vida” dos presos comuns, pareciam motivar-se mais pela denúncia de que o regime tentava submetê-lo “às mesmas condições” dos “presos comuns” (idem, p. 41).

361

Outro ponto de destaque é a recuperação que faz Pedretti do posicionamento do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR, posteriormente apenas MNU) durante os debates sobre a anistia, no capítulo 5, “As vítimas da ditadura”. “O problema racial”, apontavam os representantes do movimento, “é sempre diluído nas discussões mais gerais por que passa a sociedade” (cf. idem, p. 120). O posicionamento do MNUCDR parece ter sido uma das principais motivações para o conteúdo da Introdução. No capítulo 2, “As classes



362

perigosas e os cidadãos de bem”, ao abordar o problema da violência policial, Pedretti também destaca que “o aparato repressivo constituído após 1964 para perseguir inimigos internos não partiu da estaca zero. Pelo contrário: é um novo capítulo de uma longa história de formas de promoção da violência de Estado no país, que remonta pelo menos ao século XIX” (idem, p. 63). O autor destaca o histórico que o movimento fez sobre o “papel do aparato policial do Estado no processo de dominação social” e, decorrente disso, a relação entre “polícia, o preso comum e o processo de transformação do preso comum em preso político” (idem, p. 120-121). Assim, além de levar a discussão da violência do Estado e as resistências a ela para uma reflexão de “espectro temporal muito maior”, o MNUCDR também “explicava a criminalidade tida como comum a partir das desigualdades socioeconômicas e raciais, politizando as ações que levam os indivíduos a serem presos” (idem, p. 123). Essa diferenciação, como é elaborada ao longo da obra, condensa nosso presente no passado (presente) da ditadura bem como no passado anterior à ditadura (também um passado presente): a herança escravocrata, violenta e desigual da sociedade brasileira. A propósito, vale mencionar a recuperação que Pedretti faz, no cap. 2, da figura do psiquiatra Antônio Carlos Pacheco e Silva, dedicado na década de 1930 a estudos sobre “questões raciais”, tendo sido recebido na Alemanha a convite de Goebbels e que retornaria à cena durante a ditadura como emissário do país durante o período em que se avolumavam as denúncias sobre a tortura.

A partir daqui, destaco mais três questões interrelacionadas. Primeira: sem ter medo da polêmica que pode gerar leituras apressadas ou mal intencionadas, Pedretti – no cap. 4, “Entre presos políticos e presos comuns” – retorna ao momento que seria a gênese do futuro “Comando Vermelho” (hoje uma das principais facções do tráfico de



drogas do país), mais precisamente a manifestação de um dos seus fundadores, William da Silva Lima (o Professor), detento no presídio da Ilha Grande-RJ, que questionou a distinção que passava a ser estabelecida entre “presos políticos” e “presos comuns”. O título da carta era autoexplicativo em seu caráter político e irônico: “Nós, presos de origem proletária incursos nas sanções penais do decreto-lei 898/69, Lei de Segurança Nacional, julgados e condenados pela Justiça Militar e, tendo ainda nossos direitos políticos cassados”. Havia a mágoa diante da distinção do corte de classe entre presos que “haviam cometido os mesmos crimes que nós - principalmente assaltos a bancos – e estavam enquadradas conosco na mesma lei” (cf. *idem*, p. 93). Como destaca Pedretti, “presos políticos e presos comuns foram detidos pelos mesmos crimes e adotaram a mesma forma de reivindicar seus direitos na cadeia, igualmente baseada no discurso dos direitos humanos. A pergunta inevitável que ficava era: por que, então, uns foram atendidos e outros não?” (*idem*, p. 94).

363

Segunda questão, já comentada: a diferença na capacidade de estabelecimento de contatos, apoios e influência, que no próprio cap. 4 é destacada a partir da figura paradigmática de Therezinha de Godoy Zerbini, que viria a ser a fundadora do “Movimento Feminino pela Anistia”. Já no cap. 9, “Direitos humanos para quem?”, o autor destaca que a distinção social entre as vítimas passou a se dar também na fase posterior, a de cobrança de punição. Como exemplo, o caso da condenação, em 1983, dos policiais responsáveis pelo assassinato, precedido de tortura, de Francisco do Rosário Barbosa, que voltava a sua residência em Copacabana vindo do bairro suburbano de Maria da Graça – seu “crime” foi solicitar explicação aos policiais sobre a abordagem do ônibus em que estava, dois anos antes. Seu irmão, José do Rosário, era jornalista e trabalhava n’O *Globo* e por isso tinha “o conhecimento e os



contatos necessários para jogar luz sobre o assassinato de seu irmão” (idem, p. 168). Nas palavras do próprio Rosário: “É preciso, infelizmente, dispor de conhecimentos de direito, de recursos financeiros e, sobretudo, de muita paciência e sangue-frio”, declarou ele em entrevista ao jornal em que trabalhava (cf. idem, p. 169).

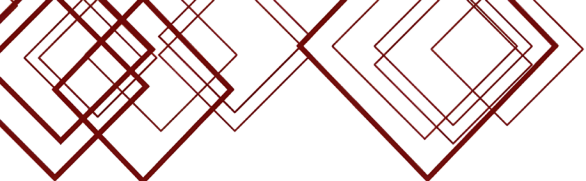
364

Terceiro: a emergência do problema da violência urbana, seja em seu sentido material e imediato, seja em seu sentido público e político, e o tema da segurança pública, por volta da década de 1970, em contexto de rápida (e excludente) urbanização e a emergência das redes de tráfico – questões e dilemas que chegam ao nosso presente com a herança do lema “bandido bom é bandido morto”, expressão que dá título ao capítulo 10. Dois pontos merecem atenção. Sendo coerente com a reivindicação do conceito de “acumulação social da violência”, do sociólogo Michel Misse (cf. cap. 2), Pedretti destaca a manutenção e mesmo radicalização da ideia de que a violência de Estado “deveria se voltar apenas para um conjunto muito específico e seletivo de sujeitos, vistos como indignos moralmente de participar da sociedade – os quais deveriam ser eliminados tal como ‘cancros malignos’” (idem, p. 206). Para tal tipo de cultura política e prática social, tal como hoje, contribuem as mídias chamadas tradicionais – não só os programas sensacionalistas, mas a cobertura da mídia dita “isenta e imparcial”. No mesmo capítulo, destaca como o tema se torna tão candente que une grande mídia (capitaneada pelas organizações Globo) e autoridades políticas para debater o tema, onde foi buscada uma mediação entre o princípio da segurança e o dos direitos humanos. É o momento em que cientistas sociais (especialmente sociólogos e antropólogos) passam a ser convidados a opinar no debate público. Nesse ponto, a partir de tese de doutorado recentemente defendida pelo antropólogo Adalberto Marques, Pedretti destaca que o “institucionalismo” (foco na reforma



do Estado e das instituições voltadas para a segurança pública) passou a prevalecer, “deixando de lado a preocupação com as causas estruturais da criminalidade”. Assim, tanto no debate público como na academia, “questões como a desigualdade social, o racismo e o próprio capitalismo deixaram de figurar entre os temas a serem discutidos na tentativa de enfrentar o crescimento da desigualdade” (idem, p. 213) – e isso não implica desconsiderar a importância do fortalecimento dos mecanismos institucionais. O livro fecha com o cap. 11 “Entre fardas, ódios e nojos”, destacando o processo constituinte e articulando-se com o campo crescente de estudos sobre a permanência deletéria da influência das Forças Armadas na política nacional.

Finalizo destacando dois pontos importantes a respeito da obra. Primeiro, algo que representa não só uma coerência entre autor e obra como um índice do potencial de articulação entre nosso tempo imediato e a pesquisa sobre a transição, que justifica exatamente o adjetivo de “inacabada”: o próprio Lucas Pedretti, que é professor de história no ensino básico, foi pesquisador da “Comissão Estadual da Verdade” do Rio de Janeiro, onde ficou responsável pelas pesquisas sobre a ditadura nas favelas cariocas e as violações de direitos humanos perpetradas pelo regime contra a população negra no Estado, como destaca na apresentação de seu currículo Lattes, e integra a “Coalização Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia”, como é apresentado na “orelha” do livro. A coalização é formada por várias entidades, desde aquelas como o Grupo “Tortura Nunca Mais”, surgido ainda no período final da ditadura e que se faz presente na narrativa do livro, até entidades mais recentes. Hoje, a demanda por memória, justiça e verdade foi apropriada por entidades como o “Coletivo Mães de Mangueiros”, que se dedica “ao acolhimento de mulheres negras, especialmente mães e familiares de vítimas da violência do Estado”, que têm



“filhos encarcerados ou que perderam seus filhos pelo braço armado do Estado” (cf. DICIONÁRIO DE FAVELAS). Penso que a obra de Pedretti pode tornar-se referência para pesquisadores e ativistas pela democracia que têm como referência os “passados presentes” – ou o presente imediato da “democracia inacabada” que “oferece direitos e liberdades para uns, e prisões, torturas e chacinas para outros” (PEDRETTI, p. 258). Contribui também como estímulo para que historiadores assumam com propriedade o jogo de escalas temporais, noção já presente nas reflexões em teoria e metodologia da história. Tal exercício pode inclusive ser um estímulo ao ensino de história da ditadura em época de crescente conjunção de polarização e alienação, crise de representação, aprofundamento dos projetos de exclusão e continuidade de ausência de efetivas políticas públicas de memória.

366

Referências

- DICIONÁRIO DE FAVELAS MARIELLE FRANCO. Coletivo Mães de Manguinhos. Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/index.php/Coletivo_Mães_de_Manguinhos>. Acesso em: 29 de maio de 2024.
- PEDRETTI, Lucas. *A transição inacabada*. Violência de Estado e direitos humanos na redemocratização. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

